

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E  
GESTÃO DO CONHECIMENTO**

Luciano Lázzaris Fernandes

**GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
DIRECIONADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Tese**

Florianópolis

2009

**LUCIANO LAZZARIS FERNANDES**

**GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
DIRECIONADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Tese de doutorado apresentada  
ao Programa de Pós-graduação  
em Engenharia e Gestão do Conhecimento  
da Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção  
do grau de Doutor em  
Engenharia e Gestão do Conhecimento

**Orientador:**

**PROF. JOÃO BOSCO DA MOTA ALVES, Dr.**

Florianópolis

2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

F363g Fernandes, Luciano Lazzaris  
Gestão do conhecimento em projetos de extensão  
universitária direcionados às pessoas com deficiência  
[tese] / Luciano Lazzaris Fernandes ; orientador, João Bosco  
da Mota Alves. - Florianópolis, 2009.  
259 f.: il., grafs., tabs., +; anexos

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Inclui referências

1. Gestão do conhecimento. 2. Deficientes físicos.  
3. Extensão universitária. I. Alves, Joao Bosco da  
Motta. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do  
Conhecimento. III. Título.

CDU 659.2

**LUCIANO LAZZARIS FERNANDES**

**GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
DIRECIONADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

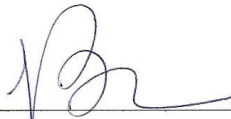
Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do grau de Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 09 de dezembro de 2009



Prof. Roberto Carlos dos Santos Pacheco, Dr.  
Coordenador do Curso

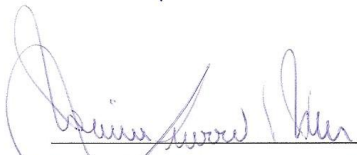
**BANCA EXAMINADORA:**



Prof. João Bosco da Mota Alves, Dr.  
Orientador - EGC/UFSC



Prof. Carlos Augusto M. Remor, Dr.  
Co-orientador - EGC/UFSC



Prof. Maria Denise Guerreiro, Dra  
Moderadora - CDS/UFS



Prof. Christianne Coelho de S. R. Coelho, Dra.  
EGC/UFSC



Prof. Alexandre Carriconde, Dr.  
Membro Externo - UFPel



Prof. Afonso Augusto F. de F. de C. Lima, Dr.  
Membro Externo - UFV

## DEDICATÓRIA

*À Minha esposa Silvia, meus filhos André e Lays,  
pela paciência e apoio que deram desde o ingresso no  
Programa de Doutorado do EGC até a defesa da Tese.  
Vocês são a minha razão de viver.*

*Aos meus pais amados Lucina (em memória - 01/02/08) e Othacílio,  
vocês sempre estarão presentes em minha vida.*

*Ao meu irmão Luiz (em memória – 12/11/09) que, DECLAROU uma verdadeira prova de  
amor à sua família. Que DEUS possa abrigá-lo em seu Reino. Obrigado mano pelos  
seus ensinamentos e demonstração de coragem e determinação.*

## AGRADECIMENTOS

A minha irmã Valéria, minha tia Lucy, meus cunhados e cunhadas, sobrinhos, obrigado pelo apoio.

A Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos professores do Centro de Desportos, que apoiaram minha participação neste Programa de Pós-Graduação, meu muito obrigado.

Ao professor e amigo Bosco, meu orientador, que soube entender minhas dificuldades, e deu-me toda a liberdade para desenvolver a pesquisa. Estou muito grato pelos seus ensinamentos, pela sua preocupação e carinho.

Ao professor Carlos Remor, Tuto, meu coorientador, pela disposição em poder colaborar nesta trajetória acadêmica.

A minha amiga professora Albertina que, mesmo em processo de reabilitação, mostrou-se muito mais do que uma colaboradora, mas, sim, irmã.

Aos professores Fialho, Christiane, Sidney e Andréa, pelo apoio e contribuições para a realização desta Tese.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem pela valiosa contribuição acadêmica.

Aos meus amigos da Secretaria do EGC, Airton e Michelle, pela gentileza e competência com que sempre me atenderam.

As Minhas amigas, Bernadete, Lourdes, Angélica e Nívia, pela amizade e contribuições.

Aos entrevistados, que gentilmente aceitaram participar dessa pesquisa.

A Marize, Peter e Juarez Muller, professores do CDS/UFSC, por abraçarem o Projeto Sábado no Campus no período em que estava afastado.

A toda equipe do Projeto Sábado no Campus, obrigado pelo apoio.

Aos colegas Jô e Rudney.

Aos professores Alexandre e Afonso pela honra em poder contar com suas presenças na Banca.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 PROBLEMA.....	15
1.2 PROBLEMÁTICA.....	18
1.3 JUSTIFICATIVA.....	21
1.4 OBJETIVOS.....	27
1.4.1 <b>Objetivo Geral</b> .....	27
1.4.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	27
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	29
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	29
2.2 LOCAL DA PESQUISA.....	32
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	32
2.4 ASPECTOS ÉTICOS .....	34
2.5 COLETA DOS DADOS.....	35
2.6 COLETA DOS DADOS REFERENTES AOS PORTAIS INSTITUCIONAIS.....	38
2.7 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS.....	38
2.8 ESTRUTURA DA TESE.....	44
<b>3. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b> .....	46
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA.....	46
3.2 CONCEITUAÇÃO.....	55
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NOS PROJETOS DE EXTENSÃO.....	62
3.3.1 <b>Inclusão: objetivando a formação</b> .....	66
3.3.2 <b>Integração: buscando a participação em colaboração</b> .....	73
<b>4. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</b> .....	79
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	79
4.2 BASES CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	84
4.3 EXTENSÃO ENQUANTO SERVIÇO ACADÊMICO.....	93
4.4 EXTENSÃO NA UFSC.....	99
4.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS REFERENTES À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E NOS PROJETOS LIGADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAUFSC.....	104
4.5.1 <b>Compreendendo os projetos</b> .....	105
4.5.2 <b>Os projetos à luz dos entrevistados</b> .....	110
4.5.3 <b>A tríade ensino, pesquisa e extensão no âmbito desses projetos</b> .....	115
4.5.4 <b>O acadêmico enquanto bolsista do projeto</b> .....	119
4.5.5 <b>Formas de extensão evidenciadas nos projetos</b> .....	121
<b>5. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO</b> .....	131
5.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO.....	135
5.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	142
5.3 O USO DOS PORTAIS WEB AUXILIANDO A GESTÃO DO CONHECIMENTO..	152
5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES REFERENTES À GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DOS PROJETOS.....	163
5.4.1 <b>Extensão universitária na formação acadêmica</b> .....	163
5.4.2 <b>Extensão universitária: um ambiente germinador para novos conhecimentos</b> ...	167

5.4.2.1 Criação do conhecimento: o modelo SECI.....	172
5.4.3 Extensão: ação acadêmica catalisadora para formação de grupos de interesse..	179
5.4.4 Disseminação dos conhecimentos produzidos no âmbito dos projetos.....	185
5.4.5 A Internet e os projetos de extensão.....	195
<b>6. DIRETRIZES.....</b>	<b>208</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
<b>REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>228</b>
<b>APÊNDICE – A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>243</b>
<b>APENDICE – B Documento encaminhado ao Reitor da UFSC.....</b>	<b>244</b>
<b>APÊNDICE – C Documento encaminhado ao SESu/MEC.....</b>	<b>247</b>
<b>APÊNDICE - D Documento encaminhado a SEESP/MEC.....</b>	<b>249</b>
<b>ANEXO – A Parecer do Comitê de Ética da UFSC.....</b>	<b>251</b>
<b>ANEXO – B Linhas de Extensão.....</b>	<b>254</b>
<b>ANEXO – C Ofício/MEC/SEESP/DPEE/Nº020/2009.....</b>	<b>258</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Matriz Analítica da entrevista com os coordenadores de extensão.....	37
Figura 02 - Tela de trabalho do ATLAS TI.....	40
Figura 03 - Primeira versão da Categoria Aquisição do Conhecimento.....	42
Figura 04 - Estrutura geral da tese.....	45
Figura 05 - Políticas que eliminam barreiras e promovem a inclusão social das pessoas com deficiência.....	54
Figura 06 - Índice de casos de deficiência por Estados.....	56
Figura 07 - Categoria Integração.....	73
Figura 08 - Página Inicial do Formulário de Extensão da UFSC.....	101
Figura 09 - Preenchimento do Formulário de Extensão da UFSC.....	102
Figura 10 - Fluxograma da Tramitação do Novo Formulário de Registro.....	103
Figura 11 - Categoria Serviço.....	123
Figura 12 - Espiral do Conhecimento.....	137
Figura 13 - Modelo de SECI de Criação do Conhecimento.....	139
Figura 14 - Relação Projetos de Extensão com o Quadrante de Conversão do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi.....	140
Figura 15 - Portal RENEX.....	144
Figura 16 - Portal SIEX.....	145
Figura 17 - Serviços dos portais na conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi ....	157
Figura 18 - Modelo de uso do portal corporativo e seus serviços.....	160
Figura 19 - Segunda versão da Categoria Aquisição de Conhecimento.....	164
Figura 20 - Categoria Disseminação do Conhecimento.....	186
Figura 21- Processo da pesquisa.....	219
Figura 22 - Acesso público do sistema na web.....	221
Figura 23 - Acesso administrativo do sistema na web .....	221
Figura 24 - Comunicação entre os níveis.....	222
Figura 25 - Comunicação entre os administradores e o público.....	223

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Subcategorias encontradas nas entrevistas com os Coordenadores.....	41
Tabela 02 - Distribuição da população segundo tipo de deficiência.....	61
Tabela 03 - Categoria Inclusão.....	66
Tabela 04 - Subcategorias relacionadas à extensão.....	111
Tabela 05 - Número de pessoas atingidas pelo projeto.....	127
Tabela 06 - Comparativo geral da SEPEX.....	146
Tabela 07 - Informações sobre Extensão Universitária nas home pages das IFES e Estaduais.....	203
Tabela 08 - Incorporação do Símbolo de Acessibilidade nos Portais das IES Públicas.....	206

## LISTA DOS QUADROS

Quadro 01 – Caracterização dos entrevistados.....	33
Quadro 02 – Relação dos Projetos de Extensão que atendiam as características da pesquisa	33
Quadro 03 – Distribuição das subcategorias nas categorias.....	43
Quadro 04 – Identificação Das Tags Com O Termo Deficiência.....	64
Quadro 05 – Identificação das Tags com a ação na área.....	65
Quadro 06 – Identificação das tags sem identificação específica com o termo deficiência	65
Quadro 07 – Disposição da execução dos serviços acadêmicos na UFSC.....	96
Quadro 08 – Grande Área Do Projeto.....	107
Quadro 09 – Áreas temáticas dos projetos envolvidos na pesquisa.....	108
Quadro 10 – Linha de extensão dos projetos envolvidos na pesquisa.....	109
Quadro 11 – Objetivos dos projetos de extensão.....	113
Quadro 12 - Participantes envolvidos nos projetos.....	125
Quadro 13 – Entidades. parceiras encontradas nos formulários de extensão dos projetos envolvidos na pesquisa.....	128
Quadro 14 – Dados, informação e conhecimento.....	135
Quadro 15 – Propostas de Diretrizes.....	217

## **LISTAS DE ABREVIATURA**

ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego  
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
CA – Colégio de Aplicação  
CEPSH – Comissão de Ética e Pesquisa em Seres Humanos  
CODAE – Coordenação das Atividades de Extensão  
DAEx- Departamento de Apoio a Extensão  
DEP – Departamento de Projetos de Extensão  
FORPROEX – Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras  
FURB- Fundação Universitária da Região de Blumenau  
GC – Gestão Do Conhecimento  
IES – Instituição de Ensino Superior  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC – Ministério da Educação  
NUCLEIND – Núcleo de Desenvolvimento Humano  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAAI – Programa de Auto-avaliação Institucional  
PRCE – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão  
PRPE – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão  
RENEX – Rede Nacional de Extensão  
SECI – Socialização, Externalização, Combinação e Internalização  
SEPEX- Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão  
SESu – Secretaria de Educação Superior  
SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul  
SIEX – Sistema de Informação em Extensão Universitária  
TI – Tecnologia da Informação  
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

## RESUMO

FERNANDES, Luciano Lazzaris. **Gestão do conhecimento em projetos de extensão universitária direcionados às pessoas com deficiência.** Florianópolis, 2009, 240 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, Florianópolis, SC.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os processos de integração, aquisição e disseminação do conhecimento entre os serviços extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência, bem como propor diretrizes para auxiliar esses processos. O caminho metodológico se fundamentou na pesquisa qualitativa exploratória. A população foi constituída por coordenadores de extensão e diretores do departamento ligados à extensão da UFSC. Os dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas. Para analisar as entrevistas foi utilizado o software ATLAS TI. Esta pesquisa evidenciou que os projetos trabalham isoladamente, em guetos; existe a preocupação da equipe gestora na produção e disseminação do conhecimento colaborativo; a extensão ao mesmo tempo em que possibilita vivências concretas de aprendizagem, garante o retorno para a academia das necessidades da comunidade bem como de novos conhecimentos formando, nesse processo, uma espiral do conhecimento; os projetos direcionados às pessoas com deficiência podem ser comparados aos sistemas adaptativos complexos; há interesse de todos os coordenadores em participar de grupos para desenvolver ações e políticas inclusivistas na UFSC. Além dessas evidências, a pesquisa detectou um descaso das instituições públicas de ensino superior quanto ao Decreto 5296 de 02/12/04, no que tange a acessibilidade às páginas iniciais da web. Outra constatação foi para as home page das Pró-Reitorias ligada a extensão dessas instituições, onde não encontrou-se nenhum link para os projetos, nem informações mais detalhadas sobre os mesmos. Concluímos o estudo propondo que seja criado dois instrumentos: um núcleo de estudo e um portal web que possam dar conta de todos os aspectos detectados na pesquisa.

**Palavras-chave:** Gestão do Conhecimento. Pessoas com Deficiência. Extensão Universitária.

## ABSTRACT

FERNANDES, Luciano Lazzaris. **Knowledge management in university extension projects oriented to disabled people**. Florianópolis, 2009, 240 f. Thesis (Doctorate) Undergraduate Program in Engineering and Knowledge Management, UFSC, Florianópolis, SC.

This research aims to analyze the integration processes, acquisition and dissemination of knowledge among UFSC extensional services oriented to disabled people, as well as propose guidelines to assist these processes. The methodology is based on exploratory qualitative research and the object of analysis is constituted by extension coordinators and department directors related to UFSC extension. Data was obtained through semi-structured interviews which were analyzed with ATLAS TI software. Evidences show that the projects work in an isolated way, in ghettos; there is a preoccupation from the management team about the production and dissemination of collaborative knowledge; the extension offers, at the same time, concrete learning experiences and a feedback for the academy about the community needs as well as new possibilities of knowledge which result, within this process, in a knowledge spiral; projects oriented to disabled people can be compared to complex adaptive systems; coordinators are interested in participating in groups to develop inclusion actions and policies at UFSC. Besides such evidences, the research detected a carelessness from public institutions of higher education regarding decree number 5296 of 12/02/04 in which the accessibility of initial web pages is concerned. Another result points out that Dean's Offices homepages about extension programs of such institutions do not present any links for the projects not even detailed information about them. The study is concluded with the proposal for the creation of two tools: a studies center and a web portal able to deal with all the aspects concerning the data that were detected in this research.

**Key-words:** Knowledge Management. Disabled People. University Extension.

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PROBLEMA

“O que mobiliza a mente humana são problemas, ou seja, a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real, ou, ainda, a busca de soluções para problemas nele existentes, tendo em vista a sua modificação para melhor.” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.84)

A inclusão social e as determinações jurídicas sobre os direitos das pessoas com deficiência são questões que estão sendo bastante discutidas na atualidade pelos meios de comunicação, pelas escolas e também nas Instituições de Ensino Superior (IES). Alguns segmentos das IES estão se estruturando para garantir à comunidade universitária, através da indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão, informações e serviços que despertem o compromisso pela busca de novos conhecimentos para garantir a este segmento melhor qualidade de vida e participação na sociedade, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), no seu Art. 207.

Estas questões também permearam a minha experiência dedicada ao magistério, a partir da formação em Educação Física, desenvolvendo projetos com crianças, jovens e adultos. A experiência permitiu identificar inúmeros aspectos positivos e negativos do fazer pedagógico e administrativo na área da educação.

O interesse por desenvolver estudos relacionados às pessoas com deficiência iniciou-se na época da graduação em Educação Física, na então Fundação Universitária da Região de Blumenau – FURB, início da década de 80. Alguns anos mais tarde, 1987, quando a Fundação Catarinense de Educação Especial, juntamente com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, implantaram, no Estado de Santa Catarina, matrículas compulsórias aos alunos com deficiência na rede estadual de ensino, este pesquisador era responsável pela área pedagógica da Educação Física da 13ª Unidade de Coordenação Regional de Educação do Estado de Santa Catarina. Naquela ocasião, iniciaram-se os questionamentos sobre a integração desses alunos nas aulas regulares de Educação Física. Na época, os cursos de licenciatura em Educação Física, em nosso Estado, não ofereciam nenhum conhecimento específico para atender esses alunos. Dessa iniciativa governamental, começaram a surgir os primeiros questionamentos com relação à integração desses alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas práticas da disciplina Educação Física. Muitos professores

vinham solicitar orientações pedagógicas, uma vez que não estavam preparados para esta nova realidade.

Com a possibilidade de participar do programa de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, em 1989, na área de concentração em Pedagogia do Movimento Humano, iniciou a minha trajetória na área da Educação Física voltada a atender esta população, Educação Física Especial/Adaptada.

Em 1994, aprovado no processo seletivo para docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para atuar junto ao Departamento de Recreação e Prática Esportiva, na disciplina Educação Física Adaptada. O ingresso na UFSC só ocorreu em fevereiro de 1995, pois até esta data ministrávamos a disciplina Educação Física Adaptada na FURB, no curso de Educação Física.

Ao iniciar a docência na UFSC, iniciou-se também a participação na extensão universitária e nos projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência. Em 1996, recebemos o primeiro convite para representar o Centro de Desportos na Câmara de Extensão da UFSC. Deste envolvimento surgiu outro convite para agora, assessorar a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. No período em que estávamos participando da administração central, começamos a identificar problemas de encaminhamento de projetos, registros das atividades de extensão, relatórios finais dos projetos, avaliações de participação de discentes, visibilidade aos projetos de extensão na UFSC e na comunidade, entre outras dificuldades detectadas.

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, até 1998, disponibilizava à comunidade acadêmica e a alguns setores da sociedade uma cartilha informativa sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas na UFSC. Após algumas discussões sobre o custo financeiro desta cartilha e a sua visibilidade enquanto instrumento divulgador das atividades de extensão, foi sugerido a sua substituição por um evento cultural e científico que pudesse, de fato, mostrar à comunidade interna e externa da UFSC o que a Instituição realmente estava desenvolvendo em matéria de extensão, originando, em 1999, o Primeiro Salão de Cultura e Extensão da UFSC.

O evento tratou não só de mostrar o que a Universidade estava oferecendo de extensão para a comunidade, mas também toda a produção acadêmica desenvolvida no âmbito desses projetos, além de oportunizar as manifestações artísticas e culturais da Universidade.

Como o 1º Salão de Cultura e Extensão da UFSC teve grande repercussão na comunidade universitária, a sua reedição contou com a vinculação a este evento da 8ª Semana



da Pesquisa, o 11º Programa de Formação Pedagógica dos Docentes e o 2º Seminário de Monitoria. Com a integração desses eventos, surgiu a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX).

Com o passar dos semestres, nosso envolvimento nas atividades extensionistas e nos projetos ligados às pessoas com deficiência tomaram um rumo mais institucional. As discussões e elaborações de projetos passaram da esfera singular (departamental) para a plural (multidepartamental), da elaboração de projetos para programas mais integrados e institucionais. Estes novos olhares para ações extensionistas voltados às pessoas com deficiência, a nível institucional, suscitaram algumas inquietações.

No que tange à atividade de extensão, a UFSC, através de suas unidades de ensino, tem promovido vários serviços a sua comunidade. Alguns voltados às pessoas com deficiência, ocorrendo de forma isolada, dentro de seus departamentos e, muitas vezes, desconectados das demais atividades acadêmicas (ensino e pesquisa). A comprovação foi detectada no último Programa de Auto-Avaliação Institucional. (2004-2007)

Com relação aos projetos de extensão na área voltada às pessoas com deficiência, temos percebido, nos últimos anos, iniciativas por parte de seus coordenadores e da administração central, propostas de criação de programas e núcleos que tenham como finalidade aglutinar suas atividades. Algumas vezes tais aproximações aconteceram, sendo apenas temporárias, pois sua tônica estava vinculada a interesses financeiros, participações de editais públicos, e não como propósito permanente e institucional.

Projetos nesta área não podem apenas se agrupar para buscar recursos financeiros, mas, sim, como afirma Botomé (2001, p.167), “[...] deverão promover aprendizagens, ou produzir conhecimentos, ou ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento de diferentes maneiras” na comunidade.

As intenções foram percebidas no último “Programa Integrado de Atenção às Pessoas com Deficiência da UFSC”, programa este contemplado com recursos financeiros do SESu/MEC, período 2004 a 2006, quando os coordenadores dos projetos participantes identificaram a necessidade da aproximação dos vários serviços extensionistas na área. Na ocasião foram detectados alguns problemas:

- Os serviços de extensão nesta área são desconectados dos demais;
- Dificuldade na divulgação dos serviços oferecidos;
- Inexistência de um repositório para armazenar a produção técnica e científica desenvolvida nos projetos;

- Carência de uma ferramenta capaz de disseminar o conhecimento gerado nos diversos serviços na Instituição;
- Dificuldade de reuniões presenciais entre os diversos atores dos projetos para tomadas de decisões;
- Desarticulação para a elaboração de propostas de ações afirmativas;
- Elaboração de relatórios e registros das atividades individuais e de grupo, utilizando mecanismos desvinculados das novas tecnologias;
- Falta de instrumentos que permitiam aos atores a conversão de seus conhecimentos;
- Um portal web que auxiliasse os projetos em sua gestão do conhecimento, entre outros...

Com o desvelar dessa situação, objetivamos, com a presente pesquisa, contribuir para a superação desses problemas/dificuldades encontradas. Para tanto, formulamos a seguinte **situação problema**, com vista a desenvolver nosso trabalho de pesquisa: **Como contribuir para a integração, aquisição e disseminação do conhecimento entre os serviços extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência?**

## 1.2 PROBLEMÁTICA

[...] Raros são os problemas sobre os quais ninguém se tenha jamais debruçado, raras são as pesquisas que ninguém jamais fez. A natureza humana não é, neste ponto, diferente de um indivíduo para outro; em uma mesma civilização, as interrogações e os questionamentos se encontram, mesmo que as perspectivas possam diferir. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.113)

Historicamente, as pessoas com deficiência tiveram tratamentos diferenciados em cada época da sociedade. O surgimento de discussões a respeito do seu amparo ocorreu após as duas grandes guerras mundiais, comentam Ziller e Oliveira. (2008).

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) deliberou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento foi recomendado a todos os países membros desta organização. O fato despertou nas pessoas o reconhecimento e a valorização da sua liberdade e a igualdade em dignidade e direitos, conforme art. 1º.

Desta deliberação, outras vieram a favor das pessoas com deficiência. Discussões sobre inclusão social ocorreram no final do século XX, principalmente após uma nova Declaração da Organização das Nações Unidas, em 1980, instituindo este ano como ano das

peças com deficiência. Discussões desencadearam, no Brasil, mobilizações de todos os segmentos públicos e privados, no sentido de conscientizar a população sobre seu papel frente às desigualdades historicamente construídas a este segmento.

No cenário acadêmico, essas discussões também são muito recentes. Infelizmente, ainda encontramos profissionais despreparados para intervir e desenvolver projetos individuais ou coletivos, que despertem para o comprometimento e o desenvolvimento de ações afirmativas em benefício desta população.

Na área da Educação Física, por exemplo, na década de 90, todos os cursos de licenciatura em Educação Física eram obrigados a ter, em suas grades curriculares, disciplinas que abordassem atividades físicas para pessoas com deficiência. Uma pesquisa realizada por Cidade e Freitas (2002) apontou preocupação com a situação. Para as pesquisadoras, muitas instituições até estavam oferecendo a disciplina, mas sem profissionais qualificados. Outro ponto significativo da pesquisa foi a falta de trabalhos comunitários, extensão, junto a este segmento.

Uma instituição acadêmica para atender a nova realidade, inclusão social, necessita de intervenção inter e multidisciplinar, onde sejam possíveis os diálogos, as trocas de experiências e onde o conhecimento possa ser gerado, aplicado e disseminado, pois, segundo Nonaka e Takeuchi (1997), ele é sempre “dinâmico”.

Na universidade, os conhecimentos tácitos e explícitos<sup>1</sup> adquiridos por sua comunidade acadêmica ficam restritos apenas a um determinado grupo. Em Levy (1995), encontramos que nossas ações deveriam estar voltadas às trocas e partilhas, para o crescimento da comunidade. Segundo o autor, na “Árvore do Conhecimento”, cada folha representa um saber, e, como esta árvore está sempre em desenvolvimento, também haverá sempre novas folhas, ou novos saberes. Assim, a árvore de uma instituição de ensino precisa ser visível e acessível a todos.

A universidade, portanto, não deve ficar com os conhecimentos apenas para si; ela tem a responsabilidade de repassá-los à comunidade, torná-los visíveis. O conhecimento produzido deve ser para uso comum e não apenas para determinados segmentos.

Muitas vezes, grande parte da comunidade acadêmica ainda desconhece as ações afirmativas desenvolvidas nos vários setores da instituição, seja no campo administrativo ou acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), que possibilitem a inclusão das pessoas com deficiência na instituição e na sociedade.

---

<sup>1</sup> Esses conhecimentos serão melhor explicitados no capítulo 5.

Buscando em Axelrod e Cohen (2000), podemos entender uma IES como um sistema adaptativo complexo, pois nela encontram-se vários tipos de agentes (pessoas) que utilizam uma gama de artefatos e estratégias para desenvolverem suas atividades. Se uma parte deste sistema estiver comprometida, toda a organização apresentará problemas. Para tanto, toda a equipe deverá estar estruturada e organizada para atender as necessidades, os compromissos e as responsabilidades que competem à instituição.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são nomes para alguns tipos de atividades (sistemas acadêmico) que a universidade utiliza para realizar sua finalidade e sua responsabilidade social, afirma Botomé (2001, p.164), ou seja, “produzir conhecimento, social e cientificamente relevante, e tornar o conhecimento existente acessível a todos”. Para o autor, essa ação é o que dá sentido a essas atividades.

A instituição de ensino superior é geradora de conhecimentos por excelência, organização intensiva de conhecimento e, portanto, deve ter o compromisso social de proporcionar uma boa qualidade de vida à sua comunidade, comunidade esta que a mantém e que a reconhece como detentora do saber.

A extensão universitária, entendida enquanto atividade acadêmica, é palco para que o conhecimento possa ser criado, vivenciado e disseminado. Rocha (1986) comenta que, através da atividade, pode-se dar início à articulação dialética entre a produção e a comunicação do conhecimento.

De acordo com a Diretora de Políticas e Programas da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação MEC, Viviane Viana (2008),

O fomento a programas e projetos de extensão universitária é de fundamental importância para estimular o desenvolvimento social, o espírito crítico e participativo dos estudantes e o fortalecimento de políticas públicas. As ações de extensão contribuem também para a qualificação da atuação profissional pautada na cidadania e para a troca de saberes. Propicia a democratização e a difusão do conhecimento acadêmico.

A comunidade interna e externa da Instituição, muitas vezes, desconhece esse serviço extensionista. Os projetos ficam restritos a um determinado grupo. Falta nas IES uma ferramenta capaz de dar maior visibilidade a esses programas e projetos, bem como servir de elo entre seus participantes.

Sendo assim, como poderemos aproximar os projetos de extensão voltados às pessoas com deficiência na UFSC, a fim de que seus participantes possam adquirir e socializar os novos conhecimentos, e como esses podem ser disseminados na comunidade?

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Historicamente têm-se relatos de casos de pessoas com deficiências desde os tempos mais remotos. A forma como foram, ou como estão sendo tratados, varia conforme os valores e as normas nas diferentes culturas.

Alguns pesquisadores, tais como Bianchetti (1998), Carmo (1991), Marques, Castro e Silva (2001), Cidade e Freitas (2002), entre outros, comentam que suas conquistas por respeito e dignidade vêm desde a luta pela sua sobrevivência, passando por negação ou segregação até o direito de participar ativamente nos vários segmentos da sociedade.

Através do último Censo, 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2003) catalogou, pela primeira vez, dados sobre a população brasileira com deficiência. Nestes, o Brasil obteve um índice de 14,5% de pessoas com algum tipo de deficiência. Esse percentual equivale à cerca de 24,5 milhões de brasileiros.

A necessidade do envolvimento de toda a comunidade acadêmica, na elaboração do planejamento, para atender a inclusão social, é recomendado por Sant'ana (2005). Apesar de as diferentes tarefas a serem desempenhadas por essa equipe, todos deverão estar alinhados aos mesmos objetivos.

As universidades brasileiras estão tentando se adequar a esta nova demanda da sociedade que clama por direitos iguais, bem como cumprir as determinações legais.

Ações acadêmicas desenvolvidas nas instituições de ensino são desenvolvidas tradicionalmente em guetos. Os vários setores administrativos e pedagógicos não se comunicam internamente, dificultando o entendimento de uma ação inclusiva mais eficaz.

Pontuschka (1993) aponta que a interdisciplinaridade é uma metodologia onde sua principal característica é o respeito à especificidade de cada área. Quando trabalhamos com pessoas com deficiência, fica muito evidente a complexidade dos conhecimentos e das tarefas a serem desenvolvidas. Neste sentido, o autor comenta que a interdisciplinaridade procura estabelecer e compreender as trocas de conhecimento, proporcionando diálogos entre os participantes, no sentido de buscar o melhor entendimento.

Projetos na área são muito desafiadores, pois seus participantes defrontam-se periodicamente com novas situações, novos problemas, que, muitas vezes, as suas resoluções ainda não são encontrados na literatura. A equipe envolvida nestes projetos funciona como uma verdadeira “Comunidade de Prática”, onde constantemente buscam as melhores tomadas de decisões para a resolução dos problemas:

As comunidades de prática são estruturas auto-organizadas responsáveis pela construção do conhecimento aplicado na prática do dia a dia. É nelas que as interpretações e os significados são assimilados por seus constituintes, transformando-se no conhecimento estratégico tão procurado e possibilitando a criatividade e a inovação. (GROPP e TAVARES, 2006, p.27).

Já para Nickols (2003), comunidades de prática são grupos de pessoas que se reúnem para compartilhar o que sabem e aprender com os outros aspectos relativos ao trabalho do grupo.

Muitas vezes as melhores práticas ficam apenas na esfera do conhecimento tácito. O conhecimento gerado em uma instituição pública deve preferencialmente ser de domínio público, a fim de que a sociedade possa usufruí-lo para o seu desenvolvimento e sua qualidade de vida.

Nas instituições de ensino superior, muito se tem discutido sobre o papel da extensão universitária. Uma dessas questões é a relação entre o conhecimento tácito e explícito. Ela não deve ser entendida apenas pela ótica do oferecimento do serviço, mas, sim, pela oportunidade da aprendizagem de seus participantes. O conhecimento gerado neste ambiente deve seguir o princípio da sua conversão, segundo Nonaka e Takeuchi (1997, 2008), passando pelos quadrantes da socialização, externalização, combinação e internalização, o que Nonaka e Toyama (2008) chama processo de modelo SECI de criação do conhecimento.

A definição para administração do conhecimento pode ser entendida por Oliveira Junior (2001, p. 144) como “processo de identificar, desenvolver, disseminar e atualizar o conhecimento estrategicamente relevante para a empresa, seja a partir de esforços internos à organização, seja a partir de processos que extrapolam suas fronteiras”.

Já para Silva Filho e Silva (2005, p.17), “O objetivo básico da gestão do conhecimento é criar, compartilhar e disseminar o conhecimento para melhor enfrentar as forças que o ambiente exerce sobre o sistema empresa”.

O simples fato de a universidade elaborar projetos ligados a este segmento menos favorecido social, educacional e economicamente falando, não garante a sua inclusão social. Precisamos pesquisar, entender e propor novos conhecimentos nesta área. As parcerias entre os diversos setores da instituição poderão garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Um trabalho inter e multidisciplinar é fundamental neste processo. A busca por uma sociedade inclusiva necessita de um trabalho conjunto de várias áreas do conhecimento. E onde encontramos maiores possibilidades de desenvolvermos parcerias se não em uma instituição de ensino superior?

Moran (2000, p.137) nos apresenta uma possibilidade para integrar essas ações acadêmicas, ou seja, a Tecnologia da Informação e da Comunicação, pois segundo o autor, “na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a nos comunicar, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social”. Se necessitarmos de um trabalho conjunto e encontramos dificuldades para nos integrarmos, esse poderá ser um caminho para o desenvolvimento de nossas ações.

O instrumento que está sendo muito utilizado nas organizações para facilitar o acesso ao que se está produzindo e às trocas de informações são os Portais Web. Simão e Rodrigues (2005) observam duas características dos portais, quais sejam: “Integração e compartilhamento”. Essas características têm tudo a ver com o que entendemos ser necessário para a integração e socialização das ações inclusivistas dentro de uma instituição de ensino superior.

Buscando em Lakatos e Marconi (1992, p.161), encontramos dois pontos relevantes que nos permitem conduzir nosso trabalho a uma contribuição teórica: “Relevância e oportunidade”.

No que se refere à *relevância*, “deve ser capaz de trazer conhecimentos novos e oportunidade: atender interesses particulares e gerais”. O presente trabalho vem buscar contribuições sobre a importância de haver uma integração entre as diversas áreas do conhecimento para desenvolver projetos que visem contribuir na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

A interdisciplinaridade “prevê a integração de áreas diferentes”, segundo Weigert, Villani e Freitas. (2005, p.146). A equipe necessita de mais tempo para trocar idéias, sempre respeitando as opiniões. Buscar um caminho para a construção do novo conhecimento coletivo é um dos princípios da interdisciplinaridade.

Estamos vivendo em uma sociedade baseada na informação, onde o conhecimento passou a ser tratado como maior bem das organizações. Com ela vieram as tecnologias de informação e comunicação para auxiliar no processo de aquisição e disseminação desse conhecimento. Nas organizações acadêmicas, IES, essas tecnologias têm facilitado a produção e socialização dos conhecimentos em algumas áreas.

O uso da tecnologia de informação e de comunicação acessível para integrar e difundir as ações desenvolvidas na área da deficiência dentro de uma instituição de ensino poderá servir de estímulo para a realização de vários estudos teóricos, bem como a produção e o desenvolvimento de equipamentos de acessibilidade, novas tecnologias de informação e novos procedimentos didáticos pedagógicos.

No que se refere ao item *oportunidade*, relacionada por Lakatos e Morconi (1992), esta pesquisa oportunizou ao pesquisador poder entender o processo inclusivo dentro de sua instituição, bem como socializar e propor ações mais efetivas.

Através da experiência acadêmica na área da inclusão social dentro da UFSC, temos percebido que não existe um canal aberto para as discussões e integrações nos vários setores das unidades de ensino. A comunidade interna e externa da UFSC, muitas vezes, desconhece o que está sendo produzido, discutido e oferecido a esta população.

Uma das ações do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é tentar dar visibilidade às atividades extensionistas das Instituições de Ensino Superior. Para isso foram criados a Rede Nacional de Extensão (RENEX) e o Sistema de Informação em Extensão Universitária (SIEX). Poderíamos dizer que seria um **Estado da Arte** em matéria de disseminação dos projetos de extensão a nível Institucional. Apesar de sua importância na divulgação dos projetos institucionais, eles não têm as características de uma ferramenta para auxiliar a gestão do conhecimento.

Apesar de a UFSC ser pioneira no uso da Tecnologia da Informação (TI) para a tramitação e aprovação dos projetos de extensão, a home page da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina só tem disponibilizado informações e documentos administrativos, e nenhum campo com acesso aos projetos extensionistas. O acesso a essas atividades fica restrito apenas aos Coordenadores de Extensão dos Centros de Ensino e, mesmo assim, apenas informações básicas, como título, equipe participante, objetivos, metodologia, áreas e linha programática, público alvo e contatos.

No 1º Ciclo do Programa de Autoavaliação Institucional (PAAI) da UFSC desenvolvido no período de julho de 2004 a junho de 2007, foram percebidos, além de outros aspectos, a falta de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como um desconhecimento por parte da comunidade acadêmica sobre as atividades de pesquisa e extensão.

Buscando na literatura, encontramos uma lacuna com relação à utilização da web para a gestão do conhecimento em projetos de extensão. Encontramos, sim, artigos referentes à atividade acadêmica, mas não com o enfoque desta pesquisa. Em termos de pesquisa científica (doutorado e mestrado), os trabalhos encontrados dão ênfase na origem da extensão, sua avaliação e seu papel político dentro da instituição. Por se tratar de temas ainda novos na academia (inclusão das pessoas com deficiência, portal web e gestão do conhecimento) não foi encontrado nenhum trabalho que aglutinasse esses tópicos.



Com relação à acessibilidade aos portais web pelas pessoas com deficiência, foram encontrados vários trabalhos científicos indicando o uso de tecnologias assistivas para que as mesmas possam também estar incluídas neste processo tecnológico, mas não a sua utilização em projetos extensionistas.

Lakatos e Marconi (1992, p.161) comentam que, na elaboração de um projeto, deve ficar claro o caráter “Novidade: estar adequado ao estágio atual da evolução científica, e trazer novo enfoque e/ou solução”. O tema estudado tem este caráter, pois é um assunto com grandes discussões na área da educação.

Em Vilella (2003), encontramos um reforço para este projeto, onde o autor aponta a relevância e a pouca quantidade de estudos sobre portais na Web. Schons e Costa (2008) afirmam que, “Embora diversas pesquisas tenham sido realizadas sobre o tema da criação de conhecimento organizacional, na literatura corrente há poucos estudos que tratam especificamente da tecnologia dos portais corporativos como plataforma central no apoio ao processo de criação de conhecimento organizacional”. Rossetti e Morales (2007, p.134), na conclusão de seus estudos, elucidaram a escassez na literatura da função da TI na gestão do conhecimento (GC). Comentam os autores: “Provavelmente desta lacuna decore a falta da clara distinção entre TI e GC e o fato de certas organizações confundirem tecnologias de informação com estratégias de GC”.

Outro ponto que merece ser destacado neste momento é a grande mobilização internacional em favor do acesso livre (Open Access) aos trabalhos científicos desenvolvidos nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa disponibilizados na rede mundial de computadores. No Brasil, está em tramitação o Projeto de Lei nº 1120/2007 do Deputado Rodrigo Rollemberg (ROLLEMBERG, 2007), que retrata o assunto em âmbito nacional. Nele estará previsto que todos os trabalhos científicos desenvolvidos nas instituições de ensino superior público ou projetos financiados com recursos públicos possam estar disponibilizados nesta rede mundial, gratuitamente.

Ora, se as atividades de pesquisas já estão caminhando neste sentido, tornando o acesso público e gratuito de sua produção acadêmica, o que a extensão universitária está esperando? Quantos trabalhos maravilhosos são desenvolvidos nas universidades brasileiras e não ficamos sabendo? Porque o conhecimento desenvolvido na esfera acadêmica também não pode estar disponibilizado na rede mundial de computadores? Quantos projetos são financiados com recursos públicos e a população não tem acesso aos seus resultados?

Portanto acreditamos que esta tese tem sua relevância e seu ineditismo, pois o tema tratado poderá contribuir para o avanço no conhecimento desta área.

Tomando como parâmetro o que propõem o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento em seu objetivo: “formação de docentes, pesquisadores e profissionais para que atuem no ensino, na pesquisa e no desenvolvimento em codificação, gestão e disseminação dos conhecimentos (explícitos e tácitos) em organizações públicas e privadas, e na sociedade”, entendemos que esta tese tem uma aproximação com a proposta, tendo em vista que a elaboração de diretrizes para um instrumento facilitador da gestão do conhecimento aos projetos de extensão universitária poderá:

- Aproximar as três atividades básicas de uma IES: ensino, pesquisa e extensão;
- Disseminar as informações e os conhecimentos produzidos nestes projetos;
- Tornar os serviços extensionistas acessíveis via web à comunidade interna e externa da UFSC;
- Auxiliar os participantes dos projetos na conversão de seus conhecimentos;
- Criar comunidades virtuais para discussões e resoluções de problemas;
- Trabalhar colaborativamente e multidisciplinarmente em ações relacionadas à inclusão social das pessoas com deficiência;
- Aproximar os projetos direcionados às pessoas com deficiência no âmbito interno e externo a instituição;
- Oportunizar à comunidade conhecimentos explícitos sobre assuntos relacionados às pessoas com deficiência;
- Facilitar o acesso via web às pessoas com deficiência aos projetos de extensão.

Este estudo tem a característica de analisar a integração, a aquisição e a disseminação entre os diversos projetos de extensão voltados às pessoas com deficiência na UFSC, bem como propor diretrizes para a elaboração de instrumentos que viabilizem estes processos.

O estudo buscou analisar: a extensão universitária e seu papel no que tange à produção e disseminação do conhecimento; fundamentos da gestão do conhecimento organizacional e sua relação com projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência; Portal do conhecimento e a sua relação com GC, projetos de extensão, e acessibilidade às pessoas com deficiência; e algumas reflexões sobre a pessoa com deficiência e inclusão social.

Não esteve previsto, nesta Tese, estudo sobre os motivos ideológicos que perpassam a inclusão social, nem tampouco os que levam a comunidade acadêmica a trabalhar

isoladamente, nesta área. Também não pretendemos discutir a história e as concepções de extensão universitária, pois entendemos que na literatura encontramos vários autores que já desenvolveram trabalhos científicos nesta área.

Adotamos para a realização desta pesquisa os seguintes **pressupostos**:

- Julgamos que os envolvidos nos projetos de extensão desenvolvidos, para atender as pessoas com deficiência, desconheçam outros serviços nesta área na instituição;
- Consideramos que os coordenadores dos projetos de extensão estejam propensos a desenvolver um trabalho colaborativo e participativo em matéria de inclusão social;
- Há um interesse dos coordenadores dos projetos de extensão utilizarem um instrumento de auxílio no processo de integração e gestão de seus conhecimentos;
- As Instituições Federais de Ensino Superior não estão cumprindo a determinação do Decreto nº 5296 de 2/12/2004 (BRASIL, 2004), no que se refere à acessibilidade em seus portais de apresentação.

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Geral

Analisar os processos de integração, aquisição e disseminação do conhecimento entre os serviços extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência, bem como propor diretrizes para auxiliar esses processos.

### 1.4.2 Específicos

- Descrever os projetos extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência;
- Verificar como os participantes dos projetos de extensão da UFSC se relacionam entre si e com outros projetos da mesma área;
- Analisar como os conhecimentos tácitos e explícitos são adquiridos pela equipe executora do projeto;
- Identificar como são disseminados os conhecimentos produzidos nestes projetos;

- Identificar se os portais das IFES estão atendendo o Decreto nº 5296 de 2/12/2004 no que se refere à acessibilidade;
- Verificar como as Pró-Reitorias ligadas à extensão das IFES disponibilizam o acesso on line aos projetos de extensão ligados às pessoas com deficiência de suas instituições;

## 2 METODOLOGIA

Neste capítulo procuramos relatar o processo metodológico utilizado pelo pesquisador para desenvolver seus estudos. Apesar de o pesquisador já ter uma vivência na instituição nesta área, encontra ainda limitações e lacunas para compreender a realidade de cada projeto, pois esses serviços extensionistas oferecidos para o segmento das pessoas com deficiência são desenvolvidos isoladamente e desconectados dos demais projetos na linha de inclusão.

Torres (2002, p.75) questiona: “Como é possível compreender uma realidade através de uma pesquisa? Essa compreensão será necessariamente um recorte, que depende tanto do instrumental utilizado pelo pesquisador, como também da situação particular, o contexto espaço e tempo, sobre o qual se centra o foco da atenção”.

Propusemos um caminho metodológico a fim de que pudéssemos desvelar problemas e indicar diretrizes para solucionar questões evidenciadas nos enunciados deste trabalho, bem como ir ao encontro dos objetivos propostos. Para Mattos (2005, p 826), a “metodologia é sistematização de práticas na solução de problemas de pesquisa”. É com este princípio que tentamos sistematizá-la para alcançar os propósitos do estudo.

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Ao serem identificadas situações que estejam comprometendo o desenvolvimento e a qualidade dos serviços oferecidos pela extensão universitária, há uma necessidade da comunidade acadêmica buscar, através de métodos científicos, a solução para tais problemas. A pesquisa, por sua vez, “[...] é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos”, afirmam Silva e Menezes (2005, p.20) .

Constantemente, um determinado grupo de extensionistas que trabalham com pessoas com deficiência na UFSC tem procurado encontrar mecanismos que dêem mais visibilidade aos seus projetos, tornando-os mais acessíveis a sua comunidade. Com a intenção de buscar saídas para tal inquietação, este trabalho apresentou, quanto a sua natureza, uma pesquisa aplicada, pois ela tem como objetivo propor novos conhecimentos com vista à aplicação prática e dirigida a solucionar problemas específicos, segundo Silva e Menezes. (2005).

Quanto à forma de abordagem, o estudo teve predominantemente uma característica qualitativa.

Por se tratar de um estudo relacionado a projetos extensionistas, direcionado às pessoas com deficiência, pode-se perceber um nível de complexidade alto, pela diversidade entre os agentes envolvidos, as inúmeras estratégias utilizadas por ambos para a concretização de suas ações, pela interação entre os agentes e os projetos, entre outros fatores. Neste sentido, Paulilo (1999, p.1) comenta que:

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Quanto às abordagens serem qualitativas ou quantitativas Minayo (2004) entende que a diferença entre elas está na natureza metodológica. Para a autora, a abordagem qualitativa permite ao pesquisador aprofundar-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Afirma, no entanto, que o conjunto de dados qualitativos e quantitativos interagem dinamicamente no processo de pesquisa. Há um entendimento da autora que não existe dicotomia e exclusão entre os dados quantitativos e os qualitativos, mas eles se complementam reciprocamente no entendimento do fenômeno estudado.

Corroborando com o pensamento de Minayo (2004), Burrows (2004) afirma também que, na busca do conhecimento sobre o homem e sua singularidade como um ser social, a utilização de abordagens quantitativas e qualitativas se complementa.

Também comentam a abordagem da pesquisa qualitativa nas relações humanas; Silva e Menezes (2005, p.20) dizem:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Do ponto de vista dos objetivos propostos, esta pesquisa caracterizou-se como exploratória. Gil (1991, p. 45) descreve este tipo de pesquisa da seguinte maneira:

[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que 'estimulem a compreensão'. [...] na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudos de caso.

Triviños (1987, p.109) aponta que “Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. As afirmações vêm ao encontro do propósito desta investigação, pois permitiu aprofundar o conhecimento da realidade da população da UFSC que tem experiência com serviços extensionistas voltada às pessoas com deficiência e, por sua vez, como são desenvolvidos seus trabalhos nesta área.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e estudo de caso, conforme Gil (1991).

No que se refere ao procedimento bibliográfico e documental, entendemos que uma investigação terá que buscar em referenciais teóricos, publicados em livros, artigos em periódicos e, atualmente, com as tecnologias de informação e comunicação, os materiais disponibilizados na web. Esse material será importante para conhecermos as diferentes abordagens sobre o problema da pesquisa.

Já com relação ao estudo de caso, Dencker e Da Via (2001,p.188) dizem que seu “principal objetivo é a descoberta; enfatiza a interpretação do contexto; busca retratar a realidade de forma completa e profunda; usa uma variedade de fontes de informação; procura representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes em uma determinada situação.”

O estudo de caso, para Gil (1991, p.8) tem como característica um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Já para Triviños (1987, p.133), o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”.

De acordo com Cervo e Bervian (1996), o estudo de caso consiste em pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar variados aspectos do seu cotidiano. Afirmam ainda que delimitar o assunto é selecionar um tópico ou parte a ser focalizada. Neste sentido, o estudo teve esta abrangência, pois pretendíamos conhecer os vários serviços extensionistas desenvolvidos na UFSC e, através deste envolvimento, traçar diretrizes para facilitar a integração e a gestão do conhecimento entre os diversos serviços extensionistas voltados às pessoas com deficiência.

Laville e Dionne (1994, p.156) comentam as conclusões de um estudo de caso:

É verdade que as conclusões de tal investigação valem de início para o caso considerado, e nada assegura, a priori, que possam se aplicar a outros casos. Mas também nada o contradiz: pode-se crer que, se um pesquisador se dedica a um dado caso, é muitas vezes porque ele tem razões para considerá-lo como típico de um conjunto mais amplo do qual se torna o representante, que ele pensa que esse caso pode, por exemplo, ajudar a melhor compreender uma situação ou um fenômeno complexo, até mesmo um meio, uma época.

## 2.2 LOCAL DA PESQUISA

Para a realização deste estudo de caso, a Instituição de Ensino Superior (IES) escolhida foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), devido à familiaridade do pesquisador com a Instituição, na qual é professor e também por desenvolver projetos em que estejam envolvidas as pessoas com deficiência, desde 1995. Esta situação contribuiu para o acesso à coleta dos dados e às informações úteis para a elaboração da proposta da pesquisa.

O local para a realização das entrevistas ficou a critério dos informantes. Todas as entrevistas foram realizadas respectivamente nos seus Centros de Ensino. As entrevistas ocorreram num ambiente tranquilo, com apenas a presença do pesquisador e do entrevistado.

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Fizeram parte deste estudo duas categorias de população. A primeira constituída pelos coordenadores dos projetos de extensão, que desenvolviam serviços direcionados às pessoas com deficiência na UFSC, e a segunda, constituída pelos diretores do antigo Departamento de Apoio a Extensão (DAEx) e do atual Departamento de Projetos de Extensão (DPE) da administração geral da UFSC.

Quanto à seleção dos projetos de extensão que fizeram parte da pesquisa, todos tinham que atender as seguintes características: estarem com os “Formulários de Tramitação e Registro” aprovados no DPE/UFSC, para serem desenvolvidos pelo menos até dezembro de 2008, e que tivessem envolvimento simultâneo entre professores e/ou servidores técnicos administrativos, acadêmicos e as pessoas com deficiência.

Conforme o DPE/PRPE/UFSC, foram encontrados dezesseis projetos atendendo essas características, desses, chegamos ao número de oito coordenadores. Esses números não se cruzaram pelo fato de alguns professores coordenarem simultaneamente dois ou mais projetos.

Como o propósito desta pesquisa não estava em descrever os projetos em si, mas, sim, conhecer o conjunto de fatores constituídos pela interatividade interna e externa, forma como eram adquiridos e disseminados os conhecimentos e da proposta da elaboração de diretrizes que venham a auxiliar a integração e gestão do conhecimento, entendeu-se que seria suficiente a realização da entrevista com os oito coordenadores. Quanto aos quatro projetos que estavam vinculados ao pesquisador, todos foram descartados deste estudo. Desse modo, a pesquisa contou com doze projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência.



No quadro 01 constam algumas características dos coordenadores dos projetos que fizeram parte da pesquisa. Por uma questão de privacidade, a ordem sequencial dos informantes não corresponde a dos projetos apresentados no quadro 02.

Informante	Sexo	Titulação	Formação	Período ligado com projetos de extensão as pessoas com deficiência na UFSC	Ingresso na UFSC
P1	M	Dr	Psicologia	3 anos	2006
P2	F	Dra	Ed. Física	14 anos	1991
P3	F	Ms	Odontologia	12 anos	1986
P4	F	Dra	Pedagogia	11 anos	1992
P5	F	Dra	Jornalismo	2 anos	1995
P6	F	Dra	Arquitetura	13 anos	1986
P7	F	Ms	Fonoaudiologia	19 anos	
P8	F	Dra	Engenharia	7 anos	1992

**Quadro 01 – Caracterização dos entrevistados**

No quadro 02 podem-se encontrar os projetos que fizeram parte deste estudo.

Projetos	Projetos a serem investigados	Unidade de Ensino/Setor
01	Comunicação alternativa para alunos da UFSC	Centro de Educação – Departamento de Estudos Especializados em Educação.
02	Inclusão de alunos com necessidades especiais na UFSC	Centro de Educação – Departamento de Estudos Especializados em Educação.
03	Pothach Experiências Estéticas	Centro de Educação – Departamento de Estudos Especializados em Educação.
04	Produção interdepartamental de vídeo-aulas	Centro de Comunicação e Expressão – Departamento de Jornalismo
05	Cuidados odontológicos ao portador de deficiência	Centro de Ciências da Saúde – Departamento de Patologia
06	Mapas táteis eletrônicos para deficientes visuais: a trilha do rio do Braz	Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de geociências
07	O uso da cartografia tátil e da Internet para informar deficientes visuais sobre os serviços públicos de Florianópolis	Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de geociências
08	Assessoramento interdisciplinar a processos inclusivos no Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Psicologia
09	Atividade motora adaptada	Centro de Desportos – Departamento de Educação Física
10	Atividades na água para pessoas com deficiência	Centro de Desportos – Departamento de Educação Física
11	AMA Baby	Centro de Desportos – Departamento de Educação Física
12	Projeto arquitetônico para acessibilidade nas instalações da FCEE	Centro Tecnológico – Departamento de Arquitetura e Urbanismo

**Quadro 02 – Relação dos Projetos de Extensão que atendiam as características da pesquisa.**

A segunda categoria foi constituída pelos dirigentes do antigo Departamento de Apoio à Extensão vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) e do atual Departamento de Projetos de Extensão (DPE), ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Com a posse dos novos Reitores, ocorrida em maio de 2008, houve a extinção da PRCE, e a extensão passou a fazer parte de uma nova Pró-Reitoria, juntamente com a pesquisa, PRPE. Neste sentido, entendemos que seria interessante entrevistarmos os diretores do antigo e do novo departamento de extensão, tendo em vista que o antigo diretor obteve um grande conhecimento e experiência em matéria administrativa de extensão na UFSC e no cenário nacional, e a atual poderia nos dar elementos significativos sobre a visão da nova administração com relação aos projetos de extensão.

A representatividade da amostra em uma investigação qualitativa pode ser comentada por Triviños (1987, p.132), como:

Não é, em geral, preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para as entrevistas etc.), o tamanho da amostra.

Neste sentido, acreditamos não haver problemas com a população que fará parte deste estudo, pois, como afirma Triviños (1987), ela será essencial para que consigamos obter resultados mais positivos possíveis.

## 2.4 ASPECTOS ÉTICOS

O presente trabalho de pesquisa, por conter seres humanos em sua investigação, foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPSH - da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o número 331/08, para sua apreciação. Após análise foi considerado aprovado pelo CEPSH, para a sua execução, conforme o Parecer Consubstanciado de 24 de novembro de 2008. (Anexo 1).

Conforme determinação do CEPSH, os participantes da pesquisa tiveram que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Neste documento são contidas informações sobre a natureza da pesquisa, a voluntariedade da pesquisa e a garantia do sigilo referente aos dados. Todos os informantes receberam informações sobre os objetivos do Programa de Pós-Graduação a que está submetido o pesquisador, bem como informações sobre os objetivos do estudo. Foi solicitada aos participantes a autorização para a gravação das entrevistas.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, substituímos seus nomes pela letra “P”, seguido de um numeral correspondendo a uma ordenação previamente estabelecida pelo pesquisador. A indicação da letra “P”, para substituir os nomes dos entrevistados, baseou-se no software Atlas TI, que utiliza a letra “P” no documento primário, ou seja, entrevistas e numerais seguem a ordem de inclusão (das entrevistas) no referido software. Após a inclusão de todas as entrevistas, tivemos a seguinte ordenação: P1; P2; P3; P4; P5; P6; P7; P8; P9 e P10. Esta sequência numérica não está relacionada à ordem dos projetos apresentados no quadro 02.

## 2.5 COLETA DOS DADOS

Nas abordagens qualitativas, Triviños (1987) aponta para a participação do informante como um dos elementos do fazer científico. O pesquisador baliza-se em técnicas e métodos específicos que evidenciam sua implicação e a dos seus informantes. Vários são os instrumentos que o pesquisador poderá utilizar para a coleta de dados nesta abordagem, entre eles, a técnica da entrevista semi-estruturada e o método de análise de conteúdo.

Os dados foram coletados através da técnica da entrevista semi-estruturada. Para Triviños (1987, p.57),

A entrevista semi-estruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo, à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Bogdan e Biklen (1994, p. 134) comentam que “Em investigações qualitativas, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas”.

O objetivo da aplicação da entrevista semi-estruturada foi para aprofundar alguns eixos temáticos do estudo, tais como: extensão universitária, produção e disseminação do conhecimento e integração entre os projetos. Como a população pesquisada foi constituída por coordenadores de projetos de extensão e equipe da administração central da UFSC, foram elaborados dois roteiros de entrevistas.

Com relação aos coordenadores dos projetos, as entrevistas foram divididas em três blocos. O primeiro relacionado ao projeto de extensão, o segundo ao processo de aquisição e disseminação do conhecimento e a interação entre os projetos.

No primeiro bloco foram abordadas informações sobre importância da extensão universitária; os benefícios para a instituição com a realização desses projetos; a relação do projeto com o ensino e a pesquisa; o que levou a desenvolver esse projeto; e, por último, a ciência de outros projetos na área das pessoas com deficiência no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

No segundo bloco abordamos questões pertinentes à aquisição e à disseminação do conhecimento no âmbito do projeto. Como elaboram os novos conhecimentos; onde se reúnem; quais os recursos que utilizam para trocar experiências; como os novos integrantes participam das atividades; onde procuram disseminar seus conhecimentos; quais os apoios que têm recebido para disseminarem os conhecimentos; como vêem a possibilidade de um trabalho colaborativo com outros projetos na instituição ou fora dela.

No último bloco elaboramos questões que abordassem assuntos pertinentes ao processo de integração entre os projetos, instrumentos que poderiam facilitar este processo, a visibilidade dos projetos na homepage da UFSC, até que ponto este portal permitiria a interação entre os diversos projetos institucionais.

Na figura 01 está apresentada a Matriz Analítica das entrevistas com os informantes coordenadores dos projetos de extensão ligadas às pessoas com deficiência.

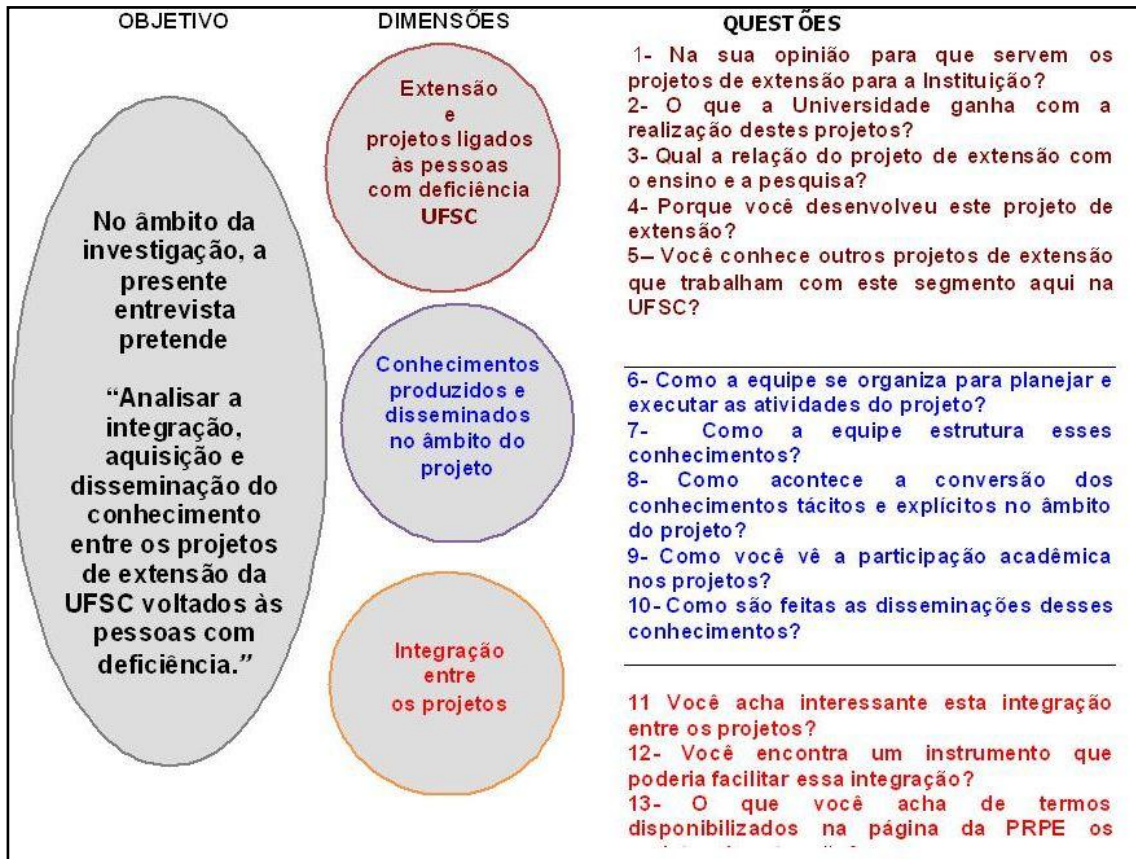


Figura 01 - Matriz analítica da entrevista com os coordenadores de extensão

Já para os entrevistados pertencentes à administração central, a entrevista caminhou para identificar o significado do papel da extensão para a comunidade universitária; como estes projetos ligados às pessoas com deficiência são vistos pela Instituição; como a administração viabiliza o processo de disseminação dos conhecimentos desenvolvidos no âmbito dos projetos, e como veriam a possibilidade de implantação de um link de acesso desse portal para a página da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão.

Mesmo o pesquisador conhecendo grande parte da população investigada, procurou preocupar-se com o *rapport* para a coleta das informações. Segundo Triviños (1987, p.149), esse *rapport* significa criar “um clima de simpatia, de confiança, de lealdade, de harmonia entre ele e o entrevistado”.

Quando da realização das entrevistas, o pesquisador pediu o consentimento dos informantes para a utilização de um gravador digital, marca Panasonic modelo RR-US450, para a captação das informações e posterior transcrição.

Os envolvidos na pesquisa foram informados sobre o Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, as linhas de pesquisa, o interesse do pesquisador pelo estudo e os objetivos do mesmo.

## 2.6 COLETA DOS DADOS REFERENTES AOS PORTAIS INSTITUCIONAIS

O referido estudo teve também como objetivo verificar junto aos portais iniciais das instituições de ensino superior da administração pública federal e estadual se as mesmas estão atendendo ao Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, (BRASIL, 2004), no que tange à presença do símbolo que garante a acessibilidade às pessoas com necessidades especiais.

Outros aspectos verificados nesta consulta quanto aos portais institucionais foram: acesso às Pró-Reitorias relacionadas à extensão; nas instituições que possibilitassem esse, acesso, quais eram as informações contidas neles e se apresentava acesso aos projetos de extensão em execução, e se algum desses projetos estavam relacionados às pessoas com deficiência.

Para este estudo foi realizada apenas a consulta aos portais institucionais e a constatação ou não dos itens relacionados. Não estava prevista a discussão sobre os motivos que levaram as instituições a tomarem as decisões encontradas, apenas houve o interesse em saber da existência ou não desses aspectos.

## 2.7 FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados das entrevistas foram analisados segundo o método de “Análise de Conteúdo” de Bardin (1977, p. 42). Para o autor, este método significa

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

A organização da análise ocorreu em três etapas básicas e em ordem cronológicas pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial.

Na primeira etapa, pré-análise, aconteceu a organização do material. Realizou-se a transcrição e digitalização das entrevistas, seguidas de sucessivas leituras e audições. Para a digitalização foi utilizado o programa Microsoft Word, compatível com o programa que iríamos utilizar para o segundo momento.

No segundo momento, descrição analítica, as entrevistas foram submetidas a um estudo mais detalhado, norteado pela proposta da pesquisa, referenciais teóricos e experiências do pesquisador na área. Nesta etapa acontecem, segundo Triviños (1987) e Bardin (1977), a codificação, classificação e categorização, surgindo deste processo quadros de referências para posterior análise.

Com o advento das tecnologias de informação (softwares) muitos trabalhos científicos foram facilitados, tanto no aspecto de coleta de dados, quanto nas suas codificações e categorizações, proporcionando um ganho significativo no tempo e na qualidade da organização das idéias. Com os recursos da informática, Bardin (1997) apontava para uma preocupação quanto ao seu uso indevido, quando desconectado do contexto, o fazer por fazer. Mattos (2005, p.825) também comenta sobre o uso da informática neste processo: “Se, por um lado, permitem a multiplicação da produção acadêmica e facilitam a vida de mestrandos e pesquisadores menos experientes, podem, por outro, representar um risco de substituir significados originais por conceitos - pré-moldados”.

Para ajudar na codificação e análise dos dados foi utilizado o software Atlas TI (Qualitative Research and Solutions). Este software, segundo Justicia (2005, p.2), “é uma ferramenta informática cujo objetivo é facilitar a análise qualitativa, principalmente, grandes volumes de dados textuais”. Tal programa permite ao pesquisador armazenar, explorar e desenvolver idéias e/ou teorias sobre os dados coletados.

O software ATLAS TI foi utilizado tanto para as entrevistas junto aos coordenadores dos projetos de extensão ligados às pessoas com deficiência, como para os diretores do DAEx e do DAP, quanto para os documentos “Formulários de Tramitação e Registro” dos projetos de extensão.

Após termos realizado as entrevistas, iniciamos a sua transcrição e digitalização. Este processo teve dois momentos muito distintos: se, por um lado, tornou-se exaustivo, por outro, permitiu ao pesquisador abstrair as primeiras idéias para análise.

Com a digitalização das entrevistas, o processo de inseri-las no Software. A cada entrevista inserida, o programa gerava um código, por exemplo, “P3”. Esses códigos foram aproveitados pelo pesquisador para identificar os informantes e mantê-los no anonimato. Na Figura 02, pode-se encontrar um exemplo de uma tela de trabalho do ATLAS TI.

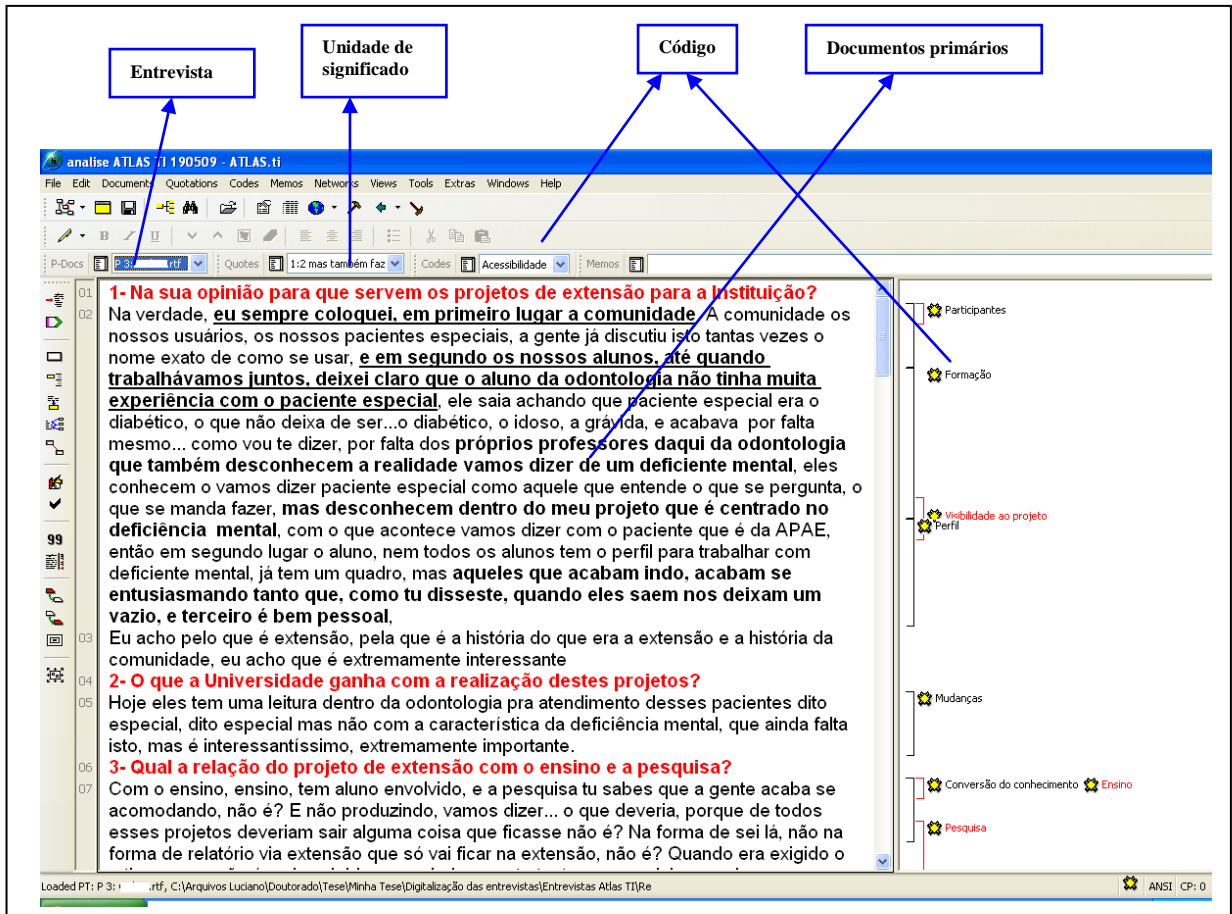


Figura 02 - Tela de trabalho do ATLAS TI

Após todas as entrevistas estarem inseridas no programa, iniciamos o processo de identificação das unidades de significado, ou seja, frases que poderiam dar sustentação aos objetivos do estudo. Essas unidades de significado foram sendo agrupadas em codes ou subcategorias. Salienta-se que, para o referido estudo, não houve nenhum tipo de categoria previamente elaborada, essas foram surgindo com as leituras e com a identificação das unidades de significado. A cada nova leitura as unidades de significado recebiam novos códigos, ou eram remanejadas a outros já existentes, pois nosso objetivo era aproximar o significado das unidades com as dimensões que tínhamos proposto.

No primeiro processo de identificação, obtivemos, com as oito entrevistas com os coordenadores dos projetos, um total de trezentos e sessenta e duas (362) unidades de significado, distribuídas em noventa e três (93) subcategorias. Após várias leituras e reflexões, chegamos à conclusão que, para o referido estudo, as unidades de significado e as categorias encontradas já seriam suficientes para irmos à nova etapa, até porque houve uma saturação das mesmas. Assim chegamos a um total de trezentos e oitenta e três (383) unidades de





Finalizada esta etapa, iniciamos a distribuição dessas subcategorias em categorias maiores ou “Famílias”, conforme “ATLAS TI”. A utilização do Software foi também muito significativa, pois, ao distribuirmos as subcategorias nas categorias/famílias, o programa já o fazia também, organizando e facilitando todo o processo. Além dessa distribuição o programa também permitia a criação de gráficos das categorias com suas subcategorias e o número de unidades de significado contidas em cada uma delas respectivamente. Na figura 03 , por exemplo, apresentamos um desses gráficos que será utilizado nos próximos capítulos.

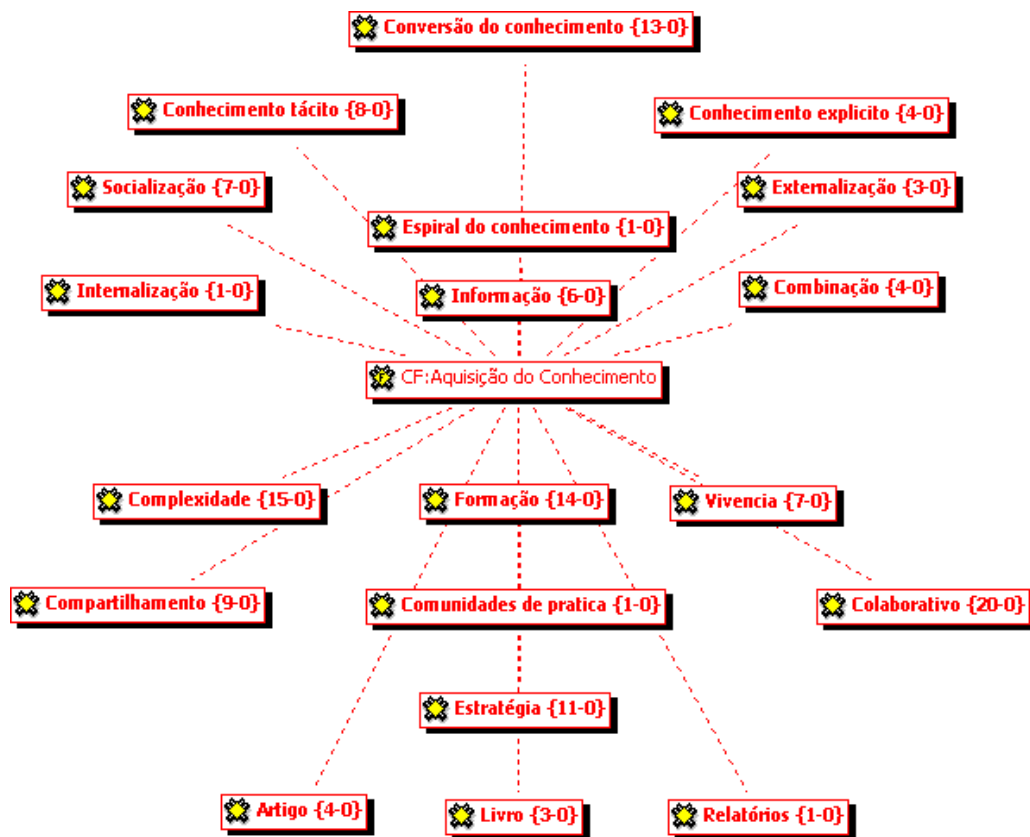


Figura 03 - Primeira versão da Categoria Aquisição do conhecimento

Após exaustivas leituras e reflexões, identificamos oito categorias em que as subcategorias poderiam estar alocadas, algumas dessas contidas também em mais de uma categoria. No quadro 03, apresentamos esta distribuição.

<b>Categorias</b>	<b>Numero subcategorias</b>	<b>Nº Unidade Significativa</b>	<b>Descrição das subcategorias</b>
<b>Aquisição do Conhecimento</b>	19	132	[Artigo] [Colaborativo] [Combinação] [Compartilhamento] [Conhecimento explícito] [Conhecimento tácito] [Conversão do conhecimento] [Espirál do conhecimento] [Estratégia] [Externalização] [Formação] [Informação] [Internalização] [Livro] [Relatórios] [Socialização] [Vivência] [Complexidade] [Comunidades de Prática]
<b>Áreas do Conhecimento</b>	3	17	[Interdisciplinaridade] [Multidisciplinaridade] [Núcleo]
<b>Disseminação do Conhecimento</b>	9	28	[Artigo] [Benefícios] [Curso] [Eventos científicos] [Livro] [Relatórios] [Revista] [Visibilidade] [DVD]
<b>Extensão</b>	12	64	[Articulação] [Assistencialismo] [Bolsista] [Cobrança de taxas] [Consultoria] [Curso] [Ensino] [Eventos científicos] [Indissociabilidade] [Objetivo da extensão] [Pesquisa] [Vivência]
<b>Inclusão</b>	7	49	[Acessibilidade] [Comprometimento] [Discriminação] [Formação] [Inclusão] [Mudanças] [Predileção]
<b>Integração</b>	7	57	[Ciência de outros projetos] [Dependência] [Envolvimento] [Guetos] [Integração] [Multidisciplinaridade] [Núcleo]
<b>Internet</b>	7	66	[Atualizado] [Divulgação] [Ferramentas] [Informações disponibilizadas] [Portal] [Visibilidade ao projeto] [Web]
<b>Serviço</b>	8	35	[Ambiente de trabalho] [Assistencialismo] [Benefícios] [Bolsista] [Cobrança de taxas] [Consultoria] [Demanda] [Participantes]

**Quadro 03 Distribuição das subcategorias nas categorias**

Todo este processo transcrito ocorreu também com as entrevistas dos diretores do departamento ligados à extensão, bem como com os documentos do “Formulário de Tramitação e Registro”, em que foram analisados, neste método, apenas os objetivos e metodologias dos projetos.

No terceiro momento, interpretação inferencial, o pesquisador procurou analisar os dados de acordo com os pressupostos da pesquisa, os referenciais teóricos que sustentam a investigação e a sua experiência na área. Este processo será descrito nos capítulos subsequentes. Para tal, recorreremos a uma metodologia em que em cada dimensão escolhida pelo pesquisador foi realizada primeiramente uma revisão da literatura e, logo após, análise e discussão dos dados encontrados. O procedimento permitiu uma aproximação de duas fases

da pesquisa, bem como facilitar a compreensão dos futuros leitores sobre estas dimensões, uma vez que elas, apesar de estarem interligadas, contêm áreas do conhecimento diferentes e, portanto, podendo dificultar a compreensão, quando apresentadas de forma convencional, ou seja, primeiramente a revisão de literatura do estudo e depois as análises e discussões. Este procedimento foi baseado nos estudos de Mourão (1990) e Fernandes (1992).

## 2.8 ESTRUTURA DA TESE

A Tese está dividida em oito capítulos, sendo que poderíamos dividi-la em três blocos, o primeiro, constando da parte inicial e da metodologia, o segundo, da fundamentação teórica e análise e discussão dos dados e, por último, as diretrizes, conclusões e o referencial bibliográfico.

No primeiro bloco está contida a introdução/justificativa do trabalho, objetivos, estado da arte, estrutura da tese, compondo o primeiro capítulo; já no segundo consta a metodologia utilizada na pesquisa.

No segundo bloco da pesquisa encontra-se o terceiro capítulo, abordando tanto a fundamentação teórica junto às pessoas com deficiência quanto a análise e discussão dos dados referentes à questão da integração entre os projetos de extensão direcionados a esse segmento; No quarto capítulo, seguimos a mesma dinâmica do terceiro, sendo que o enfoque foi na extensão universitária; No quinto capítulo, tratou-se da mesma forma que os dois anteriores, mas com estudo na gestão do conhecimento.

No terceiro bloco estão contidos: o sexto capítulo, abordando as propostas de diretrizes para auxiliar o processo de integração, aquisição e disseminação do conhecimento, bem como da sugestão de dois instrumentos onde essas propostas poderão estar contidas; o sétimo capítulo trata das considerações finais e, por último, o oitavo capítulo descreve as referências bibliográficas utilizadas neste estudo. Fechando a pesquisa, encontramos os apêndices e anexos.

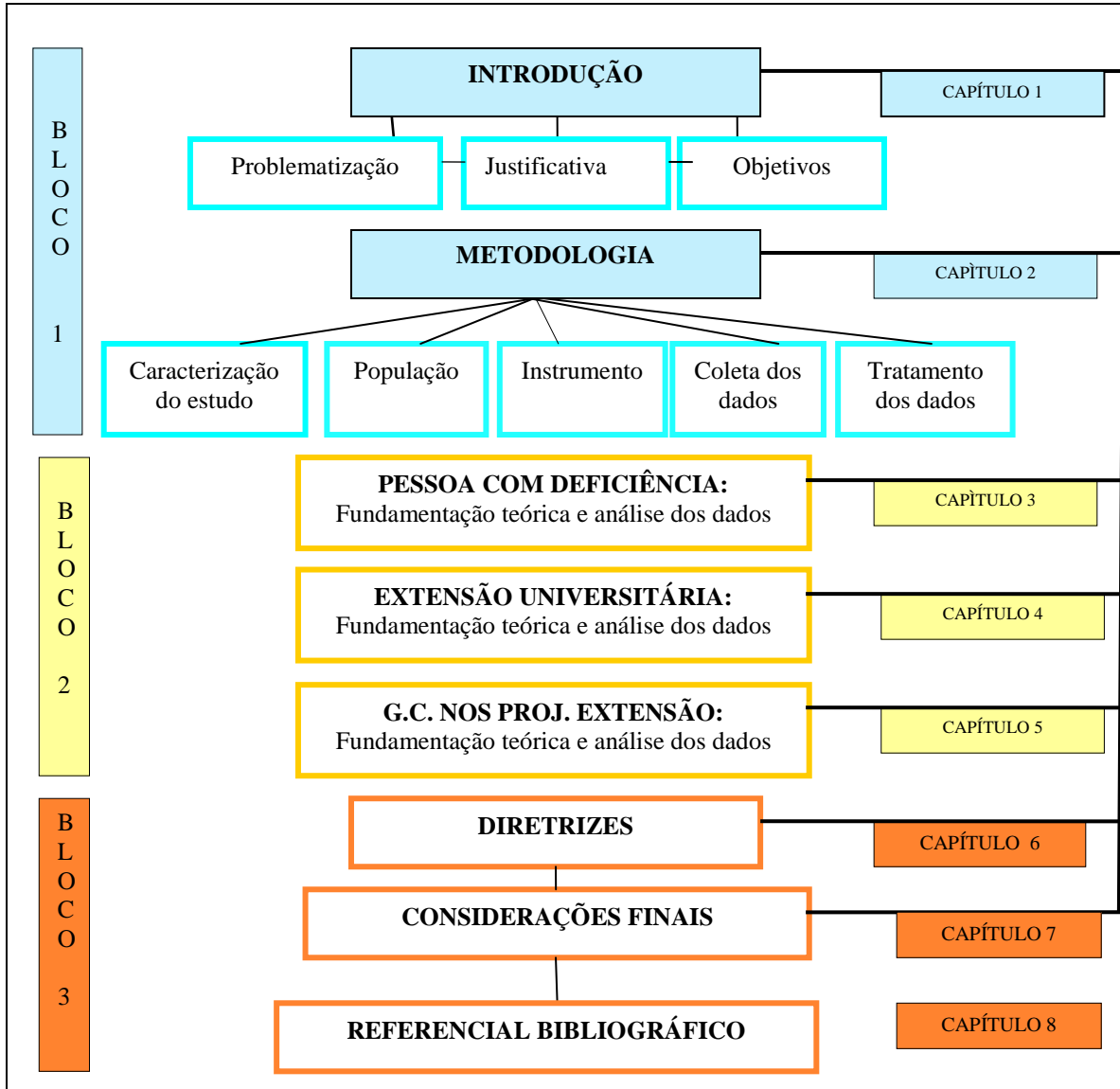


Figura 04 – Estrutura geral da tese

### 3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Abordaremos, neste capítulo, algumas considerações sobre a contextualização da deficiência, o processo inclusivo e conceitos sobre deficiência. Após breve fundamentação teórica, serão analisados os dados contidos nas entrevistas referentes aos projetos de extensão direcionados a esta população e os formulários de tramitação e registro dos projetos envolvidos.

#### 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. (WERNECK, 1997, p.21).

Historicamente, as pessoas menos favorecidas econômica e socialmente, ou que apresentavam condições atípicas à maioria da população, sempre ficaram à margem da sociedade. A forma como foram ou como estão sendo tratadas varia conforme os valores e normas nas diferentes culturas.

Vários estudiosos têm abordado relatos sobre processos de reconhecimento, valorização ou inclusão na sociedade do segmento das pessoas com deficiência ao longo dos séculos. Carmo (1991); Bianchetti (1998); Marques, Castro e Silva (2001); Cidade (2002); e Rossit e Zuliani (2006), entre outros, comentam que as pessoas com deficiência sempre encontraram desafios para alcançarem seus direitos e o respeito da sociedade. Estes desafios iniciaram por lutas, principalmente para se manterem vivos, passando por períodos de negação e segregação, até conseguirem o direito de participarem ativamente da sociedade. Fonseca (1995) já afirmava que a problemática da deficiência estava diretamente relacionada com a maturidade humana e cultural da sociedade.

Os problemas sociais que afetam as pessoas com deficiência podem ser percebidos desde os tempos mais remotos. Na história da humanidade e nas diversas civilizações, o relacionamento social e as concepções que os envolviam sempre estiveram ligados às questões sócio-econômicas e culturais. (CARMO, 1991). Algumas culturas simplesmente os eliminavam, outras os isolavam, achando que impediriam a proliferação de sua deficiência.

Segundo Marques, Castro e Silva (2001), na Grécia e em Roma, durante o período de 500 a.C. e 400 d.C., o Estado tinha uma preocupação com a segurança contra os inimigos.

Este fato levou-os a cultuarem os corpos belos e fortes. Os soldados que perdiam partes de seus membros em combates eram considerados heróis, mas os que nasciam imperfeitos fisicamente eram assassinados; já os que nasciam com outras deficiências, eram discriminados e abandonados.

Durante um grande período da era cristã (400-1500 d.C.), a pessoa com deficiência não era identificada como imagem do Criador, pois seus corpos eram defeituosos e seus comportamentos eram anormais. O Criador era perfeito, e seus filhos tinham que ser a sua imagem e semelhança, portanto, os que fugiam a esta regra eram tidos como impuros. Essas pessoas viviam recolhidas em seminários, em porões ou em esconderijos, sobre os cuidados de religiosos, pois na época era predominante também a idéia de que seus corpos poderiam estar possuídos pelos maus espíritos. Rossit e Zuliani (2006) apontaram que, em determinados momentos deste período, as pessoas com deficiência mental eram consideradas “bobos da corte”, alegrando as festividades do reino. Já em outros momentos, as pessoas com deficiências visuais eram consideradas iluminadas, auxiliavam e davam conselhos aos poderosos.

No período compreendido entre os séculos XVI e XVII essas pessoas continuavam mantidas em asilos ou instituições fechadas, não recebendo nenhum tratamento de saúde e educação. O século XVII, apesar de a sociedade afastar-se das pessoas com deficiência, foi marcante para a educação especial, área do conhecimento que estuda os processos e metodologias educacionais para atender essa população. Mazzotta (1996, p.18) descreve que, neste século, foi encontrado o primeiro registro sobre educação de deficientes auditivos, no ano de 1620. O registro foi escrito por Jean-Paul Bonet, na França, com o título “Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar”. O século XVIII foi marcado, portanto, como propulsor para a gênese da educação de outras deficiências e, quem sabe, da educação especial.

Já no século XIX iniciaram os estudos científicos, principalmente dos avanços na área da saúde, com o segmento da deficiência mental, dando uma nova compreensão dos prováveis motivos que levavam às deficiências. Alguns segmentos da sociedade começaram a não mais vê-los como possuidores de maus espíritos, satânicos, mas, sim, com problemas comportamentais e de doenças, criando um ar de piedade, compaixão. Neste período, iniciaram-se os tratamentos clínicos, como também maior investidura na área educacional. Surgiram novas metodologias educacionais diferenciadas, algumas delas servindo de parâmetro para os dias atuais.

Com o surgimento das instituições especiais e a especificidade dos atendimentos, iniciaram-se os grandes desafios da conceituação e terminologias para entender e classificar as deficiências, modificando a relação dos mecanismos de atendimento e o próprio olhar acerca da pessoa com deficiência.

Fine (1996) aborda a injustiça gerada historicamente pela sociedade com relação aos pais das crianças com deficiência, sendo culpados e/ou castigados por gerarem filhos subumanos, pois eles poderiam vir a contaminar a raça humana. Essa falsa idéia trouxe consequências profundas nas famílias, pois se sentiam isolados e injustiçados. Mas, com os avanços da ciência e a possibilidade de encaminharem seus filhos para instituições educacionais ou clínicas especializadas, deu-se início às suas reivindicações, para garantirem tratamentos mais adequados e desfazer as injustiças geradas pela sociedade sobre seus filhos.

Marques, Castro e Silva (2001) reconheceram cinco (05) grandes períodos de desenvolvimento das atividades em relação às pessoas com deficiência, correspondendo a fases distintas da história:

- Separação;
- Proteção;
- Emancipação;
- Integração, e
- Inclusão.

No período da “Separação ou Exclusão Social”, as pessoas com deficiência eram vistas pela maioria das sociedades primitivas com superstição e malignidade. Nesta época, o conhecimento centrava-se no pensamento mágico-religioso. No início da Idade Média, foi aceita uma relação de causalidade entre demonologia e anormalidade. Posteriormente, este sentimento de horror em relação à deficiência foi dando lugar ao sentimento de caridade, o qual correspondeu ao início do período da “Proteção”.

Este período apareceu com o desenvolvimento das religiões monoteístas. Fundaram-se asilos e hospitais onde essas pessoas eram recolhidas. Nesta época, ainda era comum a prática de mutilar ou cegar indivíduos que cometiam graves delitos. Nos finais da Idade Média, através das ordens religiosas, surgiram os hospícios, onde as pessoas com deficiência eram assistidas. Durante este período acreditava-se que as pessoas que as acolhiam, cuidavam, ganhariam um lugar no céu.



No início da Idade Renascentista, surgiu a Fase da “Emancipação”. Os estudos estavam mais dirigidos à valorização do homem (humanismo) e da natureza, em oposição ao divino, sobrenatural. O aparecimento de pessoas deficientes que se destacavam pelas suas idéias ou comportamentos influenciou decisivamente a origem da educação especial.

Com o aparecimento das idéias iluministas da Revolução Francesa, o problema da deficiência começou a ser encarado por uma via racional e científica, sendo observada à luz de novos procedimentos científicos, sob a ótica da psicofisiologia e etiopatologia.

Na Fase da “Integração”, que iniciou na metade do Século XX, conferia-se à pessoa com deficiência as mesmas condições de realização e de aprendizagem sócio-cultural dos seus semelhantes, independente das limitações ou dificuldades que manifestavam. Esta fase ganhou um grande impulso com os movimentos sociais e a emergência de entidades internacionais e nacionais que reivindicarem políticas que propiciassem a integração social destes indivíduos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os dirigentes dos países vencedores deste conflito mundial criaram uma instituição voltada a garantir a segurança e a paz mundial, a Organização das Nações Unidas, ONU. Esta entidade elaborou, em 1948, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos.

Com as várias manifestações em prol da dignidade e respeito às pessoas menos favorecidas, iniciaram-se também campanhas mundiais em favor dos direitos individuais das pessoas com deficiência. Através destas campanhas, a ONU promulgou, em 09 de dezembro de 1975, a “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”. Esta promulgação significou um grande marco na história das conquistas dessas pessoas, na medida em que obrigou seus países membros, mesmo que de forma precária, a traçarem políticas públicas de apoio e atendimento a esta comunidade.

No final do Século XX, iniciou-se a Fase da “Inclusão”. Nesta fase, o ponto central estava na inserção dessas pessoas em todos os segmentos da sociedade. Em 1981, com a Promulgação da ONU (1981) como “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”, tendo como tema central “Participação Plena e Igualdade”, culminaram reivindicações e lutas de diferentes entidades internacionais em favor das pessoas com deficiência. Várias outras declarações internacionais foram elaboradas com o propósito de garantir seus direitos individuais.

Esta Promulgação suscitou na comunidade internacional o interesse por difundir a proposta de tornar as sociedades mais inclusivas. Tão quanto o avanço tecnológico proporcionou a aquisição e a disseminação em larga escala do conhecimento, gerando a

sociedade da informação e do conhecimento, as declarações internacionais e os programas mundiais em prol das pessoas com deficiência geraram a sociedade inclusiva.

Werneck (2003, p. 23) define: “Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum”.

A década de 90 do século passado foi marcada por inúmeras discussões em vários segmentos da sociedade sobre os paradigmas da inclusão social. Sasaki (2006, p.45) aponta que, com este paradigma, ficou claro que os problemas das pessoas com deficiência “não estão nelas tanto quanto estão na sociedade”. Segundo ainda o autor, a sociedade tem uma boa parcela de culpa na geração de incapacidade ou desvantagem no desempenho de alguns papéis sociais, uma vez que ela mesma cria inúmeros problemas e barreiras. Essa situação, gerada pela sociedade, muitas vezes é provinda ainda, segundo Sasaki (2006, p.45), por conta de

- Seus ambientes restritivos;
- Suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas, que rejeitam a maioria e todas as formas de diferenças;
- Seus discutíveis padrões de normalidade;
- Seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico;
- Seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria supostamente homogênea;
- Sua quase total desinformação sobre deficiências e sobre direitos das pessoas que têm essas deficiências;
- Suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana.

Por outro lado, Sasaki (2006, p.171-2) descreve que o processo inclusivo não aconteceu por acaso, ele foi decorrente de vários fatores e tendências irreversíveis, tais como:

- **Solidariedade humanitária.** As pessoas com deficiência são seres humanos, portanto, fazem parte da humanidade e devem ser tratadas solidariamente;
- **Consciência de cidadania.** Uma boa parte das próprias pessoas com deficiência e da sociedade tem consciência dos deveres e direitos de cidadania nos aspectos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais;
- **Necessidade de melhoria da qualidade de vida.** Hoje não basta que os produtos e serviços necessários à reabilitação, à educação, ao trabalho e ao lazer estejam disponíveis à pessoa com deficiência. É necessário que a qualidade de vida seja melhorada, através da participação do próprio consumidor no melhoramento desses produtos e serviços;
- **Investimento econômico.** Pessoas com deficiência, ativas e saudáveis, custam menos para si mesmas, pra sua família e para sua comunidade. Portanto, os recursos financeiros despendidos no processo de inclusão social têm um retorno econômico significativo;
- **Necessidade de desenvolvimento da sociedade.** Uma sociedade se desenvolverá justa e saudável na medida em que todos os seus membros forem atendidos em suas necessidades essenciais. E as pessoas com deficiência, assim como as outras, não podem permanecer desatendidas;

- **Pressão internacional.** Hoje há consenso internacional a respeito da implementação de medidas de equiparação de oportunidades pra todas as pessoas com deficiências, inclusive as mais severas, em todos os países;
- **Cumprimento da legislação.** Cada vez mais órgãos públicos (nos níveis municipal, estadual e federal), organizações governamentais e outras instâncias de poder público estão aprovando decretos, leis, portarias, resoluções, instruções normativas etc, visando à garantia de direitos às pessoas com deficiência. Urge que toda essa legislação seja cumprida e sempre aperfeiçoada;
- **Combate à crise no atendimento.** A péssima qualidade dos serviços essenciais prestados à população geral e à pessoa com deficiência vêm fortalecendo a idéia do combate à crise através de parcerias entre as partes interessadas e/ou de atividades paralelas dirigidas por algumas organizações de, para e sobre pessoas com deficiência;
- **Crescimento do exercício do empoderamento.** Empoderamento é o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas utilizam o seu poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle de sua vida. Hoje um número cada vez maior de pessoas com deficiência está exercendo o empoderamento no seu dia a dia em casa, no trabalho, na escola, no lazer e em todas as outras situações de vida.

O conceito de inclusão pode ser entendido como “O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais e gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. (SASSAKI, 2006, p.39).

A inclusão social tem por objetivo a construção de uma nova sociedade que realmente contemple todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais: celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humana, respeito às minorias, cidadania com qualidade de vida. Bahia e Santos (2007, p. 4) consideram bastante relevante a atuação das entidades governamentais e não governamentais neste processo de inclusão social, tendo em vista as suas capacidades em “propor, executar e fiscalizar normas definidoras do funcionamento e da convivência social”.

A Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994, p.5), com apoio da UNESCO, foi o primeiro documento internacional que abordou extensivamente o conceito de inclusão. Esta Declaração, em um trecho, preconizava o princípio da inclusão que consiste no “reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à ‘escola para todos’, um lugar que inclua todos os alunos, apóie a aprendizagem e responda as necessidades individuais”. Complementa: “o princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter”.

Já no Brasil a luta pela inclusão das pessoas com deficiência iniciou-se através da educação. Em Mazzota (1996, p. 27-28) encontramos a história da educação especial no Brasil, onde o autor comenta que este processo seguiu o modelo das experiências européias e americanas.

A grande iniciativa oficial para o desenvolvimento da educação para as pessoas com deficiência veio com D. Pedro II, criando, através do Decreto Imperial nº 1.428 de 12 de setembro de 1854, o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” e, em 26 de setembro de 1857, com o Decreto nº 839, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”. Após alguns anos estes institutos passaram a serem chamados “Instituto Benjamin Constant” e “Instituto Nacional de Educação dos Surdos”, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Após estas iniciativas, outras foram surgindo, aumentando e melhorando o nível de atendimento às pessoas com deficiência.

As lutas por participações mais efetivas desse segmento na sociedade ocorreram após a promulgação da Declaração das Nações Unidas, em 1981, como “Ano Internacional da Pessoa com Deficiência”. Tais participações se solidificaram em decorrência das reivindicações de profissionais de várias áreas do conhecimento, juntamente com várias entidades voltadas às pessoas com deficiência, e o próprio segmento das pessoas com deficiência.

A exigência do cumprimento dos seus direitos constitucionais, de acesso ao mercado de trabalho, à educação, ao lazer, começou a ganhar força política e apoio de alguns segmentos da sociedade.

No Brasil, as políticas de inclusão social deste segmento encontram-se registradas desde a Constituição de 1988, (BRASIL, 1988), que originou a Lei nº 7.853/1989, (BRASIL, 1989), que dispunha sobre “o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas e disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências”. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto 3.298/1999, (BRASIL, 1999), que dispõe sobre “A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências”. Neste decreto, em seu Art.1º, fica clara a intenção do governo em elaborar políticas públicas que garantam os direitos individuais desse segmento.

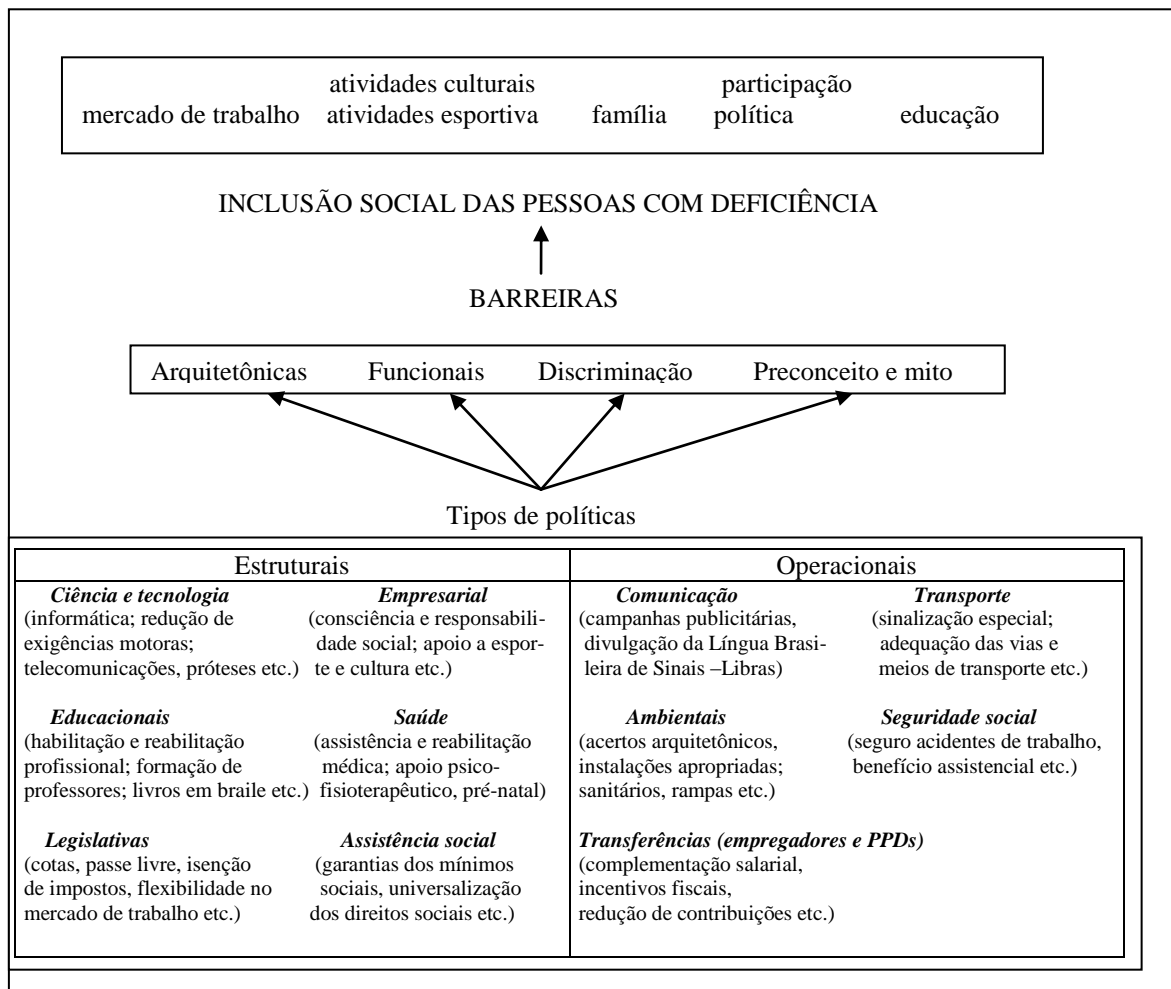
Desde a década de 80 do Século passado, muitas legislações já foram aprovadas, garantindo maior inclusão e dificultando a segregação em todos os setores da sociedade. A ONU, em comemoração ao 58º aniversário da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”,

promulgada em 10 de dezembro de 1948, homologou, em 13 de dezembro de 2006 (ONU, 2006), a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência”, sendo aprovada em 03 de maio de 2008. O Brasil, como signatário desta Convenção, submeteu a sua aprovação em suas duas casas legislativas, sendo que após a aprovação na Câmara dos Deputados, o Senado Federal a aprovou, em 02 de julho de 2008. O Presidente da República assinou o seu Decreto sob o nº 6949 de 2009, (BRASIL, 2009).

A proposta aprovada pelo Brasil tem força de emenda Constitucional.

Maior (2008) comenta que o Brasil, em termos de legislação, tem avançado muito nas questões relacionadas à inclusão social. O ponto de partida para este processo, diz a autora, foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Apesar do País reconhecer e respeitar as diferenças individuais em seus documentos oficiais, uma nação deve estar preparada para poder compreender a diversidade humana. Esta compreensão perpassa pelo conhecimento e pelo respeito ao próximo.

Néri, Pinto, Soares, et al. (2003) apontam que o sucesso da inclusão social está diretamente ligado a um conjunto de políticas estruturais e operacionais que garantam a eliminação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, funcionais, permitindo a acessibilidade aos vários setores da sociedade. Na figura 05, os autores citados apresentam os dois tipos de políticas que poderão contribuir na acessibilidade das pessoas com deficiência e, por sua vez, a inclusão social.



**Figura 05 - Políticas que eliminam barreiras e promovem a inclusão social das pessoas com deficiência.**  
Fonte: Neri et al. (2003)

Vital (2008, p.24) comenta que promover a acessibilidade é poder garantir a oportunidade das pessoas com deficiência participar plenamente dos serviços oferecidos pela sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Valorizar a sua autonomia e independência é lutar pelo princípio do movimento de vida independente, diz ainda a autora.

As Universidades têm o compromisso, enquanto agências de fomento do conhecimento, de preparar sua comunidade para questões relacionadas à inclusão social. Propor ações afirmativas, que caminham no sentido de facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência, seja na escola, no trabalho, no lazer, no esporte, no uso das tecnologias da informação e comunicação, nas suas atividades do dia a dia poderá ser uma boa proposta de conteúdos a serem desenvolvidas nos mais variados projetos universitários.

Neste sentido, as ações de ensino, pesquisa e extensão deverão estar interligadas, para melhor equacionar este compromisso. Várias são as possibilidades de articulação entre as ações acadêmicas com o segmento das pessoas com deficiência.

Na esfera do ensino superior encontramos alguns cursos específicos na área da educação inclusiva. Esses têm como propósito preparar profissionais a atuarem com o segmento. Atualmente, por determinação legal ou por interesse de alguns profissionais, estão sendo disponibilizadas, em muitos cursos de graduação e pós-graduação, disciplinas abordando a inclusão social.

Estas disciplinas têm despertado uma ação mais efetiva e comprometida dos acadêmicos para com a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. A inserção no mundo da diversidade humana aguça a busca dos conhecimentos tácitos explícitos, ampliando o universo de atuação profissional e, por sua vez, podendo intervir positivamente na busca da valorização humana e na participação mais integral, independente e acessível deste segmento na sociedade.

As lutas e conquistas por uma sociedade mais inclusiva têm gerado inúmeras situações desconfortáveis para todos os envolvidos. De um lado, encontramos as pessoas com deficiência que têm todo o direito de usufruírem os serviços oferecidos pela sociedade e, de outro, uma sociedade que não foi preparada para enfrentar a realidade da diversidade humana. As Universidades, através de suas várias áreas de conhecimento, poderão contribuir em muito com projetos de pesquisa, visando diminuir esta situação.

No campo da extensão, os vários serviços oferecidos pela instituição a este segmento poderão oportunizar vivências significativas da comunidade universitária à inclusão social, despertando na sociedade a valorização, o respeito e o compromisso para com as pessoas com deficiência.

### 3.2 CONCEITUAÇÃO

No mundo estima-se que a população de pessoas com deficiência atinja a casa dos seiscentos (600) milhões. Desse tão elevado número, cerca de quatrocentos (400) milhões vivem em países do terceiro mundo ou em desenvolvimento, comenta Vital (2008). Para a autora, há uma grande relação entre níveis de pobreza e deficiência. Segundo fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2003), no Brasil, cerca de 27% deste segmento vive em situação de pobreza extrema e 53% são pobres.

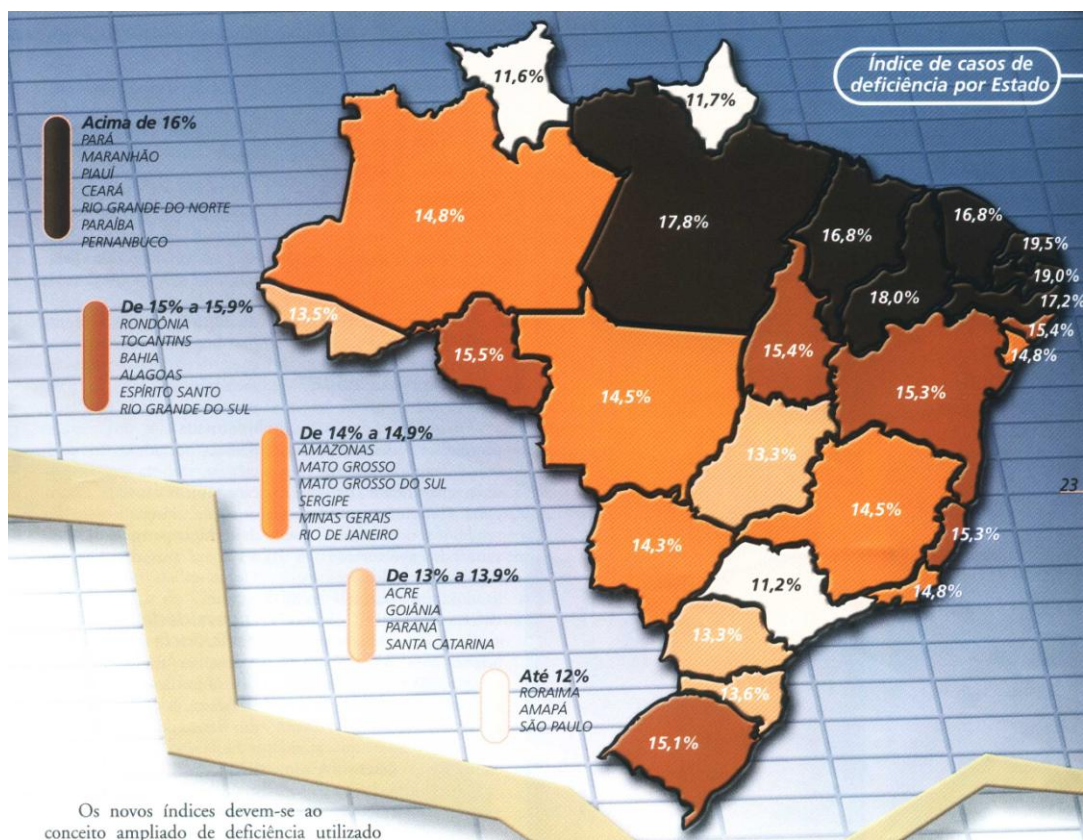
Segundo o último censo, em 2000, do IBGE (2003), o Brasil atingiu a marca dos 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física, mental, sensorial ou múltipla. Esses dados dão um percentual de 14,5% do total da população. Até o censo de 1990, os dados referentes ao percentual de pessoas com deficiência ficavam atrelados aos índices da ONU,

onde se estimava que, em tempos de paz, cerca de 10% da população de qualquer país seria constituída por este segmento da sociedade.

Este percentual diagnosticado pelo IBGE estabeleceu uma aproximação com o que relata Ribas (1983) e Araújo (1999) em que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esses índices poderiam ser elevados até 20% em países do Terceiro Mundo.

O Brasil deveria apresentar outros índices, pois é considerado um País em desenvolvimento. Infelizmente, em decorrência de sua grande área territorial, e pelos descasos de alguns governantes, estamos enquadrados no rol dos países com índices da OMS. Há discrepância entre as regiões, algumas delas consideradas do primeiro mundo; já outras, do terceiro, em decorrência dos descasos dos governos Federais, Estaduais e Municipais em não elaborarem políticas públicas de prevenção, informação, saneamento básico, educação, saúde, garantias nutricionais mínimas à população, segurança, consciência e respeito às leis do trânsito, entre outras, nos colocam neste triste cenário mundial.

Na figura 06, podemos observar a distribuição da população com deficiência pelos Estados.



**Figura 06 – Índice de casos de deficiência por estado**  
Fonte: IBGE, 2001



Estes dados são preocupantes pelo seu elevado índice, induzindo a formulação de perguntas, tais como: O que está sendo feito para diminuir estes índices? Quantas dessas pessoas estão sendo assistidas? Quantas estão com seus direitos constitucionais garantidos? Quantas pessoas estão vivendo em situações de risco? Quantas estão inseridas no mercado do trabalho? E na área da Educação, como estão inseridas nas escolas? Seus direitos de ir e vir estão garantidos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas? E no esporte e lazer, como estão suas participações?

Estas perguntas poderiam servir de propostas para as Universidades desenvolverem inúmeros projetos que visem a diminuir esta situação tão perversa em torno dessas pessoas. E a extensão, onde fica neste processo, já que tem a possibilidade de intervir? Discutiremos a temática ainda neste capítulo.

Com o avanço científico em muitas áreas do conhecimento e também nas legislações pertinentes à inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência, muito se têm discutido sobre a terminologia mais usual, para identificarmos esse segmento da população, academicamente falando. Responder esta pergunta não é assim tão simples como possa parecer.

Muito se tem discutido sobre as terminologias mais corretas e menos estigmatizantes quando se trata de pessoas que necessitam de atenção especial. O termo “deficiência” muitas vezes era atribuído à negação de “eficiência”, como o “anormal do normal”, do “incomum para o comum”, da “incapacidade para a capacidade”. Autores como Ribas (1987), Goffman (1988), Bianchetti (1998), Fonseca (1995), Sasaki (2006), entre outros, manifestaram-se a respeito destas questões, direcionando o eixo das discussões por caminhos que tentavam mostrar os equívocos e as contradições geradas por elas.

A construção das definições/terminologias com relação às pessoas com deficiência vem atrelada historicamente às suas lutas e conquistas. Na literatura especializada, encontramos várias definições de termos a serem utilizados para caracterizar esta população. A gama de terminologias para caracterizá-la, provoca confusão, pois, em uma determinada situação, encontramos como caracterizando pessoas com necessidades especiais, em outra, como pessoas portadoras de necessidades especiais, ou como pessoas portadoras de deficiência, ou com deficiência, ou como pessoas com história de deficiência, entre outras definições.

Segundo Sasaki (2003), as discussões mundiais envolvendo as pessoas com deficiência, incluindo também o Brasil, chegaram a uma determinação, segundo até as próprias pessoas que mundialmente gostariam de serem chamadas de “pessoas com

deficiência”. Segundo a “Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, homologada pela ONU, em 13 de dezembro de 2006, (ONU, 2006) entrando em vigor em 03 de maio de 2008, reforça o uso desta expressão, quando se tratar de pessoas que apresentam perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, gerando incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Conforme já foi comentado, esta Declaração foi aprovada no Brasil em 02 de julho de 2008. O art. 1º desta Convenção explicita que pessoas com deficiência são todas “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”, (REZENDE e VITAL, 2008, p. 134).

Essas terminologias criadas ao longo dos anos vieram em oposição a padrões estipulados pela própria sociedade. Glat (1987) apresenta uma destas contradições quando referencia a terminologia “normalidade”, associando-a com o que é conhecido e com o qual podemos lidar. O “anormal”, o diferente, o desconhecido muitas vezes apavora, deixando-nos inseguros, porque obriga-nos a mudar nossa maneira de ser. Ainda as pessoas que se comportam de modo estranho, que são diferentes, deixam um determinado grupo de pessoas em situações novas e desconhecidas nas quais não sabem de antemão como agir.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p.22), entende-se por *pessoa portadora de necessidades especiais* toda aquela que “[...] apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades”.

O contexto educacional costuma chamar de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, uma vez que precisam de alguma alteração na metodologia ou no material pedagógico a ser utilizado como recurso para a aquisição ou transmissão do conhecimento.

Já por *pessoa portadora de deficiência* entende-se, segundo esta mesma Política Nacional (BRASIL, 1994, p.22),

A que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativamente, diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

A última Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências, realizada no ano de 1999, na

Guatemala (GUATEMALA, 1999), utiliza o termo portador, como se eles portassem a deficiência. Este termo é muito usado na área.

Na academia é constante este debate por qual palavra deveremos utilizar para caracterizar este segmento da sociedade. As várias terminologias utilizadas são frutos de construções ideológicas e culturais. Em uma consulta prévia nos formulários de extensão da UFSC, deparamo-nos com os seguintes termos: pessoa com deficiência; pessoa portadora de deficiência; pessoa com necessidades especiais; pessoa com história de deficiência; pessoa com diagnóstico de deficiência; cultura surda; cegueira; comunidade surda; pessoas especiais, necessidades especiais; alunos com deficiência. É importante a definição de um termo comum para facilitar a busca aos projetos que trabalham com este segmento.

Mundialmente, já fecharam a questão: querem ser chamadas de "pessoas com deficiência", em todos os idiomas. Esse termo já fez parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 2003, e promulgada posteriormente, através de lei nacional de todos os seus países-membros.

Eis os princípios básicos para chegarem a esse nome:

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater eufemismos que tentam amenizar as diferenças, tais como "pessoas com capacidades especiais", "pessoas com eficiências diferentes", "pessoas com habilidades diferenciadas", "pessoas deficientes", "pessoas, especiais", "é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos", "não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia" (i.é, "aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências");
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, atendendo as diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e, a partir daí, encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as "restrições de participação" (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

Martins (2008, p. 28) afirma que “A pessoa com deficiência é, antes de mais nada, uma pessoa com uma história de vida que lhe confere a realidade de possuir uma deficiência, além de outras experiências de vida, como estrutura familiar, contexto sócio-cultural e nível econômico”.

Podemos classificar as deficiências em:

- Físicas;
- Mentais;
- Sensorial: visual ou auditiva;
- Múltiplas

Ao se falar de pessoa com deficiência física, podemos entender como sendo aquela que apresenta uma variedade de condições não-sensoriais, que afeta o indivíduo em termos de mobilidade, coordenação motora geral ou fala, como decorrência de lesões, sejam elas neurológicas, neuromusculares, ortopédicas ou, ainda, de malformações congênicas ou adquiridas. (BRASIL,1994).

Já para pessoa com deficiência mental a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p.15) caracteriza por

[...] registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade de o indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunicação, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

Depois da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, em 2004, a comunidade internacional tem usado esta terminologia para caracterizar as pessoas com deficiência mental. Esta nova terminologia, não exclui a anterior, pois, ainda é muito usual o termo deficiência mental. Entende-se que, esta nova terminologia, tenta referir-se ao funcionamento do intelecto e, não propriamente o funcionamento da mente.

Outro fator determinante para o uso desta nova expressão, está relacionado com a dicotomia, deficiência mental e doença mental. No senso comum, as expressões são sinônimas. O uso da terminologia deficiência intelectual viria para descaracterizar esta semântica.

Por deficiência visual podem-nos referir a uma limitação sensorial que pode anular ou reduzir a capacidade de enxergarmos, abrangendo vários graus de acuidade visual.

Na deficiência visual, podemos encontrar dois termos muito utilizados, ou seja: a pessoa cega ou a com baixa visão. Quando nos referimos à pessoa cega, caracterizamos aquele que possui uma acuidade visual até 6/60 ou um campo visual até 10°. Como pessoa com visão residual ou baixa visão aquele que possui acuidade visual 6/60 e 18/60 ou campo visual entre 10 e 20°.

Diz-se que uma pessoa tem acuidade visual de 6/60 se ela ficar a uma distância de 6 metros para ler o tipo-padrão que uma pessoa de visão normal pode ler a uma distância de 60 metros. E por campo visual a amplitude da área alcançada pela visão (visão tubular, visão central, visão lateral), sendo o campo visual normal de 180°.

Por deficiência auditiva pode-se caracterizar aquela em que a pessoa tenha a perda total ou parcial da audição. Sua classificação é feita de acordo com a perda sensorial apresentada (medida em decibéis).

Para alguns profissionais da área, a deficiência visual e a auditiva, por estarem relacionadas com os órgãos sensoriais, também podem ser classificadas como deficiências sensoriais.

Entende-se por pessoa com deficiência múltipla quando encontramos associação de duas ou mais deficiências.

Com os dados obtidos pelo censo de 2000 (IBGE, 2003) foi possível identificar a distribuição da população segundo o tipo de deficiência. Neste foram diagnosticados 169.872.856 de brasileiros, sendo que 24.600.256 informaram ter algum tipo de deficiência ou limitação. Este número representa um percentual de 14,5% da população do País. Na tabela 02 podemos verificar melhor a distribuição desta população.

**Tabela 02 - Distribuição da população segundo tipo de deficiência.**

POPULAÇÃO						
Total	Tipo de Deficiência					
	Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental	Deficiência física	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade de caminhar ou subir escadas
169.872.856	24.600.256	2.844.937	1.416.060	16.644.842	5.735.099	7.939.784

Fonte: IBGE (2000)

Levar o conhecimento sobre os diferentes tipos e níveis de deficiência à sociedade é prepará-la para assumir seu papel diante do processo inclusivo. Este conhecimento permitirá

que a população tenha melhor entendimento sobre as limitações e as potencialidades dessas pessoas. Com este entendimento poderão surgir novas idéias, novas iniciativas que venham a garantir o acesso e a permanência em todos os serviços disponíveis na sociedade.

As Universidades têm um papel fundamental neste processo, pois através das ações de ensino, pesquisa e extensão poderão criar e disseminar novos conhecimentos, que permitirão a sociedade quebrar seus tabus e preconceitos em relação às pessoas com deficiência.

### 3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS REFERENTES ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROJETOS DE EXTENSÃO

Neste tópico analisaremos algumas questões relativas à integração entre os projetos, bem como duas categorias que estavam presentes no transcorrer das entrevistas: Inclusão e Integração. No que tange à categoria inclusão, destacamos as subcategorias: acessibilidade, comprometimento, discriminação, formação, inclusão, mudanças e predileção. Já na Integração, há de se evidenciar aspectos que promovam a aproximação entre os projetos, bem como os que dificultam essas inter-relações. Outro dado a ser analisado será um item dos formulários de tramitação e registro, principalmente no que tange às tags<sup>2</sup> encontradas nestes documentos.

Iniciamos nossa análise apresentando as dificuldades que encontramos para identificar os projetos que desenvolvem atividades junto às pessoas com deficiência. Primeiramente buscamos no Departamento de Apoio a Projetos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão os projetos que estariam registrados nos diversos Centros de Ensino para serem executados até dezembro de 2008 e que atendessem as características apresentadas na metodologia do estudo.

Por não conhecer os títulos dos projetos, mas apenas as ações dos mesmos, até porque alguns são de curto prazo, utilizamos o recurso das tags para identificá-los. Como o formulário de tramitação e registro dispõe de um campo específico para a sua indicação, entendíamos que, buscando palavras mais utilizadas na área da educação inclusiva ou inclusão social, seria suficiente para encontrarmos tais projetos. Para nossa surpresa encontramos apenas referências a sete (07) projetos dos doze (12) envolvidos que apresentavam as características do estudo.

---

<sup>2</sup> Segundo Wikipédia (2009) Tag, é uma palavra-chave (relevante) ou termo associado com uma informação (ex: uma imagem, um artigo, um vídeo) que o descreve e permite uma classificação da informação baseada em palavras-chave.

Neste primeiro levantamento, ao utilizarmos essas palavras, encontramos muitos projetos de extensão, mas com populações e características diferentes da pesquisa, devido a um grande número de projetos utilizarem o termo “pessoas com necessidades especiais”. Este termo é utilizado nas linhas programáticas do Fórum Nacional de Extensão, ou seja, “Atenção a Grupo de Pessoas com Necessidades Especiais”, para identificar populações que necessitam de um tratamento diferenciado. Nesse grupo encontram-se, além das pessoas com deficiência, as pessoas com doenças crônicas ou mentais, com transtornos psicológicos, terceira idade, alunos com distúrbios de aprendizagem, grupos de riscos, entre outros.

No formulário de extensão é apresentado um campo específico para que os coordenadores escrevam as tags que identificam seus projetos. Para melhor visualização e organização de todas as tags encontradas nos projetos relacionados a esta pesquisa, as separamos em três quadros, respectivamente relacionados com Identificação com o termo deficiência, identificação com a ação na área e sem identificação específica. Do total de trinta (31) e uma tags, dezessete (17) tem relação com pessoas com deficiência ou educação inclusiva, mesmo assim, algumas muito específicas às áreas dos coordenadores.

Esta situação leva-nos ao entendimento que não existe na UFSC uma clara definição de um termo específico identificador dos projetos direcionados às pessoas que apresentam alguma deficiência. Apesar da comunidade científica e educacional, do poder público, das entidades representativas das pessoas com deficiência, das convenções internacionais fecharem em um termo comum, para se referir a este segmento, parece-nos que não está bem clara no meio acadêmico da UFSC esta padronização.

Este fato pode-se perceber não apenas nos documentos, mas também em discussões em grupos, quando da elaboração de projetos a serem encaminhados aos órgãos de fomento. Cada coordenador apresenta sua fundamentação para caracterizar esta população. Não é objetivo deste estudo saber o porquê da utilização dessas terminologias, nem tão pouco saber o posicionamento dos coordenadores com relação a essas pessoas, mas, sim, propor um termo mais amplo para facilitar todo o processo de identificação.

Na última Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ficou estabelecido que, quando quisermos nos referir a este segmento, deveremos chamá-los de pessoas com deficiência, e é este termo que estamos propondo seja incorporado a todos os projetos que desenvolvam ações a este segmento, além dos propostos pelos coordenadores.

Na comunidade acadêmica, muito se tem perguntado qual o melhor termo a ser designado quando estamos nos referindo a este segmento. Nosso posicionamento é que devemos atender as recomendações internacionais, apesar de nossas identificações pessoais.

Conforme o quadro 04, pode-se perceber apenas dois (02) projetos utilizando a terminologia recomendada pela Convenção Internacional, mesmo assim, os projetos são coordenados por uma mesma pessoa, ou seja, dos oito (08) coordenadores, apenas um utiliza a terminologia recomendada pelas instituições representativas.

Agrupamento das TAGs	Nº dos Projetos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	total
<b>Identificação com o termo deficiência</b>													
Pessoas com deficiência									X	X			2
Alunos com deficiência								X					1
Cegueira			X										1
Deficiência					X								1
Deficientes visuais						X	X						2
Paciente especial					X								1
Paralisia cerebral											X		1
Especial		X											1

**Quadro 04 - identificação das tags com o termo deficiência**

Ainda ao observar o primeiro grupo de identificadores, destaca-se a existência de inúmeras formas de identificação das pessoas com deficiência. Alguns coordenadores afunilam mais esta identificação, caracterizando o grupo específico a ser beneficiado pelo serviço extensionista, tais como cegueira, deficientes visuais e paralisia cerebral. Estas formas variadas de identificação dificultam, como já havíamos comentado, a busca rápida aos projetos relacionados ao segmento.

Muitos usuários da web têm utilizado as tags como forma de pesquisa rápida nos sites de busca. Esta busca pode estar sendo prejudicada, ou pode mascarar as inúmeras ações extensionistas desenvolvidas dentro das instituições de ensino, se não houver uma identificação padronizada.

Outra identificação observada, visualizada no quadro 05, é a aproximação com o serviço oferecido para atender o segmento. Nestes casos, percebe-se uma relação bem clara da formação profissional do coordenador com a sua área de atuação e com a acessibilidade e inclusão.



Agrupamento das TAGs	Nº dos Projetos												total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<b>Identificação com a ação na área</b>													
Atividade motora adaptada									x				1
Acessibilidade espacial												x	1
Atividade motora adaptada na água											x		1
Desenho universal												x	1
Inclusão		x											1
Inclusão escolar								x					1
Letras libras				x									1
Mapas táteis							x						1
Mapas táteis eletrônicos						x							1

**Quadro 05 - Identificação das tags com a ação na área**

Na última identificação, quadro 06, percebe-se que as tags ganham significados mais gerais. Estes muitas vezes podem não levar à especificidade do serviço oferecido às pessoas com deficiência, mas, sim, à identificação com outras áreas do conhecimento ou a outros setores da sociedade que não estejam relacionados diretamente com o segmento.

Agrupamento das TAGs	Nº dos Projetos												total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<b>Sem identificação específica ao segmento</b>													
Aluno		X											1
Crianças											X		1
Atividades na água										X			1
Dança			X										1
Estágio não obrigatório								X					1
Educação Ambiental						X							1
Comunicação	X												1
Estética			X										1
Experiência			X										1
Paisagismo												X	1
Saúde bucal					X								1
Serviços públicos							X						1
Vídeo-aulas				X									1
Web							X						1

**Quadro 06 - Identificação das tags sem identificação específica com o termo deficiência**

A identificação das tags merece destaque, pois possibilita que muitos internautas, ao digitarem tais tags, poderão ter acesso ou ficarão sabendo do que está sendo oferecido dentro da instituição para este segmento. O fato, por sua vez, poderá ser benéfico com relação à causa da inclusão social, pois permitirá ao usuário da web conhecer projetos sociais desenvolvidos pelas instituições de ensino para a inclusão social.

Muito se tem feito para diminuir os paradigmas implantados historicamente para com as pessoas com deficiência. Legislações, convenções, manifestações públicas, entre outras, tem promovido o direito de ir e vir com qualidade em todas as esferas da sociedade. As Instituições Públicas de Ensino Superior tem um papel fundamental neste processo. Conhecer

seus projetos e ações voltados à inclusão social é antes de tudo reconhecer o quanto a própria instituição está se adequando a esta realidade, e o quanto ela esta se comprometendo pela causa.

Os projetos de extensão são excelentes oportunidades de a comunidade universitária quebrar seus preconceitos e paradigmas em torno da deficiência.

Neste sentido, entender o processo inclusivo desvelado nos projetos de extensão e a integração entre os mesmos é fundamental para podermos compreender até que ponto é possível uma aproximação entre eles, institucionalmente, e o quanto se pode ganhar com esta aproximação, a fim de que a Universidade possa se tornar mais inclusiva e, portanto, mais comprometida para com este segmento da sociedade.

### 3.3.1 Inclusão: objetivando a formação

Quanto à categoria inclusão, identificamos sete (07) subcategorias que poderiam estar relacionadas com ela. Na tabela 03 encontram-se essas subcategorias com a respectiva distribuição entre os entrevistados, das sessenta e quatro (64) unidades significativas.

**Tabela 03 - Categoria Inclusão**

Subcategorias	Entrevistados										
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	Total
<b>Formação</b>	1	3	1	1	0	1	1	6	3	3	20
<b>Comprometimento</b>	2	0	0	4	0	0	2	0	1	0	9
<b>Inclusão</b>	4	0	0	0	0	0	0	1	0	4	9
<b>Mudanças</b>	2	1	3	0	0	0	0	0	1	1	8
<b>Acessibilidade</b>	1	1	0	0	1	2	1	1	0	0	7
<b>Discriminação</b>	2	0	0	2	0	0	0	1	1	0	6
<b>Predileção</b>	0	0	1	0	0	0	0	3	0	1	5
<b>TOTAL</b>	12	5	5	7	1	3	4	12	6	9	64

Numa leitura da tabela 3 podemos evidenciar uma preocupação para com a formação dos futuros profissionais. Dos dez (10) informantes da pesquisa, nove (09) fizeram referência a esta subcategoria. Sasaki (2006) aponta que o avanço na melhoria do processo inclusivo não aconteceu por ações; inúmeras situações contribuíram para que essas pessoas com deficiência participassem mais ativamente da sociedade. As Instituições de Ensino Superior (IES) têm grande parcela de contribuição para viabilizar esse processo inclusivo, tendo em vista que novos profissionais poderão ter a oportunidade de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Outro aspecto a ser evidenciado neste quadro é com relação à acessibilidade. Dos dez (10) entrevistados, seis (06) destacaram em suas unidades significativas menções da importância para o processo inclusivo.

Muitas IES estão desenvolvendo projetos que permitem a aproximação da instituição para com sua comunidade. Deste envolvimento são produzidos inúmeros equipamentos e tecnologias que estão contribuindo para que as pessoas com deficiência possam garantir seu espaço na sociedade. Além do aparato físico e tecnológico produzido nas universidades, o desenvolvimento de metodologias para o ensino mais inclusivo também é provocado por esta aproximação com este segmento.

Várias são as ações desenvolvidas na esfera acadêmica que oportunizam o avanço científico e pedagógico, visando a melhoria da qualidade de vida deste segmento. Um dos entrevistados apontou para a importância deste serviço:

[...] é uma forma da gente crescer, aprender, formar profissionais, e estamos conhecendo a realidade de cada um, este é um ponto onde eu acho que a Universidade, a comunidade e a formação são importantes por isso.(P2)

Estar junto com a sociedade permite à comunidade acadêmica desenvolver ações mais próximas da realidade e, por sua vez, atender as suas necessidades.

Para outro entrevistado, o envolvimento com este segmento tem proporcionado algumas experiências que são fundamentais para a formação, uma vez que extrapolam o pensar acadêmico, embasado apenas na teoria, identificando a importância de levar os acadêmicos a vivenciar esta realidade, não apenas na esfera dos projetos de extensão, mas também nas salas de aula:

Então tem um papel importante de inclusão social, então só tem ganhos, as pessoas veem muito isto, então o ensino com as pessoas deficientes vai ser mais facilitado, banalizar algumas coisas, não vamos ter que passar as mãos na cabeça, nada disso, nós vamos manter nossa qualidade de ensino e ainda aprimorar vários aspectos dela, e avançar em muito outros, eu acho que só tem a ganhar. (P1)

[...] não são só conhecimentos acadêmicos, aplicados, acho que este é um grande ganho, para a formação dos alunos, acho muito importante essa participação em projetos de extensão.(P6)

Sobre esta relação da aproximação dos acadêmicos com a comunidade, outro entrevistado já nos aponta:

[...] porque senão a Universidade fica muito distante da comunidade e fica trabalhando, formando pessoas, muito longe da realidade, e os projetos de extensão um dos objetivos é esse, essa aproximação, e essa visão, conhecimento da realidade da comunidade onde a gente vive, das reais necessidades, e isto para todas as áreas. (P2)

A formação dos futuros profissionais é outra preocupação apontada por outro entrevistado, pois para ele muitos cursos não estão preparando seus acadêmicos para esta nova realidade, ou seja, a inclusão dessas pessoas com deficiência na sociedade:

A grande maioria dos cursos forma os profissionais para um público geral, “normais”, e os novos profissionais não tem nem idéia de como atender essas pessoas com necessidades especiais. (P9)

Observamos no meio acadêmico a preocupação de muitos professores em ministrar aulas com a presença de alunos especiais. Temos também que entender que este processo ainda é muito recente. Muito já se caminhou, e muito ainda precisamos caminhar para chegar a um ensino inclusivo de qualidade. Um de nossos entrevistados apontou para sua dificuldade em ministrar aulas para este segmento. Com certeza, na sua formação acadêmica, este tema ainda estava muito latente e, por sua vez, passando despercebido pelo seu processo formativo.

Ai eu lhe pergunto, a gente não tem formação para isto, por exemplo, eu não conseguiria desenvolver um projeto, a não ser que eu tivesse alguém no grupo que tivesse esta formação, por exemplo, se eu tivesse que dar aula para um cego, eu não saberia como fazer isso. (P10)

Alguns professores estão tendo a iniciativa de procurar desenvolver ações mais eficazes com seus acadêmicos, oportunizando projetos que permitam um conhecimento mais adequado ao atendimento dos alunos com necessidades especiais. Eis o que nos coloca com relação a isto outro entrevistado:

Eu propus foi um projeto de formação, de capacitação de alunos, no projeto de suporte à atuação desses estagiários no projeto de inclusão da escola. (P1)

O processo inclusivo é uma constatação mundial. Não podemos ficar fingindo que não conhecemos, ou que esta realidade não acontecerá conosco. Devemos estar preparados para atender e entender a diversidade humana:

A gente está tendo esta realidade e não está se dando conta disso, e esses alunos têm acesso, vão chegar perto de nós, e aí vai ter um com necessidades especiais, e aí, no Centro, vai ser aquela coisa. (P10)

O papel da Universidade na luta por buscar condições mais justas para as pessoas participarem ativamente na sociedade foi um ponto destacado por um participante. Ela, com todo aparato tecnológico ao seu dispor e com profissionais qualificados, deveria ter o compromisso de encontrar caminhos para que este processo inclusivo se tornasse uma realidade. A informação de um dos coordenadores foi muito pertinente quanto a esta problemática, onde a gestão do conhecimento tem uma atuação fundamental, principalmente na elaboração, discussão, aplicação dos produtos e depois a sua disseminação na sociedade:

Você escolhe alguma questão relacionada à acessibilidade, você implanta e as pessoas da comunidade vão usar com mais igualdade. (P1)

O processo inclusivo está estritamente relacionado com a acessibilidade. Criar, testar e oferecer à comunidade equipamentos, tecnologias e metodologias que venham a facilitar a acessibilidade às pessoas com deficiência poderia ser uma boa bandeira a ser hasteada nos palcos acadêmicos.

Néri, Pinto, Soares, et al. (2003) apontam para políticas estruturais e operacionais como pré-requisito para garantir essa inclusão. Para o autor, dentro das políticas estruturais, poderemos encontrar as ações nas áreas da ciência e tecnologias, educacional, saúde, entre outras. Um participante da pesquisa menciona esta posição quando comenta:

[...] eu trabalho com isto, esta coisa de convergência, porque o cego ele não lê, mas ele ouve, o surdo, ele não ouve, mas ele lê, o amputado muitas vezes tem dificuldade de deslocamento, mas ele controla os mecanismos do computador, e isso a web trouxe, essa possibilidade de fazer uma convergência de meios e, a partir daí, tu tá criando outro caminho ou está disseminando informação para o grupo não específico, mas para todo o grupo. (P5)

A questão dos espaços favoráveis para obter um atendimento com qualidade é outra dificuldade encontrada pelas pessoas com deficiência. Muitos vivenciam um distanciamento entre o que seria o ideal com o real. Apesar das inúmeras conquistas jurídicas, deparamo-nos com muitos espaços públicos e privados descumprindo as determinações legais. Por outro lado, também não podemos deixar de evidenciar o esforço de alguns setores da sociedade, adaptando-se a esta nova realidade.

Em muitos ambientes educacionais, e aí inserimos as IES, tanto da esfera pública quanto da privada, encontram-se ainda despreparadas para atender com qualidade seus alunos com necessidades especiais.

Muitos projetos de pesquisa buscam eliminar as barreiras arquitetônicas dentro da própria Instituição, mas encontram também barreiras em sua execução, por conta, muitas vezes, da falta de recursos financeiros ou mesmo pela própria falta de compromisso para com este segmento. O desabafo de dois entrevistados a respeito desta observação é preocupante:

[...] agora o estado do campus é um caos e, no entanto, eu nunca fui chamada pra nada, pra fazer parte de uma comissão, pra avaliar, quais são as condições de acessibilidade do campus, a gente faz trabalho científico, vamos publicar um artigo numa revista sobre isto, mas agora, ser chamado para participar de uma comissão, a gente fez um estudo de alguns ambientes, colocamos na Reitoria, mas até isto se concretizar... (P6)

[...] porque eu sou testemunha ocular de tudo que nós batalhamos para que o Reitor nos apoiasse, desse esse prédio pra gente, e mesmo assim nós tivemos que sair do espaço físico onde estávamos, porque era impossível ficar mais ali dentro, nós interditamos por falta de segurança. Então, de todas essas batalhas, a gente não

conseguiu sair daquilo ali, nós ficamos ali mais de dezessete anos, que era para ficar quinze. Então você veja como são difíceis as coisas aqui, porque não tem uma força política na Reitoria, as pessoas tratam a gente: Ah!!!, pode deixar, a gente vai olhar com carinho, mas nunca olham, sabe. (P7)

Mesmo que em alguns setores da Universidade evidenciem-se dificuldades na implementação de ações inclusivistas, podemos observar em outros um amadurecimento, principalmente na esfera atitudinal:

Essas pessoas vivem em função de programas de reabilitação, e elas também vivem em função de buscar locais, espaços para compartilhar espaços na realidade, e daí eles nunca acham, porque sempre encontram muitas barreiras, e um jeito bom pra eles é que a Universidade, sendo um local onde pode receber pessoas, ela pode receber a pessoa com deficiência e em igualdade com os demais, não como uma pessoa que nós estamos fazendo favor, não é diferente, né? (P2)

Quando se trabalha com a inclusão dentro de uma IES, precisamos buscar um comprometimento das pessoas envolvidas, para que este processo se torne realidade. Não é um simples trabalhar, mas se empenhar, para que seus objetivos possam ser alcançados. Dois coordenadores deixam claro o papel da Universidade frente a este compromisso:

[...] isso irá ter ganhos fundamentais para a formação, porque as pessoas vão ter colegas com deficiência que vão de uma maneira se mostrar em condições de igualdade, isto vai ter uma repercussão para sua formação profissional, um profissional mais atento às diversidades humanas, os professores vão ser enriquecidos pelos desafios do cotidiano, em atender, por exemplo, alunos cegos.(P1)

O fato da UFSC abrir isto e ter esta disponibilidade, ela só ganha, só está cumprindo com seu compromisso, que é divulgar e produzir conhecimento pra todos, e esse grupo está incluído. (P4)

As IES têm um papel importante na sociedade. Ao mesmo tempo em que preparam futuros profissionais para atuarem no mercado de trabalho, oferecem novos conhecimentos para o seu desenvolvimento. Este papel pode ter uma responsabilidade e um compromisso maior quando essas instituições são públicas, devido ao retorno a esta mesma sociedade que a mantém através de recolhimento de impostos. Ela deve servir de exemplo para as demais instituições, principalmente quando se refere ao atendimento ao grupo de pessoas com necessidades especiais. Eis o que comenta um participante:

A Universidade já faz muita coisa com relação ao social, acho que seria um salto com relação a isto, nós precisamos dar exemplos, nós somos Universidade Federal, principal Universidade da região. Nós temos que mostrar que na nossa Universidade as pessoas com deficiência têm condições de igualdade de participação na sociedade. (P1)

O apoio que alguns projetos de extensão tem recebido da administração para desenvolver atividades junto às comunidades mais comprometidas econômica e socialmente é

um ponto a ser destacado em algumas das respostas dos informantes. Este apoio fica evidenciado nos diversos editais internos para captação de recursos para a execução dos mesmos. Para alguns administradores, apoiar iniciativas que vão ao encontro dessa realidade é reconhecer o verdadeiro papel de uma instituição pública de ensino:

Nos editais, a gente sempre pedia ou dava grande ênfase no processo seletivo ao atendimento à comunidade, se possível às comunidades menos favorecidas economicamente, então a gente não tem muito como atuar, não tem como administração obrigar um professor a fazer extensão, ou um aluno a fazer extensão, mas a administração pode, apoiar aqueles que tem menos recursos ou que atendam comunidades com menor poder aquisitivo. (P9)

Na verdade, assim, além da possibilidade de conseguir mais financiamento para as coisas acontecerem aqui, na verdade, assim, nos coloca no mundo real, porque não dá mais para você tapar os olhos, não dá mais para você fazer de conta que isto não existe, eu senti na carne enquanto coordenadora de curso que essas coisas vão chegar, e nós temos que estar preparados para isso, então aqui, mais do que nunca há possibilidade de fazer alguma coisa que inclua essas pessoas. (P10)

A Universidade tem o compromisso social de estar junto às comunidades desprovidas de oportunidades. Sant'Ana (2005) nos aponta para um trabalho colaborativo de toda a comunidade acadêmica para compreender e atender o processo de inclusão social. Esta ação coletiva tem que ser engajada por todos os participantes. Segundo um informante, todos os envolvidos serão beneficiados com a presença de um aluno com deficiência em sua sala de aula, como afirma:

Um professor de engenharia, de psicologia ter um aluno cego faz com que ele tenha que rever suas práticas e acaba se aprimorando como professor, ou seja, nos temos avanços em ações, as estratégias ao planejamento de ensino, aos recursos utilizados. Nós vamos ter ganhos na formação profissional, ganhos na estrutura universitária, ganhos da Universidade realmente cumprir seu papel social. (P1)

Em outro momento, o mesmo informante destaca:

A idéia é justamente mudar o perfil do aluno concebido pela UFSC, não é apenas o aluno que enxerga ou que ouve, é também esse aluno, há alunos que necessitam de outras formas de acessibilidade, é preciso flexibilizar as práticas pedagógicas não no sentido de banalizar ou facilitar, no sentido de incorporar a presença de alunos com autismo, nós temos na Universidade, então como flexibilizar uma aula de física para um aluno que tenha autismo? (P1)

A mudança de atitude frente às pessoas com deficiência vem principalmente do conhecimento e da aproximação com os mesmos. Desenvolver projetos de extensão que permitam facilitar o envolvimento da comunidade acadêmica com este segmento é despertar a consciência de cidadania, como afirma Sasaki (2006). Dificultar a sua participação na sociedade ou discriminá-los é crime, e seus infratores devem pagar pelos seus atos.

A Universidade, como detentora do saber acadêmico, tem uma grande parcela de contribuição em tornar nossa sociedade mais justa e mais acessível a todos. Ao dominar este saber, deverá, através do ensino e da extensão, disseminá-lo, influenciando seus envolvidos a engajarem-se em ações comprometidas com uma sociedade mais inclusiva. Para Werneck (2003), uma sociedade inclusiva é aquela capaz de garantir a todos o direito de atuarem com igualdade de condições para o desenvolvimento do bem comum. A Universidade como uma célula da sociedade tem esse compromisso de buscar esses direitos, como nos relata bem um entrevistado:

Eu vejo que instruções jurídicas, políticas contra as discriminações sociais vêm das Universidades, garantindo nas pessoas a formação adequada, garantindo condições de participação no acesso ao conhecimento, garantindo condições de igualdade nas práticas de ensino, esse profissional será reconhecido como profissional tão capaz quanto os que não têm deficiência, e aí a inclusão vai se dar num desdobramento, aí não estão fazendo inclusão escolar com a Universidade, mas sim inclusão social. (P1)

Para que as ações acadêmicas não fiquem apenas restritas a determinados grupos ou projetos, é necessário haver, por parte da administração central da Universidade, uma política institucional que favoreça a aproximação entre esses grupos, e que essas ações possam ser disseminadas a toda a comunidade interna e externa da instituição.

Segundo o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007), uma das ações extensionistas é a criação de programas que tenham objetivos comuns e que os mesmos possam ser executados a médio e longo prazo. Apesar de esta ação ser estimulada nas Universidades pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão, ela apresenta-se latente na UFSC. A Administração Central precisa buscar mecanismos que venham aproximar projetos que estejam engajados nas mesmas ações, ou que desenvolvam projetos com objetivos comuns.

Ao observar o Formulário de Tramitação e Registro dos projetos que fizeram parte deste estudo, apenas dois (02) coordenadores informaram que seus projetos estão vinculados a programas. Desses dois (02), um (01) é desenvolvido em um centro de ensino sem vinculação com outros projetos da Instituição, e o outro, por ter participado de um programa institucional para captação de recursos, ainda informa que está vinculado a ele, mesmo já tendo encerrado o seu período de execução. Todos os demais projetos não apontaram ter vínculo a nenhum programa.

Apesar de algumas iniciativas, mesmo que temporais, não tenham fortalecido a aproximação entre os projetos, o que se percebe na prática é que todos são desenvolvidos



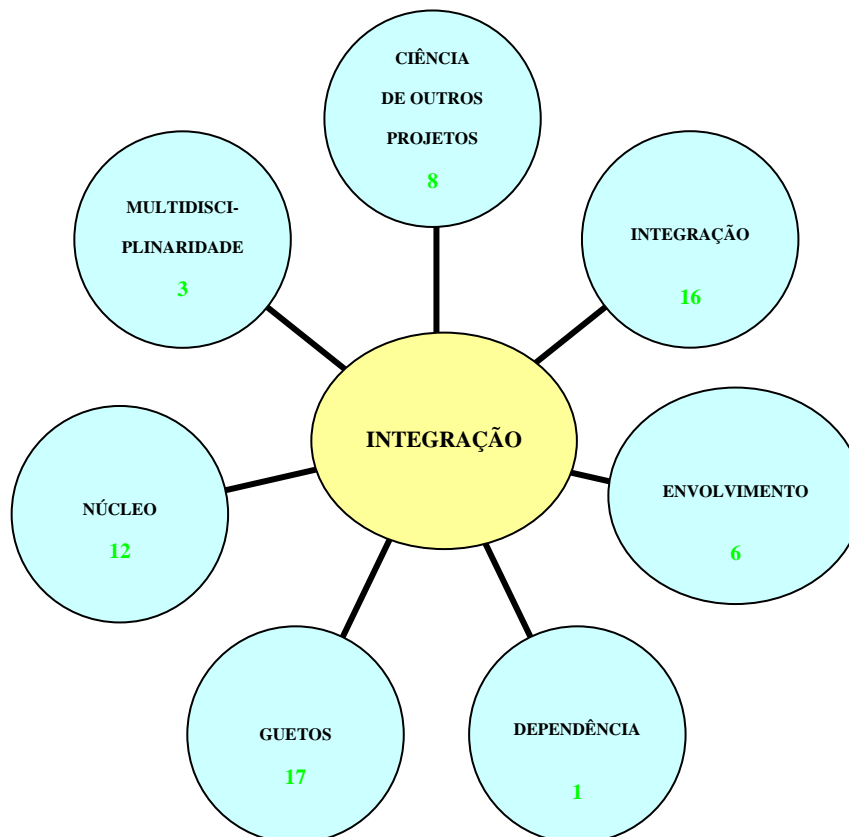
isoladamente, em seus departamentos. O fato que chama a atenção é que, em muitos projetos, os usuários dos serviços são os mesmos, e nem ficamos sabendo destes envolvimento.

### 3.3.2 Integração: buscando a participação e colaboração

Como um dos objetivos do estudo foi perceber até que ponto os projetos de extensão voltados às pessoas com deficiência estão integrados, procuramos, durante a realização da entrevista, obter elementos que nos permitissem esta compreensão.

Durante as várias leituras das entrevistas, fomos identificando subcategorias que poderiam estar aglutinando as diversas unidades de significados referentes ao processo de integração entre os projetos. Após esta etapa, entendemos que todas essas subcategorias poderiam estar alocadas na categoria maior, intitulada “Integração”.

Na figura 07 tem-se uma visualização das subcategorias propostas para esta categoria, bem como o número de unidades de significados correspondentes a cada uma.



**Figura - 07 - Categoria Integração**

Para entrarmos nas reflexões com relação ao item integração entre os projetos, entendemos ser interessante, neste momento, iniciarmos com as abordagens aos coordenadores sobre o conhecimento de outras ações nesta área dentro da Instituição. Procuramos no desenrolar da entrevista buscar informações que nos permitissem reconhecer até que ponto essas ações extensionistas são percebidas por este grupo.

Um coordenador afirmou ter conhecimento de um dos projetos da UFSC ainda quando não pertencia ao quadro de docente da instituição:

Eu conheço o projeto Sábado no Campus. Conhecia desde quando não estava na UFSC, foi quando eu desenvolvi muito tempo atividade de extensão ligada à ACIC, onde eu fiz vários trabalhos como psicólogo, colaborando na construção de um processo pedagógico. (P1)

Já para outro coordenador, pode-se perceber que a ciência de outros projetos ocorreu quando participava do primeiro programa de extensão institucional para captação de recursos financeiros do SESu/MEC. Daqueles projetos que participaram do programa, apenas dois (02) deles ainda encontram-se em execução, um sob nova coordenação, e o outro por estar ligado ao coordenador da pesquisa.

Não, com esta especificidade não, só aquele em que nós participamos. (P3)

Observa-se também que um coordenador buscou conhecer a dinâmica de alguns projetos para desenvolver o seu. Este fato nos suscita cada vez mais a procurar uma forma de aproximar os projetos, pois dessa forma, ao se conhecer os procedimentos metodológicos, as ações desenvolvidas em outros setores poderão contribuir significativamente para a melhoria de todos:

Antes de eu pensar o meu, eu conheci o trabalho de vocês, os projetos daqui do CED, as pessoas com surdez, com o libras, acabo tendo um contato até para situar o meu próprio trabalho. (P4)

Percebe-se com as falas de alguns coordenadores que eles tem conhecimento de alguns projetos, mas dá a impressão de que é apenas superficial, tendo em vista que não deixam claro o que desenvolvem, demonstrando, mais uma vez, a falta de um trabalho mais integrado:

[...] mas o que poderia lembrar, bom o trabalho da professora da arquitetura junto ao Colégio de Aplicação, tendo gerado um projeto de acessibilidade, o Laboratório de Experimentação Remota, mas acho que se configura mais como pesquisa, a própria Biblioteca, a gente pode dizer que a BU criou um ambiente de educação inclusiva, de alguma maneira está trabalhando com extensão, tem um grupo do Serviço Social, conheço também o AMA. (P1)

Conheço os da Educação Física, eu conheço também o da odontologia com os mesmos objetivos de um outro projeto, o NUCLEIND, mas lá é diferente, ele trabalha em cima de pesquisas, tem um projeto de pesquisa, aí chama a população, daí eles vem e trabalham. (P2)

Com a iniciativa, em 2008, de um determinado grupo de profissionais que desenvolviam ações nesta área, participando de um programa ministerial, INCLUIR/SESu/MEC, que viabilizaria recursos financeiros para atender as necessidades de acessibilidade e permanência dos acadêmicos com deficiência nas IFES, foi possível reunir novamente os projetos. Nos encontros, além de iniciarmos a criação de um núcleo de acessibilidade, este possibilitou a participação de novos projetos que até então não conhecíamos. Este fato foi comentado por alguns professores:

Eu conheço alguns projetos de ouvir falar, o extinto NUCLEIND, que tinham alguns que agora não sei se tem ou se foram para a educação, tem um projeto de um professor lá do CDS, eu não sei o nome dele, que trabalha com pessoas cegas [...] e conheço outros quando a gente se reúne. (P5)

Eu sei que tem um grupo grande que está trabalhando, que é chapéu, porque eu fui avaliadora do MEC, então não podia participar do grupo porque eu avalei, mas tem alunos meus que tem participado do grupo que é este da acessibilidade. (P6)

Eu sabia que tinha lá na Educação Física, sei que tem lá na arquitetura e sei que no CED também trabalhava com deficiência visual e sei que tem ali o curso de libras, que aí é curso, não é extensão, eu sabia desses, e até de projetos eu fiquei sabendo desse incluir, agora final do ano, quando eu fui contactada porque eles também não sabiam da minha existência e nem eu deles. (P8)

Por pertencer ao Núcleo de Investigação e Desenvolvimento Humano (NUCLEIND), primeiro núcleo na UFSC que iniciou estudos e pesquisas na área da Educação Inclusiva na Instituição, uma das coordenadoras afirmou conhecer todos os projetos. Este núcleo foi criado em meados da década de 80, mas, segundo seu histórico, apenas em 1995 deu início a projetos de extensão. Vale destacar que este Núcleo, desde sua origem, já vinha desenvolvendo ações extensionistas como palestras, encontros e seminários, o que, segundo os documentos do Fórum de Pró-Reitores, estas atividades são também classificadas como extensão. Diz o coordenador:

Eu conheço praticamente todos. Eu conheço o de vocês, eu conheço o do HU, eu conheço o RExLAB. (P7)

Ter a ciência dos projetos muitas vezes quer dizer saber apenas que existem. Conforme o que foi relatado, nas entrevistas, nenhum entrevistado demonstrou que realiza um trabalho mais integrado. Alguns coordenadores afirmaram, em suas falas, que apenas conheciam um ou outro projeto, deixando-nos bem à vontade em dizer que a Universidade é realmente uma formadora de guetos, cada um com seus problemas e seus interesses.

A extensiva carga acadêmica e administrativa é um ponto que está dificultando aos coordenadores se encontrarem para tomarem decisões conjuntas ou mesmo traçarem metas

para que a integração entre seus projetos realmente aconteça. Sobre estes aspectos, dois (02) entrevistados elucidaram bem estas preocupações:

Primeiro eu analiso a conjuntura que é o fato de todo mundo estar sobrecarregado. O fato da gente fazer pesquisa, extensão, ensino e administração faz com que a gente não tenha tempo, encontrar uma hora comum para reunião, eu vejo todo mundo com muito pouco tempo. [...] a sobrecarga é a principal barreira da gente não se encontrar. (P1)

Cada um no seu Centro, não porque nós não queríamos, nós não tínhamos oportunidade de nos aproximarmos, a Universidade tem esta característica, ela isola as pessoas nos Centros, então eu não tenho tempo para ir ao teu Centro ver o teu trabalho, eu estou aqui muito ocupada fazendo as minhas aulas, atendendo os meus alunos, fazendo extensão, pesquisa e a administração que a gente tem que fazer também, então a gente não tem tempo de ir para os outros lugares. (P7)

A integração entre os projetos de extensão, segundo a lógica de alguns coordenadores, não parece ser tão fácil. Além das dificuldades impostas pela excessiva carga horária despendida pelos professores para desenvolverem suas atividades, outro aspecto também nos chama a atenção, o interesse dos envolvidos neste processo estarem propensos a conhecer o trabalho do outro. Eis o que dizem alguns coordenadores:

Nós trabalhamos segmentados, e é verdade, cada um trabalha isoladamente com as mesmas pessoas. (P1)

A Universidade funciona nos seus guetos, e eu não me relaciono com meu vizinho, não quero saber do colega, é exatamente isso. (P3)

Até que ponto nós temos disposição pra ouvir o que o outro está fazendo, de colaborar. Às vezes as pessoas não são a fim de ouvir, também é confortável ficar no seu mundo, você pode falar o que você quer falar, você não precisa dar satisfação pra ninguém.  
(P4)

As pessoas não trabalham colaborativamente, cada um no seu Centro. (P7)

Quando elaboramos a dimensão “Integração entre os Projetos”, tínhamos em mente identificar quais eram as opiniões dos coordenadores sobre alguns aspectos relacionados a esta dimensão. Um desses aspectos seria a possibilidade de o grupo estar mais presente em reuniões, discutindo a possibilidade de um trabalho mais institucional, desenvolvendo ações conjuntas e colaborativas, tanto para atender a comunidade universitária quanto a externa da UFSC. Conforme fomos lendo as entrevistas, conseguimos identificar pontos que ficaram claros sobre esta necessidade de o grupo em estar mais próximo.

Para alguns coordenadores, o trabalho integrado permite não só a aproximação entre os projetos, mas a possibilidade das trocas de informações, garantindo um trabalho mais colaborativo, como apontam:

Há com certeza, eu acho que parte daí, tem que ter grupo, tem que ter equipe, é obrigado a ter. Pra mim é a única forma de trabalhar, sabia? Trabalhar integrado, colaborativamente, isto, obrigado a ser, e trabalhar dentro de projetos de extensão com este tipo de clientela, tem que ser, porque é incrível como a história, a saúde tem que estar presente, a educação tem que estar presente, a parte da engenharia tem que estar presente, não tem como trabalhar com esta clientela de outra forma, não tem! A não ser integrado. (P3)

Eu vejo que é necessário, importante, relevante esta junção para dar esta visibilidade, oferecer esse serviço à população, agrega, vem somar, eu acho que todos ganham. (P4)

Eu acho que a integração desses projetos talvez poderia digamos assim equalizar uma relação que a minha deficiência não é pior do que a tua, e que a tua não é pior do que a minha, e a não deficiência também não é, e aí que tem as ações conjuntas. (P5)

Eu acho primordial para a UFSC que a gente se integre, porque a gente troca, aprende e a gente oportuniza pra eles aprenderem, tanto os nossos alunos quanto os cegos que participam, né? Porque os teus cegos devem ser uma boa parte dos meus cegos, e o que não são de repente podem querer. (P8)

A organização do grupo envolvido nestes projetos e a sua participação em reuniões foi um ponto crucial destacado por um informante. Através dessas, seria possível desenvolvermos um trabalho mais consolidado, como aponta:

[...] tem que haver um grupo, um grupo de pessoas que se encontram, que se conhecem, que compartilhem pensamentos, que é capaz de tomar decisões conjuntas. (P1)

Ficou claro também a necessidade do grupo em formar um Núcleo que permitisse aglutinar tanto os projetos de pesquisa quanto de extensão. Esta iniciativa vem ao encontro do que recomenda o FORPROEX (2007), em estimular nas Instituições os programas de extensão. Para este Fórum, muitas atividades poderiam estar contidas em uma grande ação, onde todos seriam beneficiados. Vejamos o que comentam alguns coordenadores com relação a esta idéia:

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, realmente seria uma boa ferramenta e que nós nos comprometêssemos com isso. (P1)

Um espaço é fundamental para que as coisas aconteçam, em algum momento tem que ter um espaço em comum, que aí no caso seria um Núcleo, as pessoas teriam que ter sempre em algum momento um espaço em comum, se não as coisas não funcionam. (P7)

Eu acho que esta história de um núcleo que está sendo criado agora, eu já coloquei a minha opinião; num primeiro momento, eu acho que a gente esteja concentrando na acessibilidade educacional na UFSC, mas eu acho que esse Núcleo deveria tratar de integrar os projetos para a extensão e pesquisa, eu vejo uma coisa completa. (P8)

Podemos perceber também por parte dos entrevistados, diretores dos departamentos ligados à extensão na UFSC, o interesse em que estes grupos possam estar se estruturando em Programas:

Na própria Resolução e no Fórum existe a figura de programas de extensão, e programa é a reunião de vários projetos com objetivos semelhantes ou objetivos comuns, então a gente tentou fazer isso, tentou reunir, pelo menos em alguns projetos as pessoas que tinham objetivos comuns. (P9)

Eu acho que é possível a gente fazer alguma coisa assim para dar mais visibilidade e integração aos projetos. (P10)

Por meio das falas dos entrevistados, entendemos a necessidade do grupo em desenvolver um trabalho mais participativo e colaborativo, bem como buscar um espaço, núcleo, de maior reconhecimento dentro da Universidade.

## 4. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Neste capítulo, abordaremos informações, com base na literatura e em documentos, sobre os aspectos históricos da extensão universitária, bases conceituais, ações extensionistas e o papel desta ação acadêmica na UFSC. Num segundo momento analisaremos os dados colhidos junto à pesquisa realizada nos Formulários de Tramitação de Extensão dos projetos relacionados às pessoas com deficiência, bem como aspectos encontrados nas entrevistas realizadas com os informantes coordenadores dos projetos e dos responsáveis pelas ações extensionistas na UFSC.

### 4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A extensão universitária, entendida como um dos tripés que sustenta as ações acadêmicas de uma instituição de ensino superior, teve sua origem pautada em momentos distintos da história, tal qual o ensino e a pesquisa. Esta ação acadêmica, presente na Universidade brasileira desde 1911, é mencionada na Constituição Federal de 1988 como indissociada do ensino e da pesquisa e está regulamentada em outras Leis e Decretos.

Para se ter uma compreensão do significado da extensão nas universidades brasileiras, é interessante considerar alguns aspectos históricos que vão de sua gênese até os dias atuais, passando do simples oferecimento de cursos à comunidade para sua ampliação intervencionista em ações políticas, pedagógicas e científicas, visando à formação acadêmica e à melhoria da qualidade de vida da população.

Entendemos que neste estudo, não há necessidade de um aprofundamento sobre este aspecto, apenas relatar alguns momentos marcantes de sua trajetória na educação superior do Brasil, até porque vários educadores já teceram considerações mais detalhadas. Entre eles, podemos citar: Gurgel (1986); Botomé (1996); Michelotto (1999); Nogueira (2005); Souza (2000); Correia (2000); Silva (2003) e Silva (2008).

De acordo com os autores, a incorporação da extensão universitária como uma ação acadêmica ocorreu após o ensino e a pesquisa. Ela não surgiu com a Universidade.

Nogueira (2005) descreve que a Universidade passou por grandes transformações até chegar ao que encontramos hoje. Segundo o autor, entre os séculos XII e XIII, começaram essas transformações. De um lado, a então Faculdade de Teologia, com seus ensinamentos fechados e uma submissão absoluta ao seu pensar acadêmico e, por outro lado, a então

Faculdade de Artes, que propunha a liberdade de expressão. Desta dicotomia, ensino fechado e ensino mais aberto, deu-se início ao processo de liberdade de pensamento. A partir desta época, os envolvidos no processo acadêmico começaram a ter maior possibilidade de expressarem seus pensamentos e buscarem novos conhecimentos.

Outro momento marcante para a Universidade foi a abertura para questões sociais. Passou-se do absolutismo religioso, simples transferência dos ensinamentos da Igreja, o que se achava importante para ser repassado, sem um pensar reflexivo, para a preocupação com os interesses da sociedade. Este episódio significativo para a Universidade aconteceu no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, na qual o povo se rebelava contra as ações absolutistas da nobreza e do clero. Nesta época, iniciou-se um processo de separar os assuntos da Igreja com os assuntos da vida pública das sociedades. Até este período, a Universidade estava pautada apenas no ato de ensinar.

Já no início do século XIX, comenta Nogueira (2005), a Universidade viu nascer outro pilar de sua sustentação, a pesquisa. Neste período formalizou-se a primeira articulação no meio acadêmico, ou seja, o envolvimento do ensino e da pesquisa para a aquisição de novos conhecimentos e para o desenvolvimento da sociedade.

Em meados do século XIX, na Inglaterra iniciou, segundo Paiva (1986), a terceira base de sustentação da Universidade, a extensão universitária. Segundo o autor, este fato ocorreu da necessidade da instituição atender a um público que não fazia parte da vida acadêmica, bem como as populações menos favorecidas. Gurgel (1986) reforça a idéia quando comenta que, nesta época, surgiram na Europa as universidades populares com o propósito de levar o conhecimento desenvolvido na instituição ao povo. A extensão surgia na Inglaterra com característica de curso, educação continuada.

Já Nogueira (2005) descreve que alguns anos mais tarde, nas universidades americanas, foram registradas outras formas de extensão universitária: a prestação de serviço. Nesta atividade, aconteciam os aconselhamentos ligados à área rural, principalmente para atender as necessidades dos pequenos agricultores, caracterizando esta ação como prestação de serviço, o qual se estendeu também para a área urbana, na forma de consultorias.

No início do século XX, na Universidade de Córdoba, Argentina, Gurgel (1986) e Nogueira (2005) destacam a importância do movimento estudantil em prol da transformação da Universidade latino-americana. Neste movimento, os acadêmicos pleiteavam um comprometimento da instituição com as transformações sociais do ponto de vista democrático e popular e pela projeção da cultura universitária à comunidade. Desse manifesto surgia, segundo os autores, o embrião da indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa.



No Brasil, a extensão universitária surge no início do século XX com estas duas vertentes. O modelo europeu oferecido pela antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911. Cunha (1986), esta instituição foi a primeira no País a desenvolver atividades de extensão, oferecendo cursos gratuitos à população. Já o modelo americano, prestação de serviço, surgia na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, MG, em 1926. (NOGUEIRA, 2005). Para Michelotto (1999), este tipo de extensão tinha uma característica técnico-profissional.

Gurgel (1986) comenta que a extensão em forma de cursos, apesar de ser a primeira ação acadêmica voltada para a comunidade, ainda continua acontecendo, em algumas universidades, com as mesmas características de sua forma original, desvinculada do ensino e da pesquisa, não acompanhando a evolução do entendimento sobre o papel da extensão universitária para a academia.

Nogueira (2005) e Lima (2003) relatam que a extensão teve seu primeiro registro oficial nos estatutos das universidades brasileiras com o Decreto nº 19.851 de 11/04/1931 do Ministro Francisco Campos. Neste Decreto (BRASIL, 1931), em seu Art. 42, ficava clara a ação desta extensão, ou seja, “a cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário”. Em seu parágrafo 1º, também deste artigo, observava-se que cursos e conferências destinavam-se à “difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, solução de problemas sociais e propagação de idéias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais”. Pode-se perceber em suas entrelinhas uma propagação da classe hegemônica política e econômica que se instaurava no País. O uso da extensão a serviço dos interesses do Estado pode ser também evidenciado em outras épocas, como no período da revolução de 1964, com a criação do Projeto Rondon.

Consideramos dois pontos fundamentais para a afirmação da extensão universitária no meio acadêmico. Uma delas foi a criação do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, como organizador de políticas públicas para a extensão, e a outra, a promulgação da Constituição Federal de 1988, artigo 207, (BRASIL, 1988) tornando-a indissociada do ensino e da pesquisa.

A seguir, apresentaremos algumas datas significativas para elucidar a trajetória histórica da extensão universitária no Brasil.

- a. 1911 - Primeiras ações extensionistas nas Universidades Brasileiras, Antiga Universidade de São Paulo. A forma de extensão era em cursos e conferências destinados à população adulta, seguindo o modelo de extensão Europeu;

- b. 1926 - Ações extensionistas voltadas à prestação de serviços, modelo americano de extensão universitária. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, MG;
- c. 1931 – Registro, pela primeira vez em um documento oficial, da expressão “extensão Universitária”. Decreto nº 19.851 de 11/04/1931 do Ministro Francisco Campos (BRASIL, 1931), caracterizando a forma da extensão em curso e conferência;
- d. 1937 - Início do movimento estudantil em ações extensionistas em prol de uma sociedade mais justa e preocupada com os problemas nacionais;
- e. 1958 – Reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e participação dos acadêmicos, influenciados pela Ação Católica de se engajarem nas realidades concretas dos problemas brasileiros;
- f. 1964 – iniciava-se um período marcado pela participação extensionista a serviço dos projetos e programas governamentais;
- g. 1965 – Com a Lei 4881, de 06 de dezembro de 1965 (BRASIL, 1965), dá-se uma atenção à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão fica com o propósito de prestação de serviço e a função de disseminar os conhecimentos produzidos no ensino e na pesquisa;
- h. 1968 – com a Lei 5.540/68, a “Extensão ressurgiu, tornando-a obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Entretanto, não houve avanço no sentido de melhor identificar a sua prática”. (LIMA, 2003, P.18).
- i. 1969 – Participação de extensionistas no Projeto Rondon. Neste período aconteceram os Campi avançados, atuação das ações extensionistas fora dos muros da Universidade. Para Gurgel (1986, p.116), a participação dos acadêmicos no Projeto Rondon permitia ao “universitário conhecer outras realidades, comprometendo-se com o governo na solução de problemas em áreas estratégicas de seu interesse, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país”. Neste período, a extensão começa a ganhar uma dimensão nacional;
- j. 1975 – Elaboração do primeiro Plano de trabalho de extensão Universitária, pelo MEC. A extensão teria uma característica assistencialista, atender as necessidades das populações carentes. Também nesta época o Ministério da Educação criou a CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão. Segundo Silva (1980, p.18), a idéia fundamental da extensão, no documento da CODAE, é um processo de comunicação entre a Universidade e a sociedade. Lima (2003) aponta que este

processo ficou apenas em teoria, pois na prática não se refletia o que se propunham.

- k. 1987 – Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras. Com a criação deste Fórum, terão início as reflexões sobre conceituação da extensão e seu papel na função social da Universidade;
- l. 1988 – Nova Constituição Federal: com ela as Universidades atenderão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme o Art. 207. A partir desta data, a extensão começou a ter uma outra visão dentro da Universidade;
- m. 1995 – Criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária pelo MEC;
- n. 1999 – Criação do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e demais instituições de Ensino Superior Comunitárias;
- o. 2003 – Criação do Programa de Apoio a Extensão Universitária (PROEXT) pela Secretaria de Educação Superior. Este programa busca dar ênfase na inclusão social, visando fortalecer as atividades extensionistas das Instituições Públicas de Ensino Superior.
- p. Consolidação do SIEXBRASIL<sup>3</sup>, “um sistema pioneiro no domínio da Extensão Universitária. Seu lançamento desempenhou um papel importantíssimo na integração das ações de extensão no País. É um sistema de informação na Web, com objetivo de padronizar, nacionalmente, a terminologia aplicada no registro de ações de extensão, criando assim um cadastro único da Extensão Universitária no Brasil. A característica principal desse sistema é a possibilidade de registro e consulta sobre programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos promovidos pelas universidades públicas”, (FORPROEX, 2007, p. 21). Hoje, todas as Instituições de Ensino Superior tem acesso a este banco de dados.

A partir da década de 80 do século passado, iniciaram-se, em todo território nacional, discussões sobre extensão universitária, principalmente sobre conceitos de extensão e seu papel na academia. Nos próximos subcapítulos, tentaremos apresentar algumas dessas

---

<sup>3</sup> <http://www.siexbrasil.renex.org.br>

considerações, principalmente na contribuição da extensão para a aquisição e disseminação dos conhecimentos e a importância de projetos direcionadas às pessoas com deficiência.

#### 4.2 BASES CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão é a porta de entrada para a desafiadora proposta de uma Universidade dialeticamente articulada entre a produção e a comunicação do conhecimento. (ROCHA, 1986)

A extensão nas universidades brasileiras, conforme mencionado no capítulo anterior, teve uma trajetória pautada em duas vertentes: uma direcionada a promover cursos para a população que não estava vinculada à academia bem como para pessoas menos favorecidas, e outra, direcionada à prestação de serviço, mais preocupada com o desenvolvimento técnico de alguns setores da sociedade. Essas duas vertentes encontram-se ainda presentes e muito fortes em nossas universidades.

Vários entusiastas da educação já teceram críticas quanto às formas de atuação da extensão nas universidades, pois muitas vezes as atividades encontravam-se desvinculadas de um fazer mais acadêmico, distantes das realidades e necessidades sociais, e isoladas em pequenos guetos. Dentre estes entusiastas, destacamos: Freire (1992), cuja obra publicada em 1969, com o título “Extencion o Comunicación?”, apontava para uma participação mais próxima da universidade com a comunidade, respeitando as concepções de vida da população e seus conhecimentos; Gurgel, em seu livro “Extensão universitária: comunicação ou domesticação” (1986) apontava principalmente para o uso da extensão a serviço de uma sociedade dominante. Sua crítica foi também para a alienação da comunidade acadêmica e a desmobilização das organizações estudantis impostas pelo regime militar; Botomé, em sua obra “Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária” (1996), percebemos, além de uma análise sobre o conceito de extensão, uma crítica com relação aos objetivos ou às funções da universidade. Para o autor, as funções básicas da instituição são a produção e a disseminação do conhecimento à sociedade, e isto é conseguido através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, logo, pensar nestas atividades como funções da academia, é um equívoco segundo o autor.

Ao longo desta trajetória podemos perceber ainda uma preocupação da comunidade universitária com os conceitos e objetivos desta atividade no âmbito administrativo e pedagógico. Várias são as perguntas que ainda provocam dúvidas no meio acadêmico, tais

como: A quem cabe fazer esta atividade? Qual o seu fim? Como podem ser classificadas as várias formas de extensão? Qual o objetivo da extensão para a formação acadêmica? Como tornar esta atividade indissociada do ensino e da pesquisa? Como incorporar uma ação mais inter e multidisciplinar? Como disseminar as várias atividades desenvolvidas na comunidade? Entre outras perguntas.

A fim de tentar estruturar esta atividade acadêmica no âmbito ministerial, foi criado, em 1987, o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Da sua origem até os dias atuais houve vários encontros e seminários para discutir, entre outros assuntos, as questões descritas no parágrafo anterior. Destes encontros foi possível elaborar conceitos, traçar metas e descrever ações, tornando a extensão universitária mais vinculada à formação acadêmica e com a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Outros benefícios foram a aproximação das ações extensionistas com a realidade e as necessidades sociais e com as populações que vivem à margem da sociedade. Percebe-se, nas entrelinhas do Fórum, um comprometimento da universidade com a sociedade, a afirmação da extensão enquanto atividade formativa e acadêmica e com a produção e disseminação do conhecimento produzido na universidade.

O FORPROEX (2007, p. 12) foi criado para ser “uma entidade voltada para a articulação de definição de políticas públicas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia”.

Este Fórum conceituou extensão universitária como “Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. (FORPROEX,2007, p 12).

A extensão, segundo o mesmo Fórum, é uma possibilidade da comunidade acadêmica aplicar, de forma prática, os conhecimentos adquiridos na teoria, em sala de aula, à sociedade. Deste envolvimento com a comunidade podem surgir novos dados, os quais deverão ser reencaminhados às salas de aula, a fim de que os conhecimentos aplicados possam ser avaliados e, quem sabe, confirmados, refutados ou dando origens a outros. É a via de mão dupla entre a universidade e a sociedade.

Nogueira (2005, p 7) comenta que

A extensão universitária, bem compreendida, é um momento indescartável da realização das atividades fins da Universidade, seja por ser instrumento de validação do conhecimento produzido, seja por ser sujeito mesmo do processo de conhecimento na medida em que é a sociedade – público-alvo da extensão – a destinatária da ação da extensão universitária.

Lima (2003) descreve que o ponto culminante da extensão está no confronto com a realidade e, deste, servir para sua aprendizagem, que implica um compromisso com a atividade e uma atenção especial às constantes mudanças do ambiente onde ela é executada. Para a autora, a extensão trabalha com o conhecimento, pois é através dele que compreendemos e intervimos no meio.

Para Silva (1997, p.148), é através da extensão que a universidade “tem a oportunidade de levar, até a comunidade, os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino”.

Segundo Nogueira (2005, p.7), se reconhece a extensão como

- a- Instrumento de transferência de conhecimento;
- b- Instrumento de produção de conhecimento;
- c- Instrumento de desenvolvimento econômico-político-social-cultural – seja na potencialização de políticas públicas, seja na mobilização político-institucional, seja no desenvolvimento de ações e programas específicos a partir de capacidades e competências instaladas na Universidade.

O FORPROEX (2007) definiu como diretrizes para a extensão universitária os seguintes eixos básicos:

- Impacto e transformação;
- Interação dialógica;
- Interdisciplinaridade;
- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto ao eixo “impacto e transformação”, o Fórum descreveu como

Estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e à diversidade da realidade, é necessário eger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar. (FORPROEX, 2007, p. 18)

Nesta diretriz, pode-se observar uma relação com os movimentos estudantis das Universidades da Argentina, no início do século XX, e com o movimento estudantil brasileiro, na década de 60 do mesmo século. Este movimento já demonstrava, naquela época, grande preocupação da Universidade com as questões sociais e culturais. A universidade como agente facilitador das transformações sociais. O movimento estudantil sempre teve um papel importante nas questões políticas, sociais, econômicas e culturais da sociedade. Este

movimento gerou uma nova concepção de Universidade, aberta a soluções de problemas das classes menos favorecidas da América Latina.

Alguns educadores têm-se manifestado quanto ao compromisso da Universidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade e sua participação mais efetiva nos assuntos relacionados à qualidade de vida da população mais carente. A extensão universitária tem um papel fundamental neste processo, pela participação mais efetiva e duradoura junto à comunidade. Vários projetos têm proporcionado uma aproximação com as realidades sociais.

Síveres (2005, p.17) aponta para a possibilidade da instituição estar mais próxima da comunidade através da extensão, diz que “extensão universitária é um convite para que a instituição de educação superior possa inaugurar pegadas acadêmicas nas diversas realidades sociais”.

Hennington (2005) descreve que a importância dos programas de extensão está na relação que é estabelecida entre a instituição e a sociedade. Esta relação se consolida pela aproximação e troca de conhecimentos entre os agentes que oferecem o serviço (servidores docentes e técnicos administrativos e discentes) com aqueles que o usufruem, comunidade. Neste envolvimento floresce o processo ensino-aprendizagem. Toda a ação deve estar interligada com o ensino e a pesquisa. A participação nesta atividade propicia o confronto da teoria com o mundo real.

Quanto ao eixo “interação dialógica”, consta no texto do Fórum como

Desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão. (FORPROEX, 2007, p18)

Jezine (2004) apresenta análises quanto à ação extensionista como função da Universidade. Para a autora, a extensão é parte orgânica na formação de educadores e profissionais. Ela deve ser redimensionada para um fazer pedagógico, teoria e prática, onde o conhecimento é adquirido através do diálogo entre as partes que a constitui, Universidade e a comunidade, respeitando os diversos saberes. É nesta troca de saberes que o conhecimento é adquirido e socializado.

Freire (1992, p. 52). já apontava a importância do diálogo nas ações acadêmicas com a população, o autor escreve: “O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experiential”),

é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta, na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, transformá-la”. Em Freire (1992), notamos uma necessidade dos envolvidos na ação extensionista em conhecer a realidade das pessoas envolvidas, seus anseios, seus conhecimentos, suas potencialidades, suas perspectivas de vida.

A ação extensionista envolve um trabalho de equipe. As trocas de experiências são fundamentais para as resoluções de problemas. Todo ser humano tem em si um conhecimento pré-estabelecido, construído historicamente com a sua trajetória de vida acadêmica ou popular. Respeitar e valorizar as opiniões, os saberes, a cultura das pessoas envolvidas no processo, é facilitar o diálogo, pois todos saberão que suas opiniões serão ao menos ouvidas.

Nogueira (2005, P. 51) aponta que a extensão deve buscar a democratização do conhecimento acadêmico e, com este, integrar-se ao conhecimento popular, “de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática”.

Compreender o que se passa nas comunidades onde a extensão está sendo desenvolvida ou entender as pessoas que participam das atividades, sua história de vida, seus conhecimentos, estabelecendo uma comunicação mais dialógica, é fundamental para a extensão, aponta Gurgel. (1986, p.169).

Este é um aprendizado que precisa ser vivido por todos aqueles grupos da universidade que pretende trabalhar – com e a favor – pelas causas da classe trabalhadora. Precisa-se realmente assumir uma postura de parceiro da construção de uma sociedade nova, onde, quem sabe, talvez, o “saber popular” tenha muito mais a dizer do que aquilo que é vivenciado hoje pelas universidades.

Castro (2004, p.5) comenta que a extensão tem algumas características que podem facilitar o processo ensino/aprendizagem. Para a autora, a extensão possui

Um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, porque nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências”.

Lima (2003) aponta para uma comunicação de mão dupla e integradora a relação Universidade e comunidade. A Universidade tem um papel de levar à comunidade o seu conhecimento que, por sua vez, aprende com ela outros conhecimentos. Desta interação entre os saberes, a Universidade pode abstrair e alimentar o seu processo de construção de novos saberes.



Mais uma vez percebe-se a importância da participação, das trocas de informações, do diálogo entre os personagens deste processo. Todos são importantes para o desenvolvimento do projeto.

Quanto ao eixo “interdisciplinaridade”, o Fórum descreve como uma ação

Caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estructure o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoais. (FORPROEX, 2007, p.18)

Apesar da sociedade estar vivenciando uma nova era, sociedade do conhecimento, sociedade globalizada, sociedade virtual, o ser humano continua sua trajetória pautada na individualidade. Parece que os problemas continuam sendo resolvidos isoladamente. Devemos repensar nossa atuação na sociedade, em busca constante, numa intervenção mais humana e participativa.

A Universidade como sendo um segmento da sociedade, não é diferente. Raras são as atividades acadêmicas que tem a participação e o envolvimento de profissionais de várias áreas do conhecimento. Em sua grande maioria, os grupos vivem em pequenos guetos, isolados em si mesmos.

Para Gattás e Furegato (2006), a interdisciplinaridade pode ser a combinação de duas ou mais disciplinas com intenção de compreender um objeto a partir de suas confluências de pontos de vista diferentes, no propósito de elaborar uma síntese sobre o objeto estudado. Apontam ainda que este fazer interdisciplinar exige uma atitude perante as pessoas envolvidas, no sentido de estarem comprometidas num processo de cooperação, colaboração, de diálogo e de oferecer um espaço ao outro.

Santos et.al. (2005) apontam para a extensão como um caminho para a interdisciplinaridade, tanto no âmbito da instituição como no âmbito externo. Segundo os autores, “As atividades de extensão têm a capacidade de articular várias áreas das ciências em torno de um projeto comum, com o qual os conhecimentos produzidos podem ser socializados e reconstruídos em parceria com a comunidade”.

Outro aspecto importante é a possibilidade da criação de espaços acadêmicos, laboratórios, onde os estudos possam estar atrelados à formação acadêmica, dinamizando o intercâmbio de pesquisa entre outros profissionais, ou seja, o compartilhamento das idéias.

Em Lima (2003, p.26), encontramos que pensar extensão é pensar interdisciplinaridade. Para a autora, “Todo projeto de intervenção em uma realidade social é sempre um projeto interdisciplinar. A interdisciplinaridade facilita o aprofundamento do conhecimento em vários aspectos e através de olhares diferentes, o que não significa que a especificidade das disciplinas não seja levada em conta”. Acrescenta ainda que no ensino superior não se pode reduzir as áreas de atuação profissional à limitação de uma ou duas áreas de conhecimento.

No FORPROEX (1990, p.26) ficou firmado que “A extensão é um dos espaços estratégicos para a promoção de atividades acadêmicas, de caráter interdisciplinar, integrando grupos e áreas distintas do conhecimento, contribuindo para modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber e revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade”.

Nogueira (2005) enaltece o desenvolvimento de projetos extensionistas que trabalham numa vertente inter e transdisciplinar. Para o autor, projetos que caminham nesta vertente estão à luz da discussão atual da academia, ou seja, o reconhecimento de superar as rígidas especializações disciplinares.

Petraglia (2003, p. 74), ao estudar as obras de Edgar Morin, percebeu que a interdisciplinaridade poderia ser superada pela transdisciplinaridade, quando o foco da análise fosse a educação. Enquanto a interdisciplinaridade, para Morin, é apenas “a colaboração entre as disciplinas, guardadas as especificidades e particularidades de cada uma”, na transdisciplinaridade pode-se entender “o intercâmbio como articulações entre elas”. Na transdisciplinaridade “não há espaço para conceitos fechados e pensamentos estanques, enclausurados em gavetas disciplinares, mas há obrigatoriamente a busca de todas as relações que possam existir entre todo conhecimento”.

Neste sentido, entendo que muito ainda precisa ser discutido sobre esta maneira de pensar a extensão enquanto atividade interdisciplinar, em nossas universidades, pois o que percebemos é uma radicalização do individualismo, do saber que só eu sei sobre o que estudo, desrespeitando os conhecimentos acadêmicos e populares dos outros.

Quanto ao eixo “indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão”, está escrito no Fórum:

Reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” - em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na

aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação das diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos. (FORPROEX, 2007, p.18-19).

Castro (2004) apresenta uma crítica a esta indissociabilidade quando aponta que, mesmo estando legitimada constitucionalmente (Constituição Federal, art. 207), ela só tem efeito enquanto frase, pois em sua prática nada tem provocado modificações no processo ensino-aprendizagem.

As atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão estão a serviço da função de uma instituição de ensino superior, qual seja, a produção e a disseminação do conhecimento. É necessário que tenhamos a compreensão de que tudo que é oferecido e vivenciado em uma instituição de ensino superior faz parte do currículo.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) prevê para os novos currículos a inclusão de atividades denominadas complementares. Nesta lógica, as atividades de extensão e de pesquisa poderão fazer parte do currículo daqueles estudantes que se envolverem nestas atividades. A determinação legal veio incrementar e valorizar essas atividades acadêmicas. Uma vez havendo a possibilidade da incorporação delas ao currículo, poderá ser possível perceber, uma participação mais efetiva dos acadêmicos nestas ações, tornando visível a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não ficando apenas no papel, como já afirmava Castro. (2004).

A nova possibilidade da flexibilização curricular, participação em atividades complementares, em especial nas atividades de extensão, pode garantir aos acadêmicos vivências e experiências em várias atividades desenvolvidas junto à comunidade, o que, em Takeuchi e Nonaka (2008), poderíamos entender como a possibilidade da aquisição dos conhecimentos tácitos.

Esses conhecimentos servirão de feedback em algumas disciplinas, provocando boas reflexões sobre questões da atualidade, o que, juntamente com os conhecimentos já acumulados em sala de aula (explícitos), poderão proporcionar uma formação comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população e com as transformações sociais, que tanto a sociedade espera dos seus “intelectuais”, que tiveram a oportunidade de frequentar um curso superior, principalmente se este curso for de uma instituição pública.

Para Nogueira (2005, p. 11),

A extensão é, então, resgatada como um meio através do qual a universidade vai cumprir sua função social. Repensar a extensão enquanto atividade acadêmica significava colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa, na cadeia de produção e

difusão do conhecimento. Significava entendê-la como o instrumento que vai possibilitar a democratização do conhecimento produzido e ensinado na universidade e atender às demandas mais urgentes da população. Ao mesmo tempo, ela se constitui em uma forma privilegiada, por meio da qual a universidade avalia e submete à avaliação da sociedade o conhecimento que produz, pelo confronto com situações concretas.

Com objetivo de sistematizar as ações extensionistas, o FORPROEX (2007) determinou que todas as atividades de extensão, desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior (IES), tivessem uma classificação por Áreas de Conhecimento, por Áreas Temáticas e por Linhas de Extensão. Esta classificação se torna necessária para que possamos ter um panorama da extensão universitária brasileira. Todas as IES deverão informar ao Sistema de Informação da Extensão (SIEx) os dados das atividades de extensão desenvolvidas em suas instituições, com o propósito de tornar público atividades e servirem de referência para consultas e apresentações de relatórios.

Com relação à classificação por Áreas do Conhecimento, a extensão segue o modelo utilizado pelo CNPq para a definição dessas Áreas, quais sejam:

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas
- Engenharia / Tecnologia
- Ciências da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais
- Ciências Humanas
- Lingüística, Letras e Artes

Com relação às Áreas Temáticas, assunto ou objeto que é focado na atividade de extensão, o FORPROEX classificou em

- Comunicação
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Educação
- Meio Ambiente
- Saúde
- Tecnologia e Produção
- Trabalho.

Quanto às Linhas de Extensão, o FORPROEX (2007) as criou com a intenção da construção de programas. Estas Linhas<sup>4</sup> não deverão necessariamente estar relacionadas às

---

<sup>4</sup> Todas as linhas estão detalhadas no anexo B

Áreas Temáticas. São apresentadas cinquenta e três (53) formas de operacionalizar as ações de extensão.

A sistematização tem o propósito de estruturar e organizar as ações da extensão universitária. Além das classificações, a extensão pode ser registrada pela forma como ela é oferecida à sociedade. Desde as primeiras ações de extensão nas universidades brasileiras, havia duas formas claras de desenvolvimento dessas ações: os cursos e as prestações de serviços. De acordo com o FORPROEX (2007), para tornar mais ampla a classificação e a estruturação dessas atividades, foram incorporadas outras categorias. Estas novas classificações serão abordadas no capítulo seguinte.

#### 4.3 EXTENSÃO ENQUANTO SERVIÇO ACADÊMICO

Toda ação de extensão universitária necessita de constante intervenção de uma equipe engajada em desenvolver as atividades com qualidade e segurança. Nestes ambientes, as trocas de informações e de conhecimentos são fundamentais para a execução do serviço, principalmente por se tratar que cada atividade desenvolvida é única e o envolvimento dos participantes ocorre simultaneamente. Uma ação mal executada pode colocar em xeque todo desenvolvimento da atividade.

Encontramos nos textos relativos à extensão algumas dúvidas quanto às várias formas de se fazer extensão nas universidades. Há necessidade de termos uma compreensão do que seja ação extensionista e sua identificação enquanto serviço acadêmico, para termos mais clareza do que estamos desenvolvendo dentro da instituição.

De acordo com o FORPROEX (2007, p.35-41), as ações de extensão estão assim definidas:

- **Programa:** Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- **Projeto:** Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado;
- **Curso:** Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos;
- **Evento:** Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. Pode ser sub-dividido em congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival e outros;

- Prestação de Serviço: Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Observação: Quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto). Esta ação pode ser assim classificada: consultorias, assessorias, laudos técnicos, atendimento jurídico, atendimento em saúde humana, entre outras.
- Publicação e Outro Produto: Acadêmico: caracteriza-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. Deve ser registrado o produto classificado nos grupos: Livro, Capítulo de Livro, Anais, Comunicação, Manual, Jornal, Revista, Artigo, Relatório Técnico, Produto Audiovisual-Filme, Produto Audiovisual-Vídeo, Produto Audiovisual-CDROM, Produto Audiovisual-DVD, Produto Audiovisual-Outros, Programa de Rádio, Programa de TV, Software, Jogo Educativo, Produto Artístico e Outros.

Segundo Hoffman (2001), podemos encontrar os serviços em todos os lugares. Esses serviços incluem negócios que podem visar lucros ou não, podem ser oferecidos por entidades ou organizações públicas ou privadas, e podem ser executadas por pessoas com grandes qualificações ou sem nenhuma qualificação profissional. Em uma IES, podemos encontrar vários tipos de serviços, entre eles, os serviços acadêmicos, tais como: serviços de ensino, pesquisa e extensão.

Encontramos algumas discussões no cenário acadêmico quando falamos em serviços extensionistas. Historicamente, esta palavra vem retratando ações assistencialistas ou prestação de serviço. Na primeira, segundo vários pesquisadores, a universidade assume uma função que não é a sua, mas, sim, do Estado, ou seja, desenvolver diversas formas de assistência às comunidades carentes. Já na segunda, prestação de serviço, encontramos pesquisadores relacionando esta atividade com o recolhimento de taxas para manutenção da própria universidade. Silva (2003, p. 227), em seu trabalho doutoral, aponta esta questão: “Muitos acreditam que esta deve ser uma atividade separada e que não pode ser enquadrada como extensão, dado seu caráter mais pragmático e estratégico de as universidades ganharem dinheiro”.

Portanto, faz-se necessário compreendermos o que sejam serviços, para não cairmos no equívoco de que tudo o que retrata esta palavra não venha a ser sinônimo de assistencialismo ou captação de recursos financeiros.

Kotler (2000, p.448) define serviço como “Qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de um serviço pode estar ou não ligada a um produto concreto”.

Gianesi e Correa (1994, p.57) falam que “Os serviços buscam atender às expectativas dos consumidores em relação a determinado conjunto de necessidades”.

Para Gronroos (2006, p.90), “O serviço é basicamente algo imaterial e pode ser caracterizado como uma atividade em que a produção e o consumo se dão simultaneamente, em grande medida”.

Parasuraman, Zeithaml e Berry (2006, p.97) afirmam que “serviços não são objetos, mas são prestados, envolvendo o desempenho dos prestadores de serviços e, por isso, raramente é possível estabelecer especificações de fabricação precisas quanto a uma qualidade uniforme”.

Hoffman (2001), quando fala em serviço, associa-o com ato, esforços ou desempenho. Esta forma de ver os serviços tem muita semelhança com o que entendemos por serviços acadêmicos de extensão, principalmente quando trabalhamos com pessoas com deficiência. Muitas das atividades oferecidas a esta população são realizadas com o que o autor apresenta. Os envolvidos têm um grande desprendimento físico, as atividades são envolventes e, por sua vez, necessitam de grande desempenho para a sua execução.

Las Casas (2006, p.17) afirma que serviço é constituído por “Uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem”.

Para Gianesi e Correa (1994), as atividades de serviços apresentam como características básicas:

- A intangibilidade, ou seja, o serviço não pode ser manuseado nem possuído pelo cliente. O cliente vive a ação do serviço;
- A necessidade da presença do cliente, pois o serviço inicia-se com a solicitação e envolvimento do cliente;
- Os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente.

Quando os autores falam da intangibilidade do serviço, fica clara esta percepção nas atividades desenvolvidas em alguns projetos de extensão, como na área da Educação Física, pois o cliente está ativamente envolvido nas atividades propostas. Em Parasuraman, Zeithaml e Berry (2006) encontramos também que os serviços não são considerados objetos, eles são oferecidos. Neste sentido podemos perceber um envolvimento e comprometimento dos que o executam. Logo, nestas atividades, há uma interação concreta entre quem oferece e quem recebe o serviço.

Outra característica do serviço é a simultaneidade entre o que está sendo produzido, e o que está sendo consumido. Parasuraman, Zeithaml e Berry (2006) dizem que produção e

consumo são inseparáveis. Bateson e Hoffman (2001, p. 35) descrevem que “A inseparabilidade de produção e consumo refere-se ao fato de que, enquanto os bens são primeiramente produzidos, depois vendidos e, finalmente, consumidos, os serviços são primeiramente vendidos, depois produzidos e consumidos simultaneamente”. Apesar de os autores citarem que os serviços podem ser vendidos, em alguns projetos de extensão os serviços são oferecidos gratuitamente.

Nos projetos de extensão, as atividades a serem oferecidas são planejadas e discutidas em pequenos grupos. Neste momento, essas atividades são apenas intenções ou propostas, mas o serviço só acontece realmente quando os executores o colocarem em prática, ou seja, com a presença e a participação dos clientes (usuários destes serviços).

Então, a extensão universitária é uma prestação de serviço da universidade para a comunidade, onde, de um lado, está quem vai propor e/ou executar o serviço e, do outro, quem vai recebê-lo, consumi-lo (cliente). Observa-se em determinadas situações que a mesma pessoa que está executando o serviço (acadêmico) a um cliente (comunidade) pode também ser um cliente do sistema educacional, pois antes de desenvolver sua atividade ele também está em processo de formação e, portanto, recebendo serviços (ensino), onde, de um lado, está o professor (o executor do serviço) e, de outro, o aluno (cliente).

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, segundo a Resolução nº 05 CUn/98 (UFSC,1998), quem presta o serviço de extensão é a instituição, através de programas ou projetos, muitas vezes, propostos por professores ou servidores técnico-administrativos.

No quadro 07 está representado o modelo da UFSC de quem executa o serviço e quem é o cliente do mesmo.

Prestador do serviço	Atividades acadêmicas	Executor do serviço	Cliente
UFSC	ENSINO	Professor	Acadêmico
	PESQUISA	Professor STA	Comunidade (pessoas ou organizações)
	EXTENSÃO	Acadêmico	

**Quadro 07 – Disposição da execução dos serviços acadêmicos na UFSC**



Tomando como exemplo o caso da UFSC e segundo o “Sistema de Operação de Serviço” de Giansesi e Correa (1994), podemos observar dentro da comunidade universitária vários executores dos serviços acadêmicos. Quanto ao professor, ele poderá estar na linha de frente (Front Office) em todas as atividades oferecidas ou na retaguarda (Back Room), conforme sua atuação. O servidor técnico-administrativo poderá também ocupar a mesma situação, mas somente nas atividades de pesquisa e extensão. Os acadêmicos, preferencialmente, estarão na linha de frente na execução dos serviços de extensão e pesquisa.

Em Lãs Casas (2006, p.18), podemos perceber o quanto as atividades corporais desenvolvidas nas aulas, no caso, a Educação Física, têm uma aproximação com esta intangibilidade, quando afirma: “Serviço é a parte que deve ser vivenciada, é uma experiência vivida, é desempenho”.

Os serviços de extensão não ocorrem sem a presença dos usuários (clientes), esta é uma outra característica dos serviços.

Fitzsimmons, Fitzsimmons e Horbe (2000) dizem que, em um pacote de serviço, devem estar previstos:

- Instalações de apoio: são as instalações e os equipamentos utilizados no serviço. As IES muitas vezes disponibilizam os materiais a serem utilizados, mas quando se trabalha com pessoas com deficiência, em alguns casos, esses são adaptados ou confeccionados pelos próprios integrantes do grupo;
- Bens facilitadores: são os bens consumidos ou utilizados no serviço;
- Serviços explícitos: são os benefícios claramente percebidos pelo cliente como resultado da prestação do serviço.
- Serviços implícitos: são os benefícios psicológicos que o cliente pode obter com a prestação do mesmo.

Todos esses conceitos de serviços estão presentes nas várias formas de ações de extensão, classificadas segundo o FORPROEX (2007). Em nenhum momento, os programas, projetos, cursos, eventos, ou mesmo a prestação de serviço, são desvinculados de pessoas. Toda ação desenvolvida é única, apesar de termos um planejamento que pode ter a intencionalidade de repetição, mas as suas respostas são diferentes, pois a complexidade de agentes (pessoas) envolvidos, os artefatos (equipamentos) a serem manuseados, as estratégias a serem utilizadas podem ser constantemente alteradas por várias razões que vão de um simples controle emocional de um de seus participantes, comprometendo toda a ação, até

mesmo as condições do ambiente onde são desenvolvidas as atividades, que podem sofrer modificações de uma atividade para outra.

Todas as ações desenvolvidas na extensão apresentam características comuns, conforme foi conceituado nos parágrafos anteriores. Toda a ação exige a presença de pessoas, aos quais se beneficiarão do serviço (clientes); em não havendo a atividade, esta ficará comprometida, pois as pessoas interagem com o grupo. A ação é intangível e única, não podemos mensurá-la devido à dificuldade de encontrarmos metodologias para avaliar o grau de satisfação dos usuários. Por se tratar de pessoas e não de produtos, tais atividades não poderão ser estocadas, guardadas, para serem utilizadas posteriormente, elas são vivida no momento.

Na academia existem várias correntes discutindo formas de ações extensionistas. Os principais elementos desta discussão estão na desvinculação da ação extensionista enquanto formação acadêmica, no distanciamento da função da universidade (produzir e disseminar na comunidade os conhecimentos), nas ações assistencialistas ainda encontradas em alguns projetos, e a utilização da extensão enquanto fonte captadora de recursos financeiros, além de outros aspectos. Apesar desta discussão ser importante, o trabalho não tem a finalidade de estudar mais a fundo esta questão.

Com relação à abordagem assistencialista, alguns autores discutem a transferência de responsabilidade social do Estado quanto a questões de desigualdades sócio-econômicas, para as instituições de ensino superior, principalmente as universidades públicas, descaracterizando a real função da universidade e o distanciamento da indissociabilidade entre as ações de extensão com o ensino e a pesquisa.

Como já foi descrito, a extensão teve um papel fundamental em alguns momentos da história política brasileira. Durante anos a extensão serviu de apoio a projetos governamentais, principalmente nas áreas da saúde e da educação, ações estas sem uma vinculação com as transformações sociais.

Com a criação do FORPROEX, a situação foi perdendo tal característica, o que não quer dizer que ainda não aconteçam.

Concordamos com Souza (2000, p.127) quando diz que “A prestação de serviço feito pela Universidade não deve ser assumida apenas pelo serviço em si, mas deve representar um momento de produção do conhecimento e de distribuição do conhecimento produzido”.

#### 4.4 EXTENSÃO NA UFSC

Na Universidade Federal de Santa Catarina, até maio de 2008, havia uma Pró-Reitoria específica para tratar de assuntos extensionistas. Com a posse dos novos Reitores, a estrutura administrativa da instituição foi alterada, ficando a extensão e a pesquisa inseridas em uma única unidade administrativa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão é um órgão deliberativo e consultivo nas respectivas matérias de pesquisa e extensão. Ambas são constituídas por Câmaras que têm a função principal de propor políticas nestas áreas à Instituição.

A Câmara de Extensão é constituída pelo Pró-Reitor como Presidente, um representante docente de cada Unidade de Ensino, participante de atividades de extensão, de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros não-discentes da Câmara.

As atribuições da Câmara são:

- propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;
- atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um (1) representante por Unidade.

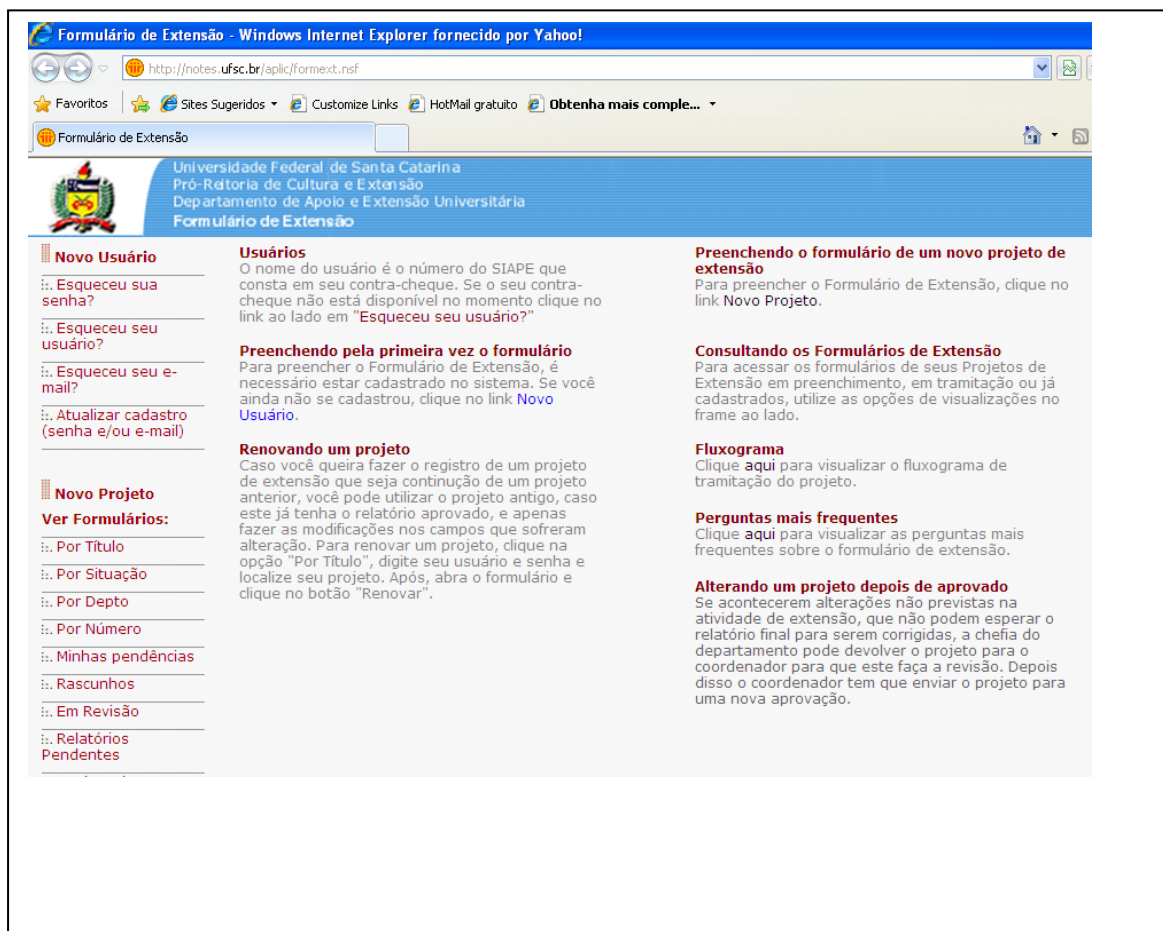
A extensão universitária na Universidade Federal de Santa Catarina é regulamentada pela Resolução nº 005/CUN/98, de 04 de agosto de 1998 (UFSC, 1998). Nesta Resolução, a extensão é definida, em seu Artigo 1º, como: “A extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação sistematizada desta com a comunidade, visando contribuir para o desenvolvimento da comunidade e dela buscar conhecimentos e experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa”. Em seus vários artigos, são descritos os procedimentos administrativos e pedagógicos para a efetivação de suas ações.

Segundo a Resolução, consideram-se atividades de extensão, Art. 02º consultorias, assessorias, cursos, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, atividades assistenciais, artísticas, esportivas, culturais e outras afins. Apesar de oferecer um leque de atividades, esta Resolução não caracteriza as atividades de programas, projetos e as prestações de serviços. Entende-se como projeto, no mesmo, o procedimento de encaminhamento para aprovação e regularização da atividade. Segundo o FORPROEX (2007), as atividades de extensão são classificadas em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

O encaminhamento de uma atividade de extensão na UFSC poderá ser feito a qualquer tempo por um servidor docente ou técnico-administrativo, que será o coordenador da atividade. Muitas vezes uma atividade pode ter vários envolvidos, mas somente um responde administrativamente.

Com o advento das tecnologias da informação, a UFSC tornou-se uma das Instituições de Ensino Superior pioneiras em matéria de tramitação do registro das atividades de extensão via web. Seu formulário continua sendo modelo para outras Instituições.

Na home page do Departamento de Projetos de Extensão da UFSC (figura 08), estão disponíveis as informações para o registro das atividades.



**Figura 08 - Pagina inicial do Formulário de Extensão da UFSC**

Fonte: <http://notes.ufsc.br/aplic/formext.nsf>

Nesta página, figura 08, o coordenador tem a sua disposição as informações básicas para o registro de uma nova atividade de extensão ou buscar informações sobre todos os projetos da qual é coordenador.

Depois de ter feito o cadastro no sistema, o coordenador dará prosseguimento ao preenchimento do Formulário de Extensão, figura 09.

Formulário de Extensão - Windows Internet Explorer fornecido por Yahoo!

http://notes.ufsc.br/aplic/formext.nsf/Coordenador?OpenForm

Universidade Federal de Santa Catarina  
Atividades de Extensão - Res. Nº 05/CUn/98  
Formulário de Tramitação e Registro

Situação: Em prec

Ajuda para preenchimento do formulário

Todos os campos deverão estar preenchidos ao Enviar para Aprovação

Título da Atividade:

Objetivos e metodologia:

Palavras chave:

Entidade parceira:

Município / Estado:  /

Forma de Extensão:

Período de realização:  a  (Ex.: 19/04/2004). Não deve se estender por período superior a um ano.

Carga horária total da atividade:  horas (Ex.: 10,5 - dez horas e meia) Número TOTAL de horas do projeto

**Figura 09 - Preenchimento do Formulário de Extensão da UFSC**  
**Fonte: <http://notes.ufsc.br/aplic/formext.nsf/Coordenador?OpenForm>**

Neste formulário, figura 09, o coordenador da atividade preenche vários campos com informações de seu projeto, e o encaminhará via web à Câmara de Extensão do Departamento ao qual está vinculado, sendo avaliado pelos seus pares, o que se manifestarão pela aprovação ou não. Ao final da atividade, o coordenador fará o registro da atividade também neste mesmo formulário, on-line. Este procedimento facilitou a tramitação, a avaliação e o registro da atividade.

Na figura 10 é apresentado o fluxograma da tramitação do projeto, desde sua origem até a sua conclusão

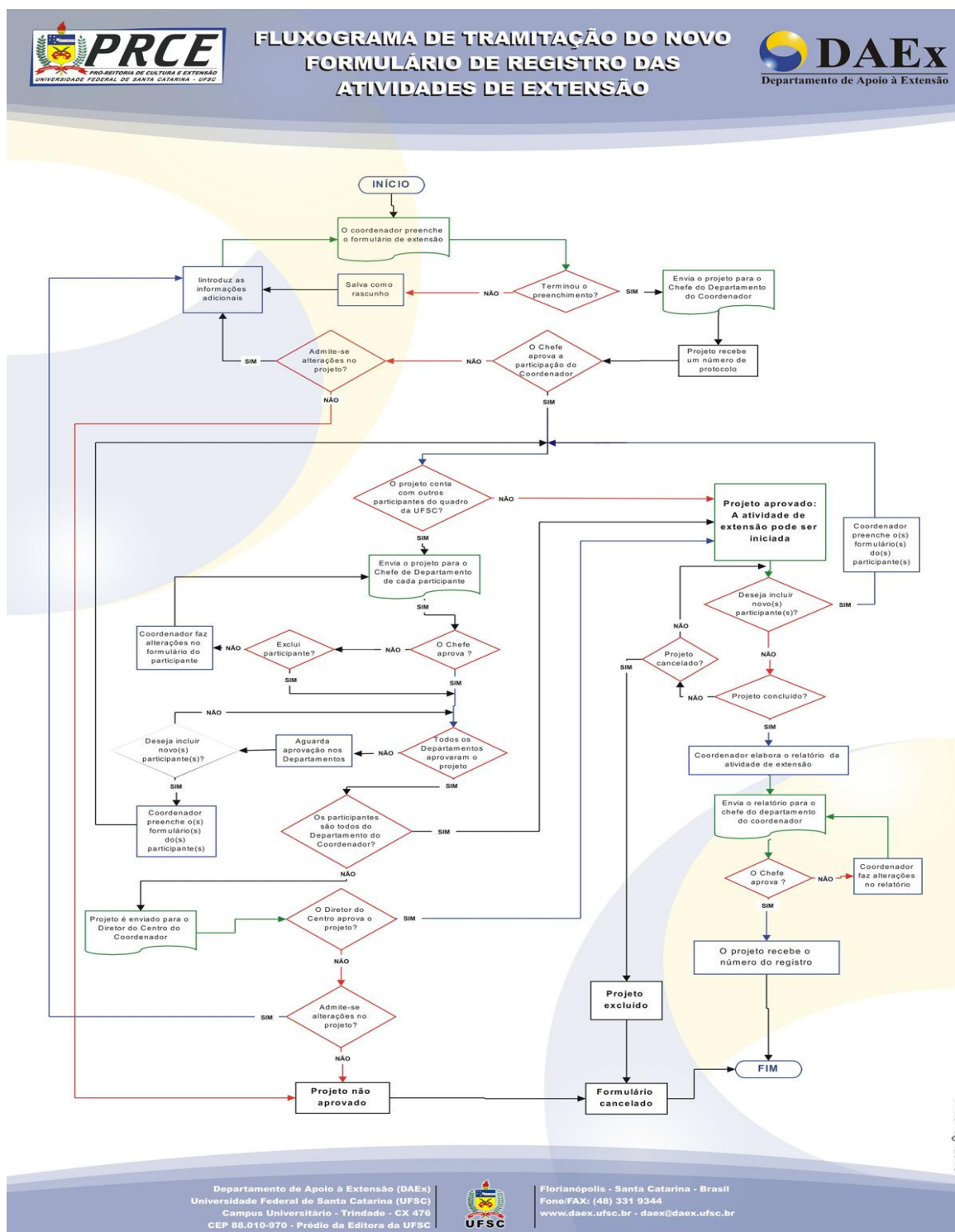


Figura 10 – Fluxograma da Tramitação do Novo Formulário de Registro

Fonte: <http://notes.ufsc.br/aplic/formext.nsf/Fluxograma?OpenPage>

Infelizmente, até o momento, somente o coordenador tem acesso às informações de seu projeto. Outros participantes e a comunidade interna e externa da UFSC não têm acesso a estas informações, devido ao programa existente.

Apesar do sistema ser de fácil acessibilidade e operacionalidade, encontramos ainda resistências por parte de alguns coordenadores em preenchê-lo. Muitas atividades de extensão não são registradas. Este fato compromete todo um sistema de avaliação institucional, pois os resultados, muitas vezes, ficam aquém da realidade.

O preenchimento das atividades de extensão é de responsabilidade do coordenador do projeto; cabe a ele o interesse ou não do seu registro. Os projetos que têm vinculação com horas nos Planos de Atividade do Departamento são os mais registrados, pela liberação de horas para coordenar a atividade. Já os projetos de curta duração, como os cursos e palestras, por exemplo, muitas vezes não são registrados, perdendo a instituição, pois a Administração Central não tem acesso a estas informações, automaticamente não fazem parte do volume de atividades desenvolvidas na instituição.

#### 4.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS REFERENTES À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS PROJETOS LIGADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UFSC

Neste subcapítulo, analisaremos questões referentes à extensão universitária e aos projetos que fizeram parte desta pesquisa. Utilizaremos como materiais para análise as entrevistas realizadas com os coordenadores dos projetos e com os diretores do departamento de apoio à extensão, bem como alguns dados do Formulário de Tramitação e Registro de Extensão.

Discussões relacionadas às pessoas com deficiência são muito recentes nas universidades brasileiras. Iniciaram na década de 80 do século passado, após a promulgação da ONU em prol dos seus direitos. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), essas discussões começaram a ganhar destaque com a criação do Núcleo de Desenvolvimento Humano, NUCLEIND, em 1985. O Núcleo desenvolvia palestras, seminários, sempre com temas voltados à educação inclusiva.

Na UFSC, dos seus onze (11) centros de ensino, apenas seis (06) apresentam projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência, com as características da pesquisa. São eles: Centro de Desportos, com sete projetos (07), sendo quatro (04) coordenados por este pesquisador, os quais, por questões metodológicas, não fizeram parte deste estudo; Centro de Ciências da Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com três (03) projetos respectivamente e os Centro de Ciências da Saúde, Centro Tecnológico e Centro de Comunicação e Expressão, com um (01) projeto em cada centro.



Percebe-se, com este pequeno número de projetos dentro de uma instituição de ensino superior como a UFSC, e a sua distribuição em apenas seis (06) dos seus onze (11) centros de ensino, a consequência de este processo inclusivo ser muito recente, ou, simplesmente, a falta de estímulo ou interesse no assunto por parte da comunidade acadêmica e administrativa da instituição.

O Ministério da Educação (MEC), preocupado com a formação acadêmica dos futuros docentes e outros profissionais para atender ao segmento das pessoas com deficiência, recomendou, através da Portaria nº 1793 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994), a necessidade de implantação de disciplinas ou conteúdos relacionados ao atendimento a este segmento. O posicionamento do MEC serviu de estímulo para profissionais das instituições de ensino superior para oferecer projetos de extensão que oportunizassem a aproximação dos acadêmicos com esta população, despertando neles compromisso, bem como vivências práticas das disciplinas que abordavam conteúdos referentes à melhoria da qualidade de vida dessa população.

Na época em que estas discussões e recomendações ocorreram ainda se falava em integração das pessoas com deficiência na sociedade, o que, anos mais tarde, com a promulgação de inúmeras Leis e Convenções Internacionais, modificou o conceito de integração para inclusão social, entendendo que não basta estar presente na sociedade, mas, sim, participar ativamente dela.

A inclusão social e, por sua vez, a educação inclusiva são hoje uma realidade e estão garantidas na Constituição Federal. A Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) deverá estar em consonância com o cumprimento constitucional e encarar a realidade social e as necessidades de sua população como um compromisso de toda comunidade acadêmica. Portanto, entendemos que há uma necessidade dos demais centros de ensino abraçar projetos de extensão e pesquisa na linha da inclusão social. Esses projetos poderão despertar na comunidade universitária reflexões que levem à aquisição e à disseminação de novos conhecimentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

#### **4.5.1 Compreendendo os projetos**

Os projetos que fizeram parte desta pesquisa, apesar de trabalharem com a mesma população, isto é, pessoas com deficiência, apresentaram características que vão desde o período de sua execução até a sua classificação, sugerida pelo FORPROEX (2007).

Quanto ao período de execução, podemos classificar os projetos segundo a sua periodicidade. Oito (08) dos doze (12) projetos são oferecidos anualmente, sempre com a mesma característica. Os outros quatro (04) são temporais, ou seja, são projetos com datas pré-determinadas. Tão logo esses serviços atinjam seus objetivos, o projeto é finalizado. Geralmente seu período de execução não passa de um (01) ano.

Quanto à característica do serviço, dos doze (12) projetos analisados, quatro (04) têm relação direta com a educação inclusiva, cinco (05) com questões relacionadas à saúde, e três (03) com a acessibilidade. Os relacionados com a educação inclusiva são para atender a demanda interna, ou seja, os alunos do Núcleo de Desenvolvimento Infantil, Colégio de Aplicação e os acadêmicos da Instituição. Todos os demais estão relacionados com a população interna e externa da UFSC, mas com atividades não relacionadas ao ensino.

Tanto a educação inclusiva como a acessibilidade estão garantidos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988); no Decreto Lei nº 5296/04 (BRASIL, 2004), que dá ênfase na promoção à acessibilidade; na Portaria 3284/ 2003, (BRASIL, 2003) que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir o processo de autorização e de reconhecimento de curso, e de credenciamento de instituição; na Declaração de Salamanca/Espanha-1994; na Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, de 2001; na Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência, de 2007, entre outras, que os alunos que apresentam alguma deficiência física, mental ou sensorial possam estar preferencialmente estudando na rede regular de ensino.

Com objetivo de identificar e classificar as ações extensionistas desenvolvidas nas instituições de ensino superior, o FORPROEX (2007) recomendou que todas essas ações fossem distribuídas segundo o enquadramento nas grandes áreas do conhecimento do CNPq, nas áreas temáticas, e nas linhas programáticas de extensão. Com esta classificação, espera-se que a Rede Nacional de Extensão (RENEX) possa disponibilizar no Sistema de Informação de Extensão (SIEX) todos os serviços extensionistas, distribuídos de acordo com as suas características em nível nacional.

A disseminação desses projetos na web permitirá que a comunidade acadêmica tenha acesso ao que está sendo produzido na instituição em matéria de extensão universitária, onde são oferecidos esses serviços, e quais são os projetos que apresentam características similares, promovendo, assim, a sua integração.

Ao observar os formulários de tramitação e registro dos projetos que fizeram parte da pesquisa, identificamos alguns dados sobre estas classificações. Sobre as grandes áreas do conhecimento, identificamos, segundo o quadro 08, quatro (04) áreas definidas pelos

coordenadores. Um (01) não especificou a área com que seu projeto se identifica, e outro informante não fez a menção, pelo fato que ao preencher o formulário, este campo não estava disponível.

Grande Área do Projeto	Nº dos Projetos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Ciências Humanas	X	X					X	X					4
Ciências da Saúde					X				X	X	X		4
Linguística, Letras, Artes			X										1
Ciências Sociais Aplicadas												X	1
Outros						X							1
Campo não disponível				X									1

**Quadro 08 – Grande Área Do Projeto**

Diante do quadro 08, podemos observar que há uma aproximação ou identificação do projeto com a área de atuação do coordenador. Dos quatro (04) informantes que classificaram seus projetos como ciências humanas, dois (02) pertencem ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e dois (02), ao Centro de Ciências da Educação. Dois (02) desses estão ligados à educação inclusiva, e os outros dois (02), a acessibilidade. Dos quatro (04) relacionados a ciências da saúde, um (01) pertence ao Centro de Ciências da Saúde e três (03) ao Centro de Desportos, ambos classificados no CNPq como áreas ligadas à saúde. Um informante classificou seu projeto como linguística, letras e artes por estar relacionado à área da dança, bem como à área de estudo e pesquisa do coordenador; o projeto está ligado ao Centro de Ciências da Educação. Um coordenador classificou seu projeto como Ciências Sociais Aplicadas, por entender que ele está relacionado à acessibilidade e inclusão.

Com relação às áreas temáticas, no formulário de tramitação e registro há dois (02) campos a serem preenchidos. O coordenador terá que classificar seu projeto em uma área principal e outra secundária. Segundo o FORPROEX (2007, p24), “A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como à articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática”. A classificação dessas áreas pode ser visualizada no quadro 09.

Área Temática Principal	Nº dos Projetos												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Educação	X	X	X				X	X				X	6
Saúde					X				X	X	X		4
Tecnologia						X							1
Campo não disponível				X									1
Área Temática Secundária													
Comunicação	X	X					X						3
Cultura			X										1
Direitos Humanos												X	1
Educação					X			X	X	X	X		5
Meio Ambiente						X							1
Campo não disponível				X									1

**Quadro 09 – Areas Temáticas Dos Projetos Envolvidos Na Pesquisa**

Com relação ao quadro 09, podemos identificar uma semelhança da área temática principal com as grandes áreas do conhecimento. Percebe-se que seis (06) dos doze (12) projetos classificados na área da educação, e quatro (04) na saúde, são os mesmos classificados nas grandes áreas.

Já na escolha da área temática secundária, pode-se perceber que dos cinco (05) que escolheram educação, quatro (04) o fizeram por se tratar de uma vinculação com a ação acadêmica de ensino na graduação (indissociabilidade), pois suas atividades não apresentam relação direta com o ensino regular às pessoas com deficiência, mas, sim, com a qualidade de vida, já o outro coordenador mantém seu projeto na mesma área.

Pode-se perceber também que três (03) coordenadores classificaram seus projetos na área da comunicação por entender que os mesmos desenvolvem serviços que facilitam este processo.

Há de se destacar também no quadro 06 que apenas um coordenador relacionou seu projeto como direitos humanos. Nos três estados do Sul, anualmente é realizado o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) e, em muitos desses seminários, raros são os projetos relacionados às pessoas com deficiência que são enquadrados nesta área temática. Em sua grande maioria, estão alocados nas áreas da educação e da saúde. A identificação desta área por parte de um informante abre a possibilidade de discussões quanto às garantias

jurídicas dentro do universo acadêmico, bem como o quanto as instituições de ensino superior poderão contribuir para o reconhecimento e a aplicação desses direitos a essas pessoas.

Outra classificação recomendada pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão é o enquadramento de seu projeto quanto às linhas de extensão. Esta nova denominação veio desde 2006, em substituição a então linha programática. Segundo o FORPROEX (2007), tem como principal objetivo a nucleação das ações de extensão, facilitando o desenvolvimento de programas institucionais. No quadro 10, encontra-se esta distribuição.

Linha de Extensão do Projeto	Nº dos Projetos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Educação especial			X			X	X	X	X	X	X		7
Atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais	X	X			X							X	4
Campo não disponível				x									1

**Quadro 10 – Linha De Extensão Dos Projetos Envolvidos Na Pesquisa**

Primeiramente, cabe um registro: essas duas linhas citadas no quadro 10 “Educação especial” e “Atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais” foram substituídas por “Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais”, segundo o Fórum do Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, mas a UFSC não fez a sua atualização no formulário de extensão. Segundo este mesmo Fórum, a nova linha de extensão está definida como

Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias. (FORPROEX, 2007, p32)

Como a UFSC não fez a devida modificação, vamos analisar as indicações dos coordenadores pelas duas linhas que apresentaram no quadro.

Chama-nos a atenção a indicação de sete (07) coordenadores, classificando seus projetos na linha Educação Especial. Segundo o FORPROEX (2007), essa linha não estava na lista das mais frequentes, talvez pelo fato dos estudos tangenciarem o campo da educação inclusiva.

Há muitos anos esta terminologia, educação especial, vinha sendo utilizada para identificar uma área da educação destinada ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, principalmente em ambientes educacionais especializados. Atualmente, com a

determinação da Constituição Federal que essas pessoas estudem preferencialmente no ensino regular, as diversas leis e portarias ministeriais, dos inúmeros documentos nacionais e internacionais abordarem uma educação mais inclusiva, os estudos nesta área estão mais voltados à inclusão desses alunos na rede regular de ensino.

Dos sete (07) projetos em que os coordenadores fizeram a escolha por esta linha de extensão, apenas um desses projetos tem relação direta com o ensino regular; os demais são todos voltados à acessibilidade ou atividade física, o que, ao nosso ver, essa indicação de linha não seria a mais indicada por todos. Se um projeto tem relação com educação regular, porque mencionar educação especial? E os demais, se não estão relacionados com a área da educação regular, por que relacioná-las?

Temos notado que a vinculação do trabalho com pessoas com deficiência com a área da educação especial ainda é muito presente nos discursos de alguns profissionais da educação, talvez por este termo ter sido referenciado ao trabalho desenvolvido neste segmento.

Há muitos anos, a atenção às pessoas com deficiência estava voltada apenas ao ensino, e pouca atenção se dava a sua participação mais efetiva em outros setores da sociedade, como trabalho, lazer, esporte, entre outros. Com as frequentes discussões mundiais com relação aos direitos humanos, esse segmento passou a ser reconhecido, valorizado e admirado pela sociedade, diminuindo o ranço do preconceito e da discriminação.

Por outro lado, quatro (04) coordenadores classificaram seus projetos na linha de atenção a grupos com pessoas com necessidades especiais, aproximando-se da nova linha proposta pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Entendemos que todos esses projetos desenvolvem ações junto às pessoas com deficiência, e se há um termo específico para caracterizar este grupo, porque não citá-lo? O novo texto com as formas de operacionalização mais frequentes completa todas as ações desenvolvidas nestes projetos. Se todos optassem por uma única linha, esta poderia dar mais identidade ao grupo, facilitando a sua busca na rede mundial de computadores, quando solicitado.

#### **4.5.2 Os projetos a luz dos informantes**

Após análise de dados colhidos nos formulários de extensão, partiremos agora para as entrevistas. Nossas argumentações estão baseadas em duas categorias: extensão e serviço.

Analisaremos a categoria extensão. Nesta, elencamos treze (13) subcategorias, distribuídas em seis (06) blocos, respectivamente relacionados com objetivos da extensão; a questão da indissociabilidade; a extensão gratuita ou financiada; a importância da aproximação com a realidade; as diversas formas de extensão evidenciadas nos projetos, e o papel do acadêmico bolsista na extensão. Nesta categoria, foram identificadas oitenta e sete (87) unidades de significado, distribuídas entre os entrevistados, conforme a tabela 04.

**Tabela 04 - Subcategorias relacionadas à extensão**

Subcategorias	Entrevistados										
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	Total
<b>Objetivo da extensão</b>	2	1	0	2	1	1	1	1	0	2	11
<b>Indissociabilidade:</b>	2	2	0	1	0	3	0	2	0	3	13
<b>Ensino</b>	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	4
<b>Pesquisa</b>	1	2	1	3	2	1	0	1	1	0	12
<b>Assistencialismo</b>	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	4
<b>Cobrança de taxas</b>	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>Articulação</b>	1	0	0	1	0	0	0	3	5	2	12
<b>Vivência</b>	0	3	1	1	1	1	0	0	0	0	7
<b>Consultoria</b>	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>Curso</b>	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	4
<b>Eventos científicos</b>	0	1	2	0	1	0	0	0	3	0	7
<b>Programas</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>Bolsa de Extensão</b>	0	1	3	2	0	0	0	1	0	3	10
<b>TOTAL</b>	6	10	8	12	6	8	5	9	11	12	87

Nota-se na tabela 04 que algumas subcategorias apresentam maior número de unidades de significado, tais como, indissociabilidade, pesquisa, articulação, objetivo da extensão e bolsa de extensão. Essa coletânea de informações podem ter sido originária das reflexões que são mais comuns na academia quando se fala em extensão.

O objetivo da extensão sempre despertou dúvidas na comunidade universitária. O que é extensão? A indissociabilidade é palco de discussões, mas poucos professores sabem equilibrar essas ações acadêmicas. Quanto à pesquisa, os coordenadores responsáveis pelos projetos vinculam muito seus projetos de extensão com esta ação acadêmica. A articulação

entre a Universidade e a comunidade é um dos pontos que mais tem recebido destaque na comunidade universitária e em congressos e seminários na área.

Partiremos nossa análise buscando nos entrevistados suas opiniões sobre os objetivos da extensão e os objetivos de seus projetos. Segundo o FORPROEX (2007), a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que, articulado com o ensino e a pesquisa, possibilita uma inter-relação entre a universidade e a sociedade.

Nogueira (2005) comenta que a extensão é a realização de uma das atividades fins da universidade, ou seja, a produção e a disseminação do conhecimento. Três entrevistados deixam bem claro este papel da extensão.

Os conhecimentos que são produzidos nas três ações da Universidade são muitas vezes repassados através dos projetos de extensão, que podem ser tanto em forma de cursos, seminários, publicação ou nas atividades práticas e diretas com a comunidade. Muitas vezes a comunidade é a co-parceira em sua produção e, portanto, também tem o direito de se beneficiar com os novos achados. Para Silva (1997), a Universidade detém esse conhecimento; é através da extensão e do ensino que ele é disseminado na comunidade:

Eu vejo a extensão nesses dois ângulos, na difusão do conhecimento produzido e na aplicação dele em benefício da comunidade, de uma forma geral. (P1)

Na minha opinião, o projeto de extensão é um retorno para a comunidade daquilo que é pesquisado, estudado, desenvolvido na UFSC. (P8)

Outro entrevistado evidencia bem o que Jezine (2004) comenta sobre o papel da extensão enquanto um fazer pedagógico, teoria e prática. Esse repasse à comunidade é aplicado de forma direta através dos alunos, que estão em processo de formação. O acadêmico tem a possibilidade de vivenciar na prática sua futura atuação profissional, aplicando o que a academia está produzindo. Esta aplicação tem a possibilidade de um feedback para a mesma.

Os projetos de extensão, dentro da Universidade, servem basicamente para gerar conhecimento, trocas de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, formar alunos, aplicando estes conhecimentos de forma direta. (P6)

A falta da reconstrução do conhecimento em algumas Universidades é um problema complexo, afirma Demo (2001). Para ele, as instituições que não estão atentas a este fato são meramente um “monte de salas de aula”, onde os acadêmicos têm apenas a responsabilidade de reproduzir o que aprenderam nas provas, como se já bastasse para a sua formação.

Ora, como pudemos verificar nas entrevistas, a UFSC, ao nosso ver, não teria este problema, pelo menos nestes projetos. De uma forma geral, os entrevistados apontaram como



importante esta vinculação dos acadêmicos para com a produção e a sua disseminação dos conhecimentos na comunidade, e o seu retorno aos bancos escolares.

O repasse dos novos conhecimentos é tido para um entrevistado como uma contrapartida da Universidade para com a comunidade. Essa contrapartida vem da lógica de que a Universidade é mantida por essa comunidade, através do recolhimento de inúmeros impostos ou mesmo pela cobrança pelos serviços prestados, quando são cobrados.

Outro princípio também que me guia no projeto de extensão universitária é a questão de apresentar à população algo, uma vez que ela paga e nos sustenta. Você dá o que está saindo de ponta mesmo; então, compartilhar com a comunidade dá esse retorno do melhor que há de produção; eles serem os primeiros a beneficiarem-se dessa produção de conhecimento que está sendo gerado. (P4)

Para outro entrevistado, ficou claro o repasse do conhecimento à comunidade, uma vez que muitas pessoas não tiveram a oportunidade de desfrutar desses conhecimentos na academia.

É uma disseminação do conhecimento, você vai passar o conhecimento para pessoas que não tiveram oportunidade de estar aqui dentro. (P7)

A relação do confronto entre a realidade e a aprendizagem, citado por Lima (2003), como sendo um dos propósitos da extensão, foi o aspecto evidenciado por um entrevistado. Estar junto da comunidade possibilita conhecer as suas necessidades e, através desse confronto entre teoria e prática, pode-se estabelecer estratégias e novos conhecimentos que venham a contribuir para a superação dessas necessidades.

Ao se conhecer a realidade do lado de fora, o professor e o aluno, ele pode adaptar todos os seus projetos, todas as suas pesquisas, para que essas pesquisas sejam aplicáveis no mundo do lado de fora, e a comunidade externa também se beneficie, porque está usufruindo desses avanços que a Universidade tem. (P9)

No que se refere ao formulário de extensão, há um campo específico para que o coordenador do projeto possa escrever os objetivos de sua ação, bem como explicar sobre a metodologia a ser utilizada no mesmo. O quadro 11 apresenta o título e os objetivos que estão disponibilizados nestes formulários.

<b>Título</b>	<b>Objetivos</b>
Comunicação alternativa para alunos da UFSC	Promover a comunicação alternativa para alunos com necessidades especiais, proporcionando treinamento a outros alunos bolsistas da UFSC, que possam se interessar por uma formação em serviço nessa área.
Inclusão de alunos com necessidades especiais na UFSC	O projeto visa à inclusão dos alunos com necessidades especiais dentro da UFSC, trabalhando em conjunto com o banco de dados dos mesmos, priorizando cada aluno e suas necessidades.
Pothach Experiências Estéticas	Proporcionar aos jovens e adultos com cegueira experiências e educação estética pautada na dança contemporânea.
Produção interdepartamental de vídeo-aulas	Produzir do roteiro a finalização, 25 vídeo-aulas do Curso Letras Libras.
Cuidados odontológicos ao	O trabalho constituirá na aplicação de cuidados odontológicos que visem à promoção em saúde bucal à pessoa com deficiência. Realizar cuidados odontológicos em paciente com deficiência do CA da UFSC e APAE/Florianópolis, a fim de estabelecer

portador de deficiência	prevenção, tratamento e manutenção de sua saúde bucal; Educar e motivar os pacientes especiais, usando métodos que contornem seus limites individuais de aprendizagem, bem como seus pais/responsáveis, cuidadores e professores, visto que estes indivíduos serão de fundamental importância na continuidade do tratamento e manutenção da saúde bucal do paciente especial; Estabelecer métodos profiláticos constantes para evitar a instalação da doença, cárie, tendo em vista a dificuldade motora dos pacientes especiais em realizar sua própria higiene bucal; Fornecer profissionais e acadêmicos bolsistas a essa instituição, estabelecendo um serviço odontológico gratuito e de qualidade de forma que haja oportunidade e facilidade de acompanhamento clínico para cada paciente sem qualquer ônus para a mesma; Coletar dados clínicos sobre doenças bucodentais mais frequentes em indivíduos com deficiência (NE), contribuindo assim para a pesquisa em saúde bucal e divulgação de conhecimentos e/ou repasse de informações com interessados e instituições afins.
Mapas táteis eletrônicos para deficientes visuais: a trilha do rio do Braz	O projeto tem por objetivo fazer a integração de mapas táteis com a tecnologia FTIR, com aplicação na trilha do Rio Braz, buscando dar acessibilidade aos mapas e às trilhas para deficientes visuais que desejam fazer assistidas à trilha.
O uso da cartografia tátil e da Internet para informar deficientes visuais sobre os serviços públicos de Florianópolis	Inventariar quais serviços públicos de Florianópolis os deficientes visuais consideram importantes para sua vida na cidade de Florianópolis; Criar referências espaciais para os serviços públicos de Florianópolis, baseados na experiência dos deficientes visuais; Criar representações em mapas e maquetes táteis que permitam aos Dvs localizarem os serviços públicos e como chegar até eles; Ensinar os Dvs a lerem mapas táteis que representam as ruas e os locais de serviço públicos de Florianópolis; Disponibilizar os referenciais espaciais de serviços públicos na Web, no Portal Floripa Acessível, portal informacional de Florianópolis acessível a deficientes visuais ( <a href="http://www.floripacessivel.com">www.floripacessivel.com</a> ).
Assessoramento interdisciplinar a processos inclusivos no Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC	Criar uma estrutura de suporte e acompanhamento que auxilie as ações dos bolsistas de estágio não obrigatório dos cursos de Pedagogia e Psicologia que atuam no processo de inclusão escolar de alunos com diagnóstico de deficiência no CA e no NDI.
Atividade motora adaptada	Oportunizar vivências atividades recreativas, iniciação esportiva, atividades rítmicas, expressão corporal, e dança aos portadores de necessidades especiais (visuais, mentais, físicos e auditivos); Estimular processos de educação diversificada com seus pares; Desenvolver aspectos do desenvolvimento social e motor com um processo contínuo; Oferecer espaço para o aluno matriculado em estudos individuais com aprofundamento em Educação Física Especial, realizar o seu estágio;
Atividades na água para pessoas com deficiência	Oportunizar vivências na água por atividades recreativas, adaptação ao meio líquido e iniciação a natação a pessoas com deficiência (mentais, físicas e auditiva); Estimular processos de educação diversificada com seus pares; Desenvolver aspectos do desenvolvimento social e motor com um processo contínuo; Oferecer espaço para o aluno matriculado em estudos individuais, com aprofundamento em Educação Física Especial realizar o seu estágio;
AMA Baby	Oportunizar à criança com paralisia cerebral, experiências de movimentar-se com sucesso na água, através de atividades recreativas; Propiciar à criança interações sociais positivas; Estimular processos contínuos de desenvolvimento social e motor; favorecer a autonomia e as atividades de vida diária.
Projeto arquitetônico para acessibilidade nas instalações da FCEE	Realização de entrevistas e apresentações para discussões das propostas de projeto paisagismo elaboradas e definição de atividades específicas nos espaços abertos da FCEE; Detalhamento do projeto de paisagismo para as distintas áreas da FCEE, elaboração de memoriais descritivos que permitam a realização de licitações, execução e fiscalização das obras; Se houver dotação orçamentária realizar acompanhamento da execução, registro e acompanhamento da execução das soluções propostas (conforme o envolvimento e responsabilidade técnica da equipe deve ser formulado novo projeto de convênio; avaliação pós-ocupação- através da observação do uso por diferentes usuários avaliar as soluções propostas considerando restrições motoras, sensoriais, cognitivas e múltiplas (conforme o envolvimento e responsabilidade técnica da equipe deve ser formulado novo projeto de convênio).

**Quadro 11 - Objetivos Dos Projetos De Extensão**

Podemos verificar no quadro 11 que quatro (04) projetos apresentam uma relação direta com a comunidade universitária com alguma deficiência. Seus objetivos são incluí-los na comunidade acadêmica, promover a comunicação alternativa para este grupo específico, facilitar o processo ensino-aprendizagem.

Observa-se também a intenção de alguns projetos em facilitar o processo de inclusão das pessoas com deficiência no que diz respeito à acessibilidade. Um (01) projeto de reestruturação arquitetônica de uma entidade beneficiada fará usuários desse serviço transitarem com segurança e independência. Por outro lado, outros projetos visam facilitar a locomoção das pessoas com deficiência visual em locais públicos de Florianópolis, bem como ensiná-los a fazerem a leitura de mapas e maquetes táteis e eletrônicos.

Três (03) projetos mencionam a disseminação do conhecimento produzido no âmbito dos projetos. Apesar de poucos coordenadores deixarem registrado esse objetivo, notamos a preocupação de todos na disseminação desses conhecimentos quando realizamos as entrevistas.

A falta de um objetivo que tratasse de um trabalho integrado entre os diversos serviços na UFSC, nesta área, foi um ponto que nos chamou a atenção em todos os projetos. Todos trabalham ainda isoladamente, cada um no seu Centro de Ensino, com sua equipe, mesmo que os beneficiários, pessoas com deficiência, possam estar participando simultaneamente de mais de um projeto.

Encontramos objetivos relacionados com a questão da Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

#### **4.5.3 A tríade: ensino, pesquisa e extensão no âmbito destes projetos**

A indissociabilidade é uma das subcategorias que desvelamos durante o processo de descrição analítica. Ela é um dos eixos básicos que compõem as diretrizes para a extensão universitária segundo o FORPROEX (2007). Castro (2004) apresenta uma crítica a este eixo, afirmando que, mesmo sendo destacada na Constituição Federal, em seu art. 207, não tem provocado modificações no processo ensino-aprendizagem.

Para identificarmos como os entrevistados da pesquisa concebem a indissociabilidade, foi solicitado que comentassem sobre, este eixo em seus projetos. Para um coordenador, esta questão é mesmo inseparável:

Eu não concebo Universidade sem ter pesquisa, ensino e extensão. Eu acho que isto é indissociável, e é indissociável mesmo. Não consigo trabalhar sem este tripé, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, oh! frase batida. (P2)

A extensão nutre o ensino, que nutre a pesquisa, que nutre a extensão, entende, é retro-alimentação. (P4)

Extensão só é válida quando ela tem o tripé entre o ensino e a pesquisa. Então eu saio, apresento meus conhecimentos, mas ao mesmo tempo eu estou pesquisando e estou aprendendo. Então extensão sozinha não tem sentido, assim como a pesquisa sozinha não tem sentido e o ensino sozinho não tem sentido. (P9)

O envolvimento da extensão com o ensino e a pesquisa, ficou evidenciado nestes entrevistados, principalmente no que tange ao fluxo contínuo da aquisição dos novos conhecimentos. A ação da extensão provoca um retorno imediato à academia, seja ela na pesquisa onde os envolvidos poderão investigar novas situações desveladas, ou mesmo no ensino, onde o professor oferece aos acadêmicos, através das disciplinas, os resultados das ações pedagógicas. Um fato também a ser destacado é a possibilidade de o acadêmico estar aprendendo in loco sua futura intervenção profissional.

A extensão universitária tem um papel importante na indissociabilidade, como comenta Botomé (2001, p.168):

As atividades de extensão podem ser um enorme potencial, até mesmo para aperfeiçoar a pesquisa e o ensino usualmente feitos na instituição, desde que não os substituam, ou pretendam compensá-los, mantendo-os em atuações equivocadas, sejam elas acadêmicas, científicas, educacionais ou sociais.

O envolvimento da extensão com o ensino e a pesquisa foi evidenciado também por outro entrevistado. Comentou que a não vinculação da universidade com esses serviços, não oportuniza novos horizontes a sua comunidade. Síveres (2005) já apontava que a extensão é um convite a entrarmos nas realidades sociais. Esta opinião pode ser verificada em um entrevistado:

Eu não vejo uma Universidade sem pesquisa e extensão. Pra mim, Universidade – ensino - é aulão, e não abre os horizontes. É muito diferente um aluno que participou de uma pesquisa, de uma extensão, de uma monitoria, daquele aluno que não participou. (P8)

Conforme alguns entrevistados, o desenvolvimento das atividades extensionistas estão tão presentes em suas práticas acadêmicas que, em certos momentos, não conseguem identificar o que estão desenvolvendo, se é pesquisa, ou ensino, ou extensão.

Eu acho que tem uma grande relação. Eu já não sei se eu faço pesquisa ou se faço extensão. Eu oriento este aluno é extensão, ele produz um texto comigo é pesquisa, esse aluno realiza uma intervenção com a comunidade, eu já não sei mais o que eu faço. Eu vejo o projeto de extensão como um grande contexto de ensino também. (P1)

O [...] é grudado no programa de extensão e na pesquisa, ele não se separa, é indissociável. Eu não sei nem dizer onde começa um e termina, porque tudo gira em torno da disciplina, do espaço, do atendimento, da pesquisa, da formação, e então não dá para separar nada, então é muito forte esta ligação. (P2)

A fragilidade na concretização da indissociabilidade quando o professor apresenta limitações na realização de investigações é comentado por Magalhães (2007, p.3): “Um professor que não seja capaz de realizar pesquisas não pode, evidentemente, concretizar a indissociabilidade entre os três eixos universitários, porque lhe falta a competência para a construção do conhecimento e, portanto, a indissociabilidade está prejudicada”.

Apesar de termos consciência de que todos os envolvidos nesta pesquisa têm conhecimento para desenvolver projetos de pesquisa, tendo como referência suas formações acadêmicas, o que conseguimos desvelar durante as entrevistas é que um coordenador relatou estar acomodado quanto a esta ação acadêmica e, portanto, impedindo que a indissociabilidade aconteça no âmbito do seu projeto.

A pesquisa tu sabes que a gente acaba se acomodando, não é? E não produzindo, vamos dizer[...] o que deveria, porque de todos esses projetos deveria sair alguma coisa que ficasse, não é? (P3)

Não é o propósito desta pesquisa verificar os motivos que levam alguns coordenadores dos projetos a acomodar-se em situações acadêmicas, mas este fato nos preocupa. Será que a carga horária excessiva distribuída entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração não está deixando os docentes desmotivados? Ou a falta de condições básicas para desenvolvê-las com qualidade não seria outro fator?

Alguns entrevistados apontam que a extensão e a pesquisa estão muito vinculadas. Muito do que se produz em termos de conhecimento é gerado dentro da extensão...

Daí, o mais legal ainda que possibilita isso é que a Universidade, fazendo programas de extensão, ela naturalmente consegue fazer as pesquisas, porque aí a gente investiga quais são as reais necessidades, a gente pode investigar várias áreas, vários assuntos, ter várias abordagens, ter a curiosidade. (P2)

Eu acho que principalmente na área da educação, grande parte do conhecimento que foi gerado, que está publicado através de livros e artigos, foi gerado através de projetos de extensão. Então, pra mim, pesquisa acontece grande parte dentro da extensão. (P6)

Eu tive um projeto de pesquisa que também era de extensão, que eu criei um paralelo, descobri onde estava o gargalo da coisa, e eu descobri que estava na disciplina de [...], independente de ser o professor de [...] ou não, ou formado ou não. As dificuldades são as mesmas, o que isto reflete, reflete que o professor não está sendo formado adequadamente, então eu estou fazendo as duas coisas, por isso eu não estou fazendo só a extensão. (P8)

A participação dos docentes e discentes nos projetos de extensão permite vivenciar uma situação concreta de aprendizagem. Neste processo todos saem ganhando. Os docentes têm a oportunidade de verificar se o que estão ensinando em suas disciplinas está indo ao encontro das necessidades e anseios da sociedade; já os discentes estão tendo a possibilidade de colocar em prática o que estão aprendendo nas salas de aula. Magalhães (2007) comenta que a inter-relação entre ensino e extensão ocorre naturalmente, beneficiando a melhoria do processo ensino aprendizagem que ocorre em sala de aula. Alguns entrevistados comentam sobre esta inter-relação:

Então a extensão é uma estratégia de ensino, é um contexto que viabiliza este acesso ao ensino muito eficaz. (P1)

A disciplina que eu ministrei, toda a fundamentação teórica, todo conteúdo da disciplina é evidenciado no projeto [...]. (P2)

Quando falei ensino eu fiquei imaginando todas as disciplinas do curso, o projeto está servindo de ligação entre essas disciplinas. (P3)

Já a falta deste vínculo pode comprometer a futura vida profissional de nossos acadêmicos. Em Magalhães (2004) vemos que a falta desta oportunidade em conhecer a realidade através da prática cotidiana pode comprometer sua formação mais cidadã, pois não a

conseguimos apenas na teoria, temos que ir à prática, para haver este confronto e, com isto, a aprendizagem. A formação acadêmica baseada apenas no ensino pode dificultar o processo de reconhecimento das necessidades da sociedade, comprometendo sua intervenção profissional.

Há necessidade constante das vivências práticas junto às comunidades, para confirmar ou refutar a teoria. Citamos Demo (2001, p.154):

Na verdade, todo curso precisaria de conectar-se com a prática todos os semestres, à medida que traz para dentro de si problemas que a prática sugere e exige, sem prejuízo da teoria. A prática é apenas outra forma – necessária – para fazer teoria, assim como a teoria é parte integrante de qualquer prática, se quiser manter-se crítica e criativa.

Alguns entrevistados deixaram claro esta relação entre as vivências na comunidade:

Pra mim, primeiro a gente precisa trabalhar com a formação. Não existe só uma formação teórica. Existe a necessidade de uma formação prática, e essa formação prática é possibilitada pelos programas e projetos de extensão. (P2)

Traz melhorias pra formação do aluno, que ele esteja informando, que ele esteja utilizando os conhecimentos adquiridos na teoria e exercendo aqui na prática esta teoria. (P5)

É porque a Universidade às vezes, ela meio que se fecha em si e fica naquela bola de cristal. Então não tendo esta ligação com o mundo externo, o aluno pode até fazer muita pesquisa, ter muito ensino aqui, mas na hora que ele sai, ele cai numa realidade totalmente diferente. Fora dos muros a realidade é outra. (P9)

Neste pensamento, Síveres (2005) e Hennington (2005) também compactuam sobre a importância das vivências proporcionadas pela extensão para a identificação das necessidades da sociedade, identificada em uma unidade de significado de um informante.

Ao se conhecer a realidade do lado de fora, o professor e o aluno, ele pode adaptar todos os seus projetos, todas as suas pesquisas, para que essas pesquisas sejam aplicáveis no mundo do lado de fora, e a comunidade externa também se beneficia, porque está usufruindo desses avanços que a Universidade tem. (P9)

Por outro lado, a extensão parece ser uma ação acadêmica que facilita a disseminação do que se está produzindo na academia, segundo dois entrevistados:

A idéia de projeto de extensão é difundir o conhecimento produzido no âmbito da pesquisa e do ensino. (P1)

Então eu tenho a certeza que a extensão traduz aquilo que a pesquisa faz e que tem uma linguagem própria da pesquisa, numa linguagem adaptada, uma linguagem apropriada ao público local. Você vai fazer um curso de capacitação, uma palestra, algumas coisas que são próprias da extensão para comunicar aquele conhecimento para as pessoas. (P10)

Um dos responsáveis pela coordenação das ações extensionistas no âmbito da administração central nos deixou claro a preocupação desse departamento quanto à relação com a comunidade:

Quando a gente estava na Pró-Reitoria nós fazíamos muita questão que as pessoas mostrassem que havia relação entre a comunidade e a Universidade, quando registrava um projeto de extensão. Nós fazíamos questão que houvesse o interesse da comunidade. Não se saísse a fazer extensão porque extensão era bonito, mas que tivesse interesse pela comunidade. Então quando vamos a uma comunidade, a comunidade tem que ter o interesse que a gente vá até ela. (P9)

#### 4.5.4 O acadêmico enquanto bolsista do projeto

Como já foi apresentado no referencial teórico e em algumas falas dos entrevistado a extensão é uma das ações da Universidade para atingir sua função enquanto organização intensiva de conhecimento, ou seja, a produção e a disseminação do conhecimento. Esta ação tem o papel de proporcionar a sua comunidade acadêmica experiências com a comunidade. Um dos grandes beneficiados dessa ação é, sem dúvida, o acadêmico que, ao participar deste processo, tem a oportunidade de vivenciar e praticar o que está aprendendo.

Muitos projetos de extensão têm a participação deste aluno de graduação, e também de pós-graduação. No caso do aluno de graduação, muitas vezes ele pode vir a receber uma bolsa de auxílio ou bolsa de extensão por participar do projeto. Essa bolsa é financiada por programas institucionais, por projetos em parceria com a iniciativa privada ou pública, ou mesmo financiada pelo próprio projeto. Não podemos deixar de comentar que muitos acadêmicos desenvolvem essas atividades extensionistas gratuitamente, como voluntários.

A extensão dentro de uma instituição de ensino tem o papel fundamental de oportunizar ao acadêmico a experimentar, na prática, seus conhecimentos, então, muito mais do que receber uma bolsa, é a oportunidade que o mesmo terá em garantir uma formação mais qualificada, pois estará diante de realidades que, muitas vezes, não são repassadas em sala de aulas, nem em livros.

Eu gosto muito de trabalhar com meus alunos com situações concretas, situações reais. Então durante as disciplinas que eu dou de projetos, sempre que possível, mesmo as disciplinas obrigatórias, se eu consigo um usuário dentro da Universidade ou fora, que possa aplicar esses projetos, eu procuro criar um projeto de extensão, é isto que eu busco. (P6)

Esse conhecimento vivenciado é chamado por Takeuchi e Nonaka (2008) de conhecimento tácito, pois só ele o terá e só o conseguirá através da experiência.

Uma das subcategorias que emergiu durante o processo de descrição analítica foi a bolsa de extensão, identificada em algumas unidades de significado. Para alguns entrevistados conseguirem uma bolsa de extensão é um desafio constante:

Às vezes o projeto [...] vive de favor, a gente vive correndo atrás de bolsa, a gente não tem recursos financeiros fixos, a gente ganha eventualmente. (P2)

Esse ano nós tivemos uma bolsa só, se a gente não conta com os voluntários, como é que a gente dá conta de 300 e pouco? Nós não vamos resolver, não tem jeito, nós não vamos poder resolver o problema integral. (P3)

Eu vejo que estes projetos de extensão, meu ponto de vista, qual é a dificuldade, todo ano eu tenho que pleitear..., são dez anos que eu tenho este projeto, aí todo ano eu tenho que pleitear bolsa, eu tenho que pleitear proextensão, e por eu conseguir, eles acham que no outro ano eu não preciso. Então há uma dificuldade da compreensão, então você fica à mercê da disponibilidade da verba que a Reitoria disponibiliza, então você fica muito à mercê da administração, é um trabalho para a comunidade e tem alguns momentos que eu tenho que pagar para o projeto andar. (P4)

Ciente deste problema que aflige grande parte dos coordenadores por solicitar uma bolsa para que seus projetos possam ser desenvolvidos, a administração central implementou, no ano de 2008, o programa de bolsa para projetos permanentes. No início de cada ano, os centros de ensino encaminham para a administração central uma lista dos projetos que os identificam e que sejam permanentes. Após análise da equipe da Câmara de Extensão da UFSC, os projetos irão receber a bolsa em caráter permanente, conforme comenta uma das diretoras da atual administração:

As pessoas carecem inclusive de entendimento do que é extensão. A gente está procurando critérios bem claros para as pessoas, por exemplo, de onde vem o dinheiro da extensão, então nessas reuniões a gente diz: o dinheiro da extensão ele é previsto ou de forma orçamentária para os projetos e programas que já existem na Instituição. Então, assim, experiência que nós tivemos agora na administração, nós criamos um programa de bolsas para projetos institucionais permanentes. (P10)

Este processo de solicitação de bolsa para atuarem nos projetos de extensão dentro das Universidades, é muito complicado, pois a demanda por bolsistas é muito grande e a oferta de bolsa é muito pequena. Distribuí-las de acordo com as necessidades de cada serviço torna-se mais problemático ainda para quem está na árdua tarefa de selecioná-las.

Alguns projetos têm uma característica muito peculiar, como trabalhar com as pessoas com deficiência. Nestes projetos, em alguns casos é muito difícil trabalhar sem a bolsa de extensão ou com apenas um bolsista, pois em determinadas situações há necessidade de, no mínimo, duas pessoas.

Em muitos projetos encontramos alunos participando voluntariamente das atividades. Esta participação é muito importante para o grupo, mas, por outro lado, preocupante, pois o coordenador não sabe até quando vai poder contar com ele(s). Temos presenciado situações em que alunos voluntários deixam o projeto, não por falta de interesse, mas por encontrarem-se em dificuldades financeiras. A situação leva-os a procurar outras atividades ou serviços que sejam remunerados, amenizando seu problema. Nesta hora o coordenador fica diante de uma situação complicada, porque, em seu planejamento, contava com a presença deste aluno e, de



repente, não pode mais contar, e a sua substituição não é assim tão rápida. A gestão desta situação é muito complexa e exige um trabalho comprometido e colaborativo de toda a equipe.

#### **4.5.5 Formas de extensão evidenciadas nos projetos**

Segundo o FORPROEX (2007), entendem-se como formas de extensão as atividades de programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, publicação e outros produtos. Nesta pesquisa foram identificadas cinco (05) subcategorias relacionadas a este item.

Com relação aos cursos, apenas um dos projetos desenvolve essa forma de extensão, entendendo que é através dele que a Universidade pode auxiliar a disseminação do conhecimento na comunidade, seja este desenvolvido com pessoas da própria instituição ou convidados.

As atividades extensionistas relacionadas com a disseminação do conhecimento através de cursos, eventos, publicações, entre outras similares, são formas que as Universidades encontram para disseminar o conhecimento produzido na academia, aponta Botomé (2002). Um dos entrevistados comenta a importância da realização desses cursos, principalmente para esclarecer a comunidade acadêmica sobre a pessoa com deficiência, contribuindo para a quebra de tabus e preconceitos, impostos pela sociedade ao longo dos séculos.

Na minha opinião, este tipo de curso divulgava o conhecimento, numa abrangência maior, as pessoas faziam isto com objetivo de divulgar o seu trabalho [...]. Neste sentido eu achava importante esta democratização do conhecimento e poder contribuir para que a comunidade pudesse ter esclarecimento que ela jamais vai ter, algumas pessoas jamais vão saber o que é autismo, uma síndrome geneticamente transmissível. (P7)

Já outros entrevistados, apesar de não proporcionarem eventos científicos ou cursos, eles deixam claro que estas formas de extensão são importantes para a disseminação do que se está produzindo no âmbito dos projetos, bem como divulgar o projeto na comunidade.

Esses são pontos principais de estudos e pesquisa nos [...]. Todos os estudos que a gente faz aqui são nesses temas, e então nós nos programamos para irmos a quatro congressos por ano, divulgando esses trabalhos: um local, um estadual, um nacional e um internacional. Só que como os congressos são específicos, quando a gente vai, tem ano que tem quatro, tem ano que tem três, e a gente apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos no projeto. (P2)

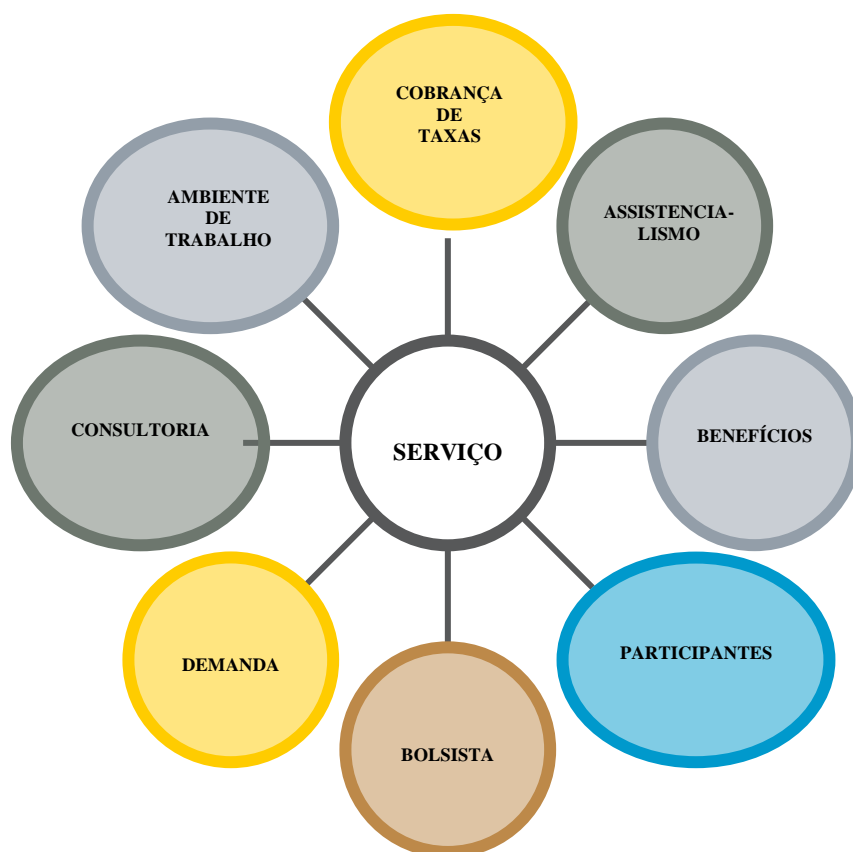
As meninas cansam de fazer. Participamos de todos os SEPEX. Os convites da Associação para participar, quando tem os eventos, as meninas cansam de levar os trabalhos para os congressos, encontros acadêmicos. (P3)

A prestação de serviço é uma das formas de extensão que merecem uma boa reflexão. Na academia, está muito relacionada com a cobrança de taxas. Sabe-se que algumas Instituições de Ensino Superior desenvolvem atividades de extensão com o objetivo de captar recursos financeiros para se manterem, ou para patrocinar seus próprios projetos. Silva (2003) aponta que a prestação de serviço, enquanto recolhedor de taxas, não pode ser entendida como extensão.

Não é o propósito deste trabalho discutir a legalidade desta cobrança, ou porque a instituição cobra por estes serviços, nem tão pouco se é ou não é ético a sua cobrança, principalmente se a Universidade for pública, mas, sim, esclarecer o que se entende sobre prestação de serviço, e sua relação com as atividades desenvolvidas com as pessoas com deficiência. Outro ponto que reforça a posição de não entrar na discussão contra ou a favor da cobrança de taxa é que nenhum dos projetos que trabalham com esta população tem recolhimento de taxas.

Projetos participantes dessa pesquisa obtêm apoio financeiro da própria instituição, de projetos encaminhados aos órgãos de fomento, de participação em editais públicos, ou de parcerias com instituições públicas ou privadas. Dos doze (12) projetos que fizeram parte da pesquisa, apenas dois (02) recebem apoio financeiro para executar seus projetos, segundo dados tirados do formulário de extensão. Um deles recebe o recurso do edital do PROEXT, Programa de apoio à Extensão do Ministério da Educação, e o outro, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Este tema, extensão enquanto serviço acadêmico, é tão significativo para este trabalho que o identificamos como sendo uma grande categoria. A cada releitura das entrevistas, fomos incorporando unidades de significados que pudessem fornecer subsídios para nossas análises, essas, por sua vez, foram distribuídas em subcategorias e apresentadas na figura 11.



**Figura 11 – Categoria Serviço**

Em Giansesi e Correa (1994) encontramos base para elucidar que a extensão universitária é um serviço acadêmico. Estes autores apresentam suas características básicas, que são: a intangibilidade, a necessidade da presença do cliente, e os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente. A cada atividade proposta, sempre haverá a participação de um cliente ou usuário. No caso desta pesquisa, a pessoa com deficiência ou o próprio acadêmico que, em um determinado momento, também é um usuário deste, uma vez que está sendo beneficiado com a atividade de ensino, que não deixa de ser também um serviço educacional.

O próprio FORPROEX (2007) apresenta esta compreensão de prestação de serviço. Em se tratando de projetos, o Fórum determina que deve ser registrado como tal, embora entenda que o projeto também é um serviço oferecido pela instituição de ensino superior à comunidade interna e externa.

Num projeto de extensão encontramos a equipe executora constituída pelos docentes, servidores técnicos administrativos e discentes e os usuários desses serviços, que podem ser pessoas da própria instituição ou externos a ela, como informam dois (02) entrevistados:

Os projetos de extensão que eu já fiz aqui dentro foram para alunos da pedagogia, comunidade como um todo. (P7)

Não se deve entender essa comunidade como uma coisa só fora dos muros da Universidade, a comunidade pode ser a própria Universidade, a gente pode fazer extensão dentro da própria Universidade, a hora que a gente dá um curso para os funcionários, isto é extensão, é a comunidade universitária sendo beneficiada com os conhecimentos da Universidade. (P9)

Outro informante comenta que na extensão a evidência do serviço deve estar na comunidade e nos acadêmicos, que, em determinadas situações, também são os beneficiários desse serviço:

Na verdade, eu sempre coloquei, em primeiro lugar, a comunidade. A comunidade, os nossos usuários, os nossos pacientes especiais, a gente já discutiu isto tantas vezes o nome exato de como se usar e, em segundo, os nossos alunos. (P3)

Com o objetivo de identificar quem seriam as pessoas participantes desses serviços que fizeram parte desta pesquisa, recorreremos ao formulário de registro e extensão para buscar esses dados. Neste formulário são apresentados campos específicos que permitem a sua identificação e se essas pessoas tem envolvimento com a instituição ou não. Há também um campo destinado a informar sobre as parcerias com entidades externas à Universidade, e o número previsto dos participantes envolvidos neste serviço. No quadro 12 são apresentadas essas informações.

Participação dos alunos nos Projetos	Nº dos Projetos												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Sim	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Não													
<b>Participação de outros professores ou servidores técnicos administrativos</b>													
Sim	X	X		X	X			X	X				6
Não			X									X	2
Não informado						X	X			X	X		4
<b>Pessoas Externas da UFSC</b>													
Sim			X	X	X	X	X					X	6
Não	X	X								X			3
Não informado								X	X		X		3

**Quadro 12 Participantes Envolvidos Nos Projetos**

Conforme já tínhamos comentado na metodologia, uma das características dessa pesquisa seria o envolvimento simultâneo de acadêmicos e das pessoas com deficiência, sejam elas integrantes ou não do quadro da UFSC. A participação de outros professores ou servidores técnicos administrativos, identificados em seis (06) projetos, é um ponto a ser observado no quadro 12. Desenvolver projetos relacionados às pessoas com deficiência exige um trabalho colaborativo e participativo, necessitando haver uma equipe interdisciplinar comprometida com a atividade que está sendo proposta. Dois (02) entrevistados informaram sobre a importância deste trabalho de equipe:

Eu trabalho com uma equipe aproximada de vinte pessoas: quatro profissionais formados e mais alunos do jornalismo, alunos das ciências sociais, alunos de letras, alunos de mestrado e doutorado da educação. (P5)

A extensão, sempre que possível, deve estar relacionada com o curso que o aluno está fazendo, mas não necessariamente, porque é muito interessante, às vezes, que alunos participem de outras áreas. Então o aluno das ciências exatas que vai para uma área filosófica, econômica, social, ele também aprende muito. Eu sinto isto pela minha própria experiência, eu acho que me tornei uma pessoa melhor depois que comecei a trabalhar na extensão, trabalhar com o pessoal das letras, pessoal das artes, com os outros cursos, eu descobri que existe vida fora da engenharia, nem tudo é só engenharia. Então, quando estamos muito dentro de uma área, a gente fica muito bitolado, então se o aluno puder fazer atividade de extensão em outras áreas, certamente ele vai ganhar e aquela área que ele está estudando também vai ganhar. Então, o aluno da medicina que vai numa área de assistência social aprende alguma coisa; um aluno de Educação Física que vai para um curso de tecnologia, ele aprende alguma coisa que, às vezes, não é só fazer exercício físico, tem que ter um

aparelho para facilitar esses exercícios, então essa troca de várias áreas é interessante. (P9)

Segundo Lima (2003), todo trabalho de intervenção em uma determinada comunidade ou realidade social, é sempre interdisciplinar. Os projetos de extensão que trabalham com atividades complexas como as relacionadas às pessoas com deficiência necessitam da parceria de várias áreas do conhecimento. Nogueira (2005) aponta que os projetos que estão nesta linha da interdisciplinaridade caminham para a superação das especificidades de algumas áreas do conhecimento.

Por outro lado, podemos perceber que dois (02) coordenadores informaram não haver envolvimento com outros profissionais da UFSC, e quatro (04) não informaram se seus projetos têm ou não essa participação. Estes dados vão ao encontro do que muitos estudiosos definem a Universidade como um espaço para formação de guetos. Em nossa experiência profissional este fato é muito comum, basicamente pela falta de um trabalho mais institucional. Algumas pessoas não estão muito propensas a trabalhar em equipe.

Um fato que nos chamou a atenção, nesses anos de convivência com a extensão, foi quando o Ministério da Educação divulgou o primeiro Programa de Apoio à Extensão. A antiga Pró-Reitoria chamou todos os projetos que atendiam as pessoas com necessidades especiais para elaborar um programa institucional para atender o Edital do MEC. Infelizmente, não foi possível esta realização pela falta de organização e pelos interesses pessoais.

Com este acontecimento, foi iniciada uma proposta de agrupar pessoas que desenvolviam atividades com as mesmas populações. Chegamos a conseguir algumas conquistas, mas, no decorrer do processo, não foi assim tão fácil. Talvez esses acontecimentos nos permitam levantar hipóteses do porquê algumas pessoas têm dificuldades de se organizarem em equipes, com profissionais de outras áreas do conhecimento, pois o que temos acompanhado é que cada um pensa primeiro no seu projeto e, depois, num trabalho maior, institucional.

O desenvolvimento de projetos com especialistas de várias áreas do conhecimento podem trazer algumas dificuldades de relacionamento, mas também podem proporcionar momentos de aprendizagem, como afirmam Pereira e Bazzo (2009, p.49): “É uma aprendizagem contínua, às vezes difícil, sentar à mesa de negociação ou trabalho para argumentar, convencer, puxar o ritmo – ou se adaptar a ele - quando há pessoas das mais diferentes procedências com o mesmo propósito.”

Outro dado interessante a ser observado no quadro 09 é que dos doze (12) projetos que compuseram esta pesquisa, apenas seis (06) informaram que contam com a participação de agentes externos à UFSC. Três (03) coordenadores informaram que seus projetos não têm participação com pessoas externas à Instituição, e três (03) não preencheram o campo. Talvez o fato de as pessoas não preencherem esse campo veio da dúvida de como seria esta participação, ou seja, será para ajudar a coordenar, executar o projeto, ou seriam os próprios usuários desses serviços?

Na tabela 05 é apresentada uma estimativa do número de pessoas que serão beneficiadas com o desenvolvimento desses serviços extensionistas.

**Tabela 05 – Número de pessoas atingidas pelo projeto**

Projetos	Nº dos Projetos												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Pessoas beneficiadas	8	300	10	500	500	300	30	898	20	20	10	500	3096

Com os dados contidos na tabela 05, podemos inferir que nossos projetos estão atendendo significativamente muitas pessoas de nossa comunidade, sejam elas com ou sem deficiência. Ao observar dados indicados por determinados projetos, pela experiência que temos na área aqui na UFSC, ficou evidenciado que alguns coordenadores ultrapassaram a questão da deficiência, indicando que as pessoas que estariam próximas a ela também seriam beneficiadas pelo serviço de extensão. Um dos entrevistados nos deixou claro em suas palavras que, além das pessoas com deficiência serem as beneficiadas, os envolvidos no processo também o são:

Então, esses “deficientes” que estão seguido aqui, eles estão num grande laboratório. Eles estão recebendo um benefício como também um grande laboratório para que os alunos aprendam. É a clássica atividade de extensão, em que estamos atendendo um segmento da sociedade que precisa, assim, com isto, estão aprendendo a como lidar com eles e formando profissionais capacitados para atendê-los ali fora. (P9)

Os trabalhos desenvolvidos em alguns projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência, quando são desenvolvidos próximos a outras pessoas que não estão fazendo parte da atividade, trazem benefícios significativos para o processo inclusivo, uma vez que, ao se depararem com a situação que, estão visualizando, poderão modificar seus conceitos com relação a essas pessoas. Alguns desses projetos relacionados na pesquisa têm um envolvimento indireto com várias pessoas da comunidade universitária. Essas, por sua vez, estão tendo a possibilidade de refletir sobre seu comportamento frente a essas pessoas.

Temos acompanhado nesses anos de intervenções junto a esta população na UFSC mudanças de comportamentos das pessoas que estão envolvidas diretamente na atividade, bem como as que apenas circulam ou desenvolvem outras atividades no mesmo espaço físico. Ao visualizarem, pela primeira vez, ficam perplexos com o que estão presenciando, mas, com o passar do tempo, essas atividades passam a ser tão rotineiras que não ficam mais admirados com o que estão observando. Muitas vezes esse envolvimento indireto permite a quebra de tabus e preconceitos.

No quadro 13 são apresentados os dados do formulário de extensão referentes a entidades parceiras dos projetos que compuseram a pesquisa.

Entidades Parceiras	Nº dos Projetos												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
ACIC			X			X	X						3
APAE					X								1
Comunidade	X		X						X	X	X		5
FCEE												X	1
Sapiens Parque							X						1
Universidade		X		X	X			X					4

**Quadro 13 - Entidades parceiras encontradas nos formulários de extensão dos projetos envolvidos na pesquisa**

Observando o quadro 13, identificamos que cinco (05) projetos citaram três (03) entidades representativas das pessoas com deficiência, indicadas como sendo parceiras de suas atividades. A comunidade foi mencionada por cinco (05) projetos. Pelo fato de quatro (04) projetos desenvolverem suas atividades com a comunidade universitária, ela foi citada como parceira. Está implícito que a UFSC é parceira de todos os projetos, até porque ela está envolvida. O trabalho, mesmo que seja desenvolvido apenas pelo coordenador, ele não é mais uma pessoa física, mas, sim, representa uma pessoa jurídica, a instituição, portanto, ao utilizar o nome de sua instituição, já o define como parceira. Agora, se ela fornece ou não apoio é outra questão a ser investigada. Talvez a formulação do item no formulário de extensão que solicita esta informação não esteja assim tão clara.

As três (03) entidades representativas das pessoas com deficiência que foram citadas como parceiras por alguns projetos mantêm convênios com a UFSC, pois muitos profissionais e acadêmicos utilizam seus espaços para o desenvolvimento de pesquisas, bem como estágios curriculares. O envolvimento junto a estas entidades é fundamental para que possamos



desenvolver nossos projetos acadêmicos, além de servir também com um campo para nossas próprias aprendizagens. Um dos entrevistados nos informa desse trabalho desenvolvido junto às entidades:

A instituição pela organização, pelo que ela oferece, pelo carinho que ela nos trata, ela cria este ambiente, por isso os alunos querem voltar. Eles disponibilizam a biblioteca, onde os alunos podem pesquisar, e é isso que eles fazem, vão conhecer a instituição, vão sentar na biblioteca para conhecer alguma coisa da deficiência mental. (P3)

A citação por parte apenas de cinco (05) projetos informando que desenvolvem parcerias com entidades ligadas às pessoas com deficiência nos deixa um pouco perplexos, pois dá-nos a entender que a Universidade fica em uma redoma, e não está propensa a firmar parcerias com outras entidades, como comenta um entrevistado:

[...] às vezes as pessoas não estão a fim de ouvir, também é confortável ficar no seu mundo, você pode falar o que você quer falar, você não precisa dar satisfação pra ninguém. (P4)

O serviço prestado pela Universidade a grupos socialmente discriminados ou com baixo poder financeiro é uma questão que merece destaque. Muitas vezes o trabalho social que é desenvolvido com este segmento pode representar-se, para algumas pessoas, como assistencialismo, sem um caráter mais educativo, como afirma um dos entrevistados:

Social, nós estamos dentro de uma Universidade, então a educação é uma prática social. Agora eu fazer digamos filantropia com o meu trabalho, é outra coisa, isso não é! Então, não vamos misturar as coisas, isso eu deixo bem claro. (P4)

Outro entrevistado destacou o papel assistencialista que a extensão desenvolveu em um determinado período de nossa história, onde o compromisso da Universidade era atender as necessidades da população, sem ter um feedback para a academia, um simples fazer por fazer, desarticulado com os outros serviços prestados pela instituição. Jezine (2001) apresenta as constantes discussões na academia quanto à função da Universidade. Para um determinado grupo, a função da Instituição é produzir e disseminar o conhecimento; já para outro segmento serve para atender as demandas de alguns setores marginalizados da sociedade.

Tem a questão da indissociabilidade, também não se pode fazer extensão pela extensão, uma época se fazia isto, a extensão pela extensão, daí o que era, era um puro assistencialismo. Meu, vou lá numa comunidade consertar os dentes da criança e venho embora, isto é assistencialismo, não é extensão. (P9)

Alguns serviços extensionistas voltados às comunidades carentes ou a grupos segregados socialmente, muitas vezes têm recebido por parte da própria comunidade acadêmica o rótulo de assistencialista. Esse rótulo acompanha ainda um ranço da história da

extensão nas universidades públicas brasileiras. Demo (2001) tem apresentado que ainda percebe-se o envolvimento de programas de extensão como sendo assistenciais. O Fórum dos Pró-Reitores das Universidades Públicas tem promovido ações governamentais no sentido de garantir o lugar merecido que este serviço acadêmico tem dentro da instituição, desmistificando rótulos depreciativos quanto aos seus serviços.

Os benefícios desses serviços são destacados por alguns entrevistados:

Nós teremos a participação maior das pessoas com deficiência no campus. (P1)

A Universidade descobre o que a comunidade precisa e aí vai ao encontro dos anseios da comunidade, então, isto que é a coisa mais linda que eu vejo nos projetos de extensão. (P2)

Para os nossos alunos é uma aprendizagem fantástica. (P5)

Por que isso é importante, porque antes deles irem para um lugar que não conhecem, eles já sabem o que vão encontrar. Então percorrendo o mapa, eles sendo ensinados, eles sabendo o que tem lá, mesmo que eles não vão fazer todo o trajeto, eles se sentem mais seguros, eles dizem, ampliam o mundo pra eles. (P8)

A extensão entendida como uma das ações que a Universidade dispõe para desenvolver sua função básica, produção e disseminação do conhecimento, têm que estar preparada organizacionalmente para fazê-la com qualidade.

A extensão, enquanto um serviço acadêmico, é antes de tudo uma ação educacional, onde todos os envolvidos têm a possibilidade de abstrair inúmeros conhecimentos científicos, culturais e artísticos. Gestar estes conhecimentos para que todos possam ser beneficiados, é um desafio da equipe executora.

Perceber como o conhecimento adquirido junto aos projetos extensionistas, voltados às pessoas com deficiência, possam ser externalizados e disseminados é assunto para ser analisado no próximo capítulo.

## 5. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Neste tópico serão apresentadas informações sobre a aquisição e disseminação do conhecimento no âmbito dos projetos de extensão e o uso da rede mundial de computadores enquanto tecnologia de informação e comunicação a serviço da gestão do conhecimento. Analisaremos e discutiremos os dados encontrados referentes à gestão do conhecimento no âmbito dos projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência, bem como os dados encontrados nos Portais iniciais das IFES com relação a sua submissão aos órgãos avaliadores quanto a sua acessibilidade, bem como as informações disponibilizadas em suas páginas com relação à extensão universitária.

Iniciamos nossa reflexão com Takeuchi e Nonaka (2008, p. 18), utilizando o pensamento de Charles Handy, que descrevem: “Quanto mais turbulentos os tempos, quanto mais complexo o mundo, mais paradoxos existem. As contradições, as inconsistências, os dilemas e as polaridades abundam nestes dias e nesta época. As empresas bem-sucedidas não estão apenas enfrentando o paradoxo, mas tirando vantagem dele”.

A organização acadêmica também vive entre as polaridades e dilemas. É nesse ambiente que as interações acontecem, que os conhecimentos são desvelados, que o respeito às diferenças é enaltecido. Uma Universidade é constituída por pessoas de várias culturas, vários conhecimentos, várias crenças, várias intenções, mas todas com objetivos quase que comuns, o de melhorar a vida das pessoas. Infelizmente, encontramos também alguns de seus personagens vivendo em redomas, enclausurando-se em seus laboratórios ou nos departamentos, não dialogando ou apresentando suas propostas aos seus pares.

A reflexão de Takeuchi e Nonaka (2008) sobre as contradições deveria entrar nestes ambientes da academia, despertando o interesse na participação coletiva. Na diversidade, compreendemos melhor nossa atuação profissional e nossa responsabilidade perante a sociedade. Tanto a academia quanto as organizações só serão capazes de tirarem vantagem desta situação, contradições, quando estiverem abertas para o diálogo e o entendimento da necessidade de convivência com as diferenças.

No ambiente acadêmico, o dualismo está presente de várias maneiras, seja entre a teoria e a prática, ou na reflexão e na ação, ou no produzir e no disseminar o conhecimento, entre os mais privilegiados social e economicamente dos que apresentam maiores dificuldades, ou nos ideais de sociedade, ou apenas nos pensamentos, entre outras polaridades. O conhecimento cresce neste terreno dialético e dialógico.

Tentar apresentar algumas formas de como o conhecimento é criado e disseminado em um dos subsistemas da organização acadêmica, extensão universitária, é palco deste capítulo. Enfocaremos nossa pesquisa com base nas propostas de Nonaka e Takeuchi (1997, 2008) para a aquisição e conversão do conhecimento

A extensão é um subsistema acadêmico complexo. Ela pode influenciar as ações de outros subsistemas, como também pode ser influenciado. Seus agentes (administração central, corpo docente e discente, servidores técnico-administrativos), utilizando uma variedade de artefatos (materiais e equipamentos, planos e estratégias), buscam selecionar quais seriam as melhores práticas a serem implementadas em suas atividades extensionistas, no sentido de obterem sucesso no que estão oferecendo a sua comunidade.

Algumas formas de extensão atendem populações que apresentam grande nível de complexidade, principalmente porque algumas metodologias e equipamentos ainda estão em processo de construção e, muitas vezes, essas vêm de adaptações de outras situações que não a das pessoas com alguma necessidade especial.

Os estudos desenvolvidos por Axelrod e Cohen (2000) identificaram que algumas organizações podem ser entendidas como sistemas adaptativos complexos. Esta identificação acontece pela dificuldade de haver uma previsibilidade em suas ações, em decorrência do meio em que estão inseridas sofrer constantemente modificações. Os autores apontam que nestes sistemas há três processos-chave essenciais para que as organizações possam agir diante desta imprevisibilidade imposta pelo meio: variação, interação e seleção.

Fazendo uma comparação dos sistemas adaptativos complexos com os projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência, podemos notar uma grande semelhança entre ambos. Tanto nos sistemas como nos projetos há presença de vários agentes (pessoas), com seus diferentes tipos (histórias de vida, personalidade, formação...), utilizando-se de uma variedade de artefatos (equipamentos, planejamentos, espaços físicos...) para desenvolver as atividades programadas. Essas atividades são constantemente selecionadas para proporcionar um serviço de qualidade.

No que tange ao processo variação, a equipe, ao desenvolver determinado serviço ao grupo, deverá ter a sua disposição um repositório de planos e atividades já realizadas, que lhes permitam, a qualquer momento, serem utilizados. Nos ambientes onde ocorre a extensão, há uma série de fatores influenciadores que podem facilitar ou dificultar a execução do serviço.

Os projetos, ao se depararem na prática com alguns problemas, buscarão, em reuniões com a equipe executora, soluções para a resolução dos problemas encontrados. Muitas vezes é necessário selecionar quais as melhores ações ou medidas a serem implementadas.

A interação entre os membros da equipe, ou com outros projetos desenvolvidos nesta área, dentro ou fora da instituição, é fundamental para que tenhamos as melhores práticas a serem adotadas, garantindo com isto um serviço de qualidade, onde todas as pessoas envolvidas possam ser beneficiadas.

Nestes projetos, os participantes convivem diretamente com várias situações problemáticas, que, muitas vezes, só serão resolvidas se houver um canal livre para se manifestarem e darem suas opiniões quanto a resolução. Este ambiente mais evidenciado na academia pode ser chamado de comunidade de prática.

Comunidades de prática são grupos formados dentro das organizações para compartilhar o que sabem e aprender com este envolvimento sobre assuntos relacionados ao seu ambiente de trabalho, comenta Nickols (2003). Em Wenger (2006), encontramos que comunidades de prática são grupos de pessoas que compartilham regularmente interesses e paixões comuns e aprendem com esta interação. Segundo o Wenger (2006), as comunidades de prática apresentam três características básicas: domínio, comunidade e prática.

Alvarenga, Figueiredo, Martinez, et al. (2004, p. 16204-5) elucidam a figura de um capacitador, aqui entendido como o coordenador do projeto, para a criação do conhecimento. Este terá dupla missão de compartilhar o conhecimento e tornar o ambiente favorável ao diálogo. Dizem ainda que um outro “ponto importante para a geração do conhecimento é o estabelecimento de um clima de bom relacionamento, onde exista confiança entre os grupos, eliminando-se as desconfianças. A base de sustentação da aquisição do conhecimento é o trabalho de equipe em clima de confiança”.

Por fim, abordaremos a disseminação do conhecimento neste ambiente. A extensão universitária tem produzido muito conhecimento. Todos os envolvidos estão em constante processo de aprendizagem, pois, como já falamos, todos os serviços extensionistas são únicos e, portanto, diferentes, como também são diferentes as abordagens a serem adquiridas. A Universidade dispõe de inúmeros veículos e formas para disseminar os novos saberes, mas dentre eles, entendemos que a rede mundial de computadores (Internet) poderá ser um bom veículo para gerenciar e tornar públicas suas ações e suas descobertas. Há de se pensar na estrutura lógica, na acessibilidade e usabilidade desta ferramenta, para torná-la acessível a todos, atendendo as normas internacionais de acessibilidade.

As Instituições de Ensino Superior, sendo por excelência geradoras e disseminadoras do conhecimento, precisam compreender melhor esta nova maneira de adquirir e administrar os conhecimentos. Um dos caminhos básicos deste processo pode-se verificar claramente no envolvimento dos participantes em projetos de extensão. A extensão universitária, por sua

vez, pode ser um ambiente para a proliferação de comunidade de prática, onde o que se está estudando/conhecendo pode ser estruturado, discutido, (re) elaborado constantemente.

Neste sentido, o conhecimento adquirido precisa ser administrado, organizado. Oliveira Júnior (2001, p.144) define muito bem o que seja administração do conhecimento: “processo de identificar, desenvolver, disseminar e atualizar o conhecimento estrategicamente relevante para a empresa (instituição universitária) seja a partir de esforços internos à organização, seja a partir de processos que extrapolam suas fronteiras”.

Poderíamos dizer que a gestão do conhecimento sistematiza os conhecimentos, aproveita as estruturas (recursos) existentes da instituição (organização) para agregar valor às informações, que, discutidas e elaboradas nas comunidades (projetos de extensão e núcleos acadêmicos), visam melhorá-las e distribuí-las junto à equipe, preparando-a para desempenhar suas tarefas extensionistas e para ajudar em suas tomadas de decisões.

Os participantes dos projetos de extensão convivem constantemente com dados, informações e conhecimento. A cada atividade desenvolvida surgem novas observações, que podem ser apenas registradas, mas sem um juízo de valor, sem uma interpretação para tomadas de decisões futuras. Na extensão, os acadêmicos da UFSC utilizam muito este registro dos dados em “cadernos de campo”. Este caderno foi implementado pela Câmara de Extensão da UFSC, para que os acadêmicos que recebem auxílio, através da bolsa de extensão, façam os registros das atividades. Infelizmente, para muitos projetos, ele serve apenas como simples instrumento para decodificar as atividades que foram desenvolvidas, ou para apresentá-lo como pré-requisito da sua renovação.

Em uma organização preocupada com a aquisição do conhecimento, estes dados registrados poderão servir para reflexões e dar um entendimento sobre o que está acontecendo na atividade. Aos dados serão atribuídos valor e propósitos que, por sua vez, trarão um significado para a realidade.

Após o registro dos dados e seu propósito, a informação sofrerá análise, síntese e contextualização, ou seja, poderá ser criado novo conhecimento. Este só será adquirido quando o indivíduo ou o grupo souber utilizá-lo em um determinado contexto. Segundo Davenport e Prusak (2003, p. 6), o conhecimento é “[...] uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores”.

Davenport (1998, p.18) apresenta um quadro, quadro 14, onde poderemos compreender melhor este processo “dado-informação-conhecimento”,

<b>Dados</b>	<b>Informações</b>	<b>Conhecimento</b>
<p>Simples observações sobre o estado do mundo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilmente estruturados;</li> <li>• Facilmente obtidos por máquinas;</li> <li>• Frequentemente quantificados;</li> <li>• Facilmente transferíveis.</li> </ul>	<p>Dados dotados de relevância e propósito:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Requer unidade de análise;</li> <li>• Exige consenso em relação ao significado;</li> <li>• Exige necessariamente a mediação humana.</li> </ul>	<p>Informação valiosa da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De difícil estruturação;</li> <li>• De difícil captura em máquinas;</li> <li>• Frequentemente tácito;</li> <li>• De difícil transferência.</li> </ul>

**Quadro 14 - Dados, informação e conhecimento**

Fonte: DAVEMPORT (1998)

Schuster e Silva Filho (2005, p. 17) apontam como “objetivo básico da gestão do conhecimento criar, compartilhar e disseminar o conhecimento, para melhor enfrentar as forças que o ambiente exerce sobre o sistema empresa”. Este objetivo está muito presente nas atividades extensionistas. Para que a atividade obtenha sucesso, é importante que a equipe esteja atenta a eles.

## 5.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam, igualmente, saber mais. (FREIRE, 1997)

Hessen (1973) aponta que a aquisição do conhecimento pode vir tanto do sentido psicológico (pensamento) quanto do sentido lógico (através da experiência). Para este autor, ambos estão em constante conexão.

Bresciani Filho (1999) comenta que

O conhecimento não é construído apenas com a aplicação da lógica formal. O conhecimento decorre de um processo humano complexo, com características subjetivas e profundamente relacionadas ao sistema de valores do indivíduo e de seu meio ambiente cultural. O conhecimento é criado e organizado por muitos fluxos de informações; parte da informação é proveniente do próprio indivíduo e parte é adicionada pelo meio ambiente cultural, sendo que a segunda parte pode provocar a *reestruturação* da primeira parte no indivíduo.

O conhecimento pode ter duas dimensões: tácito ou explícito, segundo Nonaka e Takeuchi (1997, 2008). O conhecimento tácito, segundo os autores, o mais importante, é o que o indivíduo adquiriu com a sua experiência individual, difícil de ser decodificado, pois está relacionado com valores, emoção, entre outros aspectos. Já no explícito, o conhecimento é facilmente decodificado, pois pode ser transmitido em linguagem formal e sistematizado.

Em Choo (2006), o conhecimento também pode ter a dimensão cultural. Segundo o autor, neste conhecimento estão incluídas as crenças e as suposições que são usadas para perceber, explicar, avaliar e construir a realidade. Este conhecimento não é codificado apesar de ser amplamente difundido entre o grupo. Segundo Alvarenga Neto (2008, p. 106), “No contexto da criação do conhecimento organizacional, assume o papel principal ao ser responsável pelo fornecimento de um padrão de crenças compartilhadas”.

Como já foi discutido, o projeto de extensão serve para que os docentes oportunizem seus alunos a vivenciarem e a se depararem com as realidades que irão enfrentar em seus ambientes de trabalhos, bem como para desenvolver neles os conhecimentos.

Para Freire (1992, p. 27-28), o conhecimento

Exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda em busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é como sujeito e somente como sujeito que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, como o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo [...], pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende”.

Os novos acadêmicos quando ingressam na universidade se deparam com uma gama de opções de futuras intervenções profissionais, dentro de seus cursos, que a princípio ficam em dúvidas por onde começar a se envolver nos projetos oferecidos pelos mesmos.

Muitas vezes, os acadêmicos, ao se engajarem nos projetos de extensão, percebem que são desprovidos de conhecimentos para lidar com algumas atividades ou mesmo ao se relacionarem com determinados grupos sociais.

A possibilidade de se envolverem nas atividades acadêmicas, oferecidas pela instituição, poderá ajudar a definir por quais caminhos trilhar em sua formação profissional. Esta definição, às vezes, poderá estar relacionada com sua história de vida, seus valores, suas crenças, ou mesmo por interesses pessoais.

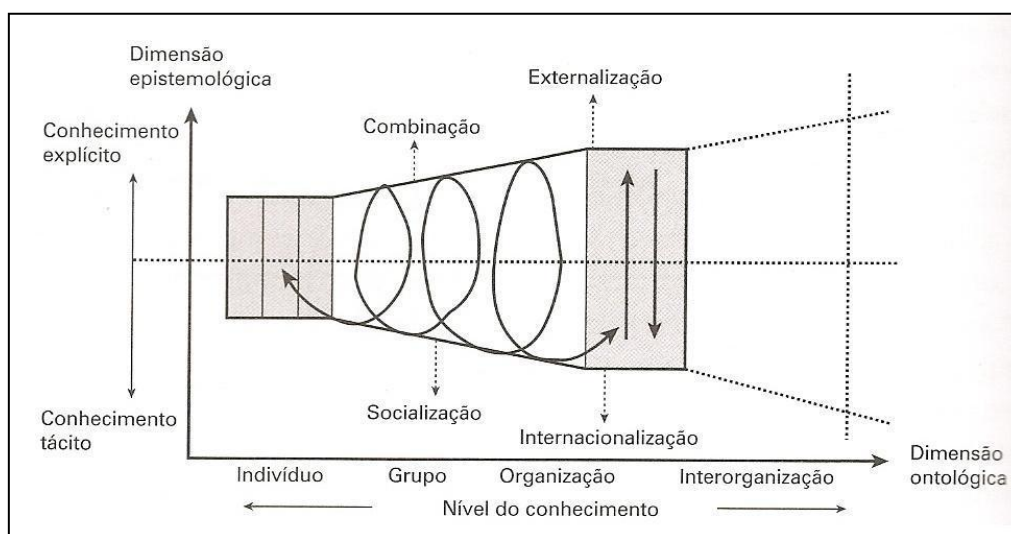
Ao ingressar na vida acadêmica, os alunos dispostos a desenvolverem seus estudos com pessoas com deficiência, muitas vezes, vêm sem nenhuma experiência, ou simplesmente sem observação nesta área, pois como as oportunidades dessas pessoas participarem na sociedade são reduzidas, podem levar, pela falta de informação, ao desconhecimento de suas reais habilidades, necessidades e potencialidades. As predisposições em desenvolver seus



estudos podem estar atreladas a interesses pessoais ou por entenderem que serão também co-responsáveis no processo inclusivo dessas pessoas na sociedade.

Neste sentido, os serviços prestados a esta população através da extensão universitária poderão oportunizar a aquisição de novos conhecimentos. Ao estar participando destes serviços, estará se engajando em uma comunidade acadêmica (grupo de estudos). Nesta comunidade, o fluxo de informações e as discussões permitirão, além de adquirir os conhecimentos através das práticas/experiências corporais (conhecimento tácito), também poderão adquirir conhecimentos através de documentos, livros, textos elaborados e estruturados pelo grupo ou pela comunidade científica (conhecimento explícito). Em Nonaka e Takeuchi (2008a, p.70), “O conhecimento tácito dos indivíduos é a base da criação do conhecimento organizacional”.

A participação nesta comunidade permitirá ao acadêmico se envolver diretamente no que chamamos de espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (2008a, p 69-70). Nestes ambientes, os conhecimentos são constantemente modificados. A cada preparação e execução das atividades (serviços) surgem novos dados e informações que serão apresentados, discutidos e re-elaborados através de um fluxo informacional estruturado pela comunidade acadêmica. Para os autores, “A criação do conhecimento organizacional é uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o explícito” Na figura nº 12, encontra-se a espiral da criação do Conhecimento organizacional de Nonaka e Takeuchi (2008, p.70), analisado sob dois níveis de dimensão: uma relacionada ao conhecimento (epistemológica) e outra relacionada à ontológica (entidades criadoras do conhecimento).



**Figura 12 – Espiral do Conhecimento**

Fonte: Nonaka e Takeuchi (2008, p. 70)

Na dimensão epistemológica, vemos a criação do conhecimento centrado nos modelos mentais dos participantes da organização, que serão externalizados em ambientes propícios aos diálogos até chegar a uma combinação, gerando um novo conhecimento, que, por sua vez, vai ser posto em prática, e com isto, poderá ser internalizado, aprendido. Nesta dimensão o conhecimento perpassa um nível individual.

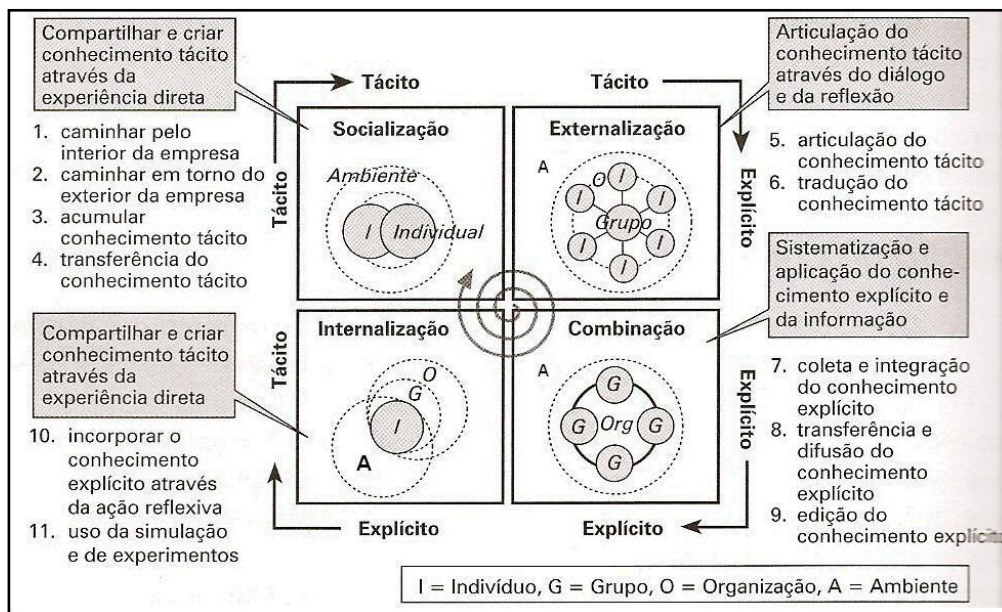
Já na dimensão ontológica, vemos que a interação do conhecimento tácito e do conhecimento explícito está diretamente relacionada com os altos níveis ontológicos. O conhecimento tácito é organizacionalmente ampliado nos quadrantes da socialização, externalização, combinação e internalização, cristalizando-se a partir do momento que alcança os níveis ontológicos mais altos da organização.

Nonaka (2008, p.42) diz que “Tornar o conhecimento pessoal disponível para os outros é a atividade central da empresa criadora de conhecimento. Isso se dá continuamente e em todos os níveis da organização”. Ichijo (2008) comenta que o conhecimento deve ser gerado em um ambiente integrador e harmonioso, onde as pessoas envolvidas estejam interessadas por experiências genuínas.

Na organização universitária, a extensão está constituída basicamente por professores e acadêmicos e, em alguns casos, encontram-se servidores técnico-administrativos. A diversidade de conhecimentos individuais nesta comunidade torna-a um ambiente facilitador para a gênese de novos conhecimentos.

Quando falamos da importância da participação dos acadêmicos nos serviços de extensão e, por sua vez, nas discussões de grupos, é pelo alto valor da transferência de conhecimentos que esta atividade acadêmica produz. A troca de informações entre os participantes, principalmente dos iniciantes, garante a continuidade do projeto e o que se considera mais significativo, a aquisição de novos conhecimentos.

No ambiente da extensão universitária pode-se perceber uma relação muito próxima com o modelo de SECI de criação do Conhecimento de Nonaka e Toyama (2008, p.96), figura 13.



**Figura 13 - Modelo de SECI de Criação do Conhecimento**

Fonte: Nonaka e Toyama (2008, p.96)

No primeiro quadrante, socialização, o conhecimento é compartilhado através das vivências práticas ou simplesmente através de observações dos participantes. No início de cada semestre acadêmico surgem novos alunos interessados em participar dos projetos. Estes, por sua vez, ficam observando a dinâmica da aula, o comportamento dos participantes, o material a ser utilizado em cada atividade, é o momento de ficar atento a tudo o que acontece no local. Esta observação é importante para adquirir, através dos vários dados e informações, os primeiros conhecimentos. Neste momento podem ocorrer as primeiras aprendizagens através da simples abstração dos modelos mentais apresentados pelo grupo.

No segundo quadrante, externalização ou a conversão do conhecimento tácito em explícito, cada membro da equipe expõe suas vivências desenvolvidas nos serviços executados. Essas trocas de experiências, principalmente expressadas por “modelos mentais”, são fundamentais para o surgimento de novas técnicas e maneiras de trabalhar com esta população. Os modelos mentais precisam ser expressos através de conceitos, hipóteses. Para Martineli (2001, p.49), a externalização “é tida como processo de criação do conhecimento perfeito, considerando-se que a forma explícita é expressa por metáforas, analogias, conceitos, hipóteses ou modelos”.

A participação e discussões em reuniões são fundamentais para provocar o início da externalização do conhecimento. Este quadrante também é chamado de conhecimento conceitual.

No terceiro quadrante encontramos a conversão do conhecimento explícito em explícito, ou seja, a combinação do conhecimento. Neste quadrante, os diálogos são também

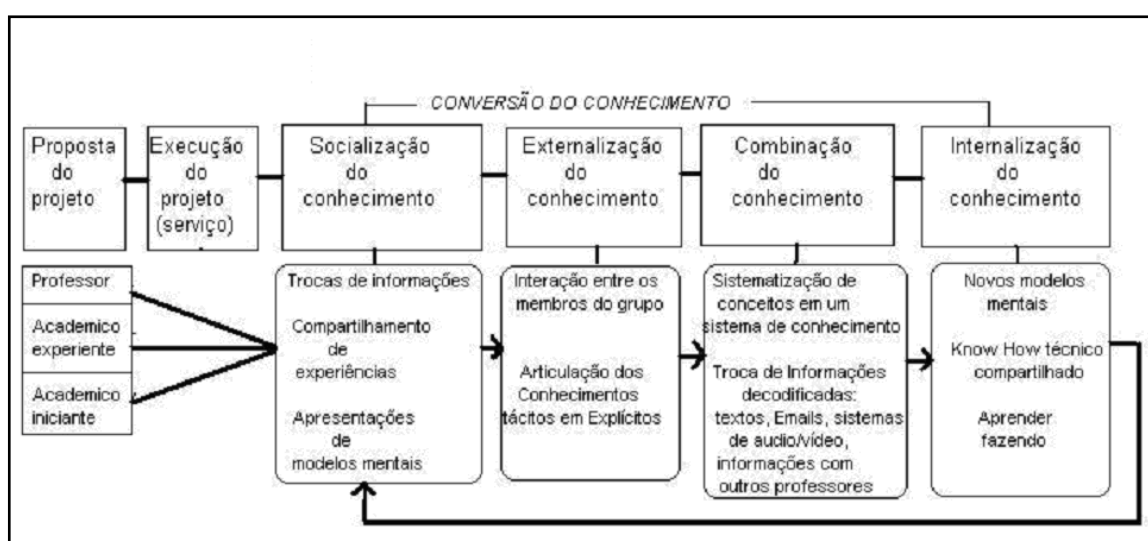
fundamentais, pois cada integrante troca seus conhecimentos utilizando os recursos tecnológicos disponíveis, tais como documentos eletrônicos, telefonemas, fax, sistemas de áudio e vídeo, ou simplesmente através de escritos em textos convencionais. O uso das TICs são fundamentais para a difusão das informações.

Interessante observar nesta área de conversão a possibilidade dos acadêmicos discutirem seus conhecimentos nas diversas disciplinas que estão cursando, pois permite aos outros professores e demais alunos da sala contribuírem com informações que poderão ser significativas para a elaboração de seus documentos. Neste quadrante são criados os conhecimentos sistêmicos. Podemos ver a indissociabilidade entre a extensão com o ensino e a pesquisa.

No quarto quadrante encontramos a conversão do conhecimento explícito em tácito, ou seja, a internalização do conhecimento. As discussões, as trocas de conhecimento de outros membros da equipe, as informações advindas de professores ou de acadêmicos mais experientes também contribuem para a aquisição de novos modelos mentais. Neste quadrante surge o conhecimento operacional.

Os documentos, as gravações em áudio e vídeo são importantes para a disseminação desses conhecimentos para novos grupos e, principalmente, para novas discussões em sala de aula, onde os acadêmicos poderão ter acesso ao que está sendo desenvolvido em seu centro de ensino, em termos de atividades para pessoas com deficiência.

Na figura 14 percebe-se como as atividades de extensão estão relacionadas com os quadrantes de conversão do conhecimento tácito em explícito.



**Figura 14 - Relação Projetos de Extensão com o Quadrante de Conversão do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi**

Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (1997, p.69)

Nesta figura 14 nota-se que a proposta de execução dos serviços de extensão está num primeiro momento sendo planejada pela equipe. Neste planejamento, as atividades a serem desenvolvidas serão distribuídas de acordo com a capacidade e habilidade em aplicar os conhecimentos (tácitos e explícitos) aos clientes. Após a efetivação dos serviços, inicia-se o processo de conversão dos conhecimentos tácitos em explícitos, até a nova aplicação das novas atividades.

O fluxo de informações ocorridas nestes projetos de extensão varia com a capacidade e a habilidade do grupo em usar os veículos necessários para a sua disseminação. O uso das novas tecnologias pode auxiliar a socialização das informações.

Projetos de extensão que executam serviços às pessoas com deficiências precisam estar preparados e informados com o que há de melhor e mais atual em termos de tecnologias, metodologias e materiais. A busca e a aquisição de conhecimentos podem garantir uma boa execução dos serviços, garantindo satisfação aos seus clientes, permanência nos projetos, e melhoria na qualidade de vida.

Conforme já foi mencionado anteriormente, a Universidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem como função primordial produzir conhecimento e torná-lo acessível à sociedade. Com um saber básico adquirido em sala de aula e com as oportunidades de vivências junto às comunidades, a academia oportuniza aos alunos uma aproximação com a realidade com a qual se defrontarão profissionalmente após a conclusão de seus cursos.

Em Levy (1995, p. 100) encontramos que

ninguém possui a mesma história, ninguém sabe as mesmas coisas. Haveria uma singularidade, uma identidade específica dos indivíduos que se definiria pelo que eles sabem, como uma impressão digital, um rosto trabalhado pela experiência, o timbre de uma voz, um nome, uma assinatura.

Portanto, somos únicos, temos pensamentos e conhecimentos diferentes. Respeitar esta diversidade e valorizar um ambiente propício ao diálogo e ao entendimento é o caminho para que as organizações possam buscar inovações, essas que podem estar mais perto do que a própria equipe da administração imagina, ou seja, em seus próprios funcionários (equipe participante do projeto).

Ichijo (2008) aponta que a criação do conhecimento na organização é muito recente, datado da década de 90 do século passado. O autor comenta que as organizações estão cada vez mais valorizando o conhecimento tácito de seus funcionários e tentando extraí-lo para ser incorporado e/ou estendido a todos os níveis da empresa. Lembra o autor que esta não é uma

tarefa fácil, pois neste processo podem-se encontrar muitas dificuldades, barreiras individuais ou organizacionais.

Nas barreiras individuais, Ichijo (2008) comenta que duas delas podem interferir nas intenções administrativas: a acomodação limitada e a ameaça à auto-imagem. Já nas barreiras organizacionais, o autor comenta que as pessoas munidas de seu conhecimento tácito, às vezes, ficam inibidas, com medo de apresentarem suas opiniões, inseguras, com receio de enfrentar opiniões contrárias ou mesmo prejudicar relacionamentos pessoais, pois podem confrontar-se com as linguagens legitimadas, as histórias organizacionais, os procedimentos e os paradigmas da empresa. Essas barreiras deverão ser observadas por toda equipe administrativa, a fim de que as pessoas possam estar em um ambiente cercado por confiança, respeito e tranquilidade ao apresentarem suas idéias e, assim, tornarem um espaço dentro da organização propício à criação de novos saberes.

Vieira (2005, p. 141) comenta que o conhecimento só é produzido nas mentes que estejam sempre ligadas, apuradas, em constante trabalho. Diz a autora, “ele é uma mistura fluida de experiências, valores, informação contextual e insight experimentado, o qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações”. Seguindo o pensamento de Vieira (2005), podemos evidenciar o ambiente da extensão universitária como um excelente palco para esta produção, onde os seus atores (agentes) estando em constante movimento, à procura da melhoria da qualidade do serviço oferecido, deparando-se com uma variedade de situações novas e desafiadoras, levando-os a imergirem incessantemente na busca dos novos conhecimentos, alimentando a Rede SECI de Nonaka e Toyama (2008).

Portanto, o conhecimento deve estar em constante processo de reconstrução. A cada momento surgem novas idéias, novos contextos, novos dados e informações, novos problemas que deverão ser resolvidos pela equipe. Ele não deve ficar em uma redoma, protegido, ele deve ser disseminado, para que outras pessoas ou organizações possam usufruí-lo e, quem sabe, gerarem, a partir destes, outros conhecimentos.

## 5.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

A morte de um velho é uma biblioteca em chamas.  
*Pierre Levy*

As Universidades, como organizações socialmente e cientificamente constituídas como pólos geradores de novos conhecimentos, têm o compromisso social de levar à sociedade a sua produção técnico-científica, tornando-a acessível a todos.

Tendo como referência os eixos básicos da extensão universitária, segundo o FORPROEX (2007): Impacto e transformação; Interação dialógica; Interdisciplinaridade; Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, entendemos que a aquisição e a disseminação do conhecimento perpassam todos esses eixos. Como já foi comentado em outros parágrafos a questão da aquisição dos novos saberes através dos projetos de extensão, cabe, neste momento, abordarmos pontos sobre a sua disseminação e os resultados dos trabalhos técnico-científicos desenvolvidos.

O FORPROEX (2007) tem procurado despertar na comunidade extensionista um trabalho colaborativo e em rede. Seguindo o princípio associativo, cada nó constituído nesta rede articula-se a outros com propósitos bem definidos, buscando a aquisição e a disseminação dos conhecimentos desenvolvidos em suas atividades. Um dos pontos fortes desse trabalho em rede seria a participação colaborativa na busca da solução de problemas que, a princípio, ficariam muito difíceis de serem alcançados isoladamente. Esta grande teia constituída pelos nós poderia estar atada a projetos com abrangências nacional, regional ou mesmo local.

Para que este trabalho em rede se solidifique, é necessária uma articulação entre os projetos e seus agentes. Apesar das individualidades e particularidades encontradas nestes, sempre haverá algo em comum que os identifique, constituindo assim uma grande teia colaborativa, com muitos nós.

Segundo o FORPROEX (2007, p.14), são condições para o desenvolvimento de uma rede na extensão universitária:

- Criação de canais e de uma dinâmica de comunicação entre os participantes da rede;
- Criação e disponibilidade de um banco de dados sobre as experiências e a produção conceitual dos nós;
- Construção de uma compreensão coletiva acerca dos principais problemas e oportunidades do contexto e oportunidades para a construção coletiva de conhecimentos, considerando interesses, possibilidades de interação e crescimento;
- Sistematização das experiências e transformação do “aprendido” em algo que se possa compartilhar, sem o que não há algo para comunicar externamente;
- Capacidade de proposição e de negociação, que se constrói com base na sistematização das experiências dos distintos projetos, e
- Agilidade frente a novas situações: ser capaz de redefinir-se a todo o momento, para não perder as oportunidades e a capacidade de responder às demandas.

Para viabilizar este processo de articulação entre as diversas atividades de extensão universitária desenvolvidas nas IES, foi criado pelo FORPROEX (2007) a Rede Nacional de Extensão, RENEX, que, através do seu portal, [www.renex.org.br](http://www.renex.org.br), mantém um cadastro atualizado das IES integrantes, divulgando suas ações extensionistas. Na figura 15 é apresentado o Portal da RENEX.



**Figura 15 - Portal RENEX**

Fonte: <http://www.renex.org.br/>

O RENEX coordena o Sistema Nacional de informações de extensão, SIEX/Brasil. Este sistema mantém um banco de dados sobre as práticas de extensão no País, auxiliando o planejamento, a gestão, a avaliação e a publicação das ações de extensão desenvolvidas nas IES. Tanto o RENEX quanto o SIEX estão sob a coordenação do presidente do FORPROEX e a Instituição do presidente é a hospedeira desses dois portais.

O SIEX foi implantado em janeiro de 2006 pela equipe técnica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para atender à demanda de registro, gestão, monitoramento e avaliação on-line de suas ações extensionistas. Este sistema foi incorporado pelo Fórum para se tornar uma ferramenta à disposição de todas as IES, afim de disseminarem suas atividades à comunidade interna e externa. Na figura 16 é apresentado o portal do SIEX.





**Figura 16 - Portal SIEX**

Fonte: <http://siex.ledes.net>

Os dois portais web têm a característica básica de informar os diversos serviços extensionistas desenvolvidos nas IES, apresentando dados sobre os projetos de extensão. Esses portais não apresentam as características de um portal colaborativo ou do conhecimento. O que são e quais as suas características serão comentados em outro momento.

As formas como as Universidades disseminam os seus serviços acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão à sua comunidade interna e externa variam de uma para outra instituição. Algumas utilizam revistas, outras cartilhas, outras apresentam salões ou eventos científico-culturais, outras apresentam essas informações em suas home pages. Infelizmente, em matéria de extensão universitária tem-se utilizado muito pouco as home pages das universidades brasileiras para dar mais visibilidade e acesso aos diversos serviços oferecidos nesta ação acadêmica, principalmente no que se refere à produção técnico-científico.

Em relação à divulgação dos diversos serviços extensionistas oferecidos à comunidade, a UFSC, até 1995, distribuía uma “Cartilha” impressa com informações de todos os projetos à sua comunidade. Esta Cartilha continha apenas algumas referências básicas sobre cada projeto.

Com o propósito de aproximar e apresentar à comunidade o que a Instituição estava produzindo nos diversos centros de ensino e setores, em matéria de extensão, foi criado, em 1999, o 1º Salão de Cultura e Extensão da UFSC. Neste evento científico e cultural foram disponibilizados espaços para que as equipes dos projetos apresentassem seus trabalhos em

forma de painéis, estandes. A interação com a comunidade foi um marco do evento. Outras atividades que valorizaram o Salão foram as apresentações artísticas, esportivas e culturais desenvolvidas pelos projetos.

O Salão de Cultura e Extensão foi a primeira iniciativa da Instituição em abrir um espaço para disponibilizar à comunidade o que estava desenvolvendo em matéria de extensão nos seus vários centros de ensino e setores. O evento tornou-se tão marcante que, após o seu encerramento, a administração central da instituição incluiu em seu calendário acadêmico a “Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC”, SEPEX. Este evento tem como objetivo básico disseminar na comunidade interna e externa o que está sendo produzido na instituição, em suas três atividades básicas: ensino, pesquisa e extensão.

Na tabela 06 é apresentado a comparação da SEPEX nos seus sete (07) primeiros anos.

NÚMEROS	1º SEPEX 2000	2º SEPEX 2002	3º SEPEX 2003	4º SEPEX 2004	5º SEPEX 2005	6º SEPEX 2007	7º SEPEX 2008
<b>Público Visitante</b>	15.000	29.600	35.000	40.000	45.000	47.000	48.500
<b>Trabalhos apresentados</b>	735	1174	1340	1.738	1.995	1.396	1.448
<b>Estandes</b>	80	120	121	125	125	125	131
<b>Posters apresentados</b>	655	1054	1219	1.738	1.870	1.293	1317
<b>Minicursos oferecidos</b>	58	103	147	118	171	188	202
<b>Inscritos para os minicursos</b>	1028	2327	2409	3.500	5.044	6.126	5.962
<b>Escolas visitantes</b>	25	83	114	80	100	100	107
<b>Área do Evento (m<sup>2</sup>)</b>	1200	2500	2950	3.292	3.500	3.700	5.000
<b>Apresentações culturais</b>	24	35	42	42	45	45	45
<b>Visitação do <i>website</i> da SEPEX</b>	6.585	8.432	18.877	44.643	80.000	133.000	Campo não informado

**Tabela 06 – Comparativo geral SEPEX**

Fonte: <http://www.sepex.ufsc.br>.

Com relação à tabela 06, observa-se que este evento científico e cultural tem proporcionado à Instituição levar à comunidade interna e externa o que está sendo produzido em matéria de conhecimento e cultura. O envolvimento entre a Instituição e sociedade é um dos pontos destacado de sucesso da SEPEX. Professores, servidores técnico-administrativos e acadêmicos têm tido a oportunidade de disseminarem sua produção acadêmica bem como trocarem experiências com a comunidade. A SEPEX é uma vitrine do que a UFSC está estudando e produzindo em matéria de conhecimento.

Um dos pontos positivos observados também na tabela 06 é o aumento significativo de visitantes da web no site da SEPEX, passando de 6.585, em 2000 para 133.000, em 2007, fato que nos permite considerar o quanto é importante a Instituição disponibilizar em suas home pages informações sobre produção acadêmica. Ela deveria pensar em elaborar uma ferramenta

que pudesse oferecer à sua comunidade interna e externa um espaço virtual onde fosse possível ter acesso ao que está sendo e o que já foi produzido em matéria de conhecimentos técnicos e científicos em todas as áreas do conhecimento. Além de disponibilizar este conhecimento, esta ferramenta poderia permitir a criação de comunidades virtuais onde as trocas de informações, através de fóruns de discussão, pudessem colaborar na busca de resoluções de problemas.

Os avanços na área das tecnologias de informação e comunicação projetaram a sociedade para uma nova era, chamada de sociedade da informação. Valero, Cabo e Castiel (2007, p. 19) afirmam: “De fato, muitos teóricos denominam a época atual como a sociedade da informação ou sociedade digital”. Através do uso dessas tecnologias, a comunidade científica tem procurado levar à sociedade sua produção técnica-científica de modo muito veloz e sem limite de espaço territorial. Não precisamos mais ir até as Universidade para encontrarmos a sua produção, ela, em muitos casos, já está disponível em suas home pages.

Drucker (1998) aponta que a revolução da informação não ocorreu por acaso, ela foi fruto de um processo histórico que veio desde a invenção da escrita, por volta de 5.000 anos, passando pela invenção do livro e depois para a prensa de Gutenberg. Os conhecimentos que antes eram registrados em pedras, pergaminhos, passaram a ser duplicados inúmeras vezes, tornando-os acessíveis a um número cada vez maior de usuários. E, por último, segundo o autor, a invenção do computador, no século XX. Drucker (1998) nos leva a reflexões sobre os avanços ocasionados por este último processo facilitador da disseminação da informação, as TIC's. Através destas tecnologias, as pessoas podem ter acesso com maior velocidade e comodidade às mais recentes notícias disponibilizadas em todos os continentes.

Moran (2000, p.137) comenta que, “na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social”.

Mas nem tudo que se publica na rede mundial de computadores está acessível a todos. Segundo Valero, Cabo e Castiel (2007), poucas são as publicações dos resultados das pesquisas produzidas com recursos públicos disponíveis na web, pois a maioria das publicações está vinculada a grandes empresas editoriais. Esses artigos científicos são disponibilizados em periódicos virtuais com acesso restrito, tornando disponível apenas a um determinado grupo que tenha condições financeiras de bancar a sua assinatura.

Baptista, et al. (2007) comentam que, no cenário internacional a discussão sobre os novos modelos de negócios de publicação da produção científica tem provocado em todas as

áreas do conhecimento um grande descontentamento quanto aos ideais de sua disseminação, gerados nos últimos séculos.

Qual seria a reação de Gutenberg quando ficasse sabendo da invenção de uma outra máquina que pudesse disponibilizar a mesma informação produzida por sua prensa aos quatro cantos da terra, e ao mesmo tempo? E qual não seria a sua surpresa quando soubesse que nem todos teriam acesso a ela?

No cenário mundial, uma grande quantidade da produção intelectual vem de Instituições públicas ou centros de pesquisa que recebem investimentos financeiros de órgãos públicos. Entendemos que os resultados destas investigações deveriam estar disponibilizados a todos, por se tratar de utilização de recursos públicos, mas, o que vemos, é justamente o contrário. Alguns destes resultados estão disponibilizados em periódicos de grandes empresas editoriais privadas. As instituições beneficiadas com estes recursos públicos, para desenvolverem suas pesquisas, deveriam repensar a disseminação de seus resultados. A sociedade tem o direito de ter acesso gratuito ao que está sendo produzido na academia, quando os resultados vieram de recursos com verbas públicas.

O descontentamento da comunidade científica internacional sobre o acesso restrito à informação gerou, no meio acadêmico, o que chamamos de Open Access (acesso livre/aberto). Este vem propor o acesso livre aos documentos produzidos nas universidades e órgãos de pesquisa publicados na web. De acordo com Valero, Cabo e Castiel (2007, p. 19), a iniciativa está “permitindo o acesso livre, direto, permanente e gratuito ao texto completo da literatura científica e de pesquisa pela Internet”.

Segundo Rodrigues (2004), uma das primeiras grandes iniciativas internacionais em prol do livre acesso a esses documentos veio da reunião da comunidade científica em Budapeste (OSI, 2002)<sup>5</sup>. Esta reunião tinha como objetivo concretizar a utopia de alguns pesquisadores em tornar completamente livre e irrestrito o acesso à literatura publicada em revistas e jornal especializados.

Desta reunião foi elaborada a primeira Declaração a favor desse livre acesso e seu primeiro parágrafo aponta para a importância do uso das novas tecnologias para a disseminação do conhecimento, tornando-o acessível a todos e colaborando para o diálogo entre os povos e, quem sabe, no surgimento de novos saberes:

Uma velha tradição e uma nova tecnologia convergiram para tornar possível o aparecimento de um bem público sem precedentes. A velha tradição é a boa-vontade de investigadores e cientistas publicarem os resultados da sua investigação

---

<sup>5</sup> [www.soros.org/openaccess/read.shtml](http://www.soros.org/openaccess/read.shtml)

em revistas científicas, sem qualquer remuneração, apenas em prol da investigação e difusão do conhecimento. A nova tecnologia é a Internet. O benefício público que as duas possibilitam é a distribuição electrónica, a uma escala mundial, da literatura científica com revisão pelos pares, de forma gratuita e sem restrições de acesso a investigadores, docentes, alunos e outros indivíduos interessados. A eliminação de barreiras de acesso à literatura científica ajudará a acelerar a investigação, a enriquecer a educação, o compartilhamento do saber entre rico com o pobre e o pobre com o rico, fazendo esta literatura tão útil quanto pode ser, e base para unir a humanidade em uma conversação intelectual comum em busca do conhecimento. (OPEN SOCIETY INSTITUTE, 2002, tradução nossa).

Várias outras, manifestações internacionais também apontam para a perspectiva de acesso aberto, entre elas, as Declarações de Berthesda<sup>6</sup> (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION – ITU, 2003), de Berlim<sup>7</sup> (SOCIEDAD MAX PLANCK, 2003).

Baptista et al. (2007, p.5) apontam os cuidados com os materiais a serem depositados nos repositórios institucionais. Nestes repositórios, além de serem armazenados os artigos científicos, poderão também ser alocadas as “teses e dissertações, relatórios técnicos de projetos e outros materiais resultantes da produção intelectual de uma instituição”. Todos os documentos antes de serem encaminhados para o repositório, dependendo de sua origem, deverão sofrer uma avaliação, passando por um controle de qualidade, pois o repositório muitas vezes pode ser outra vitrine da Instituição.

O Brasil não está de fora destas discussões internacionais sobre o acesso livre. No Congresso Nacional está em tramitação o Projeto de Lei nº 1120/2007 (ROLLEMBERG, 2007), versando sobre este assunto. O PL vem tratar sobre “Processo de disseminação da produção técnico-científica do Brasil e dá outras providências”. Neste Projeto de Lei, em seu artigo 1º, está escrito (ainda que no prelo). E o Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º.** As instituições de ensino superior de carácter público, assim como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir os seus repositórios institucionais, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva do corpo discente, com grau de aprovação, dos cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, a produção técnico-científica conclusiva do corpo docente dos níveis de graduação e pós-graduação, assim como a produção técnico-científica, resultado das pesquisas realizadas pelos seus pesquisadores e professores, financiadas com recursos públicos, para acesso livre na rede mundial de computadores – INTERNET.

Apesar de este Projeto ter um encaminhamento para o corpo discente de mestrado, doutorado e pós-doutorado, e docentes, em disponibilizarem suas produções técnico-científicas na rede mundial de computadores, por que as atividades extensionistas

<sup>6</sup> [http://www.itu.int/dms\\_pub/itu-s/md/03/wsispc3/c/S03-WSISPC3-C-0184!!PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc3/c/S03-WSISPC3-C-0184!!PDF-E.pdf).

<sup>7</sup> [www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html](http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html).

desenvolvidas nas mesmas Universidades Públicas não poderiam seguir esta determinação legal, e também disponibilizar na Internet a sua produção técnico-científica desenvolvida, principalmente pelos discentes de graduação? Quem sabe a extensão não esteja partindo para esta realidade, e quem sabe esta pesquisa não possa contribuir para isto.

A Universidade precisa pensar em tornar mais visíveis suas ações extensionistas. A web tem sido entendida como uma excelente ferramenta para viabilizar o processo de disseminação, tanto das ações quanto dos resultados dos experimentos.

Levy (1997, p. 5) escreve sobre o espaço virtual chamado página da web:

As páginas Web expressam as idéias, os desejos, os saberes, as ofertas de transação de pessoas e grupos humanos. Atrás do grande hipertexto está borbulhando a multidão e suas relações. No ciberespaço, o saber não pode mais ser concebido como algo abstrato ou transcendente. Está se tornando cada vez mais evidente — e até tangível em tempo real — que esse saber expressa uma população. Não só as páginas Web são assinadas, igualmente as páginas de papel, como também costumam desembocar numa comunicação direta, interativa, via correio digital, fórum eletrônico, ou outras formas de comunicação por mundos virtuais [...]. Assim, ao contrário do que a vulgata mediática deixa crer sobre a pretensa “frieza” do ciberespaço, as redes digitais interativas são potentes fatores de personalização ou encarnação do conhecimento.

Sasso (2001) aponta para o uso da tecnologia como uma ferramenta transformadora da sociedade. Vivemos em uma época pautada na busca da qualidade, velocidade e eficiência em tudo que queremos produzir ou conhecer. Segundo a autora, esta busca incessante tem provocado avanços, mas também problemas, que vão da ordem relacional, estrutural, de desenvolvimento e, principalmente, no campo educacional, e também redacional.

O uso das tecnologias de informação e comunicação no meio educacional trouxe, segundo Liguori (1997), modificações no processo ensino-aprendizagem. Docentes e discentes estão em constantes discussões quanto ao seu uso no âmbito escolar, e por que não dizer também no seio da universidade?

Tecnologia: a United Nations Education Social and Cultural (UNESCO, 1985) define como “[...] processos de saber criativos que podem ajudar as pessoas a utilizar instrumentos, recursos e sistemas para resolver problemas e aumentar o controle sobre o ambiente natural e produzido no empenho para melhorar a condição humana”.

A utilização tecnologias no cenário acadêmico ainda provoca desafios para alguns docentes, pois constantemente deparam-se com as seguintes situações:

- Selecionar dentre as inúmeras informações disponibilizadas na web: quais as mais significativas e as mais verdadeiras?
- Estimular o envolvimento coletivo e colaborativo nas vivências oferecidas, fazendo integração neste novo contexto de discussão virtual;

- Incorporar a integração das dicotomias reflexão/ação, experiência/conceituação, teoria/prática como sendo elementos fundamentais para a aquisição da aprendizagem;
- Despertar a participação em grupos de discussão tanto presencial quanto na web, pois o conhecimento está diretamente relacionado com o que aprendemos com a interação com os outros e com o que nos cerca, e por que não dizer com outros ambientes disponibilizados pelas novas tecnologias, Internet. E, nesta nova era tecnológica, como os educandos encaram o processo educativo?

Com as novas TIC's, a comunidade acadêmica tem a sua disposição uma diversidade de ferramentas para a captação e a disseminação do conhecimento. A interação através dos diálogos via email, newgroups, lista de discussão, chat com qualquer pessoa ou grupo de pesquisa/extensão de qualquer parte do Brasil tem possibilitado a busca de novas informações e conhecimentos e, por sua vez, o enriquecimento do processo de aprendizagem. Masetto (2000) nos adverte sobre o papel mediador do educador neste processo. Segundo o autor, o educador poderá contribuir na análise do que se está pesquisando ou na sua qualidade.

Alguns docentes entendem que o processo dialógico deveria acontecer apenas na forma presencial, pela possibilidade do contato olho a olho, do toque. Não se deve negar que os diálogos presenciais dão um clima diferente nas relações, mas também não podemos deixar de aproveitar o que a tecnologia está nos possibilitando: encontrarmo-nos via internet, mesmo que distantes. Levy (1997) comenta que, no ciberespaço, a interação também é uma forma de comunicação.

Para Alvarenga et al. (2004) as instituições de ensino superior (IES) estão com as mesmas necessidades de qualquer outra organização, ou seja, preocupadas com o desempenho e aperfeiçoamento de seu pessoal na busca da qualidade e produtividade de seus serviços.

Neste sentido, as IES deveriam estar atentas à possibilidade de desenvolverem uma ferramenta que, ao mesmo tempo em que disponibilizassem suas informações sobre o que estão desenvolvendo em matéria de extensão, também oferecessem um canal para seus projetos departamentais ou institucionais poderem estar mais próximos e dispostos a trabalharem colaborativamente com a criação e a disseminação dos conhecimentos comuns entre si, atuando como uma comunidade virtual.

Mota et al. (2008) descrevem que comunidade virtual seria um termo a ser utilizado para caracterizar os agrupamentos humanos que estão ligados no ciberespaço. A comunicação entre esses grupos é mediada pela Internet.

Vimos em outros parágrafos que num trabalho de extensão universitária para grupos especiais, são importantes as trocas de informações e um trabalho colaborativo, onde os diálogos e o respeito às opiniões dos participantes são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho sério e com qualidade.

Nas TIC's encontramos uma ferramenta que, seria possível aglutinar à gestão da informação e do conhecimento, estamos falando sobre os portais virtuais. Schons e Costa (2008, p. 02) descrevem que, na literatura científica, são encontradas diversas pesquisas abordando o tema “criação dos novos saberes nas organizações”, mas “poucos estudos tratam especificamente da tecnologia dos portais corporativos como plataforma central no apoio ao processo de criação do conhecimento organizacional”.

### 5.3 O USO DOS PORTAIS WEB AUXILIANDO A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Mas o que vem a ser um Portal? Dias (2001a, 2001b) descreve que o portal era conhecido primeiro como uma ferramenta de busca, onde seu principal objetivo era facilitar o acesso às informações disponibilizadas na web. Esse acesso tornou-se mais rápido e com mais qualidade, sendo que essas poderiam estar disponibilizadas de acordo com o interesse do usuário. Após essa nova possibilidade de busca mais precisa, foram atribuindo outras funções, tais como: criação de comunidades virtuais, listas de discussões, chats, personalização dos sites de busca e acesso a conteúdos especializados e comerciais. Este novo conjunto de atribuições disponíveis no site originou que hoje chamamos de portal web.

Por web (world wide web, www, ou teia de alcance mundial), Almeida (2005, p.120) define como sendo “[...] um sistema de interconexão entre redes de computadores e comunicação a distância com softwares apropriados para o acesso a informações por meio de navegação na Internet”.

O portal é um local onde estão disponibilizadas muitas informações e serviços, sendo que sua principal função seria ajudar o usuário a encontrar o que está procurando, comenta Melo (2003).

Para Detlor e Finn (2002, p. 100, tradução nossa), os “portais são um ponto único de interfaces de navegação na web, utilizados para promover a busca, o compartilhamento e a



disseminação da informação, bem como a prestação de serviços para comunidades de interesse”.

Benbya, Passiante e Belbaly (2004) comentam que os portais corporativos estão sendo fundamentais para o sistema de gerenciamento do conhecimento. Neles as informações são compartilhadas, visando à geração de trabalho, troca e utilização do conhecimento organizacional.

Schons e Costa (2008, p.6) definem portal como sendo:

um conjunto de serviços agrupados que apóiam o processamento de informações, ou seja, uma plataforma que atua como ponto central, favorecendo a conversão da informação em conhecimento. Sua maior finalidade é permitir que os colaboradores consigam extrair o valor da informação e transformá-la em conhecimento e, posteriormente, retransformar esse conhecimento em um novo conhecimento.

Ao se tratar da gestão do conhecimento para projetos de extensão que desenvolvem serviços direcionados às pessoas com deficiência, deveremos não só pensar na utilização do portal como uma ferramenta à disposição da gestão da informação, mas também na possibilidade em que o mesmo possa contribuir no compartilhamento, disseminação e na conversão dos saberes tácito e explícito nas instituições.

Trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores como Dias (2001), Melo (2003), Terra e Gordon (2002), Schons e Costa (2008), Terra (2001), Gabriel e Martins (2004), Detlor e Finn (2002), Vilella (2003), entre outros, têm abordado sobre a utilização dos portais como ferramenta para a disseminação, captação, troca e conversão do conhecimento. Há necessidade da identificação de quais ferramentas serão necessárias para atender aos objetivos dos grupos de interesses. Os projetos de extensão deverão ter como propósito, na identificação desta ferramenta, um facilitador para trabalhos mais colaborativo e formativo, na busca da construção de um serviço acadêmico mais integrado, comprometido com as questões inclusivas e com mais qualidade.

Na literatura científica há referências sobre vários tipos de portais, cada um com sua especificidade. Dias (2001) apresenta uma classificação de acordo com sua forma: quanto a sua utilização, podem ser públicos ou corporativos e, quanto a sua função, podem ser de suporte à decisão e/ou processamento corporativo.

Nos portais públicos, o foco da atenção está no atendimento a qualquer pessoa que acessa a Internet à procura de alguma informação. Eles também são chamados de “portal Internet, portal web ou portal de consumidores”. Em Mota et al. (2008, p.4), encontra-se: “Neste tipo de portal, não há preocupação com a interatividade e o processamento cooperativo entre usuários e especialistas”.

Nos portais corporativos, sua abrangência está no âmbito organizacional, ou seja, atender as demandas internas da empresa/instituição. Terra e Bax (2003, p.2) descrevem que os portais corporativos são importantes para as organizações, pois eles ajudam no compartilhamento das informações e dos conhecimentos a toda a equipe da empresa. Este compartilhamento é fundamental para as tomadas de decisão “[...] nos níveis estratégicos, táticos e operacionais”.

Alonso (2006, p. 213) faz referência aos portais como uma ferramenta revolucionária ao processo de ensino-aprendizagem. Nele é possível reunir várias pessoas virtualmente, com diferentes experiências sócio-culturais, oportunizando a interação entre eles em múltiplos espaços. “Os ambientes digitais proporcionam, também, a colaboração e o compartilhamento da mesma área de trabalho, através dos mecanismos de comunicação. Nestes ambientes, os participantes têm os mesmos objetivos e buscam os mesmos conhecimentos [...]”.

Carvalho, Ferreira e Choo (2007, p. 55) comentam que “A missão dos portais corporativos é acabar com as ilhas dos sistemas de informação, integrando-as em uma única aplicação, que seria porta de entrada para todos os usuários do ecossistema empresarial”. É comum encontrar nas IES e outras organizações pessoas ou pequenos grupos trabalhando isoladamente, seja por desconhecer outras comunidades afins, seja por interesses particulares, ou por outras razões. Este trabalho isolado leva a ações independentes e, por sua vez, desconectados com os demais. Encontramos, em sua grande maioria, home pages individuais e não institucionais, cada um apresentando o que lhe convém, sem uma proposta mais integrativa. Onde está a essência da Universidade? E a multidisciplinaridade, onde fica neste contexto acadêmico?

Os portais corporativos apresentam várias funções, entre as mais significativas está a possibilidade de oferecer um suporte nas tomadas de decisão e na contribuição ao processo cooperativo, afirma Dias (2001).

Quanto aos portais com ênfase no suporte à decisão, encontramos: os portais de informação ou de conteúdo; os portais de negócios e os portais de suporte à decisão. Já nos de processamento cooperativo encontramos os portais: cooperativo ou para processamento cooperativo, e o de especialistas. Há ainda outros tipos de portais corporativos que integram tanto a função de tomada de decisão quanto a cooperação, são os portais de conhecimento e os portais de informações empresariais - EIP.

O portal do conhecimento, por ser muito recente e estar mais associado às organizações intensivas de conhecimento, como as universidades, os centros de pesquisa e as empresas que trabalham com alta tecnologia, é encontrado com menor citação na literatura do

que o portal corporativo. Em alguns documentos científicos temos a impressão de que os autores estão falando sobre o mesmo portal, não fazendo diferença entre ambos, até por que um está incorporado no outro, apenas o enfoque, ao nosso ver, está no tipo de organização em que está sendo utilizado.

Carvalho, Ferreira e Choo (2007) apontam para os portais corporativos como sendo a infra-estrutura tecnológica fundamental para as investidas em gestão do conhecimento nas organizações, tendo em vista a sua capacidade de integração dos diferentes setores, com suas informações diferenciadas, sendo as mesmas alocadas em uma única interface. Esta integração permite também, segundo os autores, a participação mais colaborativa de toda a equipe, ponto fundamental para as inovações.

Através da utilização do portal corporativo/conhecimento é possível que todos os usuários participantes dessas comunidades possam, além de contribuir com seus conhecimentos, acompanhar todo o desenvolvimento do processo através, por exemplo, dos recursos do workflow. Entende-se por workflow um fluxo de trabalho, onde as atividades serão executadas por duas ou mais pessoas de uma mesma comunidade de prática. Essas atividades deverão ter os mesmos objetivos e poderão ser encaminhadas em série ou em paralelo. Portanto, trabalhos independentes, isolados, individualizados não constituem um workflow.

A utilização desse recurso poderá trazer algumas vantagens para a organização, tais como: eliminação dos produtos de papel (importância ecológica); arquivamento e recuperação de informações; identificação dos responsáveis pelas tarefas; rapidez na resolução das atividades; facilidade de encontrar as informações a serem desenvolvidas, entre outras.

Com o uso das novas tecnologias de comunicação, auxiliando os diálogos entre os participantes, esses poderão se encontrar em ambientes do ciberespaço. Os encontros poderão ocorrer a qualquer tempo e em qualquer lugar, não necessitando da presença física dos envolvidos. Para que ocorra esta interação, são necessárias apenas algumas ferramentas, tais como: equipamentos de multimídia, e-mails, lista e fóruns de discussão, etc.,

O trabalho de pesquisa, então, versará sobre serviços extensionistas ligadas as pessoas com deficiência, dentro de uma instituição de ensino superior, portanto, organização intensiva de conhecimento. Serão apontadas a seguir considerações que identifiquem a importância do uso dessa ferramenta tecnológica, portal, no auxílio da gestão do conhecimento.

Gabriel e Martins (2004), ao desenvolverem um projeto para implantar a gestão do conhecimento em uma instituição de ensino e pesquisa, identificaram a importância do Portal do conhecimento no auxílio desta gestão. Entendem os autores que esse tipo de ferramenta “[...]visa à criação de um ambiente colaborativo que favoreça o compartilhamento e a criação

do conhecimento organizacional, valorizando e desenvolvendo o seu capital intelectual, bem como à integração das fontes de informação da Instituição”. Apresentam ainda seus objetivos específicos, tais como:

- Utilização como ferramenta de GC;
- Contribuição para a melhoria da comunicação interna;
- Otimização do ciclo decisório;
- Agilização e qualidade no atendimento ao cliente;
- Constituição de uma interface única para as bases de dados;
- Integração e padronização dos sistemas utilizados pela organização;
- Redução de custos e prazos.

Gabriel e Martins (2004) apresentam as características do portal do conhecimento:

- Utilização de softwares livres;
- Permissões de acesso por senha - cadastro obrigatório à comunidade interna e opcional para os externos;
- Personalização – cada usuário cadastrado tem a permissão de personalizar a sua página. Entendemos que a home page deverá estar dentro da “Identidade Visual da Instituição”.
- Flexibilidade – o conteúdo do portal pode ser facilmente adaptado de acordo com a necessidade percebida pelos seus gestores;
- Publicação descentralizada;
- Gerenciamento do conteúdo independente de conhecimento em html, e
- Sistema de busca.

Choo, Detlor, Turnbull (2000) distribuíram entre os quadrantes de conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997) vários serviços que podem ser disponibilizados nos portais para auxiliar esse processo. Para cada quadrante os autores identificaram quais as melhores ferramentas a serem utilizadas pela comunidade virtual, para socializar, externalizar, combinar e internalizar o conhecimento. Esta distribuição pode ser melhor compreendida na figura 17, conforme Schons, Costa (2008).

Serviços dos portais	Socialização	Externalização	Combinação	Internalização
<b>Organização/Acesso ao conhecimento</b> (conteúdo interno, pesquisas externas, melhores práticas, categorias de assuntos, FAQs, pesquisa e busca)			-acesso unificado a múltiplos contextos de pesquisa	
<b>Compartilhamento do conhecimento</b> (email, newgroups, lista de discussão, Chat, videoconferência)		-comunicação valiosa (uso de metáforas e multimídia) -diálogo coletivo		-disseminação dos casos e projetos de sucesso
<b>Uso/criação do conhecimento</b> (groupware, aplicações de workflow, whiteboards, compartilhamento de dados e aplicações)	-aprendizagem online -participação direta -textualização			-inclusão de novos objetivos, valores e métodos

**Figura 17 - Serviços dos portais na conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997)**  
Fonte: Schons e Costa (2008)

Nonaka e Toyama (2008, p. 97) comentam que “O uso criativo das redes de comunicação computadorizadas e das bases de dados em larga escala podem facilitar esse modo de conversão do conhecimento”.

Aproximando os serviços dos portais para auxiliar a conversão do conhecimento de Choo, Detlor e Turnbull (2000) com o modelo SECI de Nonaka e Toyama (2008), podemos ter, pedagogicamente, uma boa referência de como se processa esta conversão a nível organizacional.

No primeiro quadrante, socialização, o conhecimento é puramente tácito, e o seu ambiente está focado no indivíduo. Aprende-se através da experiência e da observação em criar e compartilhar o que se sabe. Se fizermos uma relação com os projetos de extensão, veremos que, neste quadrante, os promotores de uma determinada atividade, aprendem com os que a estão executando. Muitas vezes os acadêmicos mais experientes desenvolvem a atividade, enquanto que os mais novos ficam apenas observando. Nesta experiência e observação são adquiridos inúmeros dados e informações, que, posteriormente, serão, por sua vez, incorporados a outros, dando origem a novos conhecimentos.

Muitas dessas atividades poderão ser filmadas e projetadas em salas de vídeo-conferência, ou simplesmente gravadas, para posterior observação ou discussão em grupos. O compartilhamento desse saber tácito poderá ser repassado através dos e-mails, newgroups,

lista de discussão, chats, workflow, ou mesmo se disponibilizados na home page do projeto os dados e as aplicações para serem compartilhadas. Através dos portais, vários interessados em querer conhecer melhor como se deve trabalhar com determinado grupo de pessoas, poderão, através de um simples clique no mouse, acessar a página de relacionamento ou mesmo os bancos de dados do projeto e capturar as informações que precisar.

Após o desenvolvimento da atividade, geralmente o grupo (comunidade de prática) procura se encontrar para trocar experiências. Muitas vezes esses grupos são subdivididos para trabalharem dentro de propostas ou temas específicos. Cada membro dos grupos apresenta suas opiniões sobre o que observou e, se necessário, acrescenta novas idéias a serem incorporadas nas atividades subsequentes. Este momento é muito significativo para os iniciantes, pois têm a oportunidade de externalizarem suas dúvidas, aprenderem como se deve trabalhar e se comportar frente aos usuários do serviço. Nesta fase acontece a externalização do conhecimento, e seu ambiente está focado em pequenos grupos. Os diálogos, as trocas de informações, as reflexões também poderão ocorrer no ciberespaço, através das ferramentas já comentadas no quadrante anterior. Neste caso, os pequenos grupos de participantes serão chamados de comunidades virtuais, por estarem em um ambiente do ciberespaço.

Este compartilhamento proporcionará novos saberes. Os modelos mentais de cada participante serão externalizados ao grupo, transformando o que era tácito em explícito, através das anotações, relatórios ou outros mecanismos de codificação do conhecimento. A necessidade de transformar o conhecimento tácito em explícito se dá em decorrência do seu compartilhamento em toda a comunidade, seja ela presencial ou virtual.

Capellini (2008, p.42) comenta sobre a importância do trabalho colaborativo nestes ambientes ricos em aprendizagem: “O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes”. Essa afirmação cabe em todos os ambientes, sejam eles presenciais ou virtuais. Se não houver confiança nas relações, provavelmente o ambiente não se tornará fértil para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Segundo o autor, alguns pontos são fundamentais para que este trabalho aconteça, são eles:

- Existência de um objetivo comum;
- Equivalência entre os participantes;
- Participação de todos;
- Compartilhamento de responsabilidade;
- Compartilhamento de recursos;
- Voluntarismo.

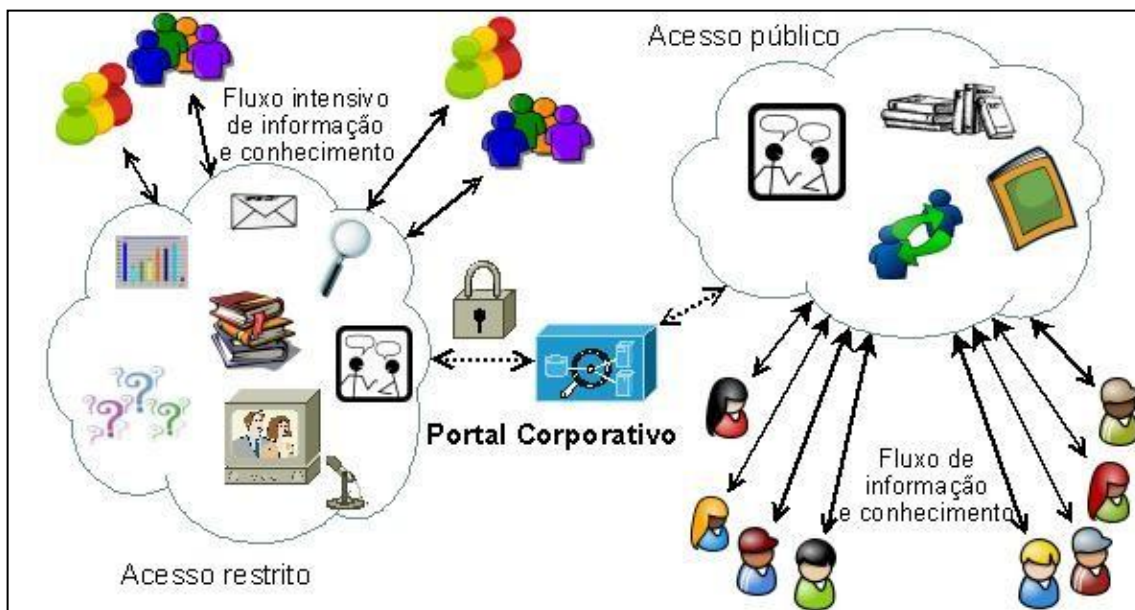
Tendo como base o que foi apresentado por Capellini (2008), os pequenos grupos buscarão, através de reflexões e confiança, a sistematização e aplicação do conhecimento explícito. Os diversos documentos produzidos nos grupos serão combinados com outras pesquisas já realizadas pela equipe ou de outras fontes, a fim de que possam ser editadas e disponibilizadas às suas comunidades. Estamos falando do terceiro quadrante, ou da combinação.

Neste, o foco da atenção está na organização ou projeto. Todos os envolvidos deverão estar cientes dos novos procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento das próximas atividades, pois o trabalho é coletivo e não individual. O sucesso do grupo depende da qualidade do serviço executado pela equipe. Um trabalho mal elaborado, ou que esteja fora do padrão da organização/projeto põem em risco a sua credibilidade. Como nos outros quadrantes, vemos também neste a necessidade da utilização dos portais, principalmente nos portais de busca, a fim de que a comunidade possa ter acesso às pesquisas já desenvolvidas.

Por último, o quadrante da internalização. Recai novamente o foco da atenção no indivíduo. O conhecimento passa de explícito para novamente tácito. A equipe do projeto tenta disponibilizar no portal ou através dos e-mails, listas de discussões, chats, videoconferência os resultados das reuniões, os melhores casos de sucesso, as atividades que mais trouxeram interesse aos usuários do serviço. Todo esse conjunto de novos conhecimentos despertará a elaboração de novos objetivos, novos valores individuais ou organizacionais, a criação de métodos que garantam a continuidade da qualidade do serviço. A Aplicação de workflow será muito interessante neste quadrante, pois permitirá que o grupo tenha um controle do fluxo contínuo da atividade, aplicando o que foi previamente desenvolvido.

O constante diálogo e a reflexão, seja no âmbito presencial ou mesmo no ciberespaço, do que está sendo desenvolvido no projeto, permitirão aos envolvidos a elaboração de novos conceitos, novas idéias, que, por sua vez, dará continuidade ao que já apregoam Nonaka e Takeuchi (1997) em sua espiral do conhecimento.

Schons e Costa (2008) ilustram bem, através da figura 18, o uso de algumas ferramentas de colaboração disponibilizadas no portal corporativo. Essas poderão ser distribuídas tanto no acesso restrito, destinadas aos funcionários (equipe do projeto) e aos fornecedores (usuários dos serviços extensionistas), quanto no acesso público (interessados em conhecer o projeto).



**Figura 18- Modelo de uso do portal corporativo e seus serviços**

Fonte: Schons, Costa (2008)

No acesso restrito poderão estar disponibilizados para atender os vários modos de conversão do conhecimento os serviços de videoconferência, Chat, e-mail, planilha, gráficos, manuais, mecanismos de busca, e FAQs (perguntas frequentes), entre outros. O acesso a este sistema está garantido através de senhas, que podem ser obrigatórias para a equipe do projeto e/ou autorizada pela equipe às pessoas que não estejam ligadas diretamente ao projeto. Saber o que vai ser disponibilizado no portal é uma tarefa da equipe de coordenadores dos diversos projetos. Por outro lado, entende-se que há a necessidade de um canal de acesso, conforme figura 18, ao grande público externo (comunidade, escolas, outras instituições de ensino, empresas públicas e privadas, associações, etc). Neste serviço poderão estar disponibilizados os serviços de fóruns e chats, documentos contendo informações sobre a estrutura do projeto, atividades desenvolvidas, produções acadêmicas, planilhas. Os acessos a estes serviços são de domínio público, portanto, ao acessarem a home page do projeto, eles estarão à disposição para consultas sem prévio consentimento.

Como esta Tese pretende trabalhar com os serviços extensionistas ligados às pessoas com deficiência, cabe uma reflexão quanto ao seu acesso e navegação no ciberespaço.

Alguns administradores dos portais públicos ou restritos, governamentais ou não governamentais, educacionais ou comerciais, entre outros portais, ainda não se conscientizaram da necessidade de torná-los mais acessíveis a este segmento da sociedade. A interpretação do design universal encontra-se meio acanhada, frente aos projetos gráficos de



muitos portais. Seus construtores elaboram projetos que enchem os olhos de quem navega no ciberespaço, mas deixa uma boa parcela da população impossibilitada de acessar algumas páginas. Infelizmente, o que se tem notado é mais um desconhecimento do que falta de interesse em deixá-los mais acessíveis. Um bom exemplo de dificuldade para navegar em algumas páginas da web são as pessoas cegas ou com baixa visão que, muitas vezes, não conseguem acessar o que desejam, ou saber quais documentos estão disponibilizados.

Os construtores dos portais deveriam ficar atentos aos usuários que poderão ter acesso. Pensar no público é pensar nas pessoas com dificuldade de interagir com o computador. É olhar para as pessoas que apresentam perda total ou parcial da visão, da audição, ou algum comprometimento motor.

Santos e Guimarães (2007, p. 114-6) destacam as orientações da American with Disabilities Act – ADA- para promover um ambiente acessível às pessoas com deficiência. Em uma dessas orientações, há um campo específico para a informática, onde está escrito na orientação: “Acessórios para computador: equipamento de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, chaves, acionadores, softwares especiais etc., que permitem às pessoas com deficiência usarem o computador. (Esta categoria inclui os softwares de reconhecimento de voz.)”

Muitos pesquisadores e especialistas das áreas das ciências da computação e da informação estão desenvolvendo programas para auxiliar as pessoas com necessidades especiais para acessarem o ciberespaço.

A tecnologia da informação trouxe muitos benefícios a essas pessoas. Através de softwares específicos de leitura de telas, aumento do tamanho da fonte, conversão dos textos em linguagem falada (sintetizador de voz), esse segmento da sociedade está conseguindo interagir com o sistema computacional.

Segundo Miranda (2002, p.148),

O desenvolvimento das TIC's e as iniciativas de acessibilidade, bem como a avaliação da usabilidade em sites web e sistemas interativos, contribuem, consideravelmente, para que diminuam as barreiras referentes às limitações que um portador de deficiência visual possui, ao ter acesso ao ensino por meio destas tecnologias.

Para Finquelievich & Finquelievich (2007, p. 95):

A disponibilidade de volumes formidáveis de dados e de informação na Internet, a difusão do trabalho, da educação virtual, do comércio eletrônico e de vários serviços on-line (privados, governamentais e do setor associativo) exercem um impacto duplo sobre esse segmento da população. Por um lado, são fatores facilitadores: podem levar a informação, a compra, a venda, o estudo, o trabalho e até a

possibilidade de participação política e comunitária diretamente ao cidadão, sem necessidade de que ele se desloque de seu domicílio ou de um centro próximo de acesso público à Internet. Mas, por outro lado, podem criar novos obstáculos se não forem implementadas políticas públicas que promovam o acesso físico e cultural à Internet, a formação para o uso das TIC's e a construção de websites acessíveis também às pessoas que apresentam disfunções.

Apesar de algumas páginas textuais da internet estarem acessíveis às pessoas com deficiência visual, elas muitas vezes, encontram textos muito longos, apresentando um problema para esses usuários, que são obrigados a lerem todo o documento para retirarem as informações que estão precisando. Há uma sugestão de estruturar as páginas em capítulos, através de marcações adequadas de html, afirmam Fernandes, Miranda, Rados et al. (2006).

Para Nielsen (2000), os programadores dos portais contam com o auxílio da Web Accessibility Initiative – WAI - (Iniciativa de Acessibilidade na Web) para disponibilizar as ferramentas necessárias de um portal que possa ser utilizado por pessoas com necessidades especiais. O WAI foi criado por um comitê constituído por grandes empresas, o W3C (World Wide Web Consortium), interessados em auxiliar o acesso aos conteúdos da web ao maior número de pessoas, independente de sua condição sensório-motora, (Brasil, 2005).

Segundo o Web Content Accessibility Guidelines 1.0, (CHISHOLM, VANDERHEIDEN, JACOBS, 1999), do W3C, são apresentadas recomendações para a acessibilidade do conteúdo da web. Essas recomendações estão respaldadas em dois temas genéricos: “assegurar uma transformação harmoniosa e tornar o conteúdo compreensível e navegável”. Essas recomendações poderão ser acessadas em inglês<sup>8</sup> e em português<sup>9</sup>.

Entende-se por acessibilidade na web a possibilidade de qualquer pessoa poder acessá-la, independente de sua condição sensório-motora, ou em qualquer situação que se encontra, ou mesmo com qualquer ferramenta que esteja a sua disposição. Devemos entendê-la como um princípio universal, ou seja, todos têm o mesmo direito de usufruí-la.

Segundo o Serviço Federal de Processamento de dados – SERPRO (2005) a acessibilidade na web engloba:

- Sítios e Aplicações web: onde as pessoas podem perceber, compreender, navegar e interagir;
- Navegadores, media players, plugins: que podem ser usados efetivamente por pessoas com deficiências e que funcionem bem com tecnologias assistidas, utilizadas por algumas pessoas com deficiência, para acessar a web, e
- Ferramentas de autoria web e outras tecnologias que envolvem a web: utilizadas para produção de conteúdos web e outras funções.

<sup>8</sup> <http://www.w3.org/TR/WAI-WEBCONTENT/>

<sup>9</sup> [http://www.geocities.com/claudiaad/acessibilidade\\_web.html](http://www.geocities.com/claudiaad/acessibilidade_web.html)

Partindo do pressuposto da sociedade inclusiva, o Governo Federal, através da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE- (BRASIL, 2005, P. 150-1) manifestou-se preocupado com a acessibilidade das pessoas com deficiência aos seus portais. Neste sentido, elaborou, em 2005, um “Modelo de acessibilidade para o desenvolvimento e a adaptação de conteúdos” para seus sites. Esta medida vem auxiliar todos os interessados em desenvolver sites do governo.

O Este modelo, adaptado à nossa realidade, foi elaborado pela equipe do Departamento de Governo Eletrônico, juntamente com a ONG Acessibilidade Brasil”, e teve como base de estudo o conjunto de regras do WAI/W3C e as principais normas de acessibilidade de alguns países. O objetivo primeiro deste material é “auxiliar a implementação e adaptação do conteúdo de forma acessível” na web.

Dar a oportunidade às pessoas acessarem os portais web das instituições públicas em igualdade de condições, independentes de suas condições físicas, mentais, sensoriais, sociais, econômicas, na busca de informações e conhecimentos deve ser uma bandeira a ser erguida na luta em favor da inclusão social e digital.

#### 5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES REFERENTES À GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DOS PROJETOS

Nossa análise partirá dentro da lógica construída neste capítulo. Inicialmente trabalharemos a questão da aquisição do conhecimento nos projetos de extensão, partindo logo após para discussões sobre a sua disseminação. Analisaremos também informações que apontaram o uso da rede mundial de computadores como instrumento agregador dos projetos e o seu uso como ferramenta auxiliadora na aquisição e disseminação do conhecimento. Utilizaremos como materiais para análises as entrevistas e o formulário de extensão.

Dois aspectos a serem também analisados são os portais iniciais das IFES quanto ao cumprimento do Decreto nº 5296 de 02/12/2004, (BRASIL, 2004), e se os mesmos apresentam caminhos e informações sobre os serviços extensionistas desenvolvidos na instituição.

##### 5.4.1 Extensão universitária na formação acadêmica

A Universidade entendida como instituição de ensino tem a preocupação em formar e preparar futuros profissionais para atender com qualidade as necessidades da sociedade. Segundo Botomé (1996), a Universidade tem a função básica de produzir e disseminar o

conhecimento. Não está em sua função produzir bens, mas, sim, serviços. Por apresentar esta característica, podemos classificá-la como organização intensiva de conhecimento, pois em todas as suas três ações, ensino, pesquisa e extensão, encontram-se presente tanto a produção e a aquisição dos conhecimentos, quanto a sua disseminação

Neste tópico, buscaremos analisar a aquisição do conhecimento, nos vários serviços prestados pelos projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência. Para tanto, vamos trabalhar com duas (02) categorias identificadas no processo de descrição analítica que, a nosso ver, podem dar suporte a esta análise, são elas: aquisição do conhecimento e áreas do conhecimento.

No que se refere à categoria aquisição do conhecimento, encontramos, nas entrevistas, dezenove (19) subcategorias e, nelas, cento e trinta e uma (131) unidades de significados, sendo cento e dezessete (117) distribuídas entre os coordenadores dos projetos e quatorze dos representantes dos departamentos ligadas à extensão da administração central.

Na Figura 19 está representada a categoria aquisição do conhecimento com suas subcategorias, bem como o número de unidades significativas respectivamente encontradas nas entrevistas direcionadas aos entrevistados coordenadores.

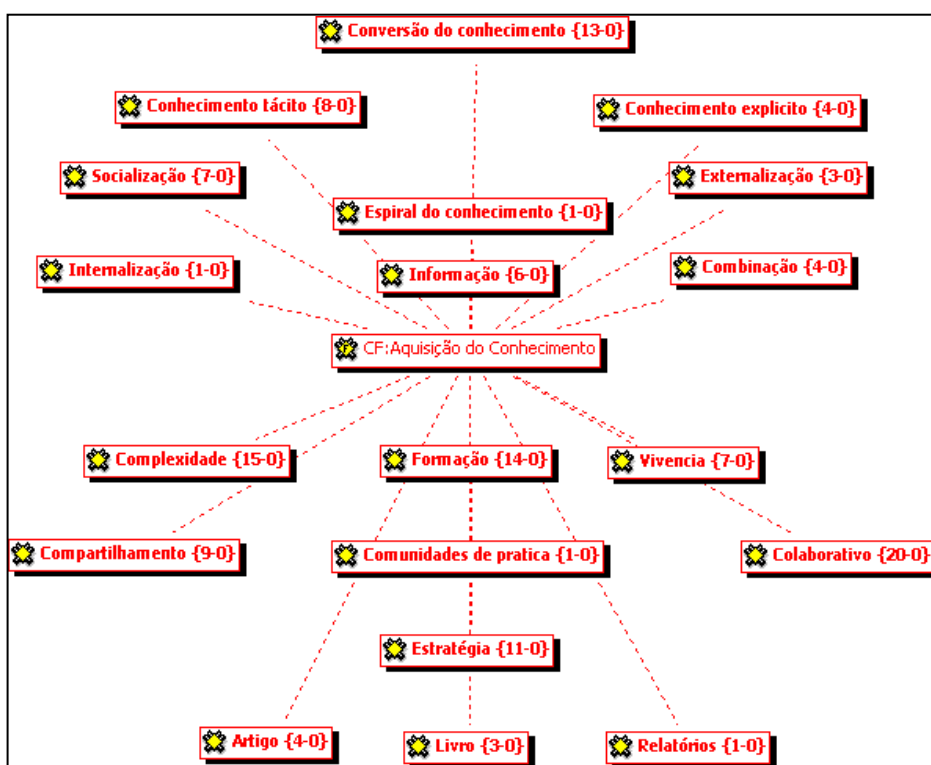


Figura 19 – Segunda versão da Categoria Aquisição de Conhecimento

A disposição das subcategorias, na figura 19, seguiu uma ordem apenas didática para representar componentes da aquisição do conhecimento, sugerida por Nonaka e Takeuchi (2008). No plano superior encontramos numa escala ascendente, primeiramente a espiral do conhecimento, indicando que o saber está em constante processo de criação e recriação. Sua disposição está entre os quatro (04) quadrantes da conversão do conhecimento, pois neles o processo de construção do novo saber perpassa do individual ao coletivo, retornando ao individual, e do setorial ao institucional. A aquisição do conhecimento perpassa pela conversão do conhecimento tácito ao explícito. Este processo é muito evidenciado nos projetos de extensão.

Já no plano inferior, encontramos formas onde o conhecimento pode ser adquirido e convertido, bem como o papel da extensão universitária na formação acadêmica. Sobre esta última abordagem, formação, iniciaremos a análise e discussão.

A Universidade, enquanto instituição de ensino, tem a finalidade principal de formar profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento para atuarem na sociedade. Através das suas ações de ensino, pesquisa e extensão tem procurado despertar na sua comunidade acadêmica o compromisso para com a melhoria da qualidade de vida da população. Dentro destas ações, a extensão tem possibilitado inúmeros acadêmicos a vivenciarem situações reais junto a alguns segmentos de nossa sociedade. Esta experiência tem contribuído para a formação de nossos acadêmicos. Segundo o Plano Nacional de Graduação (2001, p.11),

[...] a aquisição de conhecimentos deve ir além da aplicação imediata, impulsionando o sujeito, em sua dimensão individual e social, a criar e responder a desafios [...] a graduação necessita deixar de ser apenas o espaço da transmissão e da aquisição de informações para transformar-se no *locus* de construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem.

Esta possibilidade de a Universidade propiciar a aprendizagem dos acadêmicos com experiências concretas junto à comunidade, através de sua ação extensionista, tem oportunizado conhecer melhor sua futura intervenção profissional, além de permitir adquirir conhecimentos tácitos que só serão adquiridos se vivenciarem a situação tal qual ela é apresentada.

A aquisição do conhecimento através da vivência nos projetos de extensão é evidenciada por alguns entrevistados:

Pra mim, primeiro a gente precisa trabalhar com a formação, não existe só uma formação teórica, existe a necessidade de uma formação prática, e essa formação prática é possibilitada pelos programas e projetos de extensão. (P2)

[...] traga melhorias pra formação do aluno, que ele esteja informando, que ele esteja utilizando os conhecimentos adquiridos na teoria e exercendo aqui na prática esta teoria. (P5)

Em sala de aula, o acadêmico terá apenas o repasse de conhecimentos explícitos, mas, ao vivenciá-los, estará adquirindo conhecimentos tácitos, que poderão servir para toda sua vida profissional, além de estar diante da possibilidade de verificar o surgimento de novos conhecimentos. Demo (2001) aponta como um problema complexo o fato de as universidades não se dedicarem à reconstrução do conhecimento, sendo apenas repassadoras. A possibilidade de a extensão ser um *locus* para a aprendizagem e para a aquisição e novos conhecimentos foi citado por alguns entrevistados:

Porque se não a Universidade fica muito distante da comunidade e fica formando pessoas muito longe da realidade, e um dos objetivos do projeto de extensão é esse, essa aproximação, e essa visão: conhecimento da realidade da comunidade, onde a gente vive, das reais necessidades, e isto para todas as áreas. (P2)

[...] não são apenas conhecimentos acadêmicos, aplicados, acho que este é um grande ganho, para a formação dos alunos, acho muito importante essa participação em projetos de extensão. (P6)

[...] principalmente estamos criando profissionais que já conhecem uma realidade diferente. (P9)

O processo inclusivo trouxe várias situações contraditórias no âmbito da Universidade. Se, por um lado, as pessoas com deficiência conquistaram o acesso ao ensino superior tanto pelas suas condições intelectuais quanto por determinação legal, por outro lado, trouxe desafios, pois, além de as instituições estarem arquitetonicamente fora dos padrões de acessibilidade, encontram-se ainda defasadas de equipamentos tecnológicos, dificultando o processo ensino aprendizagem desses alunos. Além desse desafio, encontramos uma comunidade acadêmica despreparada em poder atendê-los. Vários entrevistados apontaram para a falta do conhecimento como um desafio a ser superado:

Nós tivemos um candidato com deficiência concorrendo para ser aluno da pós. Todo mundo pegou no meu pé. Eu não quero este sujeito, eu não vou saber falar com este sujeito. Esse cara dentro da minha sala? Eu não fiz concurso para tratar com gente deste tipo, se você quer, você fica! Como é que você vai falar com ele assim! É uma coisa assim tão triste, assim pra mim. (P8)

Aí eu lhe pergunto, a gente não tem formação para isto, por exemplo, eu não conseguiria desenvolver um projeto, a não ser que eu tivesse alguém no grupo que tivesse esta formação, por exemplo, se eu tivesse que dar aula para um cego, eu não saberia como fazer isso. [...] Nós não temos preparo para isso. Então, assim, muito você usa, eu não tenho preparo. (P10)

Já para outros entrevistados, a possibilidade de ter alunos com deficiência nos projetos e em sala de aula favorece a aquisição de novos conhecimentos, bem como oportuniza a

melhoria na formação profissional. Ao nos depararmos com novas situações nos preparamos para atender as realidades que estão presentes em nosso dia a dia, como apontam:

É uma forma da gente crescer, aprender, preparar futuros profissionais, e estamos conhecendo a realidade de cada um. Este é um ponto onde eu acho que a Universidade é importante por isso, a comunidade é importantíssima por isso e a formação acadêmica é importantíssima por isso. (P2)

Bom, a principal vantagem mesmo não é atender essas pessoas com deficiência, é aprender como atendê-los, e com isso preparar profissionais que a hora em que saírem da Universidade consigam atender estas pessoas com deficiência. (P9)

Compreender como o processo de aquisição do conhecimento acontece nesses projetos é fundamental, para podermos traçar diretrizes que permitam contribuir para a melhoria do ensino e da qualidade de vida dessas pessoas.

A Universidade entendida como uma organização intensiva de conhecimento deverá buscar mecanismos que favoreçam a comunidade acadêmica vislumbrar novos conhecimentos que venham a contribuir para o processo de inclusão social. Este conhecimento deverá se tornar público e disseminado a toda sociedade.

#### **5.4.2 Extensão universitária: um ambiente germinador para novos conhecimentos**

A extensão, como já foi vista, é entendida como uma das ações que a Universidade dispõe para concretizar sua função principal, a de produzir e disseminar o conhecimento, portanto, ela tem que se estruturar organizacionalmente, para que seus serviços possam atender as expectativas dos seus usuários.

Pensar em nível organizacional dentro de uma instituição de ensino é preciso primeiro verificar como os projetos estruturam os conhecimentos e como eles são adquiridos e disseminados.

Schuster e Silva Filho (2005) identificaram como objetivo básico da Gestão do Conhecimento (GC) a criação, compartilhamento e disseminação dos conhecimentos como propósito de enfrentar com as melhores práticas os anseios que o ambiente externo poderá exercer sobre o grupo (organização). Esse objetivo pode ser também evidenciado nos projetos de extensão, onde toda equipe tem que buscar as melhores práticas para oferecer um serviço que venha atender aos anseios da comunidade.

Com relação ao uso da prática da GC nas organizações de ensino, Batista (2006) realizou estudo onde ficou evidenciado que a administração central das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão ainda em estágio inicial quanto ao seu uso. Em comparação com outros órgãos e entidades da esfera administrativa federal, as IFES estão abaixo destas.

Se o trabalho do pesquisador evidenciou o estágio neste setor da Instituição, quem dirá em nível de centros de ensino, departamentos ou programas e projetos extensionistas?

Os serviços oferecidos na extensão estão em constantes mudanças. A cada atividade desenvolvida surgem novas iniciativas, novos conhecimentos. Este processo contínuo de construção e reconstrução do saber foi definido por Nonaka e Takeuchi (1997, 2008) como espiral do conhecimento.

Neste processo, quem está desenvolvendo a atividade está tendo a possibilidade de verificar a aplicabilidade do conhecimento e o surgimento de outros. Toda a equipe também tem esta oportunidade, pois nas situações vivenciadas há uma gama de dados e informações, conceitos sensoriais e imagens sendo emergentes, levando ao observador a obter novo significado da ação, que, ao socializá-lo, poderá se transformar em novo conhecimento, comenta Smith (2003).

Ao se retratar sobre esta espiral do conhecimento nos projetos de extensão, um entrevistado deixa bem claro o quanto é importante este envolvimento com a comunidade. Toda ação executada traz retorno para quem a aplica, seja na sua refutação, ou na sua concretização, ou ainda na descoberta de novos conhecimentos:

É uma troca bem legal, é um círculo, a Universidade oferece o serviço, o acadêmico aprende e a comunidade vem; então, fica sempre aquele círculo, nada existe separado. (P2)

Como já foi comentado em outros parágrafos desta Tese, a extensão tem como um dos objetivos levar à comunidade o que está sendo produzido e disseminado na academia. Nesta lógica, quem está desenvolvendo a atividade tem a possibilidade de vivenciar e aprender na prática como o conhecimento está sendo absorvido pelos usuários desses serviços. A aprendizagem é única e pessoal, permitindo ao executor adquirir conhecimentos que lhe serão úteis para a vida profissional.

Temos percebido, nesses anos junto aos projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência, que os acadêmicos estão aprendendo a se relacionar com este grupo, além de adquirir conhecimentos tácitos, como aponta um entrevistado:

E agora nós temos acadêmicos que não são surdos e que não tinham intimidade com a língua dos sinais, que não tinha a intimidade com a realidade dos surdos, e que estão aprendendo a língua dos sinais até como uma opção de comunicação. (P5)

A preocupação por parte de alguns coordenadores, que trabalham com extensão, está basicamente na ausência da externalização dos conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos quando de sua participação no projeto. A preocupação é maior quando se encontram no final



do curso, porque esse tipo de conhecimento irá acompanhá-los, às vezes não deixando nada registrado do que aprenderam durante semestres de dedicação e estudos.

Os projetos de extensão que são oferecidos anualmente podem passar por algumas dificuldades, quando não têm um repositório dos conhecimentos tácitos adquiridos pelos acadêmicos que estão ou já saíram do projeto.

A todo tempo somos procurados por acadêmicos interessados em participar de nossas atividades. Muitas vezes esses alunos não detêm nenhum conhecimento sobre as atividades que são desenvolvidas no projeto, levando o grupo a buscar saídas para esta situação. Alguns coordenadores disponibilizam textos, vídeos ou outros materiais para consultas, quando os têm, ou simplesmente os envolvem gradativamente nas atividades:

Estamos gravando um vídeo, principalmente com esta preocupação que tu levantou da gestão do conhecimento, agora estamos registrando em vídeo para que os nossos estagiários que chegam eles são convidados a participar desse seminário, e os que vão entrar eventualmente depois, vão assistir o DVD com cada uma das apresentações, das experiências e intervenções dos estagiários. (P1)

No projeto de extensão há uma troca direta, há geração de documentos comuns, ou de artigos comuns ou de publicações e que a gente tem certeza que este documento foi compartilhado, este documento foi gerado com a participação de alunos. (P6)

[...] eles vêem os relatórios dos outros colegas que já passaram, eles vêem tudo que a gente publicou. Então primeiro eles instrumentalizam teoricamente, depois eles ficam ali um mês, dois. Durante este processo mando pesquisar na Internet para achar informações porque isto é tudo muito dinâmico. (P8)

Mas o acadêmico também poderá vir com algum conhecimento adquirido durante seu processo formativo ou simplesmente através de sua história de vida.

Com o processo de inclusão social e de educação inclusiva alguns acadêmicos já puderam vivenciar situações concretas de envolvimento das pessoas com deficiência em vários setores da sociedade. Estas vivências podem ter proporcionado a aquisição de conhecimentos tácitos que, sem dúvida, contribuirão para o desenvolvimento das atividades oferecidas pelo projeto. Muitas vezes esses conhecimento são adquiridos culturalmente.

Choo (2006) já apontava o cultural como sendo uma outra dimensão do conhecimento, além dos já propostos por Nonaka e Takeuchi (1997), tácitos e explícitos. Um entrevistado comenta a presença de familiares com alguma deficiência. O envolvimento pode trazer também grandes contribuições para a academia, pois serão relatos que permitirão a todos conhecer alguns comportamentos, atitudes e habilidades, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das atividades propostas pelo projeto.

Eu tenho, na minha família, cegos, surdos, com Síndrome de Down, mas a gente convive. Essa convivência faz a gente não perceber as peculiaridades, a limitação. Agora, se eu fosse me deparar com essa pessoa em sala de aula, eu não teria

condições de elaborar a aula. Eu fico em dois pólos. Eu posso até querer pensar num projeto de extensão que tenha esta previsão de inclusão, mas eu não tenho formação para isso. (P10)

Neste sentido, identificamos como um dos objetivos deste estudo analisar como esses projetos que desenvolvem serviços junto à comunidade das pessoas com deficiência adquirem esses conhecimentos tácitos e explícitos.

Em Nonaka e Takeuchi (1997) vemos que o conhecimento tácito é o mais precioso dentro de uma organização e também o mais difícil de ser decodificado. Segundo os autores, esse conhecimento é adquirido pelo indivíduo através de sua experiência. Smith (2003), utilizando-se do pensamento de Polanyi, relaciona a dimensão do conhecimento tácito com o fato de que podemos saber mais do que podemos dizer. Talvez por isso este tipo de conhecimento é tão difícil de ser externalizado. Um entrevistado nos coloca bem claro esta dificuldade:

Às vezes pedimos para fazerem um relato de experiência como bolsista ou como estagiário, mas o aluno é difícil de fazer. Muitas vezes dizem coisas lindas, mas não escrevem, é muito fácil falar, mas botar no papel?! (P3)

Os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos através das experiências vivenciadas nos projetos de extensão foram evidenciados por entrevistados. Esses conhecimentos são tácitos por excelência:

Eles vão acabar desenvolvendo competências que o seu curso não poderia desenvolver no âmbito da sala de aula. (P1);

Tu vêes isto no envolvimento do aluno com o projeto, ou como ele responde ao projeto ou como, mais tarde, quando permite ao aluno qualquer coisa. (P5);

O aluno de graduação vai à prática. Ele vai para a comunidade. Ele vai aprender mais do que em sala de aula. (P8);

[...] eu vejo ali na [...] alguns alunos com cegos, o quanto eles estão ganhando com os cegos, as pessoas com dificuldade de locomoção. Eu vi ali também vários alunos assim com problemas motores ou problemas mentais e os alunos atendendo, esses alunos vão se formar com o currículo da [...], mas vão ter uma bagagem muito maior de como saber atender essas pessoas. (P9)

Em uma das entrevistas ficou evidenciado a preocupação de um coordenador em deter os conhecimentos adquiridos através de experiências junto a outros projetos, e que esses, por sua vez, permaneciam apenas na sua memória e ainda não externalizados para serem socializados para outras pessoas, como relatou:

Há dez anos que eu tenho ido para centros de pesquisas, esse conhecimento está aqui arquivado na minha cabeça, se eu morro, ou tenho uma amnésia, ou alguma coisa, morre comigo. Eu adoraria compartilhar isso com todo mundo. (P4)

As experiências, os insight, as informações, entre outros, são considerados por Vieira (2005) como fluidos alimentadores para a aquisição do conhecimento. Por isso a importância de conseguirmos converter todo este saber, para que todos possam ter a possibilidade de conhecê-los.

Ichijo (2008) comenta que este conhecimento tácito adquirido pelos funcionários durante sua vivência na empresa é o mais valorizado na organização. Muitas vezes a sua extração é prejudicada por inúmeras barreiras encontradas tanto a nível individual quanto da própria organização.

Quanto ao conhecimento explícito, Nonaka e Takeuchi (1997) descrevem como sendo aqueles transmitidos por meio de linguagem sistemática e formal. Para esses autores, são de fácil decodificação e transmissão. Esses conhecimentos são também difíceis de serem encontrados no âmbito dos projetos.

A Câmara de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, interessada em registrar as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos que estavam recebendo bolsa de extensão institucional, elaborou um “Caderno de Campo” para esta finalidade. Infelizmente, este instrumento passou a ter um significado muito diferente do que estava previsto na sua concepção. A Câmara tinha a pretensão que este instrumento viesse documentar as ocorrências apresentadas durante o desenrolar das atividades, servindo de referência para futuras consultas.

Com o passar das avaliações, o seu preenchimento foi sendo substituído, principalmente como instrumento regulador e avaliador das atividades desenvolvidas pelos bolsistas, servindo de parâmetro para a renovação ou não da bolsa para o projeto.

A partir do momento que o “Caderno de Campo” passou a exercer esta função avaliativa, muitos professores não trataram mais este instrumento como deveria. Em todo o desenrolar das entrevistas, ele não foi citado por nenhum coordenador dos projetos, mesmo quando alguns informaram que seus alunos apresentam relatórios ao final das atividades.

Alguns coordenadores apontaram nas entrevistas instrumentos utilizados por eles para obterem informações de seus acadêmicos, tais como:

Ao final do semestre nós temos uma reunião ampliada, onde todos participam e apresentam suas experiências, é um dia todo, é um seminário. Inclusive eles apresentam relatos semanais e relatórios semestrais, onde se faz uma reflexão sobre sua intervenção, e apontam desafios e as principais conclusões sobre sua participação. (P1)

O aluno pode fazer o relatório, mas o aluno é sempre convidado a fazer um trabalho mais elaborado. (P2);

[...] esperava que as minhas bolsistas montassem alguma coisa, e aí a gente ia fazendo as adequações para tornar aquilo que foi produzido adequado ao grupo afim. (P10)

Podemos perceber também que há uma preocupação com a externalização do que está sendo construído no âmbito do projeto, principalmente advindo das experiências com as atividades, segundo um entrevistado:

A consequência desses dez anos de projeto foi a elaboração de um método de trabalho específico para o ensino da dança para pessoas com necessidades especiais, no caso, a cegueira. (P4)

A conversão do conhecimento tácito em explícito é uma das estratégias utilizadas pelas organizações para repassar o conhecimento pessoal para os demais integrantes da empresa, afirma Nonaka (2008). Esta conversão também pode ser desenvolvida nos projetos de extensão.

Nonaka e Toyama (2008) elaboraram o modelo SECI (socialização, externalização, combinação e internalização) para a criação do conhecimento, e é sobre este modelo que partiremos para nossas reflexões, tendo como pano de fundo as entrevistas de nossos participantes do projeto.

#### 5.4.2.1 Criação do conhecimento: O modelo SECI

Como já foi apresentado no referencial teórico, e em algumas análises das entrevistas, os projetos de extensão podem ser bons exemplos de aplicação do modelo SECI para a criação do conhecimento. Durante o processo de descrição analítica, foi possível identificar algumas unidades de significado que permitiram fazer esta observação.

No primeiro quadrante deste modelo, encontramos a **socialização**. Nesse, o conhecimento é compartilhado diretamente quando da realização do serviço, ou seja, no seu ato. Neste momento o compartilhar acontece entre as relações individuais. No primeiro quadrante, o conhecimento é puramente tácito.

[...] tem essa troca sim, o aluno mais velho vai ajudar, vai organizar, ele vai orientar o aluno mais novo quando a equipe é maior. (P6)

Todos os projetos, que fizeram parte deste estudo, apresentaram uma característica básica, a presença simultânea dos acadêmicos junto às pessoas com deficiência. Portanto, palco propício para que todos os envolvidos observassem diretamente tudo o que estava sendo desenvolvido na atividade. As atividades são realizadas com dois ou mais membros da equipe. As trocas de informações, as observações, as colaborações são muito comuns nestas

atividades. Alguns entrevistados informaram como ocorrem as socializações do conhecimento no âmbito de seus projetos:

Nós trabalhamos muito nesta perspectiva, criar espaços de diálogo para influenciar os sujeitos, percebendo-se atuantes dentro de determinadas diretrizes e fazê-los repensar quanto essas diretrizes tem a ver com o projeto de inclusão, ou não. (P1)

Eu acho muito rico nos projetos de extensão esse intercâmbio entre o que os usuários fornecem como informação e o que a Universidade tem proposto, essa troca gera novo conhecimento. (P6)

Você quer participar, você vai aprender, você não conhece, vai aprender tudo, mas aqui tem alunos que ficam, então sempre ficam alguns para repassar. Eu sempre tento manter pelo menos um ou dois para repassar o conhecimento. (P8)

Aí eu produzo conhecimento ali, porque na verdade eu não só passo, eu troco, eu tenho que sentir o que a pessoa entende sobre aquilo. (P10)

A troca de informação está muito presente nas falas. O compartilhamento dos conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos que estão há mais tempo no projeto aos mais novos é muito comum verificar-se. Esta constatação, apesar de ser muito comum, pode não acontecer, por isso há necessidade desses conhecimentos tácitos serem externalizados para que todos possam ter acesso a eles.

Compartilhar o conhecimento adquirido através das experiências junto ao projeto é fundamental para que as atividades desenvolvidas possam alcançar o êxito desejado. Ichijo (2008) descreve que o processo de aquisição do conhecimento acontece quando os membros da equipe se reúnem para compartilhar o que sabem.

O fato de algumas atividades apresentarem um alto nível de complexidade, o trabalho de equipe é fundamental, pois através da socialização das experiências, das observações verificadas durante a sua execução poder-se-á ter melhor compreensão do que está sendo oferecido e, por sua vez, ir ao encontro das necessidades dos usuários. As trocas de experiências suscitarão novas idéias, levando esses conhecimentos a sua externalização.

Neste ambiente de grupo, os diálogos são muito presentes. Constantemente os grupos se reúnem para discutir sobre as atividades desenvolvidas e, com essas, planejar as que virão. Nos encontros muitas descobertas são elucidadas. O conhecimento vivenciado na prática é submetido a reflexões. Podemos dizer que neste momento acontece a articulação do conhecimento tácito, como afirmam Nonaka e Toyama (2008). Esta etapa da criação do conhecimento está relacionada com o segundo quadrante do modelo SECI, **externalização**. Entrevistados evidenciam as estratégias que utilizam para haver as trocas de informações nestes ambientes:

Nós temos reuniões sistemáticas, nós nos encontramos semanalmente, sendo que uma semana intercala com a outra com atendimentos individuais e atendimentos coletivos. (P1)

Ele pode se engajar num grupo que está estudando um determinado tema e fazer um trabalho escrito. (P2)

Sim, os alunos sempre participaram. Era sempre assim, primeiro quando eles participaram dos cursos, porque, de uma certa forma, eles estão ali, eles dão opiniões, eles participam, não tem como não participar, é um feedback de todos os lados. (P7)

As experiências socializadas são muito importantes para o processo de aquisição do conhecimento. Um entrevistado descreveu um relato que ocorreu no projeto sobre esta experiência compartilhada. Segundo o entrevistado, num momento de reflexão do grupo, o coordenador aproveitou para discutir sobre o que tinha ocorrido na aula com uma participante com deficiência visual, ela não sabia que podia ensinar aos videntes:

Um dia tinha as alunas da graduação que foram estagiar, e aí eu pedi para uma das alunas dançarinas com cegueira passar a sequência do movimento para uma vidente que tinha acabado de chegar né, e ela falou: eu, professora? Você, sim, você sabe a sequência e ela não sabe. Como vou... Ela não sabe? Ela não enxerga? Aí eu falei: Opa, isto é um ponto legal para a gente discutir, guardei aquilo e deixei pra lá e pedi que dançasse. Na conversa da roda quando a gente terminou, foi interessante, para as duas, aí ela falou: olha, hoje eu aprendi uma coisa legal, porque na minha concepção é que quem enxergava sabia de tudo, então é muito legal, porque é uma troca bacana, e eles ensinam. (P4)

Este acontecimento descrito pelo entrevistado aponta bem a necessidade dos diálogos entre o grupo. Ichijo (2008) comenta que, em algumas situações, as pessoas sentem-se constrangidas quando vão expressar suas experiências, dificultado o processo de criação do conhecimento. Podemos notar, com relação ao que foi informado pela entrevistada, que a dançarina cega, por alguns momentos, teve dúvidas quanto à possibilidade de poder ajudar os outros, achando que somente as acadêmicas é quem detinham o saber, pura ilusão.

Por trabalhar muito tempo com pessoas que apresentam deficiência visual, pude perceber durante esses anos que muitos ficam meio constrangidos em externar seus pensamentos ou demonstrar suas habilidades motoras, achando que as pessoas que não apresentam problemas visuais são as detentoras do conhecimento que está sendo oferecido, esquecendo de toda sua vivência corporal. Assim que esta relação de dúvida, de insegurança se minimiza e as relações se tornem mais participativas, eles começam a se expressar de maneira diferente.

Esta situação não é específica somente da pessoa que apresenta cegueira, mas em todas as pessoas que não encontram um ambiente facilitador para os diálogos, para que as trocas de informações aconteçam.

Preparar o ambiente de modo que ele possa favorecer as trocas de informação são importantes para a organização, já apontava Ichijo (2008). O coordenador do projeto deverá ficar atento às dificuldades que poderão comprometer o relacionamento entre os membros da equipe. Corroborando com o pensamento de Alonso (2005, p. 102), “[...]só existe espaço para o trabalho coletivo quando o ambiente é democrático e as pessoas não se sentem pressionadas ou ameaçadas ao expor as suas idéias”.

O conhecimento está presente em todas as pessoas. Todos, de uma forma ou outra detêm algum saber que, em determinada situação, poderão contribuir para o grupo. Levy (1995, p.100) deixa claro isto, quando afirma: “Ninguém possui a mesma história, ninguém sabe as mesmas coisas”. Cada um tem experiências diferentes, e portanto, pontos de vista diferentes e, portanto, conhecimentos diferentes.

As reuniões da equipe executora do projeto deverão ser capacitadoras para a criação de novos conhecimentos. Os responsáveis por esses encontros deverão ter domínio sobre o que vai ser discutido, não devendo ser controlador, mas, sim, promotor para as novas descobertas, como afirmam Von Krogh, Ichijo e Nonaka (2001). Esses autores informam ainda que nessas reuniões o coordenador deverá gerenciar as conversas, a fim de que nelas o conhecimento discutido possa ser confirmado ou suscitar outros.

Nesta fase onde as apresentações dos relatórios, documentos e filmagens são disponibilizadas e discutidas em grupo, ocorre o terceiro quadrante da criação de conhecimento, a **Combinação**. Neste quadrante, afirmam Nonaka e Toyama (2008, p.97), “O conhecimento tácito é tornado explícito, para que possa ser compartilhado com outros e se torne a base de um novo conhecimento, como os conceitos, imagens e documentos escritos.

Ficou evidenciado nesta pesquisa que os relatórios dos acadêmicos estão sendo utilizados, por alguns projetos, como materiais para discussão em grupo e fonte de consulta para os novos integrantes do projeto, como apontam alguns entrevistados:

Eles apresentam relatos semanais e relatórios semestrais, onde se faz uma reflexão sobre sua intervenção, e apontam desafios e as principais conclusões sobre sua participação. (P1)

[...] tem o registro de todas as aulas, tem tudo sistematizado, qual é o tema que é trabalhado nas aulas, isso é documento, está tudo documentado e arquivado. (P4)

[...] quando é o caso da extensão, os novos acadêmicos vão ler os relatórios elaborados pelos outros acadêmicos que já passaram pelo projeto. (P8)

Os registros das atividades que estão sendo desenvolvidas pelos acadêmicos precisam ser documentados. O processo além de oferecer material para reflexões, permite ao acadêmico exercitar a externalização do que está sendo desenvolvendo por ele no projeto.

Como já foi comentado, esse processo não é fácil, pois muitas vezes temos dificuldade de escrever o que estamos desenvolvendo, ou o que temos de conhecimento tácito. Por isso, o responsável por esta atividade deverá oferecer recursos e material bibliográfico para que o aluno possa exercer esta externalização.

A utilização da Internet é um dos recursos que está sendo disponibilizado para viabilizar este processo. Neste recurso tecnológico, as informações são repassadas aos demais membros da equipe, simultaneamente e num ambiente em que o escritor possa se sentir mais tranquilo, seguro, sem a intervenção pessoal dos demais membros da equipe. Este recurso tecnológico é citado por Almeida (2005, p. 119), como: “Os ambientes virtuais de aprendizagem permitem aos participantes fornecer informações, trocar experiências, discutir problemáticas e temas de interesses comuns, desenvolver atividades colaborativas para compreender seus problemas e buscar alternativas de solução”. O recurso tecnológico é evidenciado por alguns entrevistados:

Hoje a Internet, a web é a grande geradora do conhecimento. (P3)

Nos trabalhamos bastante com e-mail, tem alguns projetos que tem grupo, então tudo que um escreve todos leem, eu sou a que menos leio, eu acho, mas eles trabalham bastante assim. (P6)

Então primeiro eles instrumentalizam teoricamente, então eles ficam ali um mês dois, mando pesquisar na Internet para achar mais, para agregar o que acresceu, porque isto é tudo muito dinâmico, vê se tu encontra alguma coisa que a gente não viu. (P8)

Ter um banco de dados contendo registros textuais das atividades desenvolvidas, relatórios dos acadêmicos, produção científica, imagens e vídeos, proporciona à equipe a sistematização do que está sendo produzido em termos de conhecimento. O material é fundamental para que a equipe possa explicitar os conhecimentos tácitos.

Dois entrevistados informaram sobre a necessidade do projeto ter organizado sua produção acadêmica. Através desta organização, é possível ter acesso com rapidez e eficiência aos documentos solicitados.

Estes estudos que a gente desenvolve precisam ser organizados num banco de dados. A gente precisa de uma boa estrutura. Eu tenho uma preocupação com os acadêmicos que trabalham como voluntários. É preciso que eles saibam como captar, como filmar, como transcrever uma fita, como assistir, o que assistir, o que ver naquela fita, como catalogar, como fazer a capa, como organizar e sistematizar os dados. Tudo isto tem que ser fácil de ser encontrado. Então nós temos tudo bem organizado assim. Toda esta parte do banco de dados é muito bem organizada. (P2)

Tem muita produção. Tem livros publicados, e o próprio vídeo dança, tem as dissertações, tem uma disciplina que chama [...], tem vários alunos que fazem pesquisa e prática pedagógica, tem vários alunos que não são do projeto que vêm fazer, então isto a gente tem tudo arquivado, tem muito material, a gente faz registro de todas as aulas. (P3)



Nos depoimentos dos dois entrevistados podemos perceber que seus projetos oportunizam a conversão do conhecimento tácito em explícito, pois muitos dos registros que fazem parte de seus bancos de dados, são produzidos pelo grupo. Há uma preocupação de ambos em oportunizar esses conhecimentos à comunidade acadêmica, principalmente aos alunos das disciplinas que estão ministrando.

O coordenador (P2) instrumentaliza os acadêmicos de suas disciplinas a realizar todo o processo de captação e sistematização das atividades. Após esta sistematização, esses acadêmicos apresentam seus trabalhos em sala de aula e elaboram as atividades a serem desenvolvidas por eles no próprio projeto. Após a aplicação, retornarão à sala de aula e novamente discutirão suas experiências. Deste trabalho, os acadêmicos elaborarão um relatório ou um artigo para ser apresentado em sala de aula ou em congressos na área. O processo de captação, sistematização, editoração e reaplicação do conhecimento fazem parte do quarto quadrante, **Interiorização**.

Nesse quarto quadrante, o conhecimento já explicitado passa a ser incorporado pelo acadêmico, que, ao retornar ao projeto, aplica o novo conhecimento, que, por sua vez, irá novamente ser submetido a outras reflexões, realimentando a espiral do conhecimento descrito por Nonaka e Takeuchi (1997, 2008). Um entrevistado aponta todo esse processo de aquisição do conhecimento:

A gente aborda a deficiência física, causas da deficiência física, nós pegamos as crianças do projeto, estudamos a criança junto com o conteúdo. Por exemplo, o que essas crianças têm? Paralisia cerebral, mielomeningocele, lesão medular, qual foi a causa e aí a gente vai estudando todo o conteúdo teórico, exemplificando com as crianças, a gente trabalha quarenta e cinco dias com o conteúdo teórico, estudando as crianças que vão frequentar o programa, e depois a gente vê quais as atividades que aquelas crianças conseguem realizar, e aí a gente bola as atividades, as atividades devido às idades das crianças são atividades desenvolvimentistas, trabalhando sem fragmentação, vão trabalhar a criança como um todo, então todas as atividades vão corresponder às necessidades daquele grupo, daquelas crianças, (P2)

Podemos perceber também por parte de outro entrevistado o envolvimento de todo processo de conversão do conhecimento, onde os alunos aplicam seus conhecimentos, registram o que foi desenvolvido, discutem individualmente com o coordenador ou em grupo, e, novamente, vão a campo aplicar os novos conhecimentos adquiridos neste processo.

Nós avaliamos qual o alcance real que chegamos a eles, e assim semanalmente, e aí tem relatos de cada situação de cada estagiário, nos quais a gente discute muito a experiência de cada um, e como aprimorar esta experiência à luz dos objetivos do projeto. (P1)

Durante a transcrição das entrevistas, pudemos encontrar em alguns projetos de extensão, unidades de significados que apontaram para a explicitação dos conhecimentos. Essas unidades de significado estavam contidas nas subcategorias: artigos e livros. Na academia, é muito comum o docente estimular seus alunos a produzirem documentos científicos. Essa produção acadêmica não é específica da pesquisa, também é evidenciada na extensão. Um entrevistado informou que, mesmo o seu projeto sendo recente, já tem estimulado seus alunos a elaborarem esse tipo de documento científico:

Algumas experiências bem ou mal sucedidas têm sido revertidas em artigos que vão para publicação em uma revista da área da educação especial ou inclusão, para ser divulgada à comunidade científica. (P1)

Na comunidade acadêmica, poucos são os relatos ou produção científica que abordam experiências na educação inclusiva. Esses conhecimentos são fundamentais para que todas as pessoas envolvidas no processo inclusivo tenham conhecimento do que está sendo desenvolvido na academia. Despertar nos acadêmicos o interesse em registrar seus conhecimentos é garantir que os mesmos possam ser transmitidos a outras pessoas que estejam em igual situação e, através desses, poderão construir seu próprio conhecimento.

Para alguns docentes a produção acadêmica faz parte de seu compromisso enquanto profissional da educação do ensino superior. Não basta dar aulas, como já afirmou Demo (2001), temos que despertar nos acadêmicos o interesse em envolverem-se nas atividades extensionistas e, por sua vez, na publicação do que encontraram nestes serviços.

Estamos nos organizando para novamente mantermos as publicações anuais em uma revista de bom conceito, pelo menos um artigo por ano. A gente consegue muito mais do que isto, mas a meta é pelo menos um artigo por ano, onde todas as pessoas que trabalham aqui, onde todos os bolsistas estejam envolvidos. (P2)

A editoração de livros, manuais, são também outras formas encontradas pelos entrevistados para fazerem a externalização dos conhecimentos adquiridos nos seus projetos. Essa produção possibilita que várias pessoas possam ter acesso ao que a Universidade está produzindo em termos de conhecimento.

A gente tem um livro que foi editado, que é resultado de um projeto de extensão de um ano, que é um livro que esgotou, foi distribuído em todo o Estado, então eu procuro fazer isto, sempre que possível vincular a produção de um livro. (P6)

O livro que estou produzindo é de graça, financiado pelo CNPQ, com nossas experiências com os deficientes nos projetos de extensão. (P8)

A extensão tem esse papel de disseminador da produção acadêmica na sociedade, seja ela desenvolvida em forma de projetos, programas, publicação ou cursos.

Pensar em projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência, é pensar em uma equipe concisa e multidisciplinar, é o que pretendemos analisar agora.

#### **5.4.3 Extensão: uma ação acadêmica catalisadora da formação de grupos de interesses**

Conforme já foi comentado, a extensão é uma ação acadêmica onde a comunidade universitária tem a possibilidade de aplicar diretamente seus estudos junto à sociedade. Ficou evidenciado nas falas dos entrevistados que seus projetos apresentam, em sua maioria, uma equipe constituída por professores, acadêmicos e pós-graduandos.

Outra constatação foi quanto às áreas de formação dos envolvidos nos projetos. O trabalho direcionado às pessoas com deficiência despertam interesse em vários entusiastas pela causa da inclusão social e da educação inclusiva. Sendo assim, os estudos desenvolvidos nesta área do conhecimento necessitam de uma intervenção inter e multidisciplinar.

Estruturar e gerenciar tais projetos não é uma tarefa muito fácil, pois o nível de dificuldades e a dinamicidade que o meio exerce sobre eles podem caracterizá-los como sistemas adaptativos complexos. Portanto, identificá-los enquanto grupos, núcleos, comunidades são fundamentais, para que os mesmos possam exercer seus papéis enquanto membros de uma instituição de ensino superior.

A participação de uma equipe inter e multidisciplinar nas atividades a serem desenvolvidas para às pessoas com deficiência é importante para a qualidade do serviço a ser oferecido.

Eu acho que parte daí, tem que ter grupo, tem que ter equipe, é obrigado a ter. Para mim é a única forma de trabalhar, sabia? Trabalhar integrado, colaborativamente. Trabalhar dentro de projetos de extensão com pessoas com deficiências, tem que ser integrado, porque é incrível como a história, a saúde, a educação, a engenharia tem que estar presente. Não tem como trabalhar com eles de outra forma, a não ser integrado. (P3)

Na fala do entrevistado percebe-se a importância que dá ao trabalho integrado quando o serviço a ser oferecido é para as pessoas com deficiência. Entendemos que qualquer atividade dentro de uma instituição de ensino requer esse tipo de ação conjunta, inter e multidisciplinarmente falando. Não é prerrogativa de uma ou outra atividade esta ação conjunta, mas não podemos negar que, ao se trabalhar com grupos de pessoas com necessidades especiais, e dentro de uma instituição de ensino, precisamos de uma participação mais efetiva de várias áreas do conhecimento.

Esta participação se faz necessária porque os alunos em formação precisam ter uma visão mais holística sobre as questões relacionadas à deficiência. Direcionar os estudos apenas

a uma área do conhecimento é reduzir a possibilidade de entender a diversidade humana, adquirir novos saberes, novas intervenções, de entender até onde, e de que maneira podemos interferir no processo inclusivo. Alonso (2005, p.100) comenta sobre este trabalho colaborativo na educação: “O trabalho coletivo é uma meta a ser perseguida pelos dirigentes escolares, uma vez que a tarefa de educar, mais que qualquer outra, é construída por uma ação conjunta dos vários personagens que atuam nesse processo”.

Outro entrevistado ressalta também a importância da interdisciplinaridade nesses projetos:

[...] na área dos projetos com pessoas com deficiência, acho que é essencialmente interdisciplinar. A gente tem que ler bastante, [...] muitos de meus alunos recebem orientação de professores da área da educação especial. Na reabilitação motora, eles recebem orientações da Educação Física e da Medicina. Então a gente tem este intercâmbio, que ele se dá informalmente. A gente conversa com várias pessoas. Esses projetos são essencialmente interdisciplinares. (P6)

Esta intenção descrita pelo entrevistado em aconselhar seus acadêmicos a procurarem outros profissionais para obterem mais informações sobre como desenvolver as atividades junto às pessoas com deficiência, pode ser uma boa prática gerencial para a sociedade do conhecimento. Vieira (2005, p. 133) faz menção, porém, de práticas adotadas pelos educadores, que dificultam a interdisciplinaridade. Segundo o autor, como os professores “[...] são contratados pra ministrar aulas de conteúdos específicos e predeterminados, assumem que detêm todo o conhecimento necessário para o seu trabalho”. Esta postura profissional não contribui para o desenvolvimento da equipe, pois as trocas de conhecimento podem ficar prejudicadas pela arrogância daqueles que conhecem uma parte do sistema e se acham conhecedores do todo, só porque estão inclusos nele.

O professor tem que dominar o conteúdo de que vai ensinar, mas o processo ensino-aprendizagem depende de inúmeras variáveis que estão muito além dos conteúdos dominados por ele. Infelizmente, ainda encontramos muitos professores na academia desenvolvendo seus projetos isoladamente, constatando esta realidade descrita por Vieira. Um entrevistado comenta sobre o assunto:

Uma das dificuldades que eu acho de juntar, de fazer uma ligação entre os programas é como eles têm uma especificidade bem ligada a sua disciplina aos quais estão vinculadas, isso trava um pouco, não é? Mas não impede. (P2)

Quando há um trabalho interdisciplinar, o que se percebe é que os participantes apenas dominam os conteúdos de sua especificidade. Há todo um respeito para com os conhecimentos dos integrantes da equipe.

Nos serviços extensionistas existe grande possibilidade de articulação entre as várias áreas do conhecimento em torno do mesmo projeto, afirma Santos et.al. (2005). Isto pode ser verificado nos projetos que fizeram parte deste estudo.

A intenção em aproximar os vários projetos que trabalham nesta área ficou evidenciada em algumas entrevistas:

Como estou quase todo dia em contato com [...] estou muito junto com [...] nesse esforço de agregar pessoas para juntar um grupo para formar um Núcleo de acessibilidade na UFSC. (P1)

Ter um espaço é fundamental para que as coisas aconteçam. Em algum momento tem que ter um espaço comum, que aí no caso seria um Núcleo. As pessoas teriam que ter sempre em algum momento um espaço em comum, se não as coisas não funcionam. (P7)

Este interesse em formar um núcleo de acessibilidade onde às diversas ações desenvolvidas estejam integradas é muito recente. Essa idéia ficou mais fortalecida por conta de duas situações muito interligadas. A primeira, ligada à elaboração de projetos visando atender aos editais governamentais. Esses editais tinham como objetivo apoiar as ações voltadas à inclusão social e à educação inclusiva dentro da Universidade. A elaboração desses projetos oportunizou a aproximação de vários serviços oferecidos às pessoas com deficiência. Desses encontros suscitou a segunda situação, o interesse em aproximar os grupos afins para que os mesmos pudessem ter mais força política dentro da instituição e uma ação mais integrada. Assim ficou evidenciado a importância das parcerias, dos compartilhamentos, da inter e multidisciplinaridade entre os projetos, com vista a produzir um documento conciso, técnico e politicamente correto. Foi possível notar também que os interesses individuais estão sendo substituídos pelos institucionais.

Os projetos de extensão, tanto em sua singularidade quanto participante de um projeto institucional, Núcleo, podem ser considerados verdadeiras comunidades de prática. Em Wenger (2006), encontramos uma aproximação destas comunidades com os projetos de extensão, pois nos mesmos há encontros regulares, reuniões para discutir e aprender os mesmos interesses. Muitas vezes estas reuniões são para planejamento e propor estratégias para solucionar eventuais problemas percebidos durante a execução do serviço, além de compartilhar os conhecimentos já adquiridos.

Nickols (2003) descreve comunidade de prática como um grupo de pessoas formado dentro das organizações propensas a compartilhar seus conhecimentos, e aprender através desse envolvimento, assuntos relacionados ao ambiente de trabalho. Para Batista (2006,

p.17), “Comunidades de prática ou comunidades de conhecimento: são grupos informais e interdisciplinares de pessoas unidas em torno de um interesse comum.”

A identificação dos projetos de extensão com as comunidades de prática pode ser evidenciado por um entrevistado:

Nós nos reunimos também para discutir as nossas dificuldades com relação ao projeto. Eu não entendo o que ele está falando (pessoa com deficiência), eu não entendo [...], eu não entendia a disciplina, eu estou tendo dificuldade de relacionamento, e aqui gente faz toda essa discussão. (P5)

A comunidade de prática, segundo Wenger (2006), apresenta três características que a distinguem de outras comunidades, são elas: domínio, comunidade e prática.

Com relação ao **domínio**, vemos claramente que todos têm o mesmo interesse em compartilhar seus conhecimentos para resolver o problema. Há a presença de uma equipe constituída por várias pessoas de áreas e formações diferentes, todos interessados em aprender e compartilhar o que conhecem. Podemos perceber esta característica na fala de um entrevistado:

Nós temos reuniões sistemáticas. Nós nos encontramos semanalmente, sendo que uma semana intercala com a outra com atendimentos individuais e atendimentos coletivos. Principalmente nas reuniões coletivas é que nós avaliamos o projeto. Temos um registro escrito do projeto e constantemente revemos os objetivos que estão lá registrados, avaliamos qual o alcance real que chegamos a eles, e assim semanalmente, e aí tem relatos de cada situação de cada estagiário. Nós discutimos a experiência de cada um, e como aprimorar esta experiência à luz dos objetivos do projeto. (P1)

Com relação à **comunidade**, todos desenvolvem atividades no mesmo projeto, executando-o, e aprendo com as experiências dos colegas. Nessa característica, Groppe e Tavares (2006, p. 98) afirmam que a “comunidade emerge das relações requeridas pela ação conjunta, reiteradamente repetida pelo ato de produzir”.

Já na característica **prática**, os participantes dos projetos, ao atuarem diretamente com a população com deficiência, desenvolvem um repertório comum de experiências, histórias, desafios e pequenos problemas, que, ao retornarem ao grupo de discussão, são compartilhados, com objetivo de discuti-las e buscarem as melhores práticas para solucionar problemas detectados. Essa característica pode ser evidenciada por um entrevistado:

Eu gosto desse ambiente onde nós nos reunimos, laboratório. Nele a gente discute os temas, as idéias, as trocas de experiências. Nós passamos basicamente um ano discutindo. A aula é dividida em momentos para conversa, preparação corporal, o movimento, a localização no espaço. A gente trabalha essas noções de movimento do corpo. No transcorrer da aula deixamos um momento para o processo criativo. A aula tem muito do processo de descrição do movimento, o que estou fazendo, que movimento é esse. (P4)

Nesta fala podemos perceber que, em seu projeto, há uma interação constante entre o pensar e o fazer pedagógico. Todos estão envolvidos na atividade, da criação à execução do movimento. Esta característica de ação conjunta em torno de uma mesma situação, é um bom exemplo da relação deste projeto de extensão com esta característica da comunidade de prática apontada por Wenger (2006).

Gropp e Tavares (2006) comentam que a comunidade de prática acontece realmente nos microcontatos frequentes da equipe executora. Desses encontros diários, acontecem as trocas de informações, o insight, as possibilidades de melhorar as atividades a serem desenvolvidas nos projetos.

As ações desenvolvidas junto às pessoas com deficiência no âmbito desses projetos exigem de toda a equipe executora um trabalho colaborativo e participativo. Muitos dos materiais e equipamentos pedagógicos utilizados nas atividades precisam ser adaptados de outros encontrados no mercado.

Esta situação, juntamente com as metodologias diferenciadas para atender cada tipo de deficiência, as comunicações alternativas, o ambiente onde as atividades irão ocorrer, precisam necessariamente dispor de uma equipe de acadêmicos e profissionais comprometidos em oferecer um serviço de qualidade a essas pessoas.

Pela complexidade em que as atividades desenvolvidas foram apontadas pelos entrevistados, podemos compará-los, segundo Axelrod e Cohen (2000), sistemas adaptativos complexos.

Com relação à equipe participante, no qual os autores chamam de agentes, podemos perceber que os projetos apresentam vários profissionais envolvidos, como ficou evidenciado por um entrevistado:

Eu trabalho com uma equipe aproximada de vinte pessoas: quatro profissionais formados e mais alunos do jornalismo, alunos das ciências sociais, alunos de letras, alunos de mestrado e doutorado da educação. (P5)

Além desse envolvimento multidisciplinar, outro aspecto a ser considerado também é para a constituição do grupo, pois nele encontramos profissionais, acadêmicos e pós-graduandos. Segundo Axelrod e Cohen (2000), nos sistemas adaptativos complexos, essa equipe recebe a denominação de agentes, onde cada integrante tem a responsabilidade por determinada tarefa. A falta de um membro da equipe pode comprometer todo o grupo. A atividade pela qual esse membro tem a responsabilidade pode ser substituída por qualquer integrante da equipe, mas estará atrelada ao conhecimento e à experiência de quem a conduzirá.

Essa evidência é comum na extensão, pois na realização das atividades há uma imprevisibilidade quanto à presença ou não dos integrantes: quem estará desenvolvendo a atividade, se está ou não preparado para tal. As comunidades de prática são espaços favoráveis ao diálogo, as trocas de informações e conhecimentos, fundamentais para que todos os integrantes da equipe possam estar conhecendo todo o desenvolvimento do projeto.

A relação interpessoal encontrada nos projetos de extensão e, por sua vez, nas instituições de ensino superior, é evidenciada como complexa por Botomé (1996, p.35) “[...] uma instituição concebida como uma rede de relações entre comportamentos é, neste contexto conceitual, um sistema de relações entre relações, o que torna ainda mais complexa a instituição e mais difícil o seu conhecimento e a sua administração”. Criar um ambiente onde seja possível dialogar, trocar informações e conhecimentos poderá ser uma estratégia a ser utilizada pela equipe gestora, para que essas divergências conceituais possam ser convergidas em prol do crescimento pessoal e o sucesso do projeto.

Outra evidência encontrada nos serviços prestados pela extensão, que poderíamos classificá-los como sistemas adaptativos complexos, é quanto à estruturação das atividades. Cada coordenador, ao propor seu projeto, tem que verificar algumas condições que são básicas para o seu funcionamento, tais como: disponibilidade dos acadêmicos em estarem nos horários previstos para serem desenvolvidas as atividades; a presença dos usuários nesses horários; a disponibilidade do uso dos espaços físicos; os materiais e equipamentos a serem utilizados; as várias características apresentadas pelos usuários desse serviço, entre outras mais, são fatores que precisam ser bem gestados, para garantir o sucesso, a qualidade, a segurança, o reconhecimento e, a necessidade da atividade. O coordenador de um projeto apontou bem esta relação:

[...] as turmas são diferentes em faixa etária e em tempo de permanência no [...]. Eu tenho turmas antigas e novas. Os antigos têm bem mais idade e sabem toda a atividade, e tem muita facilidade de receber as atividades e desenvolvê-las, e as crianças pequenas estão aprendendo. Como a faixa etária está de um até nove anos, então é um leque bem grande assim de atividades. (P2)

Conforme podemos perceber na fala do entrevistado, há uma variedade de situações que precisam ser organizadas, para que os objetivos do projeto possam ser atingidos. Trabalhar com o fator idade dos participantes nos obriga a constantemente repensar o que desenvolver no grupo, o que seria mais adequado para cada faixa etária, principalmente se o grupo, ao qual a atividade está sendo oferecida, é para crianças que apresentam algumas deficiências físicas, mentais ou sensoriais.



Outro fator a ser observado pelo grupo são as experiências vividas pelos usuários. Conforme podemos observar, existem dois tipos de participantes, uns mais velhos e outros mais novos, portanto, com níveis de aprendizagem diferentes, exigindo do grupo executor uma atenção especial. Quais seriam as atividades mais recomendadas para cada nível? Como desenvolvê-las? Quais seriam os artefatos (equipamentos, materiais, locais) a serem disponibilizados para o desenvolvimento das mesmas? Essas e outras situações que também são, em sua essência, imprevisíveis pela sua dinamicidade e especificidade, exigem do grupo uma atenção especial.

Ter à disposição do grupo as publicações, os registros das atividades desenvolvidas, textos, livros, filmagens, além de serem fundamentais para a aquisição do conhecimento, podem servir também como fonte bibliográfica a ser utilizada para preparação das novas atividades, bem como servir de consulta para outros projetos que precisarem desses conhecimentos.

Para tanto, vamos abordar, no item a seguir, como são disseminados os conhecimentos produzidos no âmbito dos projetos, e o que os membros da administração central da UFSC pensam sobre o tema.

#### **5.4.4 Disseminação dos conhecimentos produzidos no âmbito dos projetos**

As instituições de ensino superior, de acordo com Botomé (2002, p. 84), têm dois objetivos básicos: “produzir conhecimento e tornar o conhecimento acessível à sociedade”. Vimos nos outros capítulos a importância que a conversão do conhecimento tácito em explícito tem para os projetos de extensão. Esses conhecimentos são fundamentais para que todos os envolvidos no projeto possam ter acesso aos conhecimentos adquiridos pelos colegas que os antecederam, bem como aos que estão ainda no projeto e, também, para que outras pessoas que desenvolvem ações nesta área, dentro ou fora da instituição, possam utilizá-los como referência. A socialização desses conhecimentos é fundamental para o processo inclusivo.

Quando falamos em disseminação do conhecimento, não estamos apenas relacionando-o aos que foram submetidos às conversões, mas a toda produção acadêmica desenvolvida.

A disseminação do conhecimento foi uma das categorias suscitada durante o processo de descrição analítica, principalmente pela sua relevância na gestão do conhecimento. Durante este processo, identificamos nove subcategorias que poderiam estar diretamente relacionadas

a ela: artigo, livro, revista, curso, eventos científicos, relatórios, DVD, visibilidade ao conhecimento produzido e benefícios. Apesar de encontrarmos, nas entrevistas, a identificação do uso da Internet como ferramenta facilitadora do processo de aquisição e disseminação do conhecimento, entendemos que ela não deveria estar presente como uma subcategoria, mas, sim, como uma categoria maior, dada a sua importância neste processo de gestão do conhecimento. Sua análise estará ao final deste subcapítulo.

Para melhor identificação das nove (09) subcategorias encontradas, as dividimos em quatro (04) estágios, conforme a figura 20.



Figura 20 - Categoria Disseminação do Conhecimento

A escolha em distribuir as subcategorias numa pirâmide teve como objetivo identificar o caminho e a sua relevância no processo de disseminação dos conhecimentos produzidos nos diversos projetos de extensão, relacionados às pessoas com deficiência, na UFSC.

No primeiro nível, base da pirâmide, encontram-se as produções que são desenvolvidas pelo grupo, conforme o que foi relatado nas entrevistas: artigos, revistas, livros, DVD, relatórios. No segundo nível estão localizadas as subcategorias, cursos e eventos, representadas na pirâmide pela comunicação oral.

A comunidade acadêmica tem aproveitado as comunicações orais para apresentar e descrever seus projetos, detalhar os procedimentos metodológicos utilizados na aquisição dos novos conhecimentos e seus principais resultados. Com esta forma de apresentação, alguns

trabalhos, além de serem disseminados diretamente aos participantes, seus artigos são publicados nas revistas (anais) do evento.

Através dessas duas formas de disseminação, o projeto adquire mais visibilidade, tanto na comunidade científica quanto na sociedade como um todo. A etapa pode estar representada no terceiro nível da pirâmide. Com esta, poderá servir de modelo ou de consulta para outros profissionais interessados nas referidas atividades.

Como um dos objetivos da Universidade é disseminar o conhecimento à sociedade, entendemos que esses deverão trazer benefícios (ápice da pirâmide) quando de sua aplicação. Uma Universidade pública tem o compromisso de produzir conhecimentos, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas na sociedade. Isto só será possível se esses conhecimentos forem realmente repassados à comunidade, e se os mesmos puderem ser exequíveis. Nisso a extensão tem muito a contribuir, pois a sua produção acadêmica está vinculada diretamente à comunidade, portanto, conhecedora de suas necessidades.

Ao observar a figura 20, percebe-se que todos os quatro estágios estão interligados, tal como os sistemas abertos. Todas as fases de disseminação do conhecimento recebem influência do meio e, portanto, influenciam e podem também ser influenciados. Ao apresentar um artigo, o projeto está disponibilizando os conhecimentos adquiridos a outras comunidades, que, ao usufruírem desses novos conhecimentos, poderão ser beneficiados, ou não, por eles. A ação é contínua, pois poderá retornar ao projeto criador do conhecimento, para ser remodelado.

A relação pode ser comparada à espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (2008), pois o conhecimento produzido nestes projetos certamente sofrerá modificações ao ser disseminado nas comunidades interna e externa. Nada é completo e finito, pois eles são desenvolvidos e/ou direcionados aos seres humanos e, portanto, imprevisíveis por natureza.

Quando estamos falando de disseminar o conhecimento, entendemos que este não se restringe apenas à comunidade externa. Muitos conhecimentos produzidos no âmbito dos projetos servirão para que os novos integrantes tenham conhecimento de todo trabalho desenvolvido pela equipe que o compõe.

Ao analisar o processo de aquisição do conhecimento, vimos o quanto se faz necessário que toda a equipe possa ter a sua disposição esses conhecimentos, que poderão servir de base para a conversão do conhecimento, conforme o modelo SECI de Nonaka e Toyama (2008).

A Câmara de Extensão da UFSC, com objetivo de estimular a produção acadêmica dos alunos que receberam bolsa de auxílio à extensão, vinculou a entrega de um relatório no final

do projeto como requisito parcial à renovação da bolsa. Infelizmente, o que se notou foi que alguns acadêmicos, ao produzirem tais relatórios, colocaram apenas as informações que já continham nos projetos de extensão, não informando sobre as atividades que desenvolveram, resultados obtidos, problemas evidenciados, sugestões, entre outros assuntos. Mediante tal constatação, a Câmara elaborou outro instrumento que poderia substituir o relatório, auxiliando os alunos bolsistas a construírem a sua produção no projeto, semanalmente, “Caderno de Campo”.

Esse caderno poderia ser um bom modelo de registro da produção do conhecimento, pois a cada atividade planejada, o acadêmico teria que fazer o seu registro, a sua aplicação e descrever os resultados alcançados. O que se percebeu, mais uma vez, com o preenchimento, foi que estava mais relacionado ao cumprimento do edital de concessão de bolsa ou a sua renovação, do que ao próprio registro do acadêmico.

Durante as entrevistas não foi identificada, nenhuma informação, comentários sobre o uso do “Caderno de Campo” como instrumento facilitador para a externalização do conhecimento do acadêmico, bem como nenhuma referência como fonte bibliográfica a ser utilizada pelos demais membros da equipe. Esta observação encontrada nos projetos nos leva a identificar que a sua utilização, até o momento, é mais para cumprir uma mera formalidade administrativa do que um instrumento a serviço da conversão do conhecimento.

Evidenciado pela Câmara de Extensão que o relatório do acadêmico não estava mais cumprindo seu objetivo, substituiu-o pela entrega de um artigo sobre assuntos pertinentes ao projeto de extensão. Esta nova medida trouxe motivação ao grupo, porque passou a ser um documento elaborado coletivamente e com possibilidade de publicação, porém, no âmbito de alguns projetos, os relatórios continuaram a ser solicitados, como informam dois entrevistados:

Eles apresentam relatos semanais e relatórios semestrais, onde se faz uma reflexão sobre sua intervenção, e apontam desafios, e as principais conclusões sobre sua participação. (P1)

Na minha área basicamente o resultado é o projeto arquitetônico, mas, como sempre, eles são projetos de pesquisa e extensão, tem sempre uma parte que a gente faz no final, seja o relatório, seja a preparação das apresentações. (P6)

A entrega desses relatórios está muito vinculada ao que os acadêmicos desenvolveram durante um determinado período. Apesar de identificá-lo como uma fonte riquíssima de conhecimento, não foi possível fazer uma relação como material a ser disponibilizado para futuras consultas.

As descobertas, os desafios, a identificação das melhores práticas a serem tomadas para resoluções de problemas devem ser documentadas e postas à disposição de todos os

integrantes do projeto. O entrevistado “P6” apontou que, além da elaboração do relatório, há outras formas com que os conhecimentos adquiridos possam ser disseminados à comunidade interna e externa: projetos, apresentações.

Apesar de estar implícito que toda construção de um documento, relatório, será analisado pelo coordenador ou equipe executora, há evidências de que a sua elaboração em equipe não foi muito comentada. A construção de um documento elaborado em grupo tem muito a ver com o processo de gestão do conhecimento, mas, durante as entrevistas, ninguém o citou como sendo fonte para novas consultas, apenas como um documento registrando a atividade desenvolvida.

A definição de conhecimento, segundo Davenport e Prusak (2003, p. 6), é uma “[...] mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores”. Portanto, se o relatório for elaborado dentro desta definição de conhecimento proposto pelos autores, poderá, com certeza, se tornar uma boa fonte de consulta a toda equipe e aos interessados, pois nele estará contida parte do conhecimento adquirido na sua trajetória acadêmica.

Como o relatório não estava mais atingindo seu objetivo, a Câmara de Extensão da UFSC o substituiu pela entrega de um artigo, como já comentamos. Tal medida veio incentivar a comunidade acadêmica a produzir um documento que poderia ser disponibilizado à comunidade científica na forma de apresentação de trabalhos ou publicação. Este novo encaminhamento administrativo e pedagógico de estimular os acadêmicos a produzirem textos, levou-os a apresentarem o texto dentro de um formato exigido pela metodologia científica, dando mais qualidade e cientificidade a sua produção e, por sua vez, a possibilidade do mesmo ser disseminado na comunidade científica. Porém, um entrevistado comenta a construção desse artigo, informando que

O que acontecia quando era exigido o artigo, acabava sendo uma cópia do projeto.  
(P3)

Revelações como esta são preocupantes. Informações de que os alunos estão escrevendo nos artigos o que está contido nos projetos pode comprometer toda a iniciativa tomada pela Câmara de Extensão. O objetivo da elaboração do artigo foi no sentido de oportunizar ao acadêmico fazer um registro de suas atividades o mais próximo possível dos padrões exigidos pela comunidade científica. Não devemos generalizar esta informação aos

demais artigos que foram encaminhados à Câmara de Extensão. O fato, mesmo que seja isolado, levanta dúvidas quanto a sua construção.

Como os projetos de extensão estavam encaminhando vários artigos à Câmara de Extensão da UFSC, este órgão deliberativo, em matéria de extensão na Universidade, sentiu-se na obrigação de criar uma revista digital para tornar público o que se estava produzindo na instituição em matéria de extensão, surgindo, em maio de 2004, a “Extensio: Revista Digital de Extensão”. O objetivo desta revista está em divulgar as atividades de extensão da UFSC e de outras instituições, bem como favorecer o aprofundamento de temas conceituais e metodológicos relacionados à prática extensionista. Dois entrevistados fazem menções em suas falas sobre esta revista:

Tem a revista “Extensio” que é on-line, poderiam fazer um número especial, para divulgar os trabalhos. (P4)

A Revista “Extensio” não comporta toda a demanda da UFSC. (P8)

A proposta de fazer uma edição especial, abordando todos os trabalhos desenvolvidos na área da inclusão social, seria muito interessante, pois a comunidade acadêmica e científica poderia ter à disposição informações significativas quanto aos diversos serviços desenvolvidas às pessoas com deficiência, no âmbito da instituição.

Vários entrevistados apontaram o artigo como sendo uma forma de disseminar a produção acadêmica dos seus alunos.

Algumas experiências bem ou mal sucedidas têm sido revertidas em artigos que vão para publicação. Como o projeto é recente, agora que começou a ter estagiárias, suas experiências vão ser transformadas em publicação, para uma revista da área da educação especial, da inclusão. (P1)

Estamos nos organizando para novamente mantermos as publicações anuais em uma revista de bom conceito, pelo menos um artigo por ano. A gente consegue muito mais do que isto, mas a meta é pelo menos um artigo por ano, onde todas as pessoas que trabalham aqui, onde todos os bolsistas estejam envolvidos. (P2)

Podemos perceber nas falas dos entrevistados a importância que os coordenadores dos projetos dão à produção coletiva dos artigos. Entendemos que todos os envolvidos no projeto deverão fazer parte da elaboração dos artigos, uma vez que os resultados obtidos pelo projeto são coletivos e não individuais.

Outro aspecto que merece destaque é quanto à disseminação desses conhecimentos documentados em artigos científicos. Entendemos que todas as instituições públicas de ensino têm o compromisso de disponibilizá-los gratuitamente. Infelizmente, alguns artigos são publicados em revistas de domínio privado, dificultando seu acesso.

Somos partidários da corrente mundial de acesso livre à produção acadêmica (*open acces*), principalmente se essa produção foi adquirida com recursos públicos. A pouca publicação dos resultados das produções acadêmicas desenvolvidas com recursos públicos, principalmente as disponibilizadas na web, por conta das grandes empresas editoriais, são enfatizadas por Valero, Cabo e Castiel (2007).

Já no cenário internacional, a discussão sobre os novos modelos de negócios de publicação da produção científica, comentados por Baptista et al. (2007), tem provocado, em todas as áreas do conhecimento, um grande descontentamento quanto aos ideais de sua disseminação gerados nos últimos séculos.

Há, por sua vez, algumas pessoas que não disponibilizam seus conhecimentos pelo fato de poderem ser copiados, como afirma um entrevistado:

Algumas pessoas acham que o conhecimento que está sendo gerado não deve ser compartilhado, porque ele é um conhecimento único, tem a questão da originalidade, diz que vão copiar. Eu não tenho uma posição tão radical em relação a isso. Eu acho que se alguém quiser copiar pega a tua tese copia, não põem teu nome, nem agradece. Então acho que a cópia sempre pode acontecer. (P6)

Apesar desta suposição que o entrevistado aponta como uma das possíveis dificuldades em se publicar novos conhecimentos, por conta do mesmo ser duplicado, ao nosso ver, ele não nos parece estar preocupado com a situação, pois, para ele, a cópia pode fazer parte do sistema.

Para outro entrevistado, a produção acadêmica desenvolvida na extensão é fruto de um trabalho colaborativo, todos têm acesso, diferente da pesquisa que não se sabe quem leu ou se alguém vai ler. Segundo este entrevistado, o material por si só já foi compartilhado por todos os integrantes. Muitos dos trabalhos apresentados na extensão têm a participação efetiva dos usuários, aumentando com isto o número de pessoas cientes do trabalho elaborado.

A difusão de um conhecimento no projeto de extensão é muito maior do que no de pesquisa. Na extensão há uma troca direta, há geração de documentos comuns, de artigos comuns ou de publicações e que a gente tem certeza que este documento foi compartilhado. Este documento foi gerado com a participação de alunos, de outros profissionais, e quando é pesquisa eu posso publicar um artigo na revista que conta um monte de pontos, mas eu não sei quem leu. (P6)

Já para o entrevistado “P8”, a extensão tem contribuído para a produção e disseminação dos conhecimentos na área da educação. Muitos livros e manuais são publicados com a finalidade de auxiliar no processo educativo e inclusivo de nossas unidades de ensino, principalmente da rede pública. A informação também pode ser identificada em outras duas falas dos mesmos entrevistados:

Então com a Secretaria Municipal da Educação isto foi de muito sucesso. Nós temos um livro que foi editado, fruto do resultado de um projeto de extensão de um ano. É um livro que já está esgotado. Ele foi distribuído em todo o Estado. Então eu procuro fazer isto, sempre que possível vincular a produção acadêmica à confecção de um livro, ou manual. Quanto a sua editoração, fica ao encargo das entidades, parceria, pois as mesmas conhecem as limitações em se poder editar pela gráfica da UFSC. (P6)

O livro que estou produzindo é de graça, financiada pelo CNPQ com nossas experiências com os deficientes nos projetos de extensão. Eu tinha quinze bolsistas aqui dentro, eu quase fiquei louca, pirada, mas alcancei os objetivos, que era levar para todo o País. Agora, semana passada, eu tive um encontro nacional dos CAPI, e falei para o pessoal que esta produção está em nossa home page, é só baixar na Internet. (P8)

A UFSC tem, na medida do possível, atendido as necessidades de sua comunidade. Na área da educação, muito do que é produzido, em termos de conhecimento, veio das pesquisas e extensões desenvolvidas em seus programas de graduação e pós-graduação.

Ao tratar do papel da extensão, Botomé (2001, p.167) aponta que a extensão deveria seguir os propósitos da universidade, ou seja, uma ação voltada à multiplicação e potencialização das capacidades de atuação das pessoas e da comunidade nas atividades, e não simplesmente os substituindo na realização da atividade: “[...] as atividades de extensão sempre deverão promover aprendizagens, ou produzir conhecimentos, ou ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento de diferentes maneiras.”

Neste sentido, a produção de livros e manuais são formas encontradas pela equipe que compõe o projeto de oferecer à comunidade, principalmente à rede de ensino pública, o que está sendo discutido e adquirido na academia em termos de conhecimento.

Vale ressaltar que as publicações desenvolvidas pelos dois referidos entrevistados, não trazem nenhum custo aos beneficiários, pois os financiamentos desses projetos são mantidos por entidades do poder público.

Outra forma encontrada pelos entrevistados para disseminarem os conhecimentos adquiridos no âmbito dos seus projetos, foi a editoração de DVD.

No filme, a gente visualiza o aluno se locomovendo e com isso planejar a atividade a ser desenvolvida para ele. A filmagem nos permite identificar o que ela é capaz de fazer. (P2)

Depois que a gente monta o espetáculo [...], eu monto um vídeo dança. Quando saio para algum evento ou viagem, eu procuro apresentá-lo. (P4)

Apesar de ser a mesma forma de editoração do conhecimento produzido no projeto, percebe-se uma diferença quanto a sua disseminação. Para o entrevistado “P2”, o DVD é utilizado apenas no âmbito do projeto, já o entrevistado “P4” o utiliza para disseminá-lo em outras comunidades. A produção de fitas/filmes para o primeiro entrevistado nos parece estar



mais vinculado à aquisição do conhecimento e, por sua vez, a sua conversão, pois este material, além de permitir planejar as ações a serem desenvolvidas com os usuários do projeto, servirá como fonte de consulta para ser analisado no segundo ou no terceiro quadrante, externalização e combinação do modelo SECI de Nonaka e Toyama (2008).

Na fala do segundo entrevistado (P4) fica evidenciada a visibilidade não apenas do conhecimento disseminado, mas também do próprio projeto.

Temos percebido, nesses anos envolvidos com a extensão, que muitos dos trabalhos apresentados em eventos científicos, os interessados pelo assunto ficam nos perguntando mais sobre o projeto em si do que os próprios resultados do projeto. Melo (2003, p.78) deixa bem claro: “Uma outra forma de disseminação do conhecimento seria através das próprias bases de conhecimento. A divulgação de sua existência, aliada ao acesso democrático nas bases, é um fator crucial para o sucesso da empreitada.”

Através da fala de dois entrevistados, ficou evidenciada a constatação de que nossos projetos são conhecidos por outras organizações, instituições de ensino superior, até em nível mundial, e nem sequer são conhecidos na própria universidade, na qual o projeto é desenvolvido. Essa constatação com certeza está diretamente relacionada com a disseminação da produção acadêmica em eventos científicos.

Divulgar, eu já fui no mundo inteiro divulgar o [...]. Muita gente conhece o projeto, mas aqui na UFSC não conhecem, muito engraçado. Esta fala é de todo mundo, a gente não conhece o trabalho do nosso vizinho, é inacreditável, e isto está faltando bastante aqui na nossa Universidade. (P2)

O projeto é reconhecido internacionalmente, é conhecido nacionalmente, e não é reconhecido dentro da universidade. A população conhece porque o vêem na mídia, nas propagandas, mas a UFSC não conhece meu projeto. Então lá no Canadá falam maravilha, a Inglaterra conhece mais o meu trabalho do que a UFSC. Se o grupo continuar existindo há uma grande possibilidade de fazermos uma estréia internacional, mas a UFSC não sabe disto, não que o meu trabalho seja maravilhoso, eu acho que tem vários projetos que são maravilhosos, mas, por falta desta articulação... Então, quando você une as forças, o trabalho dá visibilidade pra todos, não fica uma coisa personalizada, sai da individualidade. (P4)

As falas desses dois entrevistados nos deixam preocupados e perplexos. Alguma coisa precisa ser feita para mudar esta situação. Realmente, como ficou já constatado em outros momentos das entrevistas, há um descontentamento com relação à divulgação dos projetos desenvolvidos dentro da própria Instituição. Apesar de algumas ações serem efetuadas pela administração central no sentido de divulgação, notamos ainda que estão muito aquém de atingir seus objetivos. Há de se ter algumas estratégias para tentar modificar este quadro.

A preocupação é maior quando a entrevistada “P2” afirma que não se conhece o trabalho do vizinho. Não soam bem as falas de que projetos são conhecidos por outras

peessoas, e até em outros países, e aqui dentro da própria UFSC não o são. O que está acontecendo, ou melhor, o que está faltando para que possamos modificar esta realidade? Por outro lado, o entrevistado “P4” deixa claro que, se houver uma aproximação do grupo, há possibilidade de os tornarmos mais visíveis em nossa comunidade acadêmica.

Tornar possível a inclusão social das pessoas com deficiência na sociedade é ainda um processo desafiador para muitas pessoas, e para as organizações governamentais e não governamentais. O respeito para com a diversidade, a maneira como deveremos proceder para sermos mais estimuladores do que discriminadores, a busca pela produção ou aquisição de equipamentos tecnológicos que permitam a acessibilidade espacial e virtual depende fundamentalmente do conhecimento tácito e explícito que temos na área.

Dar visibilidade e facilitar o acesso ao conhecimento produzido dentro da academia pode ser fundamental para superação das desigualdades. As pessoas poderão se beneficiar com os conhecimentos produzidos na academia. De um lado, ganha o usuário do serviço que está sendo prestado e, por outro, os prestadores, que poderão desenvolver as atividades programadas com mais qualidade, segurança e confiabilidade.

Os conhecimentos adquiridos nos projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência e que estão sendo disseminados através dos artigos, DVDs, apresentações, entre outras formas encontradas pela equipe, estão despertando o interesse em outros profissionais, para desenvolverem os conhecimentos a favor dessas pessoas. Temos percebido que muitos profissionais de outras instituições de ensino ou mesmo associações que desenvolvem ações inclusivistas, têm-nos procurado para propor parcerias, ou simplesmente colher informações sobre nossas atividades. Um dos entrevistados deixou bem claro esta constatação:

Eu fui agora num congresso de ensino a distância e fiz um relato do projeto. As pessoas perguntaram: como é que você sabe? como é que você trabalha? Tens artigos documentando sobre isto?. Observando estas situações, você começa a perceber a falta de um **portal**<sup>10</sup>, por exemplo. Através dele as pessoas podem conhecer, interagir, ler, e a partir daí talvez fazer perguntas do tipo: como é que vocês fazem isto? Então as pessoas já ficam conhecendo algumas coisas sobre as atividades desenvolvidas nos projetos, não é começando do zero. Normalmente as pessoas agem assim, começando do zero. (P5)

Conforme podemos observar, muitas pessoas, ao entrarem em contato com novas iniciativas, novos conhecimentos, ficam ansiosas em querer conhecer melhor o projeto, e sobre os achados desvelados por ele. Muitas vezes o conhecimento que está sendo transmitido nos eventos científicos ou nos cursos, pode servir para a resolução de problemas evidenciados em outros projetos. Por isso a necessidade de que toda a produção acadêmica desenvolvida

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

nas instituições públicas tem que ser disseminada à comunidade, pois sempre haverá alguém que se beneficiará com os novos conhecimentos.

A utilização do **portal web** foi outra forma de disseminar os conhecimentos evidenciados pelo entrevistado P5. No subcapítulo a seguir, vamos analisar como o uso desta tecnologia pode estar a serviço da integração e da gestão do conhecimento nesses projetos direcionados às pessoas com deficiência, na UFSC.

#### **5.4.5 A Internet e os projetos de extensão**

O uso da Internet está cada vez mais presente em nosso ambiente de trabalho. Vários são os documentos que preenchemos ou encaminhamos para os diversos órgãos da Universidade através desta Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Se, por um lado, diminuiu o contato presencial entre as pessoas, por outro, proporcionou agilidade, quantidade e qualidade nas informações a serem disseminadas. Falar sobre seus benefícios e malefícios não é a questão de discussão desta Tese, mas, sim, o que as personagens que compuseram este trabalho, os entrevistados, a relacionaram com seus projetos.

A aquisição e a disseminação dos conhecimentos produzidos nos projetos de extensão devem ser compartilhadas com todos os que estão envolvidos no processo. Disseminar o que se está produzindo, em termos de conhecimento, dentro da academia, é um dos objetivos da instituição de ensino superior. A Internet, com todas as suas ferramentas, está à disposição para facilitar todo processo de aquisição, conversão e disseminação do conhecimento. O uso criativo da Internet e de suas bases de dados em larga escala podem contribuir e facilitar o processo de conversão do conhecimento, como afirmam Nonaka e Toyama (2008)

Com o objetivo de buscar informações entre os envolvidos nesta pesquisa sobre o uso da Internet em seus projetos, e até que ponto poderá ser uma ferramenta a serviço da integração, da aquisição e disseminação do conhecimento, desenvolvemos perguntas que podem trazer reflexões para o estudo.

Após as leituras das entrevistas, identificamos a “Internet” como sendo a categoria que representa todo este envolvimento com a TIC. Nestas leituras foram encontradas sessenta e seis (06) unidades de significados relacionadas ao tema, sendo distribuídas em oito (08) subcategorias: web, portal, ferramentas, dados, informações disponibilizadas, visibilidade ao projeto, divulgação, atualização.

Antes de entrarmos nas análises e discussões sobre a relação destes ambientes virtuais nos projetos de extensão, vamos buscar em Almeida (2005, p. 119) uma compreensão deste

novo espaço virtual: “Os ambientes virtuais de aprendizagem permitem aos participantes fornecer informações, trocar experiências, discutir problemáticas e temas de interesse comuns, desenvolver atividades colaborativas para compreender seus problemas e buscar alternativas de soluções.” Esta compreensão sobre o ciberespaço está muito ligada também às outras duas ações acadêmicas, ensino e pesquisa, como podemos perceber na fala de dois entrevistados:

Eu de Internet não conheço nada, eu não entendo absolutamente nada, eu só vou clicando. Eu acho bem interessantes os grupos de discussão, os links que são comuns. [...] se fosse tratar de assuntos relacionados ao ensino, poderíamos conversar muito, discutir conteúdos, livros, bibliografia, neste aspecto seria muito bom. Seria interessante também a troca de experiências. Tudo isso seria num campo restrito aos professores das disciplinas. Essas discussões com relação às mudanças de currículo, novas bibliografias, pesquisas em andamento, seriam muito interessantes discutir com grupos afins. (P2)

Primeiro, o acesso é fácil. Eu socializo para qualquer um dentro da nossa universidade, comunidade em geral. Eu não me vejo mais sem todo dia sentar na frente do computador e pesquisar, tanto da minha disciplina que eu dou como dos meus projetos. (P3)

Conforme podemos notar nestas falas, o uso da rede mundial de computadores apresenta duas características básicas, a de tornar possíveis as trocas de informações e conhecimentos, e a outra, como fonte de pesquisa. Para o primeiro entrevistado (P2), apesar de falar em ensino, o mesmo poderá servir também para a extensão e a pesquisa, pois nesses ambientes há constantes trocas de informações sobre determinadas ações a serem desenvolvidas. Podemos perceber que o entrevistado aponta para a discussão em uma esfera menor, o que chamamos de intranet, onde apenas pessoas autorizadas podem participar da discussão. A intranet funciona mais a nível interno do projeto.

Já para o entrevistado “P3” percebe-se que há uma pretensão em poder disponibilizar a toda comunidade a sua produção acadêmica, bem como o hábito de buscar na Internet as informações necessárias a sua prática docente. Sobre a busca constante das informações contidas na Internet, Melo (2003) aponta que esta TIC tem como principal função ajudar os usuários a encontrarem o que estão buscando.

Na fala de outro entrevistado podemos notar também a utilização da rede mundial de computadores para a disseminação de sua produção acadêmica.

O que eu faço eu ponho na Internet. (P8)

A Universidade, como já foi comentado, tem a função precípua de produzir e disseminar o conhecimento. Esta função da academia de tornar pública a sua produção nos parece bem presente na fala do informante. O papel desta nova tecnologia a ser utilizada

como ferramenta facilitadora da transparência administrativa e educacional, pelas instituições de ensino, é comentado por Vieira:

A Internet é um espaço virtual de comunicação e de divulgação. Hoje é necessário que cada escola mostre sua “cara” para a sociedade, que diga o que está fazendo, os projetos que desenvolve, a filosofia pedagógica que segue, as atribuições e responsabilidades de cada um dentro da unidade. É a divulgação para a sociedade toda. É uma informação aberta, com possibilidade de acesso para todos em torno de informações gerais. (2005, p.157)

As falas de alguns entrevistados corroboram nesta mesma visão de Vieira (2005) sobre o papel de Internet na educação, ou seja, a utilização desta ferramenta como facilitadora do compartilhamento e da disseminação das informações e dos conhecimentos que permeiam seus projetos.

Eu acho que a dinâmica da divulgação é importantíssima. A gente precisa trabalhar mais nisso, porque não adianta ficarmos trancados em nossas salas, em seus espaços, e não divulgar o trabalho. (p2)

Eu acho que este portal deveria abranger tudo, mas eu acho interessante esta história das pessoas saberem o que nós estamos desenvolvendo na extensão. Infelizmente na vida tudo é pessoal e não institucional. Dentro do teu próprio departamento, tu não sabes o que teus colegas fazem, o que dirá em nível geral então. (P8)

Na fala dos dois entrevistados podemos perceber a preocupação de ambos com os trabalhos desenvolvidos sem a participação mais expressiva de outros setores da Universidade. A constatação de que em alguns setores da Universidade os professores trabalham isoladamente, em guetos, já foi comentado em outro capítulo, mas o que nos propicia a comentar sobre esta evidência é a possibilidade que a Internet tem, para esses entrevistados, de aproximar as pessoas, mesmo estando em lugares diferentes. Se o acúmulo de atividades acadêmicas está dificultando esses encontros presenciais, para compartilhar os conhecimentos ou mesmo socializar a produção, a Internet poderá ser um facilitador desta aproximação virtual. Essas novas maneiras de nos inter-relacionarmos através do ciberespaço, também podem ser entendidas como uma nova forma de comunicação, diz Levy (1997).

Para outro entrevistado, a utilização desses ambientes virtuais é muito rica pelo fato de possibilitar a aproximação de inúmeras pessoas:

Eu não vejo outra ferramenta que pudesse abranger tanta gente, e nos dois sentidos - da comunidade e do meio acadêmico, eu não vejo outro. (P3)

Alguns entrevistados apontaram que o uso desta tecnologia poderia dar mais visibilidade aos projetos relacionados às pessoas com deficiência.

O Portal poderia agregar todos os projetos de extensão e de pesquisa. Poderia ser um Portal de Inclusão e Acessibilidade da UFSC, onde as pessoas vão acessar os dados das pessoas com deficiência. (P1)

Poderia até dar maior visibilidade aos nossos projetos, até para a Universidade mostrar ao público o quanto está preocupada com a questão da inclusão. (P3)

Portal da acessibilidade, extensão e acessibilidade, reunir neste portal todos os projetos que tenham como propósito a inserção e a acessibilidade. (P5)

O ideal era saber o que estava acontecendo, como está evoluindo, se houve avanço ou se não houve, se conseguiu ser atendido ou não, o que se aprendeu, o que se publicou, o que pesquisou. O ideal era que se tivesse mais divulgação, porque ainda fica muito com o professor e com os alunos que realizaram a extensão, não é muito socializado. (P9)

Tornar público o que se está desenvolvendo em termos de acessibilidade e inclusão social, dentro de uma instituição de ensino, é demonstrar o quanto a mesma instituição está se adequando para poder atender com qualidade seus alunos e a comunidade em geral. Muitos projetos de extensão são desenvolvidos sem uma divulgação merecida, ficando segregados nos cantos dos departamentos. A sociedade tem o direito de saber o que se está estudando, pesquisando, produzindo dentro desses projetos. Nas falas dos entrevistados pode-se perceber esta preocupação com a visibilidade aos projetos.

Conforme foi evidenciado pelos entrevistados, em outro momento desta Tese, seus projetos são reconhecidos por outras instituições nacionais e internacionais, mas na UFSC são desconhecidos. Para alguns, o portal web poderia ser a ferramenta adequada para tornarem públicos seus projetos.

O uso dessa tecnologia de informação e comunicação, portal web, como facilitadora da visibilidade de projetos ou simplesmente para socializar o que estão produzindo são referidas por alguns entrevistados. Esta tecnologia para Detlor e Finn (2002) é utilizada pelas pessoas para compartilharem e disseminarem seus conhecimentos, além de ser uma excelente ferramenta de busca de informações. Alguns entrevistados deixam claro a importância desta ferramenta tecnológica:

Seria interessante estar disponibilizando os conteúdos a serem trabalhados, os conhecimentos produzidos, como o projeto se estrutura, como ele funciona. (P2)

Quando vamos a congressos e fazemos um relato, as pessoas perguntam como é que você trabalha, [...] e aí é que tu sentes a falta de um portal, por exemplo, que outras pessoas possam conhecer, interagir, ler, e a partir daí talvez fazer as perguntas, como é que vocês fazem isto, mas, já conhecendo, não é começando do zero, o que normalmente acontece assim, as pessoas iniciam um projeto sem muitas vezes ter um ponto de referência. (P5)

Sempre procuramos ter nos projetos de extensão um computador, onde estejam arquivados todos os documentos do projeto, onde toda a informação pode ser acessada pelo grupo. Acho isso muito importante. (P6)

Há uma preocupação em poder socializar a forma como as atividades são desenvolvidas, como fazem a captura dos conhecimentos, como é estruturado o projeto. Esses conhecimentos foram apontados por eles como sendo disseminados através dos portais. Alonso (2006, p. 213) nos coloca a importância desses ambientes digitais para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo, indo ao encontro do que os entrevistados comentaram em suas falas. A esse respeito, diz o autor: “Os ambientes digitais proporcionam, também, a colaboração e o compartilhamento da mesma área de trabalho, através dos mecanismos de comunicação. Nestes ambientes, os participantes têm os mesmos objetivos e buscam os mesmos conhecimentos”.

Quando pensamos em projetos de extensão, estamos nos referindo a grupos de interesses comuns, ou comunidades de prática. Como foi identificado nesta pesquisa, são dezesseis (16) os projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência que apresentam as participações simultâneas dos coordenadores, acadêmicos e das pessoas com deficiência. Portanto, ter um ambiente favorável a um trabalho de equipe é fundamental, para que possamos desenvolver ações conjuntas. Esses ambientes virtuais podem ser boas ferramentas para que haja uma aproximação entre os diversos projetos. Alguns entrevistados apontam para esta aproximação através deste ambiente web:

O portal pode ser uma boa ferramenta para captar demandas relativas à acessibilidade e à inclusão. Ele poderá ser disponibilizado às pessoas que irão atender esta demanda, promovendo condições de igualdade no acesso ao conhecimento. Nós vamos estar de alguma maneira agindo sobre ele. O portal para mim é meramente um instrumento, mas, antes desse instrumento, tem que haver pessoas mobilizadas para usá-lo, para efetivamente se comunicar através dele. (P1)

Eu acho que um Portal é uma das ferramentas que pode auxiliar esta integração, mas acho que temos que nos cercar por todos os lados. Acho que temos que ter muito contato pessoal, um espaço é fundamental para que as coisas aconteçam, em algum momento tem que ter um espaço em comum, que aí no caso seria um Núcleo. (P7)

Percebe-se nos depoimentos que, além da utilização do TIC, como um instrumento facilitador da comunicação entre os diversos integrantes dos projetos, há a necessidade da aproximação presencial e a formação do núcleo de acessibilidade. Segundo o que informaram, o núcleo seria fundamental para que os contatos virtuais pudessem vir a acontecer. As reuniões de grupos, presenciais, são importantes dentro da academia, até para conhecermos as pessoas envolvidas neste processo inclusivo. Como comentam os entrevistados, é importante que haja um instrumento que agregue os projetos, desde que este seja apenas um instrumento facilitador, pois informam que há necessidade da formação do núcleo para formalizar e equacionar as ações.

Os portais do conhecimento são considerados por Gabriel e Martins (2004) como ferramentas importantes para a gestão do conhecimento nas instituições de ensino. Segundo os pesquisadores, eles facilitam a formação de ambientes colaborativos, favorecendo o compartilhamento entre todos os envolvidos no processo de criação do conhecimento. Esta ferramenta também tem o seu papel enquanto integradora das fontes de informações entre os projetos e a instituição. Um dos objetivos específicos desses portais é a possibilidade de contribuir na melhoria da comunicação interna. Esta opinião vai ao encontro do que os entrevistados “P1” e “P7” entendem da utilização desta ferramenta tecnológica.

Tendo como parâmetro o objetivo da gestão do conhecimento, segundo Silva Filho e Silva (2005), em criar, compartilhar e disseminar o conhecimento, e entendendo que os projetos de extensão são por excelência instâncias propícias para que esses objetivos possam ser alcançados no âmbito da educação, vemos o uso das novas tecnologias e de suas ferramentas, importantes para auxiliar todo o processo.

Varias são as ferramentas disponibilizadas nos portais web para auxiliar no processo de conversão do conhecimento, apontam Choo, Detlor e Turnbull (2000). Dessas ferramentas, os e-mails, as listas de discussões são as citadas por alguns entrevistados:

Eu acho bem legal ter grupos de discussão. (P2)

[...] a nossa experiência de portal, hoje tu tens ferramentas de interação que a equipe inteira poderia estar participando. (P5)

Nós trabalhamos muito com e-mail. Tem alguns projetos que tem grupos, então tudo que um escreve todos lêem, eu sou a que menos leio, eu acho, mas eles trabalham bastante assim. (P6)

Observamos que os três entrevistados utilizam os e-mails e as listas de discussões, para se comunicarem e trocarem informações e conhecimentos. Com a grande carga pedagógica e administrativa que estão passando os professores das universidades e, por sua vez a grande demanda de estudos e pesquisas com que os acadêmicos estão envolvidos, esses serviços da Internet passaram a ser essenciais e de grande contribuição nas discussões dos grupos. Através dessas comunidades virtuais, o tempo e o espaço não são mais fatores limitadores para que as discussões possam ocorrer, pois a todo o momento pode-se comunicar com qualquer membro da equipe, e em qualquer lugar.

As comunidades virtuais são excelentes ferramentas para tornar mais dinâmicos e frequentes os diálogos entre os participantes, mas há de se ter a preocupação com as demandas de informações que circulam nestes encontros virtuais. Há uma necessidade de saber o que vai ser informado, o que vai ser discutido pelo grupo e o que vai ser



disponibilizado para a comunidade interna e externa. Alguns entrevistados colocam bem esta questão:

Disponibilizar conhecimentos específicos. Tem muita coisa que não interessa ao grande público. Nós vamos ter que selecionar o que vamos colocar porque há pessoas que só vão querer o conhecimento, outros só algumas informações. Eu acho que deveria ter dois tipos de acesso. Não que fosse negado um ou outro, todo mundo acessa os dois tipos de conhecimento, mas teria que ter um para a população em geral e outro para a comunidade científica. (P3)

[...] que este portal tenha áreas fechadas nos projetos, mas tenha uma área de interação comum com os professores. É uma excelente ferramenta. (P5)

Eu acho que se existe a ferramenta, cabe à pessoa que está coordenando julgar aquilo que ela pode ou não divulgar, e no momento que ela pode divulgar. Poderia ser criado espaço de acesso restrito talvez. Como te falei, eu, dentro da minha pesquisa, eu acabo gerando um espaço restrito que é através do e-mail, ou através do grupo, onde todo o trabalho é compartilhado pelo grupo, isto já existe nos nossos projetos de extensão, mas ele fica restrito às pessoas que estão trabalhando no próprio projeto. (P6)

A preocupação com a gestão da informação em seus projetos é observada nas falas dos entrevistados. Eles apontam que nem todos os dados, as informações deverão ser disponibilizadas ao grande grupo, comunidade externa. Há de se verificar que em alguns momentos são necessárias discussões e reflexões em pequenos grupos, para que o conhecimento que está sendo convertido possa ser gestado apenas pelos integrantes do projeto. Muitas vezes a comunidade externa não está interessada no processo, mas, sim, no produto final. Já, por outro lado, existem segmentos dentro e fora da instituição que também oferecem serviços às pessoas com deficiência e, para estes grupos, há a possibilidade de se ter uma autorização para fazer parte desta discussão.

Este processo de gestão do conhecimento, desenvolvido através dos portais web, é comentado por Benbya, Passiante e Belbaly (2004). Para os autores, são fundamentais para que as informações possam ser compartilhadas e utilizadas para a geração de trabalho, troca e utilização do conhecimento em nível organizacional.

Saber o que vai ser disponibilizado em home pages ou em um portal institucional que agregue todos esses projetos dentro de uma instituição de ensino é fundamental, para que o projeto possa tornar público o que está produzindo. Segundo entrevistados, alguns documentos poderiam estar à disposição da equipe e da comunidade em geral:

Acho que um portal seria uma grande ferramenta onde poderíamos socializar nossos conhecimentos. Por exemplo: eu vou elaborar um artigo, vai ser lido por quem? Pelos meus pares quando muito, não é isso? O aluno vai ler? Se ele estiver envolvido neste tipo de experiência, vai ler, mas agora se for um portal, atrativo, a possibilidade de outras pessoas lerem será maior. (P3)

Se houvesse um portal para agregar os projetos direcionados a estas pessoas, o nosso projeto estaria participando, porque eu tenho facilidade, eu estou atualmente num

projeto, onde tenho trinta e cinco vídeos-aula pra pessoas com deficiência, abordando literatura, linguística, morfologia, é um projeto que estaria aí com certeza. (P5)

Se cada atividade de extensão de um determinado porte fosse obrigada a ter um link, e hoje em dia é muito fácil fazer uma página na Internet, qualquer um poderia acompanhar aquela atividade. Eu sempre fui muito favorável a isso, as atividades de extensão devem ser totalmente disponibilizadas. Algumas atividades de pesquisas têm que ser sigilosas, mas as atividades de extensão não. As atividades de extensão deveriam ser as mais divulgadas e o mais transparente possível. (P9)

Disponibilizar a toda comunidade é, antes de tudo, cumprir o que rege o papel da instituição de ensino superior, o de tornar público o conhecimento produzido na academia. Conforme podemos observar nas falas dos entrevistados, alguns documentos terão maior visibilidade se forem disponibilizados em meios de comunicação de massa. Os documentos, artigos, disponibilizados na web, poderão ser acessados por um número maior de leitores em relação aos outros veículos tradicionais que utilizam ainda os mecanismos de impressão gráfica.

Outra observação importante detectada foi quanto à busca dos documentos e das atividades a serem disponibilizados na web. Segundo o entrevistado, os coordenadores deverão se preocupar em oferecer um campo específico para buscas. Muitas vezes encontramos sites em que esses campos não estão disponibilizados, dificultando a procura e o acesso às informações solicitadas.

Eu acho que disponibilizar nossa produção seria fundamental. Eu acho que tinha que colocar lá um link de procura igual ao google, o assunto, por exemplo: projetos: deficiência física, você já tinha que ter acesso aos projetos que estão relacionados às pessoas com deficiência física, Centros, responsáveis, ou na página onde tinha todas essas informações, telefone, site, e-mail, o que for. (P7)

Com objetivo de tornar público o que as instituições de ensino superior estão desenvolvendo em matéria de extensão, o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras desenvolveu dois portais web para que essas informações pudessem estar disponibilizadas à sociedade, são eles: a Rede Nacional de Extensão (RENEX) e o Sistema Nacional de Extensão (SIEX). Nestes portais estão apenas disponibilizadas as informações básicas referentes aos projetos de extensão, como títulos, objetivos, metodologias e público alvo, entre outros. Observando as informações disponibilizadas, podemos compará-las com o Formulário de Registro dos Projetos de Extensão da UFSC. Vale ressaltar que a UFSC foi a primeira universidade a fazer este registro on-line. Mesmo sendo a pioneira neste trâmite digital, ainda não disponibilizou seus projetos nas duas redes nacionais de extensão.

Para o entrevistado “P9”, as informações contidas nestes documentos servem apenas para cálculos estatísticos. Não existem campos específicos onde os internautas possam visualizar as ações mais detalhadas ou saber dos resultados alcançados pelos serviços prestados:

O formulário de tramitação e registro ele é muito reduzido. Ele tem as informações importantes para se fazer as estatísticas necessárias para o MEC e para a própria Universidade, mas não dá para acompanhar, saber o que aconteceu, o que ganhou, o que avançou em termos de ciência. (P9)

Verificar se as IFES e as instituições estaduais estão disponibilizando, em seus portais web, acesso aos projetos de extensão desenvolvidos pela Instituição, foi um dos objetivos desta pesquisa. Dessa consulta obtivemos os seguintes resultados, conforme podemos observar na Tabela 07.

**Tabela 07 - Informações sobre Extensão Universitária nas home pages das IFES e Estaduais**

Região/ Infor	FEDERAL						ESTADUAL					
	IES	Link p/ PRE	Equipe Adm	Infor e Noticias s/ Exten.	Infor Sobre Projetos	Acesso Projeto	IES	Link p/ PRE	Equipe Adm	Infor e Noticias s/ Exten.	Infor Sobre Projetos	Acesso Projeto
Norte	8	6	5	5	5	0	4	3	1	0	0	0
Nordeste	18	15	10	5	0	0	14	12	7	5	2	0
Centro Oeste	6	5	4	2	0	0	3	3	3	2	0	0
Sudeste	23	19	17	11	11	0	7	7	7	4	2	0
Sul	11	7	8	5	2	0	7	7	7	2	1	0
Total	66	52	44	28	18	0	35	32	25	13	5	0

Conforme observamos na tabela 07, foram pesquisadas cento e uma (101) instituições de ensino: dessas, sessenta e seis (66) foram federais e trinta e cinco (35) estaduais. Dessas instituições pesquisadas oitenta e quatro (84) apresentaram link em sua página inicial para acesso às Pró-Reitorias ligadas à extensão universitária. Os dados levantados nesta consulta não foram diferentes em comparação com as outras Instituições privadas ou confessionais, também consultadas.

Ao acessarmos as home page dessas Pró-Reitorias, detectamos que sessenta e nove (69) informaram sobre a equipe administrativa. Essa informação é importante para identificarmos quem são os gestores responsáveis pelos serviços extensionistas na instituição e, através desta, buscar informações sobre aspectos mais técnico-administrativos referentes ao processo de implementação e registro dos projetos a serem desenvolvidos pela instituição.

Dessas oitenta e quatro (84) instituições que apresentam link para as Pró-Reitorias, ligado à extensão, quarenta e uma (41) disponibilizam informações referentes às normas de extensão da instituição; tramitação de registros de atividades a serem desenvolvidos;

processos seletivos internos para bolsas de auxílio à extensão; cursos, eventos e oficinas oferecidas pela instituição; editais públicos para captação de recursos; e link para a RENEX e SIEX, entre outras informações relacionadas com a extensão.

O ponto que nos chamou atenção, nesta consulta, foi que apenas vinte e três (23) das cento e uma (101) instituições disponibilizam informações sobre seus projetos de extensão. Essas informações basicamente são referentes a título do projeto; coordenador responsável; período de execução; contato e algumas informações sobre objetivos e metodologia. Não encontramos nenhuma produção técnica e científica desenvolvida nos diversos serviços prestados pelos projetos.

Outro aspecto que merece destacar é que não foi encontrado em nenhuma Pró-Reitoria link para os projetos de extensão. Entendemos que um setor específico em matéria de extensão deveria disponibilizar à comunidade acadêmica e em geral acesso aos projetos que já tivessem home pages.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, não foi diferente das demais instituições federais. Em sua home page são disponibilizadas apenas informações básicas sobre extensão, e nenhum acesso aos serviços extensionistas desenvolvidos nos departamentos e setores da Instituição, apesar de o responsável pela administração central informar que estão disponibilizadas essas informações:

Então hoje em dia a gente consegue acessar e a própria Universidade sabe todos os projetos de extensão que nós temos desenvolvido, mas ainda não chegou naquele ponto em que exista um site em que a gente possa acompanhar os projetos de extensão. A nossa idéia inclusive seria tão logo o projeto fosse registrado já ficasse disponível para as pessoas saberem. (P9)

As informações comentadas pelo entrevistado são as contidas no formulário de tramitação e registro. Apesar de ele ser on-line, apenas o coordenador do projeto tem acesso ao seu projeto, e a Pró-Reitoria, a todos os projetos, mas a comunidade interna e externa da instituição não tem acesso a essas informações. Segundo o posicionamento da atual responsável pelo setor, há intenção em disponibilizar os projetos na página da PRPE:

Olha dentro da PRPE, ele vai estar dentro da página da extensão. Se for uma boa idéia, eu acho que não tem problema nenhum. [...] pode sair um link para o Centro, que poderia sair da página da UFSC, da PRPE ou do próprio SEPEX. A Universidade tem que centralizar e disponibilizar um link para esses acessos. [...] eu acho que até os projetos poderiam ser divididos por áreas temáticas. (P10)

Temos acompanhado, nestes anos de envolvimento junto ao departamento responsável pela extensão na UFSC, a preocupação da equipe gestora em proporcionar aos extensionistas ações administrativas que venham facilitar todo o processo de tramitação, registro e

operacionalização dos serviços oferecidos à comunidade. Sabemos das dificuldades operacionais e financeiras com que passam as instituições públicas em proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Algumas dessas dificuldades podem estar relacionadas às tecnologias de informação e comunicação, mais precisamente, as relacionadas com a Internet. Nosso Núcleo de Processamento de Dados está com uma demanda enorme de serviços, dificultando o desenvolvimento de projetos que visam melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição. Esta dificuldade é apontada pelo entrevistado:

Muito me preocupa com o fazer, como operacionalizar este projeto de portal web em nível do Núcleo de Processamento de Dados da UFSC ou outros órgãos. (P10)

Ao se trabalhar com projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência, devemos ter a compreensão de que elas não são simplesmente usuários desses serviços, mas co-partícipes do processo da aquisição e conversão do conhecimento. Neste sentido, devemos oferecer condições básicas para que essas pessoas possam ter acesso ao que está sendo produzido e também socializado ao grupo.

Ao se discutir a possibilidade de utilização dos portais web como ferramentas auxiliaadoras no processo de aquisição e disseminação do conhecimento, devemos nos preocupar com as pessoas que terão acesso a essas informações, principalmente as que apresentam limitações visuais, auditivas e físicas. Sobre esta questão, alguns entrevistados teceram comentários:

Eu acredito que o portal poderia ser uma boa ferramenta de auxílio à divulgação de nossas atividades, principalmente se ele for bem administrado, bem elaborado. Ele deverá ser esteticamente atrativo e acessível às pessoas com necessidades especiais, tem que ser um site adequado para todo mundo. (P4)

Seria extremamente interessante ser compartilhado. Eu acho que se houvesse um canal onde pudesse colocar isso, que pudesse ser acessível, seria bem interessante, dentro da rede, mas ele tem que ser de fácil acesso. (P6)

A nossa página até para quem enxerga é complicado. A Universidade está longe de estar acessível, até a gente que não tem limitação tem problema. (P10)

Nestas falas, pode-se perceber a preocupação com a acessibilidade às informações que estão sendo disponibilizadas nas home pages dos projetos ou mesmo no portal da instituição. Essa preocupação não se restringe apenas às pessoas com deficiência como apontam, mas para todos os que irão acessá-las. Santos e Guimarães (2007, p. 119) comentam: “O motivo de se incluir digitalmente esse grupo de pessoas encontra respaldo na eliminação de barreiras

para o livre acesso à informação, independentemente do meio utilizado para divulgá-la, permitindo construir conhecimentos individuais e coletivos.”

Dizer que o site é acessível é afirmar que está atendendo aos padrões internacionais de acessibilidade. Para reconhecer se um site tem esta característica, é só verificar se em sua página inicial apresenta um símbolo de acessibilidade. Este símbolo é incorporado à página inicial somente pelos órgãos avaliadores da acessibilidade.

Com objetivo de identificar se as páginas iniciais dos portais web das instituições públicas de ensino superior estão atendendo ao Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, (BRASIL, 2004), quanto a sua acessibilidade, foi realizada uma pesquisa nas cento e uma (101) páginas iniciais dessas instituições, para ver se as mesmas apresentam os símbolos que os caracterizam como sites acessíveis. O resultado desta pesquisa pode ser observado na tabela 08.

**Tabela 08 - Incorporação do Símbolo de Acessibilidade nos Portais das IES Públicas**

IES	FEDERAL		ESTADUAL		TOTAL	
	Nº	AVALIADAS	Nº	AVALIADAS	Nº	AVALIADAS
REGIÃO						
NORTE	8	0	4	0	12	0
NORDESTE	18	1	14	0	32	1
CENT/OEST	6	0	3	1	9	1
SUDESTE	23	0	7	2	30	2
SUL	11	1	7	0	18	1
TOTAL	66	2	35	3	101	5

Ao observarmos a tabela 08, poderemos perceber que apenas cinco (05) das cento e uma (101) instituições públicas de ensino superior verificadas estão atendendo as determinações desse decreto, sendo duas (02) de instituição federal e três (03) estaduais, até o dia 17 de setembro de 2009. As Instituições que apresentam os símbolos de sites acessíveis são: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

As IES dispostas a se tornarem organizações inclusivas deverão se preocupar em oferecer a sua comunidade acadêmica tecnologias assistivas que as auxiliem no processo ensino-aprendizagem, bem como na captura das informações e dos conhecimentos disponibilizados em suas home pages.

A universidade, como sendo uma organização intensiva de conhecimento, tem que buscar diretrizes que favoreçam a integração entre seus pares, e que os conhecimentos, que estão sendo produzidos no âmbito de seus projetos, possam estar disponibilizados a toda comunidade universitária, e deve ficar atenta às necessidades dos seus agentes, pois a

aquisição do conhecimento passa necessariamente pela sua socialização, externalização, combinação e internalização.

Portanto, traçar diretrizes para que os projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência possam desenvolver o trabalho integrado deve ser uma meta a ser alcançada por toda administração que esteja se preocupando com a causa da inclusão social.

## 6. DIRETRIZES

Após o referencial teórico e as análises e discussões sobre assuntos relacionados à extensão universitária, gestão do conhecimento e pessoas com deficiência buscaremos elucidar alguns aspectos evidenciados na pesquisa que entendemos merecerem destaque tanto por atuarem positivamente quanto negativamente na integração entre os projetos de extensão, na conversão do conhecimento tácito em explícito, na aquisição no compartilhamento e disseminação dos conhecimentos adquiridos e produzidos no âmbito dos mesmos. Tomando como base estes aspectos proporemos algumas diretrizes que poderão auxiliar todo o processo descrito, bem como a criação de instrumentos que permeiam as diretrizes.

Com relação à integração entre os projetos de extensão, ficou evidenciado nas entrevistas que

- o trabalho integrado permite não só a aproximação entre os projetos, mas a possibilidade das trocas de informações, garantindo um trabalho mais colaborativo;
- os ambientes virtuais são muito ricos pelo fato de possibilitar a aproximação de inúmeras pessoas;
- o trabalho desenvolvido num programa de extensão institucional ficou mais consolidado quando houve a interação entre os vários projetos;
- há necessidade de criar um Núcleo de Acessibilidade onde os diversos coordenadores dos projetos e seus pares possam se reunir e propor ações conjuntas em matéria de inclusão das pessoas com deficiência na instituição e fora dela;
- há distanciamento entre os projetos de extensão que trabalham com o segmento das pessoas com deficiência;
- ter a ciência dos projetos muitas vezes quer dizer saber apenas que existem. Alguns coordenadores afirmaram em suas falas que apenas conheciam um ou outro projeto de nome;
- esses projetos são desenvolvidos em guetos, isolados em seus departamentos, onde cada coordenador tenta resolver seus problemas sem a colaboração de outros projetos;
- há um desconhecimento por parte dos coordenadores dos outros serviços oferecidos na extensão para o segmento das pessoas com deficiência, tendo em vista que não deixam claro que atividades desenvolvem. Apesar de entrevistados



apontarem terem ciência de alguns projetos, o que ficou evidenciado de uma forma mais geral nas entrevistas, foi que não houve nenhuma visita ou contato mais direto, presencial, com outros projetos;

- há extensiva carga acadêmica e administrativa dos envolvidos nestes projetos. Esta sobrecarga acadêmica tem levado os professores a se distanciarem de ações mais institucionais e coletivas;
- há dificuldade de encontrar um horário em que todos os envolvidos possam estar se reunindo;
- há pequeno número de projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência dentro da UFSC, bem como o envolvimento apenas seis dos seus onze centros de ensino;
- a falta de visibilidade das ações extensionistas nesta área tem dificultado a identificação dessas ações na instituição;
- além da utilização da web como instrumento facilitador da comunicação entre os diversos integrantes dos projetos, há a necessidade da aproximação presencial e a formação do núcleo de acessibilidade;
- o núcleo é fundamental para que os contatos virtuais possam vir a acontecer;
- as reuniões de grupos presenciais dentro da academia são importantes para conhecermos as pessoas envolvidas neste processo inclusivo. É importante que haja um instrumento que agregue os projetos, desde que este seja apenas um instrumento facilitador, pois há necessidade da formação do núcleo para formalizar e equacionar as ações;
- ter um ambiente favorável a um trabalho de equipe é fundamental para que possamos desenvolver ações conjuntas. Esses ambientes virtuais podem ser boas ferramentas para que haja uma aproximação entre os diversos projetos;
- para as ações acadêmicas não ficarem apenas restritas a determinados grupos ou projetos, é necessário haver por parte da administração central da Universidade uma política institucional que favoreça a aproximação entre esses grupos e que essas ações possam ser disseminadas a toda a comunidade interna e externa da Instituição.

Já com relação à aquisição do conhecimento entre os projetos ficou evidenciado que

- as pessoas com deficiência conquistaram o acesso ao ensino superior tanto pelas suas condições intelectuais quanto por determinação legal;
- o despreparo da comunidade acadêmica em poder atender a diversidade;
- muitos professores têm dificuldades em ministrar aulas com a presença de alunos especiais;
- a falta do conhecimento é um desafio a ser superado;
- a formação dos futuros profissionais foi apontada como preocupante na pesquisa, pois muitos cursos não estão preparando seus acadêmicos para esta nova realidade, ou seja, a inclusão dessas pessoas com deficiência na sociedade;
- os projetos de extensão direcionados as pessoas com deficiência podem ser considerados como sistemas adaptativos complexos;
- a extensão universitária permite à aproximação com as realidades que serão encontradas pelos futuros profissionais;
- no desenrolar das atividades extensionistas o feedback para o ensino e a pesquisa pode ser comparado à espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997);
- a extensão favorece a aquisição dos conhecimentos tácitos dos participantes;
- apesar de percebermos em algumas entrevistas que nos ambientes de discussões e reuniões ocorrem trocas de experiência e produções acadêmicas, não foi percebida a conversão dos conhecimentos tácitos em explícitos dos participantes;
- a preocupação por parte de alguns coordenadores, que trabalham com extensão, está basicamente na ausência da externalização dos conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos quando de sua participação no projeto. A preocupação é maior quando se encontram no final do curso, porque esse tipo de conhecimento irá consigo, às vezes não deixando nada registrado do que aprenderam durante semestres de dedicação e estudos;
- o modelo SECI para conversão do conhecimento pode ser evidenciado em alguns momentos do projeto;
- a importância que os coordenadores dão à produção coletiva dos artigos a serem publicados nas revistas;
- os conhecimentos adquiridos pelos integrantes dos projetos devem ser compartilhados com todos os envolvidos no processo;
- apesar da obrigatoriedade do preenchimento do Caderno de Campo pelos acadêmicos que receberam auxílio financeiro através da bolsa de extensão, a sua

utilização enquanto instrumento de registro das atividades desenvolvidas por eles não foi citado pelos entrevistados;

- a extensão universitária pode ser entendida como comunidade de prática;
- poucos coordenadores apontaram o uso da Internet como instrumento para se relacionarem;
- a web não foi citada como instrumento auxiliador na aquisição e construção do conhecimento desenvolvido no projeto.

Com relação à disseminação do conhecimento entre os projetos ficou evidenciado que

- falta visibilidade da UFSC sobre os projetos de extensão na área das pessoas com deficiência;
- os projetos são conhecidos na comunidade externa da UFSC e não são conhecidos por sua comunidade;
- a web é instrumento auxiliar na disseminação dos conhecimentos e na visibilidade do projeto;
- alguns projetos encontram dificuldade para disseminarem seus conhecimentos;
- a proposta de solicitar uma edição especial da “Revista Extensio” da UFSC sobre os trabalhos desenvolvidos na instituição na área da inclusão foi comentado por um entrevistado;
- muitos coordenadores publicam a produção acadêmica do projeto em revistas e em anais de congressos;
- há preocupação de alguns coordenadores em elaborar cartilhas e livros sobre as atividades que desenvolvem;
- apenas uma coordenadora disponibiliza a produção em sua home page;
- a UFSC não disponibiliza em sua home page acessos aos projetos de extensão;
- os coordenadores dos projetos de extensão estão propensos a disponibilizarem em um portal sua produção acadêmica;
- a preocupação com a gestão da informação em seus projetos é observada nas falas dos entrevistados;
- a “Internet” é a categoria que representa todo este envolvimento com a presente TIC;
- as trocas de informações e conhecimentos são disseminadas no grupo através das reuniões;

- as comunidades virtuais são excelentes ferramentas para tornar mais dinâmicos e frequentes os diálogos entre os participantes, mas há de se ter a preocupação com as demandas de informações que circulam nestes encontros virtuais.

Após identificarmos aspectos influenciadores do processo de integração entre os projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência, e nas formas como os conhecimentos são adquiridos e disseminados, trataremos de propor diretrizes que poderão auxiliar na resolução de situações consideradas comprometedoras para o êxito desse processo.

Algumas dessas diretrizes poderiam ser implementadas em curto prazo pelo baixo nível de complexidade; já outras por serem mais complexas exigiriam uma participação e discussão intensiva entre os responsáveis pelos projetos de extensão e, em outra esfera a aprovação da administração central para a sua implementação.

Dentre as diretrizes que poderiam ser implementadas em curto prazo enumeramos: atualização de um item no “Formulário de Tramitação e Registro de Extensão”; seu acesso na home page da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão a toda comunidade, e a solicitação aos professores coordenadores de incluírem no campo específico das palavras-chave, “Pessoa com Deficiência” quando forem preencherem formulário.

No que se refere à diretriz atualização no Formulário de tramitação podemos perceber que no campo linhas de extensão, há necessidade de ser revisto os termos que estão disponíveis, pois na Rede Nacional de Extensão (RENEX) a identificação para serviços extensionistas direcionados às pessoas com deficiência não confere com o que está disponível no formulário. Esta situação poderá comprometer as estatísticas da RENEX, pois a sua redação tem uma abrangência maior de atendimento a grupos com necessidades especiais, não especificando tais necessidades.

Apesar de o Formulário de Tramitação ser um instrumento que identifica e apresenta algumas informações sobre o projeto de extensão, o mesmo não está disponível na home page do Departamento de Projetos de Extensão à comunidade. Apenas a equipe do Departamento tem acesso a todos os projetos; o coordenador proponente tem acesso ao projeto que desenvolveu. Possibilitar o acesso a toda comunidade é dar visibilidade a todos os serviços de extensão que a instituição está desenvolvendo. A sociedade tem o direito de saber o que está sendo desenvolvido na Instituição, é uma questão de transparência.

Outra diretriz a ser proposta é para a identificação de uma palavra-chave que represente as pessoas que esses projetos estão atendendo. Como vimos na literatura, Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), o nome mais atual para

identificar essas pessoas é “Pessoa com Deficiência”. Esta designação foi encontrada em apenas dois projetos, ambos coordenados pelo mesmo professor. A inclusão desta palavra-chave dentre outras que os coordenadores escolherem garantirá uma busca mais rápida e eficiente de todos os projetos relacionados a esta população.

Com relação à integração entre os diversos projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência, há necessidade que os envolvidos nesses projetos possam conhecer todas as atividades desenvolvidas na Instituição. Foi observado que a grande maioria dos coordenadores desconhece os trabalhos desenvolvidos por seus colegas.

Apesar de uns poucos entrevistados informarem conhecer os projetos desenvolvidos na UFSC, estes fazem menção apenas dos locais onde são oferecidos, não sabendo nem o título, muito menos o nome dos coordenadores. De uma forma geral a maioria desconhece como esses projetos são desenvolvidos, quais atividades são oferecidas e o que estão produzindo.

A diretriz a ser proposta para reverter esta situação seria organizar um evento na instituição com a participação de todos os projetos. Assim tanto os envolvidos nessas atividades quanto a comunidade acadêmica ficaria conhecendo as atividades extensionistas na área da inclusão social.

Outro aspecto evidenciado na pesquisa foi com relação à participação em programas Institucionais para captação de recursos. Através dessa participação possibilitou-se aproximar e estabelecer vínculos permanentes durante o período de execução do programa e após seu término entre os projetos envolvidos. Esta participação estabeleceu trocas de informações e conhecimentos.

A mesma experiência não foi evidenciada em outros programas institucionais para captação de recursos, pois o que se verificou foi só a preocupação com a aquisição dos materiais e equipamentos solicitados. Em nenhum momento foram propostas reuniões para avaliar as atividades desenvolvidas e elaborados documentos relatando tais atividades.

A situação de fragmentação do programa nos leva a propor que, nos futuros projetos, a participação do grupo deverá ser mais efetiva tanto na sua elaboração, quanto no seu desenvolvimento e avaliação.

Os coordenadores ao apontarem nas entrevistas que muitos projetos são desenvolvidos com pouca participação de outros professores do Departamento ou de outros setores da UFSC, há uma proposição em despertar para um trabalho mais interdisciplinar e interdepartamental. O trabalho nesta área do conhecimento exige um envolvimento de vários profissionais tendo em vista a complexidade de atuação do projeto.

A extensiva carga acadêmica dos professores e servidores técnico-administrativos das universidades públicas está dificultando o envolvimento mais efetivo e participativo em reuniões e formação de grupos de interesses. Durante as entrevistas alguns coordenadores identificaram ferramentas da web como instrumentos que poderão contribuir na aproximação entre os integrantes dos projetos e nas trocas de informações, proposta, aliás, da presente pesquisa.

Temos percebido, nestes últimos anos, que o acesso das pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino da UFSC, seja por imposição legal, cotas, ou por merecimento acadêmico, tem oportunizado à comunidade acadêmica inúmeros questionamentos, conforme pudemos verificar nas entrevistas.

Se por um lado esse acesso é fruto de uma conquista travada ao longo dos anos, por outro lado deixa-nos preocupados pelo fato de que nossa comunidade acadêmica além de não estar preparada em poder atendê-los com qualidade, a Instituição está desprovida de recursos e equipamentos tecnológicos específicos para garantir-lhes acesso aos ambientes de ensino, às informações e aos conhecimentos.

Para alguns entrevistados essa situação pode ser amenizada com a criação de um núcleo de estudo. Nesses ambientes poderão ser elaborados projetos, ações afirmativas que busquem a superação dessas dificuldades. Somos partidários que a criação de um núcleo de acessibilidade poderá ser um instrumento auxiliar na melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem às pessoas com deficiência.

Com relação à pessoa com deficiência ficou evidenciado na pesquisa que estão a cada dia conquistando mais seu espaço de direito dentro da Universidade. Os acadêmicos com deficiência têm direito ao acesso a todas as informações e aos conhecimentos produzidos na UFSC e em outras instituições de ensino e de pesquisa. Para tanto se faz necessário que a Instituição disponha de equipamentos tecnológicos que permitam o acesso às informações e aos conhecimentos disponibilizados na web e nas bibliotecas da Instituição com qualidade e facilidade.

O acesso das pessoas com deficiência no ensino básico, médio e superior, dentro de uma Universidade, tem levado a comunidade acadêmica a constantes reflexões. Estas reflexões foram apontadas na pesquisa como despreparo dos docentes em ministrarem aulas para as pessoas com deficiência, o acesso precário aos ambientes da Instituição, o mobiliário existente nas salas de aula e de estudos desprovidos de tecnologias assistidas, a falta de estrutura tecnológica adequada para facilitar o acesso às informações e aos conhecimentos. Esta situação poderia ser também discutida no núcleo de acessibilidade e inclusão, onde os

integrantes propusessem e encaminhar projetos e estratégias à administração central e aos departamentos no sentido de viabilizar a melhoria da qualidade do ensino e da acessibilidade na UFSC.

Ficou evidenciada também a preocupação para com a formação dos acadêmicos em atender as necessidades dessa população. Muitos cursos ainda estão desprovidos de disciplinas que abordem assuntos relacionados com a inclusão social. O fato pode ser um dos motivos pelos quais existam poucos departamentos dentro da UFSC desenvolvendo projetos nesta área. Uma diretriz a ser adotada para minimizar a falta de informação e conhecimento nos vários cursos de graduação seria implantação de disciplinas que abordassem assuntos pertinentes às pessoas com necessidades especiais. Assim todos os acadêmicos da Instituição teriam algumas informações básicas de como se comportarem diante da diversidade humana, e o quanto a sua formação específica poderá contribuir para que essas pessoas possam ter melhor qualidade de vida.

Pelo que observamos na pesquisa, a extensão universitária é uma ação acadêmica que possibilita o contato direto com a realidade. Muitos acadêmicos estão tendo a possibilidade de aplicarem seus conhecimentos junto à comunidade. Esta é uma forma encontrada por muitos docentes de oportunizarem seus alunos estes confrontos. Muitas vezes a aplicação de determinado conhecimento pode sofrer modificações quando a situação é real, e não uma simulação. Os novos conhecimentos deverão retornar às salas de aula e aos laboratórios para novamente serem discutidos e re-elaborados. Uma diretriz a ser adotada pela câmara de extensão dos departamentos quando da aprovação do projeto ou da apresentação do relatório final é demonstrar o quanto seu projeto está vinculado com o ensino e a pesquisa.

O constante aprender, oportunizado pela extensão universitária, pode ser comparado à espiral do conhecimento. Ao aplicarmos determinados conhecimentos aprendidos em sala de aula, podemos nos deparar com situações imprevisíveis, pois o nível de complexidade existente nestes ambientes poderá interferir no desenvolvimento da atividade.

Conforme percebemos nas entrevistas, a extensão universitária é um excelente campo para que os conhecimentos tácitos possam ser adquiridos pelos integrantes dos projetos. Por outro lado o que percebemos também foi a falta da externalização desses conhecimentos. Muitos acadêmicos ao saírem do projeto levam consigo os conhecimentos adquiridos, não repassando aos demais, nem mesmo deixando relatos escritos sobre esses achados. Da mesma forma como em uma organização a preocupação está com o capital humano; nos projetos de extensão a preocupação está com a formação acadêmica. Alguns coordenadores apontaram como desafiador esta lapidação e externalização do conhecimento. Outro aspecto relevante

encontrado na pesquisa foi a necessidade que os entrevistados apontaram em compartilhar seus conhecimentos. No âmbito de seus projetos nos parece que este compartilhamento até acontece, principalmente quando apontaram para as reuniões e apresentações de relatórios, e na elaboração de artigos produzidos em equipe. Não há produção coletiva se não houver compartilhamento dos conhecimentos. Notamos mais uma vez a necessidade da criação de um espaço comum na UFSC, onde os integrantes dos projetos possam se relacionar e compartilhar seus conhecimentos. O compartilhamento poderia ocorrer tanto no núcleo de acessibilidade e inclusão, como em um portal web.

Ficou evidenciada também, nesta pesquisa, a pouca citação da utilização do Caderno de Campo para o registro das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos. Há de se repensar a sua utilização. O uso deste poderá servir como referência bibliográfica para os futuros acadêmicos. Muitas situações vivenciadas pelos acadêmicos poderão ser registradas e compartilhadas pelos demais integrantes do projeto.

Há pouca referência à web como instrumento auxiliar para a aquisição do conhecimento. Alguns coordenadores fizeram menções apenas a utilização dos email como forma de comunicação entre os participantes. Deixa-nos a impressão que os participantes desses projetos desconhecem as possibilidades que os portais web oferecem para compartilhamento, aquisição, produção e conversão dos conhecimentos. Propor aos coordenadores dos projetos de extensão a criação de um portal web para auxiliar a gestão do conhecimento é uma das diretrizes apontadas nesta pesquisa.

Tornar público o que se está desenvolvendo em termos de acessibilidade e inclusão social dentro de uma instituição de ensino é demonstrar o quanto esta mesma instituição está se adequando para poder atender com qualidade seus alunos e a comunidade em geral. Muitos projetos de extensão são desenvolvidos sem a divulgação merecida, ficando segregados nos cantos dos departamentos. A sociedade tem o direito de saber o que se está estudando, pesquisando, produzindo, nos projetos.

Foi observada, em uma das entrevistas, a citação da “Revista Extensio” da UFSC como um veículo utilizado pela instituição para disseminar a produção acadêmica desenvolvida na extensão. Nas entrelinhas da entrevista o coordenador apontou para a editoração de um volume especial contendo apenas informações sobre os projetos de extensão que desenvolvem trabalhos com as pessoas com deficiência. A sugestão poderá contribuir para a visualização do que a UFSC está desenvolvendo em matéria de extensão para este segmento.



Disponibilizar a produção em um portal específico para esses projetos permitirá que toda sociedade possa ter acesso a esses conhecimentos. Para tanto há necessidade de propor aos coordenadores desses projetos a criação de um portal que possa disseminar toda atividade desenvolvida.

A gestão da informação foi apontada como preocupante por parte dos entrevistados. Segundo o relato, nem todos os dados e informações deverão ser disponibilizadas ao grande grupo ou à comunidade externa. Em alguns momentos são necessárias discussões e reflexões em pequenos grupos antes dos resultados serem disponibilizados a todos. Muitas vezes a comunidade externa não está interessada no processo mas sim no produto final. Por outro lado, existem segmentos dentro e fora da Instituição que também oferecem serviços às pessoas com deficiência, e para estes grupos há a possibilidade de se ter uma autorização para fazer parte desta discussão.

No quadro 15, apresentaremos um resumo das necessidades/problemas identificadas e as diretrizes para amenizá-las:

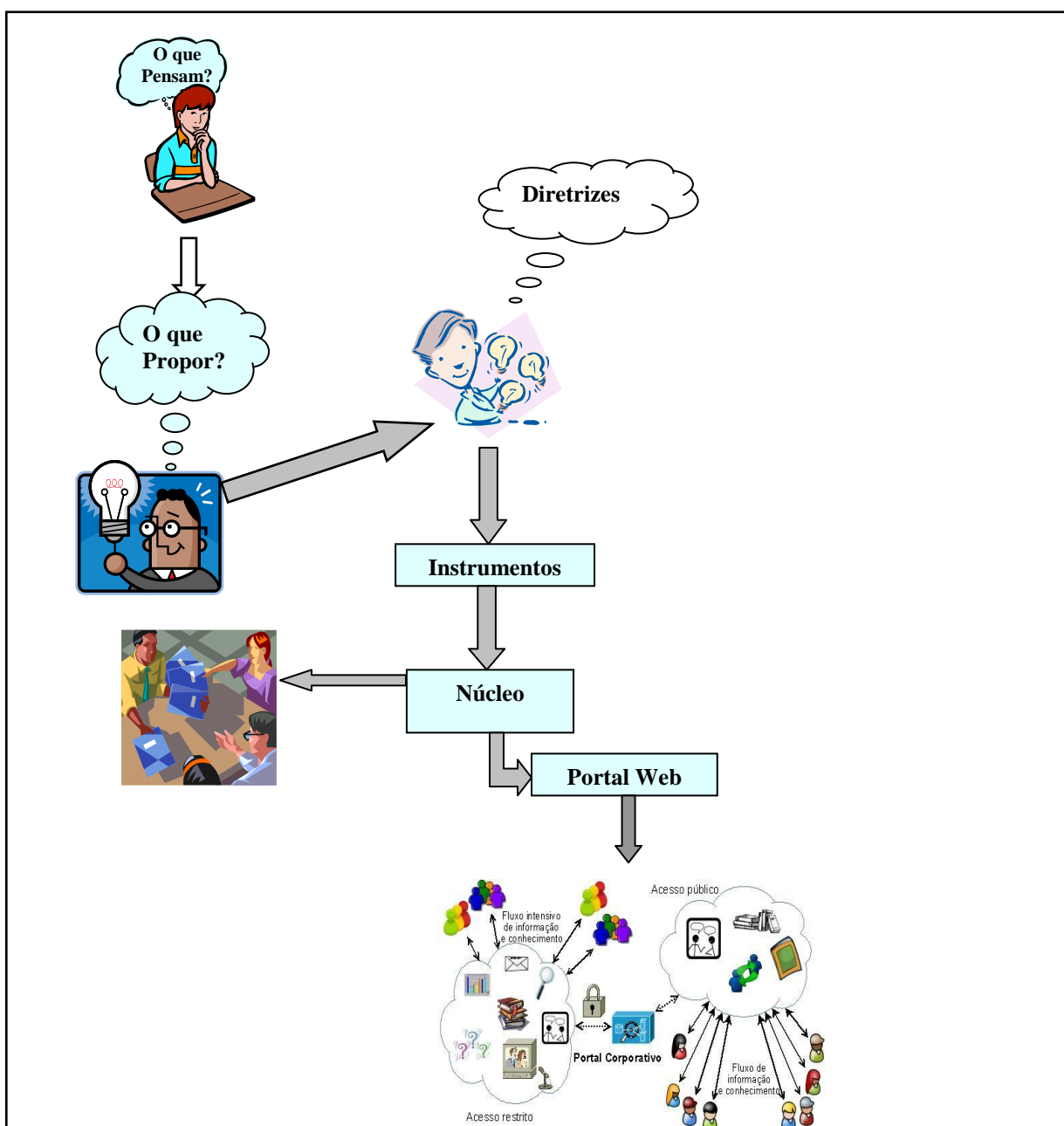
IDENTIFICAÇÃO	DIRETRIZ
<b>INTEGRAÇÃO ENTRE OS PROJETOS</b>	
A grande maioria dos coordenadores dos projetos investigados informou desconhecer outros serviços extensionistas nesta área na UFSC.	Propor encontros entre os responsáveis pelos projetos para aproximar e dar visibilidade ao que se está desenvolvendo na UFSC nesta área. Promover eventos com a participação de todos os projetos direcionados às pessoas com deficiência.
Envolvimento em ações, programas conjuntos.	No transcorrer desses programas institucionais para captação de recursos deverão ser programadas reuniões, encontros para avaliação e participação mais colaborativa.
Pouco envolvimento de profissionais de outras áreas do conhecimento nos projetos	Propor desenvolver trabalhos mais participativos e colaborativos com outros projetos e com profissionais de outras áreas do conhecimento pertencentes ou não ao quadro da UFSC.
A extensiva carga acadêmica encontrada nos participantes desses projetos, pode comprometer o desenvolvimento de novos projetos.	Utilizar as ferramentas disponibilizadas nas tecnologias de informação e comunicação para auxiliar esta participação e envolvimento de toda equipe.
A falta de um núcleo institucional que agregue os projetos relacionados as pessoas com deficiência, no sentido de promoverem o acesso e a permanência dos mesmos na UFSC.	Criação de um núcleo onde as trocas de informações, a elaboração de projetos, programas, ações afirmativas, políticas inclusivas, possam promover o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na UFSC.
O confrontamento com a diversidade humana.	
<b>AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO</b>	
As pessoas com deficiência estão conseguindo seu espaço de direito à Universidade.	A instituição deverá disponibilizar equipamentos tecnológicos que permitam às pessoas com deficiência ter acesso às informações e conhecimentos com facilidade, sejam esses disponíveis na web ou não.
Preocupação com a formação acadêmica para atender as pessoas com deficiência.	A Instituição deveria propor a implantação de uma disciplina que tratasse de assuntos relacionados com a diversidade humana e inclusão social.

Pouca participação acadêmica nos projetos de extensão.	Estimular a participação dos acadêmicos nos projetos de extensão.
Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.	Quando da elaboração do projeto ou na entrega do relatório final, deve-se dar ênfase à vinculação com o ensino e com a pesquisa.
Os projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência são muito complexos tendo em vista a especificidade de cada deficiência e a diversidade própria do comportamento humano.	Propor a todos os envolvidos nesses projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência que tenham conhecimentos básicos sobre os sistemas adaptativos complexos.
Os acadêmicos saem do projeto com conhecimento tácito, mas não o externalizam.	Propor que os projetos encontrem ambientes em que possam se encontrar pessoalmente ou virtualmente para que as trocas de informações e conhecimentos ocorram.
	Utilizar as ferramentas da web para auxiliar a conversão dos conhecimentos.
Ficou evidenciada a necessidade de compartilhar os conhecimentos produzidos nos projetos de extensão.	Propor instrumentos que auxiliem o compartilhamento dos conhecimentos.
Má utilização do Caderno de Campo.	Estimular o registro das atividades desenvolvidas pelos bolsistas, bem como as situações encontradas quando da sua aplicação. Este Caderno poderá ser virtual, e disponibilizado aos demais integrantes da equipe.
<b>DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO</b>	
Formulário de Tramitação e Registro de Extensão com campo de identificação de linha de extensão desatualizado.	Solicitar ao Departamento de Projetos de Extensão (DPE) manter o formulário de extensão dentro das recomendações da RENEX e SIEX.
Formulário de Tramitação e Registro de Extensão sem acesso ao público.	Propor ao DPE acesso a este formulário em sua home page garantindo a visibilidade aos projetos.
Identificação das pessoas com deficiência fora dos padrões estabelecidos pela Convenção Internacional.	Solicitar aos coordenadores dos projetos de extensão a incorporação da palavra-chave “pessoa com deficiência” em todas as suas produções acadêmicas, atendendo as recomendações da Convenção Internacional, padronizando o uso desta terminologia quando se relacionar a esta população na UFSC.
Falta de informações sobre a utilização dos portais web para a aquisição, compartilhamento, produção e conversão do conhecimento.	Propor a criação de um portal web para os projetos de extensão.
Falta de visibilidade dos projetos de extensão direcionados às pessoas com deficiência na comunidade da UFSC. Falta de visibilidade da produção acadêmica desenvolvida nesses projetos.	Propor a PRPE disponibilizar na página do Departamento de Projetos de Extensão, maiores informações sobre os projetos de extensão da UFSC, com possibilidade de links para as home page dos mesmos.
Apesar de termos uma revista on-line de extensão na UFSC, a mesma publica apenas as produções desenvolvidas nos projetos de extensão.	Propor ao Conselho Editorial da “Revista Extensio” da UFSC a editoração de uma edição especial abordando os projetos desenvolvidos às pessoas com deficiência na UFSC.
Os coordenadores informaram que suas produções são disseminadas através de artigos, livros e cartilhas.	A criação de um portal web que abrigasse todos esses projetos poderia ser um instrumento auxiliar dessa disseminação, podendo atingir um público muito maior.
Preocupação com a gestão da informação e com a produção acadêmica.	Há uma necessidade de ao se criar um portal, oferecer ambientes de acesso restrito e aberto.
Cuidados com as informações e conhecimentos disponibilizados na Internet	Ao criarmos um portal para este grupo, há de se ter cuidado com o que vai ser disponibilizado, e com as informações que estão circulando.

**Quadro 15 – Propostas de Diretrizes**

Com as informações colhidas dos entrevistados com relação à integração entre os projetos de extensão, a aquisição e disseminação do conhecimento adquirido e produzido no âmbito desses projetos, juntamente com as propostas de diretrizes, quadro 15, apontadas pelo pesquisador para auxiliar este processo, iremos propor dois instrumentos que poderiam aglutinar todas essas informações e diretrizes, ou seja a criação de um Núcleo de Acessibilidade na UFSC e de um Portal Web que pudesse abrigar todas as informações e conhecimentos produzidos nesses projetos.

A figura 21 ilustra, resumidamente, o processo de nossa pesquisa.



**Figura 21** Processo da pesquisa

Com relação ao Núcleo de Acessibilidade na UFSC, entendemos que ele deverá ser um órgão aglutinador de todos os projetos de extensão da instituição. Sua abrangência é institucional e não setorial (unidade de ensino ou departamento). Por ter esta característica, ele deverá estar localizado administrativamente junto à reitoria da Universidade. Para evitar problemas futuros de gestão e de espaço físico, entendemos que o mesmo também deverá ter um ambiente próprio, desvinculado de qualquer unidade de ensino ou setor.

Quanto às ações do núcleo, o mesmo deverá propor políticas institucionais de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência em todas as esferas acadêmicas da Universidade (Núcleo de Desenvolvimento Infantil, Colégio de Aplicação, Cursos de Graduação e Pós-Graduação). Entendemos que todas as proposições da administração central, no que se refere a projetos direcionados às pessoas com deficiência, o núcleo deverá manifestar-se, podendo ou não ser acatado sua posição, mas ao menos ter a ciência do que a Instituição está propondo. O núcleo não deverá ter gerência sobre os projetos de extensão dos departamentos, pois os mesmos são de competência dos departamentos.

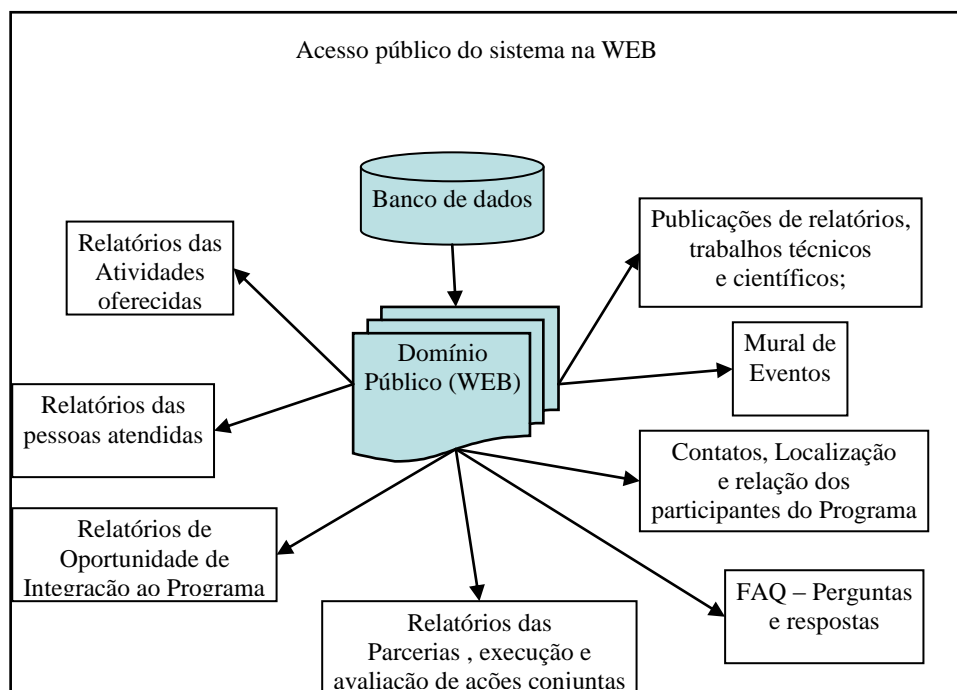
Quando do encaminhamento de projetos institucionais que tratem sobre assuntos pertinentes às pessoas com deficiência, entendemos que o Núcleo, juntamente com a administração central, são os órgãos competentes para elaborar, planejar e executar as ações a serem desenvolvidas.

Quanto a constituição e administração do núcleo, ele deverá seguir o que determina o regimento da instituição.

No que se refere ao portal web para facilitar a integração entre os projetos de extensão e a aquisição e disseminação dos conhecimentos produzidos no núcleo e nos projetos, entendemos que ele deverá conter as determinações sugeridas a seguir.

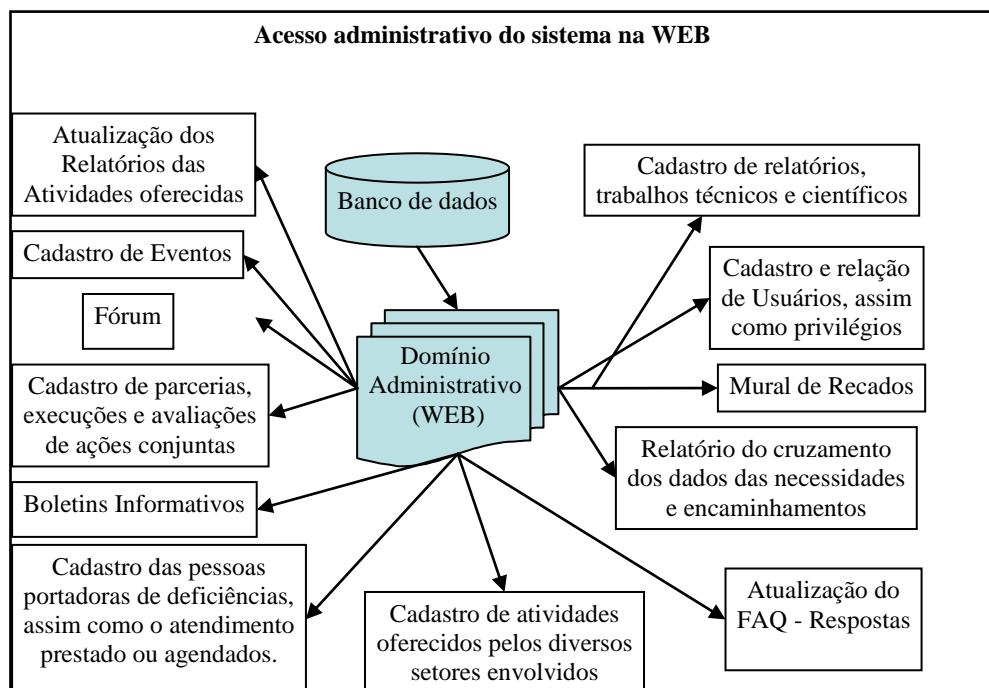
Quanto ao seu acesso, podemos identificá-lo sobre dois aspectos, um de domínio público e outro de domínio administrativo. Quanto ao domínio público encontram-se os documentos, dados e informações que poderiam estar à disposição da comunidade externa, bastando apenas acessar o portal.

Na figura nº 22, está contido alguns itens que seriam interessantes estarem disponibilizadas as comunidades.



**Figura nº 22 Acesso público do sistema na web**

Quanto ao acesso administrativo do sistema na web, este será de competência apenas dos integrantes dos projetos e do núcleo. Na figura nº 23, apresentamos alguns itens que poderiam estar sendo contemplados neste sistema.



**Figura nº 23 Acesso administrativo do sistema na web**

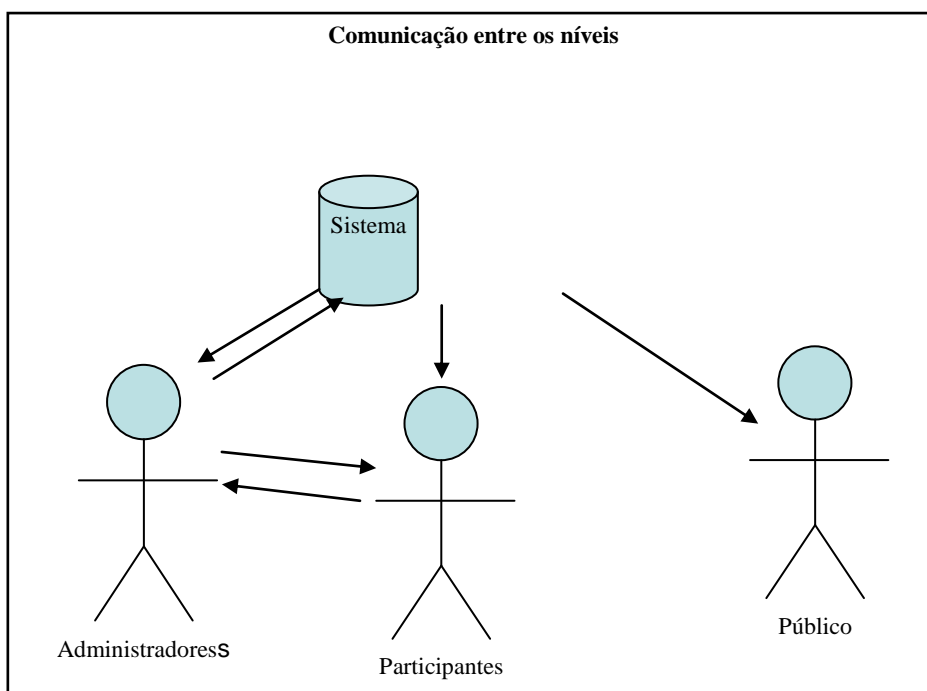
Quanto aos privilégios do sistema, podemos limitá-los por função e por setores.

- **Administradores globais:** terão acesso a todos os recursos do sistema, incluindo os mais diversos setores envolvidos e a inclusão de membros;
- **Professores e servidores técnico-administrativos:** terão privilégios de administrar o seu projeto, a inclusão de novos membros assim como acesso global a todos os recursos do seu setor, assim como mural de eventos, publicações, boletins, acesso operacional, FAQ, ambos do seu setor, bem como ao fórum e mural de recados;
- **Alunos bolsistas e apoio:** terão acesso ao operacional do sistema, ao FAQ do seu setor, ao fórum e mural de recados, mural de eventos, publicações, boletins e acesso ao operacional ambos de seu setor;
- **Administradores globais:** poderão editar ou excluir os relatórios referentes aos setores.

Quanto à comunicação entre os níveis de usuários, este processo se dará de acordo com o privilégio que este possui:

- **Administradores (administradores, professores, servidores técnico-administrativos, bolsistas e apoio):** Irão se comunicar através de um setor administrativo, limitado por privilégios, onde trocarão informações com o sistema e receberão informações do próprio.
- **Participantes dos projetos:** Irão se comunicar com as pessoas que estão cadastradas nos núcleos para deficiência, trocando informações e recebendo atendimento dos mesmos, e receberá informações do sistema através de software de apoio a iteração.
- **Público (Mundo):** Irão se comunicar com o sistema, visualizando boletins informativos, notícias, efetuando download, ou seja, receberão todo conteúdo que seria disponibilizado pelo sistema ao acesso mundial.

Na figura nº 24 apresentamos este modelo de comunicação entre os níveis.

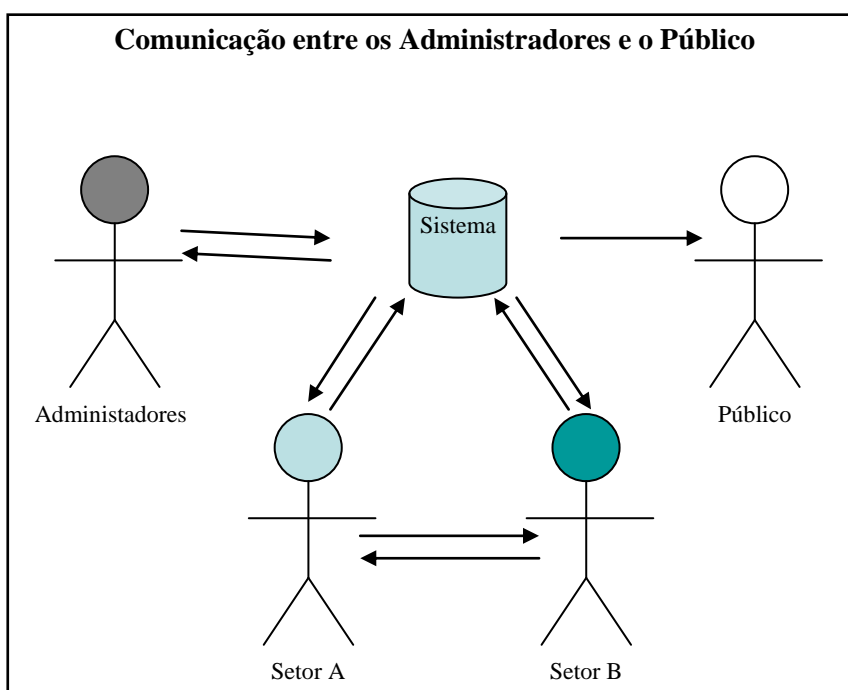


**Figura nº 24** Comunicação entre os níveis.

Quanto a comunicação entre os administradores e público se dará da seguinte forma:

- **Administradores (Central do Núcleo):** Se comunicarão com os diversos setores, e com o mundo com acesso global, menos na permissão de excluir ou editar informações enviadas pelos setores.
- **Setores (Projetos):** Se comunicarão com os diversos setores e com os Administradores, restritos aos seus privilégios, e podendo editar, disponibilizar ao público, construir e excluir as informações do seu núcleo.
- **Público (Mundo):** Só receberão as informações disponibilizadas pelos setores e pelos administradores. **Detalhe: só terão iteração com o sistema, se for disponibilizado para o mesmo.**

Na figura nº 25 podemos ilustrar esta comunicação:



**Figura nº 25 Comunicação entre os administradores e o público**

A proposta de criação deste portal web pautou-se na sua utilização enquanto tecnologia de informação e comunicação mais adequada, segundo a literatura pesquisada, para facilitar a integração entre os projetos de extensão, dar maior visibilidade aos mesmos, auxiliar todo o processo envolvendo a aquisição e disseminação do conhecimento.

Entendemos também que esses portais poderão dar visibilidade à Instituição do quanto ela está se empenhando em tornar-se uma Instituição preocupada com a inclusão social.

Com relação ainda ao portal web vale lembrar que o mesmo deverá atender as recomendações internacionais quanto a sua acessibilidade.

Outro aspecto detectado na pesquisa foi a falta de informações sobre os projetos de extensão nas home page das Pró-Reitorias ligadas à extensão das instituições públicas de ensino superior. Este fato nos sugere a elaboração de uma proposta de diretriz à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão no sentido de viabilizar em sua home page maiores informações sobre os projetos de extensão desenvolvidos na instituição.

Esperamos que essas propostas de diretrizes e instrumentos possam realmente auxiliar na integração e na gestão do conhecimento dos projetos de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina voltadas às pessoas com deficiência e que esses possam desenvolver projetos, programas, ações e políticas de inclusão social/educacional mais colaborativamente e institucionalmente.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos quatorze anos dedicados à extensão universitária junto às pessoas com deficiência, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi possível identificar vários problemas administrativos e pedagógicos. A participação no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, foram fundamentais para compreendermos melhor o processo de aquisição e disseminação do conhecimento desenvolvido nos projetos de extensão.

Diante da constatação empírica, da busca na literatura e dos conhecimentos adquiridos no transcorrer deste curso de doutorado, identificamos um problema que desse um norte a nossa pesquisa: Como contribuir para a integração, a aquisição e disseminação do conhecimento entre os serviços extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência?

Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral: **Analisar os processos de integração, aquisição e disseminação do conhecimento entre os serviços extensionistas da UFSC direcionados às pessoas com deficiência, bem como propor diretrizes para auxiliar esses processos.**

Para elucidar este, elaboramos sete objetivos específicos.

No primeiro buscamos verificar como os participantes dos projetos de extensão da UFSC se relacionam. O que mais nos chamou a atenção neste estudo com relação a este objetivo, foi a confirmação de que alguns estudiosos da extensão já informavam que a Universidade é criadora de guetos. Realmente foi possível perceber que todos os projetos que fizeram parte deste estudo não tiveram nenhuma integração com outros projetos. Todos trabalham isoladamente em seus centros de ensino. Alguns até apontaram que seus projetos são conhecidos em outras instituições e não são conhecidos na UFSC.

Quanto o descrever sobre os projetos de extensão, pudemos evidenciar que todos trabalham dentro de uma política de inclusão. Os objetivos dos projetos estão relacionados com a melhoria da qualidade de vida, a acessibilidade aos espaços físicos, e a educação inclusiva. Outro aspecto que desvelamos foi a não utilização do termo mais atual, recomendada pela “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, para designar este segmento, pessoa com deficiência.

No que tange a aquisição e disseminação do conhecimento ficou claro a necessidade da gestão desse processo. Há interesse pela produção acadêmica e pelo trabalho colaborativo.

Quanto à conversão dos conhecimentos tácitos em explícitos dos acadêmicos, percebemos que, os projetos não têm o hábito de fazer esta conversão. Foi possível detectar que os alunos com mais tempo de participação, no projeto, repassam seus conhecimentos através das vivências. Detectamos, também, que a produção acadêmica é disseminada na forma de artigos, livros e cartilhas. Dois dos oito coordenadores apontaram que disponibilizam alguns documentos em suas home page.

Com relação ao cumprimento do Decreto nº 5296 de 2/12/2004 (BRASIL, 2004) no que tange a acessibilidade aos portais web, verificamos que apenas cinco (05), das cento e uma (101) instituições estão cumprindo a determinação do mesmo. O resultado desta pesquisa é muito preocupante, pois além da expressiva maioria das instituições estarem descumprindo uma determinação legal, elas estão na contramão do que apregoam as convenções internacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência, o acesso à informação e ao conhecimento.

A UFSC foi identificada como uma das instituições irregulares. Sendo assim, encaminhamos a Reitoria um documento informando sobre este descumprimento legal (Apêndice 3). Segundo informações a Universidade está tomando as devidas providências para regularizar esta situação.

Comunicamos, também, a Secretária de Educação Superior e a Secretaria de Educação Especial, ambas do Ministério da Educação, sobre a constatação da pesquisa (Apêndice 4 e 5). Outrossim sugerimos a incorporação na lista de documentos obrigatórios para participar de editais públicos a comprovação de que seus sites são acessíveis.

A Secretaria de Educação Especial informou o recebimento do documento, agradecendo a preocupação para com as questões de acessibilidade. Em outro momento recebemos uma resposta através do OFÍCIO/MEC/SEESP/DPEE/Nº 029/2009, de 03 de agosto de 2009, anexo 3, onde a Diretora de Políticas de Educação Especial informou que a “Solicitação de implantação de símbolos que garantam acessibilidade à rede mundial de computadores nos Portais das IFES”, serão incorporadas a pauta de discussão desta Secretaria, juntamente com a Secretaria de Educação Superior, e encaminhará tal solicitação para a Secretaria de Logística e Tecnológica da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para auxiliar na resposta de nossos questionamentos.

Ainda sobre os portais das instituições públicas de ensino superior ficou evidenciado que, eles mantêm em suas páginas iniciais link para as home page das Pró-Reitorias relacionadas à extensão. Nestas páginas, há informações administrativas, notícias sobre eventos científico- culturais, e algumas notificações básicas sobre os projetos de extensão. No

entanto, não foram encontrados informações mais detalhadas dos projetos, e tampouco links específicos para os mesmos.

As informações evidenciadas na pesquisa precisam ser revistas por todas as IFES, pois cabe as Pró-Reitorias informarem melhor sobre os projetos que oferecem a comunidade, o que estão disponibilizando de serviços nas diferentes áreas do conhecimento, e as suas produções acadêmicas. Mostrar para as pessoas na sociedade o que a instituição está desenvolvendo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, é reforçar o seu compromisso com as questões sociais, educacionais, culturais e com a qualidade de vida da população.

Com relação às propostas das diretrizes, sugerimos a construção de dois instrumentos, núcleo e portal web, como auxiliares na integração entre os projetos de extensão e na gestão de seus conhecimentos.

A universidade cumpre seu papel se estiver produzindo e disseminando os conhecimentos que são desenvolvidos em suas mais diferentes áreas do conhecimento à sociedade. Esse papel, a Universidade Federal de Santa Catarina tem cumprido, uma vez que ficou evidenciada que na ação acadêmica de extensão, tem possibilitado não somente a produção mas também a disseminação do conhecimento junto às comunidades.

Procuramos elucidar alguns aspectos relacionados com a extensão universitária e a gestão do conhecimento junto às pessoas com deficiência. Entendemos que muitos trabalhos poderão ser desenvolvidos em outras áreas de interesse da comunidade acadêmica, tais como:

- Compreender como a comunidade percebe o envolvimento acadêmico nas práticas extensionistas;
- Estudar os projetos de extensão relacionados às pessoas com deficiência como sistemas adaptativos complexos;
- Desenvolver tecnologias adequadas para auxiliar esse processo de gestão dentro dos projetos de extensão;
- Identificar quais as necessidades dos docentes das universidades para poder desenvolver um ensino de qualidade aos acadêmicos com deficiência.

Sendo assim, as IFES deverão se preparar para poder atender a todas as pessoas com qualidade, independentes de suas condições humanas, religiosas, sociais ou financeiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria E. B. de. Tecnologias e gestão do conhecimento na escola. In: VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, Maria E. B; ALONSO, Myrtes. **Gestão educacional e tecnológica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

ALONSO, Cleuza Maria M. C. Tendência pedagógica interativa digital. In: **Anais CONGRESO TECNONEET-CIIEE AÚNA**, 1, CONGRESO NACIONAL DE TECNOLOGÍA EDUCATIVA Y ATENCIÓN A LA DIVERSIDAD, 4 Y CONGRESO IBEROAMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA ESPECIAL, 6 28 set 2006. Murcia, 28 de set 2006. Disponível em: <[http://www.tecnoneet.org/tecnoneet\\_ciiee2006.pdf](http://www.tecnoneet.org/tecnoneet_ciiee2006.pdf)>. Acesso em 20 maio 2008

ALONSO, Myrtes. O trabalho coletivo na escola e o exercício da liderança. In: VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, Maria E. B; ALONSO, Myrtes. **Gestão educacional e tecnológica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

ALVARENGA NETO, Rivadávia C. D. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. São Paulo: Saraiva. 2008.

ALVARENGA, Rogério; FIGUEIREDO, Adelaide; MARTINEZ, Maurício; et al. **Gestão do conhecimento para ensino e pesquisa: o modelo da UCB**. 2004. Disponível em: <<http://www.portalsbgc.org.br/sbgc/portal/DesktopDefault.aspx?TabID=3430>>. Acesso em: 25 ago. 2008

AXELROD, Robert and COHEN, Michael D. **Harnessing Complexity: organizational implications of a scientific frontier**. New York: The Free Press, 2000.

BAHIA, M. S. e SANTOS, Ernani M. dos. **A inclusão profissional de pessoas com deficiência no Brasil por meio de ações das organizações do terceiro setor: o caso da associação amigos metroviários excepcionais (AME)**. 2007. Disponibilizado em: <<http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/080.pdf>>. Acesso em; 17 set. 2008

BAPTISTA, Ana Alice, et al. **Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre**. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 17 ago. 08/2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 1977.

BATESON, John E.G. e HOFFMAN, K. Douglas. **Marketing de serviços**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BATISTA, Fábio Ferreira. O desafio da gestão do conhecimento nas áreas de administração e planejamento das instituições federais de ensino superior (IFES). Brasília, IPEA, 2006.

(Textos para Discussão, 1181). Brasília, Disponível em: <[www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td\\_1181.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1181.pdf)>. Acesso em 15 jul. 2009.

BENBYA, Hind; PASSIANTE, Giuseppina; BELBALY, Nassim Aissa. Corporate portal: a tool for knowledge management synchronization. **International Journal of Information Management**, v. 24, n. 3, p. 201-220, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em 22 out. 2008.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L. ; FREIRE, I. M. (Org.). **Um Olhar Sobre a Diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 1998, cap. 1, p. 21-51.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Ed. UFSCar; Caxias do Sul, RS Editora da UCS. 1996.

\_\_\_\_\_. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, Dóris do Santos (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. Extensão Universitária: é necessário superar equívocos, identificar exigências, definir prioridades e ampliar perspectivas para a Universidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA: A GESTÃO E A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO: UM DESAFIO PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA, 9, 2002., Joinvile. **Anais...** Joinvile, 2002, p 71-103.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 19.851 de 11 de abr. 1931. Disponível em: <<http://www.fis.ufba.br/dfes/PDI/financ/decreto%2019.851.doc>>. Acesso em 19 abril 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296 – 02 de dezembro 2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3298/1999 – 20 de dezembro de 1999. Regulamenta... 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)> . Acesso em 04 jun 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção.... 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949\\_seesp.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto6949_seesp.pdf)> . Acesso 01 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária Nº 4881, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1965. Dispõe Sobre o Estatuto do Magisterio Superior. 1965.

\_\_\_\_\_. LEI nº 7853 de 24 de outubro de 1989. DISPÕE SOBRE O APOIO AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL, SOBRE A COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE), INSTITUI A TUTELA JURISDICIONAL DE INTERESSES COLETIVOS OU DIFUSOS DESSAS PESSOAS, DISCIPLINA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFINE CRIMES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DOU**, 25 out. 1989. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/deflei7853.htm>>. Acesso em: 12 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 jun 2008.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial MEC nº 3284 de 7/11/2003. Diário Oficial da União de 9/11/2003. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 20 jun 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP- Brasília, a Secretaria, 1994.

BRESCIANI FILHO, Ettore. Processo de criação organizacional e processo de auto-organização. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 15 mar 2008.

BURROWS, Ethel E. Investigación cualitativa e investigación quantitativa: um pondo de vista. **Revista Enfoques Educativos**, Santiago, Chile, v. 6, n. 1 p. ,2004. Disponível em:<<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones>. acessado em 14/04/08>. Acesso em: 15 maio 2008.

CAPELLINI, Vera L. M. F. O ensino colaborativo favorecendo políticas e práticas educativas de inclusão escolar na educação infantil. In: SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 11., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES. 2008.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina.** Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CARVALHO, Rodrigo B; FERREIRA, Maria A. T.; CHOO, Chun Wei. **Evoluindo da intranet pra o portal corporativo: as trilhas para a gestão do conhecimento.** Revistga 05.qxd. 2007. Disponível em <[http://portal.portaltwservices.com.br/portal/page/portal/PortalTWServices/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Artigos%20Publicados/ListaArtigosPublicados/EVOLUINDO05\\_0.PDF](http://portal.portaltwservices.com.br/portal/page/portal/PortalTWServices/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Artigos%20Publicados/ListaArtigosPublicados/EVOLUINDO05_0.PDF)>. Acesso em: 22 out. 2008.

CASTO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu, MG. **27 Reunião da ANPED.** São Paulo: ANPED, 2004. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2008.

CERVO, Amaral; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHISHOLM, W.; VANDERHEIDEN, G.; JACOBS, L. **Web Content Accessibility Guidelines 1.** 1999. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/1999/WAI-WEBCONTENT-19990505/>>. Acesso em: 12 maio 2007.

CHOO, Chun Wei. **A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** 2 ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

CHOO, C.W.; DETLOR, B.; TURNBULL, D. **Web work: information seeking and knowledge work on the world wide web.** 2000. Disponível em: <<http://choo.fis.utoronto.ca/kluwer/>>. Acesso em 22 out. 2008.

CIDADE, Rute E.A.; FREITAS, Patrícia S. **Introdução à Educação Física e ao desporto pessoas portadoras de deficiência.** Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

CORDE. **Acessibilidade.** Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

CORREIA, Ovídio Valois. **A experiência universitária no Brasil: um resgate histórico.** São Cristóvão/ SE. Editora UFS. 2000.

CUNHA, Luiz A. **A universidade temporã: da colônia à era Vargas.** 2. ed. Ver. Aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DAVENPORT, T. H.. **Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris do Santos (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

DENCKER, Ada F.M.; DA VIÁ, Sarah C. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

DETLOR, Brian; FINN, Kin. Towards a Framework for Government Portal Design: The Government, Citizen and Portal Perspectives. In: **ELECTRONIC government: design, applications, and management**. 2002. Disponível em: <[http://rs368.rapidshare.com/files/131496356/Electronic\\_Government.rar](http://rs368.rapidshare.com/files/131496356/Electronic_Government.rar)>. Acesso em 22 out. 2008

DIAS, Cláudia Augusto. Portal corporativo: Conceitos e características. **Ciências da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p. 50-60, jan./abr.2001a. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Corporate portals: a literature review of a new concept in information management. **International Journal of information management**. 2001b. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em 22 out. 2008.

DRUCKER, P. A quarta revolução da informação. **Exame**, 26 ago. 1998. p. 56-58

FERNANDES, Luciano L. **A Educação Física e o aluno Portador de Necessidades Físicas Especiais**. 1992, 230 f. Dissertação ( Mestrado) - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1992.

FERNANDES, L. L., MIRANDA, A., RADOS, G. V. et al. **Tecnologias de informação e comunicação facilitando o acesso ao mundo da informação**. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, nº 14, 23 out. 2006, Salvador. **Anais...**, Salvador, 23 out. 2006.

FINE, Janis B. Bases de poder popular: um determinante para assegurar la igualdad de oportunidades educativas para los discapacitados. In: FRANKLIN, Barry M. **Interpretacion de la discapacidad: teoria e historia de la educacion especial**. Barcelona. Ediciones Pomares-Corredor.1996

FINQUELIEVICH, Susana; FINQUELIEVICH, Daniel. Inclusão socioprofissional pela Internet: as pessoas com necessidades especiais. In:TUNES, Elizabeth & BARTHOLO, Roberto. **Nos limites da ação: preconceito inclusão e deficiência**. São Carlos, SP. Edufscar. 2007.



FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J.; HÖRBE, Francisco José Soares. **Administração de serviços:** operações, estratégia e tecnologia de informação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman 2000

FONSECA, Victor. **Educação especial:** programa de estimulação precoce uma introdução às idéias de Feusrstein. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Extensão universitária:** organização e sistematização. Belo Horizonte : Coopmed, 2007.

\_\_\_\_\_. **Anais do Forum.** Florianópolis: Ed. UFSC,1990.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed. Coleção Leitura, 1997.

GABRIEL, Yvânia M. M.; MARTINS, Marlu H. N. **Gestão do conhecimento:** valorizando o capital intelectual de um instituto de ensino e pesquisa tecnológica. 2004. Disponível em: <<http://www.intempres.pco.cu/Intempres2000-2004/Intempres2004/Sitio/Ponencias/26.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2008.

GATTÁS, Maria L. B. ; FUREGATO, Antonia R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 323-327, 2006. Disponível em: < <http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/pdf/ape/v19n3/a11.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2007.

GIANESI, Irineu G. N.; CORREA, Henrique Luiz. **Administração estratégica de serviços :** operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GLAT, R. A integração do excepcional: realidade ou mito. In: CONGRESSO DA FEDERACAO NACIONAL DAS APAES, 13., 1987, Natal. **Anais...** Natal: Federação Nacional das APAES, 1987.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. 4ª ed. São Paulo: Zahar, 1988.

GRÖNROOS, C. **Um modelo de qualidade de serviço e suas implicações para o marketing**. RAE Revista de Administração de Empresas. Volume 46, Número 4, Out/Dez 2006.

GROPP, Beatrice M.C.; TAVARES, Maria da G. P. **Comunidade de prática: gestão do conhecimento nas empresas**. São Paulo, SP: Trevisan Editora Universitária, 2006.

GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2007.

GURGEL, Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HENNINGTON, Elida Azevedo. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 256-265, Jan./fev. 2005. Disponível em:< [www.scielosp.org](http://www.scielosp.org)>. Acesso em: 6 jul. 2006.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Trad. de Antônio Correia. Coimbra/Portugal. Armênio Amado, Editor. 1973.

HOFFMAN, K. Douglas. Marketing de Serviços. In: CZINOKATA, M. et. al. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acesso em 15 out 2003.

ICHIJO, Kazuo. Da administração à produção do conhecimento. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

INTERNATION TELECOMMUNICATION UNION- ITU. **MDPI and ENSTA on behalf of the Scientific Information Working Group of the Declaration known as the Bethesda Statement on Open Access Publishing**. Geneve, 2003. Disponível em: [http://www.itu.int/dms\\_pub/itu-s/md/03/wsispc3/c/S03-WSISPC3-C-0184!!PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc3/c/S03-WSISPC3-C-0184!!PDF-E.pdf) . Acesso em: 19 ago. 2008.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. **CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004**, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. Multiversidade e extensão universitária. In: **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília, Universidade e Brasília, 2001.

JUSTICIA, J. M. **Análisis cualitativos de datos textuales com Atlas TI**. Barcelona : Universidade Autônoma de Barcelona, 2005. Versión 4. Disponível em:

<[http://psicologiasocial.uab.es/juan/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1&Itemid](http://psicologiasocial.uab.es/juan/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1&Itemid)>. Acesso em 17 jul. 2008

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Amaral de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa científica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do Saber**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LEVY, Pierre. **As arvores do conhecimento**. São Paulo, Editora Escuta, 1995.

\_\_\_\_\_. **Educação e Cybercultura**: a nova relação com os saberes. 1997. Disponível em: <[www.leffa.pro.br/textos/Pierre-Levy.pdf](http://www.leffa.pro.br/textos/Pierre-Levy.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2008.

LIGUORI, Laura. M. As novas tecnologias de informação e comunicação no campo dos velhos problemas e desafios educacionais. In: LITWIN, Edith. **Tecnologia educacional**: política, histórias e propostas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LIMA, Carmen L. C. O papel da extensão na universidade. **Leopondianum**: Revista de Estudos e Comunicações, São Paulo, v. 28, n. 78, p. 11-38, 2003.

MAGALHÃES, H. G. D. **A pedagogia do êxito**: projetos de resultado. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão**: tensões e desafios. Educação Temática Digital, v.8, n.2, p. 168-175, jun. 2007. Disponível em:<<http://143.106.58.55/revista/viewissue.php?id=23>>. Acesso em: 20 out. 2008.

MAIOR, Izabel M. M.de L. Apresentação. In: RESENDE, Ana P. C. e VITAL, Flavia M. de P. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: SEDH, CORDE, 2008.

MARQUES, Urbano M.; CASTRO, Jose A. M., SILVA, Maria A.. Actividade Física Adaptada: uma visão crítica. **Revista portuguesa de ciências do desporto**. Porto, v.1, n1, p 73-79, jan., 2001.

MARTINELLI, Rosa M. F. **Tecnologia da informação na construção do conhecimento**: uma abordagem a partir do modelo de Nonaka & Takeuchi. Florianópolis. 2001. Dissertação

(Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

MARTINS, Lilia P. Definições. In: RESENDE, Ana P. C. e VITAL, Flavia M. de P. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: SEDH, CORDE, 2008.

MASETTO, Marcos. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. IN: MORAN, José Manuel; MASETTO Marcos T; BEHRENS, M. Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2000. p.133-173.

MATTOS, Pedro L. C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP: Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, 2005. Disponível em <[www.ebape.fgv.br](http://www.ebape.fgv.br)>. Acesso em: 25 mar. 2008

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, Luiz E. V. **Gestão do conhecimento: conceitos e aplicações**. São Paulo. Érica, 2003.

MICHELOTTO, Regina Maria. **A libertação do acesso e a extensão como estratégias de democratização da universidade: a experiência da Itália e do Brasil**, 1999 181 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, Andréa da S. **Recomendações de acessibilidade digital em cursos de educação a distância via Web para portadores de deficiência visual**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Revista Informática na Educação: Teoria & Prática**. Porto Alegre, vol. 3, n.1, p.137 -144, set. 2000.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Revista Informática na Educação: Teoria & Prática**. Porto Alegre, vol. 3, n.1 (set. 2000) UFRGS

MOTA, Rodrigo A., et al. Portais de informação e comunidades virtuais de aprendizagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 14., 2008, Santos. **Anais...** Santos: ABED, 2008. Disponível em <[www.abed.org.br/congresso2008/tc/59200862412PM.pdf](http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/59200862412PM.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2008.

MOURÃO, Ludmila. **Comprometimento Pedagógico no Discurso do Professor de Educação Física**. Dissertação de Mestrado. Universidade Gama Filho, RJ, 1990.

NERI, M., et al. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS. 2003

NICKOLS, Fred. **Communities of practice an overview**. 2003. Disponível em: <<http://home.att.net/~discon/KM/CoPs.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

NIELSEN, Jakob. **Projetando websites**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NOGUEIRA, Maria D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NONAKA, I. A empresa criadora de conhecimento. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NONAKA, I; TOYAMA, R. Criação do conhecimento como processo sintetizador. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de M. Competências essenciais e conhecimento na empresa. In.: FLEURY, Maria Tereza Leme.; OLIVEIRA JUNIOR, Moacir de Miranda; FLEURY, Afonso. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências**. São Paulo: Atlas, 2001.

OPEN SOCIETY INSTITUTE. **Budapest Open Access Initiative**. Budapest, 2002. Disponível em:< <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em 15 out. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração dos direitos das pessoas deficientes. **O Correio da Unesco**, v. 9, n. 3, p. , 1981.

\_\_\_\_\_. **Convention on the rights of Pernons with disabilities** Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>>. NY/USA .UN. 2006. Acesso em 11 fev. 2007

PAIVA, Vanilda. Extensão Universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 67, n.155, p. 135-151, jan./abr. 1986..

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, Valarie A.; BERRY, Leonardo L. Um modelo conceitual de qualidade de serviço e suas implicações para a pesquisa no futuro. **RAE Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n.4, p.96 - 108 , out/dez., 2006.

PAULILO, Maria A. S. A pesquisa qualitativa e a historia de vida. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm)>. Acesso em: 14 mar. 2008.

PEREIRA, Luiz T. do Val; BAZZO, Walter A. **Anota aí! Universidade**: estudar, aprender, viver... Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2009.

PETRAGLIA, Izabel C. **Edgar Morin**: A educação e a complexidade do ser e do saber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PLANO Nacional de Graduação. In: ForGRAD. **Textos das Oficinas do ForGRAD**. Curitiba: UFPr, 2001.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib (org.). **A ousadia do diálogo**: interdisciplinaridade na escola. São Paulo: Loyola, 1993.

RESENDE, Ana P. C.; VITAL, Flavia M. de P. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: SEDH, CORDE, 2008.

RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROCHA, Roberto M. Gurgel. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

RODRIGUES, Eloy. **Acesso livre ao conhecimento: a utopia e a realidade**. Coimbra Editora. 2004. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4942>> . Acesso em:9 out.2008.

ROLLEMBERG, Rodrigo. **Projeto de Lei...**, 2007. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf> . acesso em 20 set 2008.

ROSSETTI, A.; MORALES, Aran B. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciências da Informação**. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a09v36n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a09v36n1.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2008.

ROSSETTI, A.; MORALES, Aran B. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciências da Informação**. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a09v36n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a09v36n1.pdf). Acessado em 6/2008.

ROSSIT, Rosana A. S.; ZULIANI, Giovana. Introdução ao estudo da deficiência Mental. In: GOYOS. Celso e ARAÚJO, Eliane. **Inclusão social: formação de deficiente mental para o trabalho**. São Carlos, SP: RiMa, 2006.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > . Acesso em 20 de jan 2007.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 16 Out 2006.

SANTOS, Adilson Pereira dos Santos et.al. Extensão: uma ferramenta para a flexibilização curricular e a construção social do conhecimento. **Avaliação: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, v.10, n. 3, p. 93-104, set ., 2005.

SANTOS, Maria. I. A. S.; GUIMARÃES, Arthur O. Acessibilidade digital: uma estratégia de inclusão digital e social para pessoas com deficiência. In:TUNES, Elizabeth; BARTHOLO, Roberto. **Nos limites da ação: preconceito inclusão e deficiência**. São Carlos, SP. Edufscar. 2007.

SASSAKI, Romeu K. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** Publicado no livreto *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. Disponibilizado em [http://www.cnbb.org.br/documento\\_geral/RomeuSasakiComochamaraspessoas.doc](http://www.cnbb.org.br/documento_geral/RomeuSasakiComochamaraspessoas.doc) acesso em: 20 jan. 2007

\_\_\_\_\_. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA, 2006.

SASSO, Grace T. Marcon. **A concepção do enfermeiro na produção tecnológica informatizada para ensino/aprendizagem em reanimação cardio-respiratória**. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SCHONS, Cláudio H; COSTA, Marília D. Portais corporativos no apoio à criação de conhecimento organizacional: uma abordagem teórica. **Revista de Ciências da Informação**. v.9, n. 3, p. jun., 2008. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/jun08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/jun08/Art_02.htm)>. Acesso em: 01 out. 2008.

SCHUSTER, Carlos E.; SILVA FILHO, Cândido E. Evolução da Administração: como chegamos à era da informação. In: SILVA FILHO, Cândido F. e SILVA, Lucas F. **Tecnologia da informação para a gestão do conhecimento**. Campina, SP: Ed. Alínea, 2005.

SERPRO. **O que é Acessibilidade na web**. 2005. Disponível em: <<http://www.serpro.gov.br/acessibilidade/oque.php>>.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Enio Waldir. **Extensão universitária no Rio Grande do Sul: concepções e práticas**. 2003. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

SILVA FILHO, Candido F.; SILVA, Lucas F. **Tecnologia da informação para a gestão do conhecimento**. Campinas/SP: Alínea editora, 2005

SILVA, Francisco C. L. **Universidade e extensão: a pesquisa-ação em um centro universitário**, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, . 2008.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão Universitária?** Revista Integração. USJT. Maio/97, Ano III. Disponível em: <[http://www.usjt.br/prppg/revista/integracao\\_09.php](http://www.usjt.br/prppg/revista/integracao_09.php)>. Acesso em: 22 maio 2008.

SIMAO, João Batista; RODRIGUES, Georgete. **Acessibilidade às informações públicas: uma avaliação do portal de serviços e informações do governo federal**. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p.81-92, maio/ago. Disponível: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 6 jul. 2008.

SMITH, M. K. **Michael Polanyi and tacit knowledge**. The encyclopedia of informal education. 2003. Disponível em: <[www.infed.org/thinkers/polanyi.htm](http://www.infed.org/thinkers/polanyi.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2009.

SÍVERES, Luiz. Princípios e potencialidades da extensão universitária. **CLARETIANO-Revista do Centro Universitário**, Batatais, n. 5, jan/dez. 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.ricesu.com.br/list\\_art.php?fsc\\_cod=435](http://biblioteca.ricesu.com.br/list_art.php?fsc_cod=435)>. Acesso em: 22 jul.2008.

SOCIEDAD MAX PLANCK. **La Declaración de Berlin sobre acceso abierto**. GeoTrópico, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.geotropico.org/1\\_2\\_Documentos\\_Berlin.html](http://www.geotropico.org/1_2_Documentos_Berlin.html)>. Acesso em: 26 set. 2008.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas,SP: Editora Alínea, 2000.



TERRA, J.C. **Fortalecendo cadeias produtivas através de portais do conhecimento**. 2001. Disponível em: <<http://www.terraforum.com.br/sites/terraforum/Biblioteca>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

TERRA, J.C.; BAX, M.P. Portais corporativos: instrumento de gestão de informação e de conhecimento. In: **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte. 2003. Disponível em: <<http://www.terraforum.com.br/sites/terraforum/biblioteca>>. Acesso em 12 maio 2008.

TERRA, J. C.; GORDON, C. **Portais corporativos: A revolução na gestão do conhecimento**. São Paulo. Elsevier. 2002.

TORRES, Elisabeth F. **As perspectivas de acesso ao Ensino Superior de Jovens e Adultos da Educação Especial**. 2002. 197p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC. Florianópolis, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC. **Resolução Nº 05 CUn/98**. Florianópolis, 1998. Disponibilizado em <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 20 jan 2007.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO), **Conferencia Internacional de Educação de Adultos**. 1985. Disponível em URL: <<http://www.unesco.org/education>> . Acesso em 14 ago. 2008.

VALERO, Javier S; CABO, Jorge V.; CASTIEL, Luis D. **A iniciativa Open Access no acesso à informação técnico-científica nas ciências da saúde**. RECIIS – R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 19-26, jan-jun, 2007. Disponível em <[www.recis.icict.fiocruz.br](http://www.recis.icict.fiocruz.br)>. Acesso em : 9 ago.2008.

VIANA, Viviane. Universidades debatem o ensino da extensão rural. **SESuweb/conexão direta com a educação superior**. 07/05/2008. Disponível em: <<http://sesuweb.mec.gov.br>> Acesso em: 12 maio 2008.

VIEIRA, Alexandre T. Sistemas de informação e comunicação: apoio à aprendizagem coletiva na escola. In: VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, Maria E. B; ALONSO, Myrtes. **Gestão educacional e tecnológica**. São Paulo: Avercamp, 1ª reimpressão 2005.

VILELLA, Renata Moutinho. **Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web**. 2003. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

VITAL, Flavia M. P. Preâmbulo. In: RESENDE, Ana P. C. e VITAL, Flavia M. de P. **A Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: SEDH, CORDE, 2008.

VON KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Facilitando a criação de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

WEIGERT, Célia; VILLANI, Alberto; FREITAS, Denise de. A interdisciplinaridade e o trabalho coletivo: análise de um planejamento interdisciplinar. **Ciência & Educação**. V. 11, n.1, p.145-164. UNESP/SP. 2005.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: a brief introduction**. 2006. Disponível em <[www.ewenger.com/theory/index.htm](http://www.ewenger.com/theory/index.htm)> . Acesso em: 28 set. 2008

WERNECK, C. **Ninguém é vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva** – Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997.

\_\_\_\_\_ **Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

WIKIPEDIA: enciclopédia livre. TAG. Disponível em <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tag\\_\(metadata\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tag_(metadata))>. Acesso em: 12 mar 2009.

ZILLER, Maria L; OLIVEIRA, Ana L. A Evolução dos Direitos. In: **Cartilha da Inclusão: direitos das pessoas com deficiência**. Belo Horizonte, FUNDEP. 2008

## APÊNDICE – A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO  
CONHECIMENTO



### TERMO DE CONSCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Informações para pesquisa

Prezado Senhor (a)

Sou Luciano Lázaris Fernandes, professor do Departamento de Educação Física da UFSC e doutorando do curso de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pelo professor Dr João Bosco da Mota Alves e estamos desenvolvendo a pesquisa: **Gestão Do Conhecimento Em Projetos De Extensão Universitária Direcionado às Pessoas com Deficiência.**

Este estudo tem por objetivo Propor aos projetos de extensão da UFSC uma ferramenta para auxiliar na gestão do conhecimento de suas atividades tornando seus serviços mais colaborativos, visíveis e integrados a comunidade interna e externa da Instituição. Para isto, gostaríamos de contar com o seu consentimento para realizar uma entrevista gravada.

A realização da entrevista poderá ter uma duração de 120 minutos. Sua colaboração nesta pesquisa é muito importante para o sucesso da mesma.

Se você estiver de acordo em participar, podemos afirmar que as informações fornecidas serão mantidas em sigilo, garantindo a sua privacidade quanto aos dados e que não haverá nenhum risco nesta pesquisa. Também garantimos que não haverá qualquer despesa para você.

Os resultados da pesquisa serão publicados na comunidade científica da área. Como forma de manifestar seu consentimento solicitamos que o Sr(a) assine esse documento.

Desde já colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos ou dúvidas através do telefone: 32342541 ou 91116985, ou EGC 37217121

Atenciosamente,

Luciano Lázaris Fernandes  
Florianópolis, outubro de 2008.

#### Consentimento pós-informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa Gestão do Conhecimento em Projetos de extensão Universitária Direcionado às Pessoas com Deficiência e concordo com a minha participação. Tenho conhecimento que os resultados deste estudo serão trabalhados exclusivamente pela equipe de pesquisadores e utilizados para divulgação em revistas científicas da área, sendo que a minha identidade não será revelada.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

RG: \_\_\_\_\_ Assinatura  
ou marca digital: \_\_\_\_\_

**APENDICE – B Documento encaminhado ao Reitor da UFSC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO  
CONHECIMENTO



**Assunto: Avaliação sobre a Acessibilidade do Portal da UFSC**  
**Do: Prof. João Bosco da Mota Alves**  
**Para: Magnífico Reitor**  
**Prof. Alvaro Toubes Prata**

Magnífico Reitor,

Nossa Universidade está se empenhando através de uma ação conjunta da administração central, servidores docentes e técnico-administrativos e acadêmicos em diminuir as barreiras atitudinais, pedagógicas, estruturais e tecnológicas frente aos alunos com deficiência, tornando uma Instituição de Ensino Superior mais inclusiva e comprometida com os excluídos ou discriminados do sistema educacional.

Temos participado de inúmeros projetos com fins de captarmos recursos para minimizar essas carências e melhorar o atendimento aos acadêmicos, alunos da Educação Infantil e do Colégio de Aplicação que apresentam algumas deficiências físicas, mentais ou sensoriais (auditiva ou cegueira) de nossa Instituição.

O professor Luciano Lazzaris Fernandes, do Centro de Desportos, é meu orientando de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Em um de nossos estudos, evidenciamos que, de todos os Portais das Instituições de Ensino Superior Públicas e particulares, apenas três apresentam selo da W3C ou Acessibilidade Brasil. Este selo tenta garantir a acessibilidade às pessoas que apresentam limitações à web.

Segundo o Decreto nº 5296 de 2/12/2004, que Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, retrata várias matérias sobre acessibilidade às pessoas com deficiência.

Magnífico Reitor, já encaminhamos outra versão desta carta ao Vice- Reitor no final do ano passado, mas não obtivemos nenhuma informação sobre o andamento do solicitado. Chamamos mais uma vez a atenção da Administração Central quanto ao nosso Portal Institucional, pois entendemos que o mesmo ainda não sofreu nenhuma avaliação de algum órgão competente para verificar a sua acessibilidade. Estamos falando sobre o “Selo de Acessibilidade” que garante que o Portal seja acessível às pessoas com deficiência. A inclusão desse selo está garantida no Decreto apresentado acima, mas precisamente em seu Capítulo VI, Art. 47, onde está regulamentado que “No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (Internet) para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”. Neste mesmo Artigo em seu parágrafo 2º determina que “Os sítios eletrônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência conterão símbolo que representem a acessibilidade na rede mundial de computadores (Internet), a ser adotado nas respectivas páginas de entrada”.

Vale destacar também que no Capítulo I das Disposições Preliminares há pontos comprometedores para as Instituições Públicas do seu não cumprimento, como especificado abaixo:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta as [Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste Decreto, sempre que houver interação com a matéria nele regulamentada:

I - a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;

II - a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;

III - a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar; e

IV - a concessão de aval da União na obtenção de empréstimos e financiamentos internacionais por entes públicos ou privados.

Art. 3º Serão aplicadas sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, previstas em lei, quando não forem observadas as normas deste Decreto.

Art. 4º O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Neste sentido estamos solicitando a Vossa Magnificência que atenda, na medida do possível, as determinações deste Decreto, principalmente no que tange à acessibilidade ao Portal da UFSC, pois gostaríamos que nossa Universidade fizesse parte das entidades que estão preocupadas em garantir o acesso às informações e aos conhecimentos ora produzidos em nossa Instituição a todos os interessados pelo saber acadêmico.

Vale lembrar também que estaremos encaminhando uma solicitação a Secretaria de Ensino Superior e ao responsável pela Educação Especial, ambos do Ministério da Educação, para que estimulem as Instituições de Ensino Superior a buscarem o reconhecimento de acessibilidade em seus Portais Institucionais, bem como propor que nos próximos Editais para captação de recursos, as Instituições interessadas deverão apresentar em seus portais institucionais os selos de acessibilidade, sob pena de seus projetos não serem homologados.

Certos de podermos contar com a sua grandiosa colaboração,

Estimamos votos de um ano de 2009 com muito sucesso e podendo na medida do possível contar conosco nesta grande jornada.

Atenciosamente

Florianópolis, Dezembro de 2008.

---

Prof. João Bosco da Mota Alves, Dr.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

**APÊNDICE – C Documento encaminhado ao SESu/MEC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

**Assunto:** Solicitação de implantação de símbolos que garantam acessibilidade à rede mundial de computadores nos Portais das IFES

**Do:** Prof. João Bosco da Mota Alves

**Para:** Secretária do SESu/MEC

Sra. Maria Paula Dallari Bucci

Prezada Secretária,

Nossa Instituição de Ensino tem participado de várias edições de Editais do SESu com fins de disponibilizar recursos financeiros para atender aos programas institucionais e projetos relacionados às pessoas com deficiência de nossa Universidade. Nestes programas e projetos, tentamos, num esforço conjunto de vários centros de ensino, diminuir as deficiências sistêmicas administrativas e pedagógicas frente ao processo inclusivo. Temos percebido que ainda falta muito para alcançarmos um grau de satisfação, mas com certeza com o apoio desta Secretaria, conseguiremos alcançar nossos objetivos.

Verificamos em um dos trabalhos de doutoramento de meu orientando, professor Luciano Lazzaris Fernandes, do Centro de Desportos da UFSC, realizado em 2008 que de todas as Instituições de Ensino Superior Públicas e particulares, apenas três delas apresentam selo da W3C ou Acessibilidade Brasil. Este selo garante que o Portal das Instituições de Ensino Superior sejam acessíveis às pessoas que apresentam limitações de acesso e navegação na web.

Segundo o Decreto nº 5296 de 2/12/2004, que Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, retratam várias matérias sobre acessibilidade às pessoas com deficiência.

Chamamos a atenção de sua Secretaria quanto a um item que entendemos ser fundamental para as IFES: a disseminação das informações e conhecimentos em seus Portais a toda a comunidade. Estamos falando sobre o “Selo de Acessibilidade” que garante que o Portal seja acessível às pessoas com deficiência. A inclusão desse selo está garantido nesta lei, mais precisamente no Capítulo VI, Art. 47, onde está regulamentado que “No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial

de computadores (Internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”. Neste mesmo Artigo em seu parágrafo 2º determina que “Os sítios eletrônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência conterão símbolo que representem a acessibilidade na rede mundial de computadores (Internet), a ser adotado nas respectivas páginas de entrada”.

Vale destacar também que no Capítulo I das Disposições Preliminares há pontos comprometedores para as Instituições Públicas do seu não cumprimento.

Conforme as informações retiradas do site do Programa INCLUIR/SESu/MEC, encontramos afirmações que vem ao encontro do que descrevemos acima, e portanto estamos solicitando a Vossa Senhoria que seja analisado a possibilidade de encaminhamento aos Reitores das IFES as seguintes informações:

- Para incluírem no Portal de sua Instituição links que garantam que seus sites sejam acessíveis, fazendo cumprir a determinação legal;
- A garantia ao acesso às informações e aos conhecimentos disponíveis em seus Portais a todas as pessoas, e principalmente,
- A inclusão de um pré-requisito nos Editais do SESu/MEC ou de outros Ministérios do Governo sobre a obrigatoriedade da inclusão desses links em seus portais, sob pena de seus projetos não serem homologados.

Atenciosamente,

Florianópolis, março de 2009.

---

Prof. João Bosco da Mota Alves, Dr.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

---

Prof. Roberto Carlos dos Santos Pacheco  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento



**APÊNDICE - D Documento encaminhado a SEESP/MEC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**Assunto:** Solicitação de implantação de símbolos que garantam acessibilidade à rede mundial de computadores nos Portais das IFES

**Do:** Prof. João Bosco da Mota Alves

**Para:** Secretária de Educação Especial

**Sra. Cláudia Pereira Dutra**

Prezada Secretária,

Nossa Instituição de Ensino tem participado de várias edições de Editais do SESu com fins de disponibilizar recursos financeiros para atender aos programas institucionais e projetos relacionados às pessoas com deficiência de nossa Universidade. Nestes programas e projetos, tentamos, num esforço conjunto de vários centros de ensino, diminuir as deficiências sistêmicas administrativas e pedagógicas frente ao processo inclusivo. Temos percebido que ainda falta muito para alcançarmos um grau de satisfação, mas com certeza com o apoio desta Secretaria, conseguiremos alcançar nossos objetivos.

Verificamos em um dos trabalhos de doutoramento de meu orientando, professor Luciano Lazzaris Fernandes, do Centro de Desportos da UFSC, realizado em 2008 que de todas as Instituições de Ensino Superior Públicas e particulares, apenas três delas apresentam selo da W3C ou Acessibilidade Brasil. Este selo garante que o Portal das Instituições de Ensino Superior sejam acessíveis às pessoas que apresentam limitações de acesso e navegação na web.

Segundo o Decreto nº 5296 de 2/12/2004, que Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, retratam várias matérias sobre acessibilidade às pessoas com deficiência.

Chamamos a atenção de sua Secretaria quanto a um item que entendemos ser fundamental para as IFES: a disseminação das informações e conhecimentos em seus Portais a toda a comunidade. Estamos falando sobre o “Selo de Acessibilidade” que garante que o Portal seja acessível às pessoas com deficiência. A inclusão desse selo está garantido nesta lei, mais precisamente no Capítulo VI, Art. 47, onde está regulamentado que “No prazo de até doze meses a contar da data de publicação deste Decreto, será obrigatória a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial

de computadores (Internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”. Neste mesmo Artigo em seu parágrafo 2º determina que “Os sítios eletrônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência conterão símbolo que representem a acessibilidade na rede mundial de computadores (Internet), a ser adotado nas respectivas páginas de entrada”.

Vale destacar também que no Capítulo I das Disposições Preliminares há pontos comprometedores para as Instituições Públicas do seu não cumprimento.

Conforme as informações retiradas do site do Programa INCLUIR/SESu/MEC, encontramos afirmações que vem ao encontro do que descrevemos acima, e portanto estamos solicitando a Vossa Senhoria que seja analisado a possibilidade de encaminhamento aos Reitores das IFES as seguintes informações:

- Para incluírem no Portal de sua Instituição links que garantam que seus sites sejam acessíveis, fazendo cumprir a determinação legal;
- A garantia ao acesso às informações e aos conhecimentos disponíveis em seus Portais a todas as pessoas, e principalmente,
- A inclusão de um pré-requisito nos Editais do SESu/MEC ou de outros Ministérios do Governo sobre a obrigatoriedade da inclusão desses links em seus portais, sob pena de seus projetos não serem homologados.

Atenciosamente,

Florianópolis, março de 2009.

---

Prof. João Bosco da Mota Alves, Dr.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

---

Prof. Roberto Carlos dos Santos Pacheco  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

## ANEXO – A Parecer do Comitê de Ética da UFSC



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão  
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP SH

Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP 88040-900  
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | [www.cep.ufsc.br](http://www.cep.ufsc.br) / +55 (48) 3721-9206

#### PARECER CONSUBSTANCIADO - PROJETO Nº 331/08

#### I – Identificação:

- **Título do Projeto:** GESTÃO DO CONHECIMENTO EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DIRECIONADO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- **Pesquisador Responsável:** Dr. João Bosco da Mota Alves
- **Pesquisador Principal:** Luciano Lazzari Fernandes
- **Data Coleta dados:** dezembro de 2008
- **Local onde a pesquisa será conduzida:** Departamento de Educação Física da UFSC

#### II – Objetivos:

**Geral:** Propor aos projetos de extensão da UFSC uma ferramenta para auxiliar na gestão do conhecimento de suas atividades tornando seus serviços mais colaborativos, visíveis e integrados a comunidade interna e externa da Instituição.

#### Específicos:

- Identificar os serviços extensionistas relacionados às pessoas com deficiência na UFSC;
- Verificar como os participantes dos projetos de extensão da UFSC se relacionam entre si e com outros projetos da mesma área;
- Analisar como os conhecimentos tácito e explícito são produzidos no âmbito dos projetos de extensão da UFSC que trabalham com esta população;
- Identificar como os conhecimentos produzidos nestes projetos são disseminados na comunidade;
- Dar mais visibilidade aos diferentes serviços acadêmicos de extensão voltados as pessoas com deficiência na home page da UFSC;
- **Propor um modelo de portal do conhecimento (web) para auxiliar a gestão do conhecimento aos diferentes serviços extensionistas direcionado as pessoas com deficiência da UFSC.**

#### III - Sumário do Projeto:

No mundo estima-se que a população de pessoas com deficiência atinja a casa dos 600 milhões. Desse tão elevado número, cerca de 400 milhões vivem em países do terceiro mundo ou em desenvolvimento. Segundo fontes do censo 2000 do IBGE (2000) no Brasil, cerca de 27% deste segmento vive em situação de pobreza extrema e 53% são pobres. Segundo o último censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Brasil atingiu a marca dos 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física, mental, sensorial ou múltipla. Esses dados dão um percentual de 14,5% do total da população. Até o censo de 1990 os dados referentes ao percentual de pessoas com deficiência ficavam atrelados aos índices da ONU, onde se estimava que

em tempos de paz cerca de 10% da população de qualquer país seria constituído por este segmento da sociedade. Estes dados são preocupantes pelo seu elevado índice, induzindo a formulação de algumas perguntas, tais como: O que está sendo feito para diminuir estes índices? Quantas dessas pessoas estão sendo assistidas? Quantas estão com seus direitos constitucionais garantidos? Quantas pessoas estão vivendo em situações de riscos? Quantas estão inseridas no mercado do trabalho? E na área da Educação, como estão inseridas nas escolas? Seus direitos de ir e vir estão garantidos com as eliminações de barreiras arquitetônicas? E no esporte e lazer, como estão suas participações? Estas perguntas poderiam servir de propostas para as Universidades desenvolverem inúmeros projetos que visem a diminuir esta situação tão perversa em torno dessas pessoas. E a extensão onde fica neste processo, já que tem a possibilidade de intervir no mesmo? A construção das definições/terminologias com relação às pessoas com deficiência vem atrelada historicamente através de suas lutas e conquistas.

Na literatura especializada encontramos várias definições de termos a serem utilizados para caracterizar esta população. Essa gama de terminologias para caracterizar esta população, provoca uma confusão na população, pois em uma determinada situação encontramos como sendo caracterizados por pessoas com necessidades especiais, em outra como pessoas portadoras de necessidades especiais, ou como pessoas portadoras de deficiência, ou como pessoas com deficiência, ou como pessoas com história de deficiência, entre outras definições. Levar o conhecimento sobre os diferentes tipos e níveis de deficiência a sociedade é prepará-la para assumir seu papel diante o processo inclusivo. Este conhecimento permitirá que a população tenha um melhor entendimento sobre as limitações e as potencialidades dessas pessoas. Com este entendimento poderão surgir novas idéias, novas iniciativas que venham a garantir o acesso e a permanência em todos os serviços disponíveis na sociedade. As Universidades tem um papel fundamental neste processo, pois através das ações de ensino, pesquisa e extensão poderão criar e disseminar novos conhecimentos que permitirão a sociedade quebrar seus tabus e preconceitos em relação às pessoas com deficiência.

#### **IV – Comentário:**

O presente projeto trata-se de uma Qualificação de Doutorado em Gestão do Conhecimento e a instituição escolhida foi a UFSC devido à familiaridade do pesquisador com a instituição na qual é professor e também por desenvolver projetos que estejam envolvidos as pessoas com deficiência desde 1995. Esta situação poderá facilitar o acesso a coletas de dados e as informações úteis para a elaboração da proposta da pesquisa.

Farão parte deste estudo duas categorias de população. A primeira constituída pelos coordenadores dos projetos de extensão que desenvolvem serviços direcionados às pessoas com deficiência na UFSC, e a segunda constituída pelos diretores do antigo Departamento de Apoio a Extensão (DAEx) e do atual Departamento de Projetos de Extensão (DPE) da administração geral da UFSC. Quanto à seleção dos projetos de extensão que farão parte da pesquisa serão os que estiverem com os “Formulários de Tramitação e Registro” aprovados no DPE/UFSC para serem desenvolvidos pelo menos até dezembro de 2008, e que tenham o envolvimento simultâneo entre professores e/ou servidores técnicos administrativos, acadêmicos e as pessoas com deficiência. Conforme o DPE/PRPE/UFSC foram encontrados 16 projetos atendendo essas características.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, utilizando técnicas e métodos específicos que evidencia sua implicação e dos seus informantes. Vários são os instrumentos poderão ser utilizados para a coleta de dados nesta abordagem, entre eles a técnica da entrevista

semi-estruturada e o método de análise de conteúdo de Bardin.

A pesquisa não apresenta riscos para seus participantes, uma vez que serão realizados apenas questionários com Coordenadores de projetos envolvendo deficientes e não os próprios deficientes, sendo isento de desconforto ou qualquer tipo de dano físico e/ou psicológico. A gravação será realizada mediante autorização dos participantes assinando o TCLE.

Analisando o Projeto, o Instrumento para Coleta de Dados e o TCLE apresentado, observa-se que o estudo está em conformidade com os princípios da Resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando os princípios da beneficência (ponderação entre os riscos e benefícios, inclusive os potenciais para os indivíduos ou grupo), não maleficência (garantia de que danos previsíveis serão evitados), justiça (relevância social da pesquisa, garantindo o interesse dos envolvidos) e autonomia (consentimento livre e esclarecido).

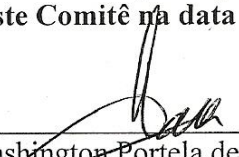
**V – Parecer do CEPESH: FAVORÁVEL** a sua aprovação.

**Data de reunião:** 24 de novembro de 2008.

**VI – Parecer CEPESH:**

**(X) Aprovado**

**Informamos que o parecer dos relatores foi aprovado por unanimidade, em reunião deste Comitê na data de 24 de novembro de 2008.**

  
\_\_\_\_\_  
Washington Portela de Souza  
Coordenador do CEPESH

Fonte: CONEP/ANVS - Resoluções 196/96 e 251/97 do CNS.

## ANEXO – B Linhas de Extensão

Linhas de Extensão, em ordem alfabética, para classificação das ações de Extensão Universitária, e formas de operacionalização mais frequentes de acordo com as modificações de 2006.

N.	Linha de Extensão	Formas de operacionalização mais frequentes
01	2006 – Alfabetização, leitura e escrita	Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.
02	2006 – Artes cênicas	Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
03	2006 – Artes integradas	Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.
04	2006 – Artes plásticas	Escultura, pintura, desenho, gravura, instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.
05	2006 – Artes visuais	Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.
06	2006 – Comunicação estratégica	Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em atividades de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.
07	2006 – Desenvolvimento de produtos	Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, dispensação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.
08	2006 – Desenvolvimento regional	Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas à elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.
09	2006 Desenvolvimento rural e questão agrária	Constituição e/ou implementação de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.
10	2006 – Desenvolvimento tecnológico	Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.
11	2006 – Desenvolvimento urbano	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.
12	2006 – Direitos individuais e coletivos	Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência

		jurídica e judiciária, individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
13	2006 – Educação profissional	Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.
14	2006 – Empreendedorismo	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a próatividade.
15	2006 – Emprego e renda	Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.
16	2006 – Endemias e epidemias	Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.
17	Espaços de ciência	Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.
18	Esporte e lazer	Práticas esportivas, experiências culturais, atividades físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos políticopedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.
19	Estilismo	Estilismo e moda.
20	Fármacos e medicamentos	Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.
21	Formação de professores (formação docente)	Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
22	Gestão do trabalho	Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).
23	Gestão informacional	Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
24	Gestão institucional	Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não-governamentais.
25	Gestão pública	Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).
26	Grupos sociais vulneráveis	Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
27	Infância e adolescência	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção tendo

		como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.
28	Inovação tecnológica	Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento; considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).
29	Jornalismo	Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.
30	Jovens e adultos	Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.
31	Línguas estrangeiras	Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.
32	Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem	Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
33	Mídias-artes	Mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital.
34	Mídias	Veículos comunitários e universitários, impressos e eletrônicos (boletins, rádio, televisão, jornal, revistas, internet, etc); promoção do uso didático dos meios de educação e de ações educativas sobre as mídias.
35	Música	Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.
36	Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares	Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.
37	Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial	Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.
38	Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais	Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.
39	Propriedade intelectual e patente	Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e sobre propriedade intelectual e patente.
40	Questões ambientais	Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.
41	Recursos hídricos	Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e bacias hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.



42	Resíduos sólidos	Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de resíduos sólidos urbanos reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final (aterros sanitários e controlados), e remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.
43	Saúde animal	Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.
44	Saúde da família	Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.
45	Saúde e proteção no trabalho	Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.
46	Saúde humana	Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.
47	Segurança alimentar e nutricional	Incentivo à produção de alimentos básicos, auto abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.
48	Segurança pública e defesa social	Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção a vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.
49	Tecnologia da informação	Desenvolvimento de competência informacional para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.
50	Temas específicos / Desenvolvimento humano	Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.
51	Terceira idade	Planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.
52	Turismo	Planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.
53	Uso de drogas e dependência química	Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

Fonte: [http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/04\\_Areas\\_Linhas\\_Extensao\\_COOPMED.pdf](http://www.renex.org.br/documentos/COOPMED/04_Areas_Linhas_Extensao_COOPMED.pdf)

**ANEXO – C Ofício/MEC/SEESP/DPEE/Nº020/2009**

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Especial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco L  
6º andar - Gabinete - CEP: 70047-901  
Fone: (61) 2104 8651 – FAX: (61) 2104 9265

OFÍCIO/MEC/SEESP/DPEE/Nº 020/2009

Brasília – DF, 03 de agosto de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor

**João Bosco da Mota Alves**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento  
da Universidade Federal de Santa Catarina

Assunto: Solicitação de implantação de símbolos que garantam acessibilidade à rede  
mundial de computadores nos Portais das IFES

Prezado Senhor,

Em resposta à sua solicitação, vimos por meio deste informar que as sugestões apresentadas serão incorporadas como pauta de discussão desta Secretaria, juntamente com a Secretaria de Educação Superior, com a qual atua de forma articulada para a implementação do Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.

No que tange aos aspectos relacionados à acessibilidade nos sítios eletrônicos, a Portaria Nº 3, de 7 de maio de 2007, institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), no qual traduz as recomendações técnicas para a construção e adaptação de portais acessíveis a pessoas com deficiência.

Segundo a Portaria Nº 3, a Coordenação do e-MAG é integrada pelo Departamento de Governo Eletrônico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, pela Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Controladoria Geral da União.

Conforme os itens II e V, a coordenação do e-MAG tem a função de acompanhar a implementação, propondo medidas referentes ao planejamento,

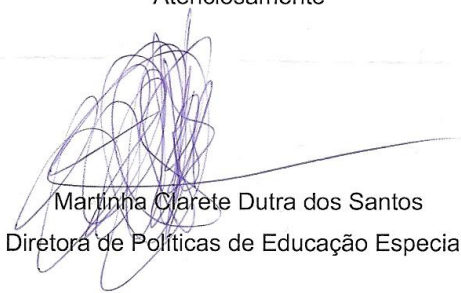
divulgação e disseminação do e-MAG, bem como cabe a ela promover a fiscalização e adotar as medidas necessárias ao cumprimento do documento referente ao e-MAG, comunicando e acionando os órgãos de controle interno para as devidas providências, quando necessárias.

Ressalta-se ainda o Art. 5º, item III, segundo o qual cabe a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, supervisionar técnica e normativamente os órgãos e entidades integrantes da SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática) na aplicação das políticas, diretrizes e especificações técnicas do e-MAG.

Nesse sentido, mediante a sua solicitação, entramos em contato com a SLTI, para obtermos um representante que melhor pudesse auxiliar na resposta de seus questionamentos. Seguem os dados: Contato SLTI (e-MAG): Thiago Augusto dos Santos Silva; E-mail: [thiago.silva@planejamento.gov.br](mailto:thiago.silva@planejamento.gov.br); Telefone: 61- 2020-1462.

Gratas pelas sugestões encaminhadas, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente



Martinha Clarete Dutra dos Santos  
Diretora de Políticas de Educação Especial